

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

Bruna Lima

**FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O TRANSNACIONAL NA
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E O
CASO DA FÁBRICA CYRILLA DE SANTA MARIA, RS, BRASIL**

Santa Maria, RS

2019

Bruna Lima

**FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O TRANSNACIONAL NA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E O CASO DA FÁBRICA
CYRILLA DE SANTA MARIA, RS, BRASIL**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em História**.

Orientadora: Maria Medianeira Padoin

Coorientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Santa Maria, RS

2019

Lima, Bruna

Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil / Bruna Lima.- 2019.

188 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Medianeira Padoin

Coorientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2019

1. Fábrica Cyrilla 2. Fronteiras nacional e transnacional 3. Pan-americanismo 4. Internacionalismo 5. Desenvolvimento I. Padoin, Maria Medianeira II. Fagundes Visentini, Paulo Gilberto III. Título.

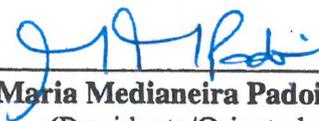
Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Bruna Lima

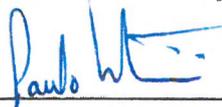
**FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O TRANSNACIONAL NA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E O CASO DA FÁBRICA
CYRILLA DE SANTA MARIA, RS, BRASIL**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

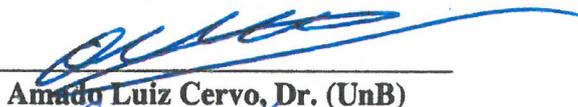
Aprovado em 16 de agosto de 2019.



Maria Medianeira Padoin, Dr.ª
(Presidente/Orientadora)



Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Dr. (UFRGS)
(Coorientador)



Amado Luiz Cervo, Dr. (UnB)



Cláudio Fabián Belini, Dr. (UBA)



Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)



Marcela Patricia Ferrari, Dr.ª (UNMdP)

Santa Maria, RS

2019

AGRADECIMENTOS

Elaborar os agradecimentos após concluir uma tese de doutorado não é uma das tarefas mais simples, pois envolve uma trajetória de quatro anos de constantes desafios e superações, difíceis de descrever e, talvez, até mesmo um pouco incompreensíveis para muitas pessoas que não tiveram a oportunidade de vivenciar este tipo de experiência.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Maria, instituição pública do interior do Rio Grande do Sul e referência internacional pela sua qualidade. Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFSM), pelas oportunidades e experiências, não somente no campo da pesquisa acadêmica, propriamente, mas também em relação às ações e às práticas que me permitiram além de tudo, um amadurecimento pessoal e emocional.

Em seguida, gostaria de agradecer à CAPES, pela concessão da bolsa, durante todo o período de curso. Esta mesma foi essencial, não somente para o aprofundamento dos estudos e o desenvolvimento da tese, mas também para a minha permanência na instituição. Isso porque esta concessão contribuiu de forma efetiva, com deslocamentos para realização de pesquisas em diferentes acervos, participações em eventos nacionais e internacionais, publicações de trabalhos e aquisição de materiais de estudo. Nesse sentido, gostaria de aproveitar e destacar que este tipo de investimento não viabiliza apenas a concretização de um anseio pessoal, no sentido da formação acadêmica, mas também, um investimento em educação de qualidade, campo em que precisamos avançar ainda mais em nosso país.

A experiência de estágio no exterior, igualmente possibilitada através de bolsa de Doutorado Sanduíche pela CAPES, na qual permaneci por quatro meses (agosto a novembro de 2017), junto à Universidade de Buenos Aires e ao Instituto Emílio Ravignani, na Argentina, sob tutoria do Prof. Dr. Claudio Fabian Belini, também foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. A mesma possibilitou o acesso a diferentes instituições de pesquisa, além da realização de duas disciplinas junto ao curso de *Maestría em Historia Económica y de las Políticas Económicas*, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires.

Além disso, esta experiência no exterior possibilitou o aprofundamento de algumas questões teóricas vinculadas ao objeto de estudo, através de um diálogo com pesquisadores vinculados ao *Programa de Estudios de Historia Económica y Social Americana*, coordenado pelo Prof. Dr. Claudio Fabian Belini, bem como pelas próprias disciplinas cursadas. A estadia no exterior oportunizou a publicação de um trabalho em periódico na Argentina, além da participação em alguns eventos, nos quais pude dialogar com pesquisadores de outras instituições e de outras áreas do conhecimento, o que certamente contribuiu para observar com

mais atenção alguns pontos do meu trabalho. Somado a isso, ter uma experiência de estudar e viver no exterior, mesmo que por um pequeno período, possibilita uma mudança de ponto de vista em relação às inúmeras questões que envolvem a percepção que temos do mundo. Isso, certamente, trouxe contribuições e, sobretudo, amadurecimento que levarei para a vida e que servirão de aporte durante a minha atuação profissional.

Dedico, ainda, um agradecimento especial a todas as instituições de pesquisa que fui recebida, tais como: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; Casa de Memória Edmundo Cardoso; Arquivo Nacional; Arquivo Histórico do Itamaraty Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Além dos locais de pesquisa frequentados na Argentina, tais como: Archivo General de la Nación; Biblioteca Nacional; Bibliotecas del Banco Central de la República Argentina ("Ernesto Tornquist" e "Raúl Prebisch") e Centro de Documentación e Información del Ministerio de Economía. Obrigada, também, aos atuais sócios da Fábrica Cyrilla, que confiaram em meu trabalho e deixaram todo o acervo existente à disposição, agradeço pela disponibilidade em prestar auxílio no que fosse necessário para a construção deste trabalho.

De forma especial agradeço a algumas pessoas com as quais dialoguei e que foram essenciais para o esclarecimento de alguns pontos específicos da tese. Entre elas destaco o professor Julio Moreno, o senhor Luiz Fernando Cirne Lima, que foi Ministro da Agricultura durante o período em que o Decreto Lei nº 5.823 foi promulgado e as pesquisadoras do Laboratório de Biogenoma da Universidade Federal de Santa Maria.

Agradeço, de forma muito especial e carinhosa, todos os professores que tive no decorrer desta jornada, com certeza cada um, à sua maneira, me ensinou algo que levarei para toda a vida. Destaco e reforço um agradecimento especial à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, pela confiança que depositou em mim e no meu trabalho e também pela parceria que já estabelecemos a alguns anos. Ao coorientador deste trabalho, Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, que aceitou o desafio no meio do percurso e colaborou de forma singular, principalmente me encorajando e valorizando a pesquisa que estava realizando. Agradeço, ainda, ao Prof. Dr. Cláudio Fabian Belini, que me orientou, quando estive em Buenos Aires realizando o Doutorado Sanduíche. Além disso, estendo meus agradecimentos aos professores que participaram do exame de qualificação e que novamente se dispuseram a participar da Banca de Defesa final: Prof. Dr. Amado Cervo, Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad e Prof.^a Dr.^a Marcela Patrícia Ferrari.

Quanto aos(às) colegas e amigos(as) que dividiram comigo este momento, nem tenho palavras para mensurar a importância que tiveram durante todo este período. Com certeza, a

trajetória teria mais espinhos se não fosse pela parceria de vocês. Agradeço todos os bons momentos e angústias que dividimos, incluindo trabalhos, disciplinas, viagens de estudo, orientações coletivas, lágrimas, dramas, decepções, medos e todos os sentimentos que me acompanharam e que, com certeza, também foram parte comum em nossa trajetória. Neste caso, não citarei nomes para não correr o risco de esquecer alguém. Aos(às) amigos(as) que estive um pouco mais distante nos últimos anos, me perdoem a ausência.

À família Mo/Amavet, minha família argentina, que me acolheu com todo amor e carinho durante o período de Doutorado Sanduíche, muito obrigada pelos ensinamentos, paciência e por me ajudarem a ser uma pessoa melhor. À abuela Sara, um carinho ainda mais especial, pelas nossas conversas, por seus ensinamentos e, sobretudo, por todo o amor e carinho que expressava por mim todos os dias. Foi um imenso prazer conviver com todos vocês e os levarei para sempre em meu coração.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento mais que especial à minha família, obrigada pela compreensão, principalmente em função das ausências e falta de paciência. Sobretudo, agradeço vocês por todo amor, confiança e admiração que nutrem por mim, principalmente naqueles momentos em que eu mais precisei de amparo. Não posso deixar de mencionar e agradecer ao meu sobrinho, Arthur, que iluminou meus dias e irradiou toda sua pureza e amor nos momentos em que mais me sentia só.

RESUMO

FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O TRANSNACIONAL NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E O CASO DA FÁBRICA CYRILLA DE SANTA MARIA, RS, BRASIL

Autora: Bruna Lima

Orientadora: Maria Medianeira Padoin

Coorientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Esta tese aborda a política brasileira de desenvolvimento econômico e a forma como ela viabilizou a entrada de empresas transnacionais de bebidas no Brasil, a partir de restrições às indústrias nacionais, cujos proprietários, em sua maioria, eram imigrantes de países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Estas restrições iniciaram no período de autoritarismo, que compreendeu o Estado Novo no Brasil (1937-1945), e foram verificadas através dos episódios de quebra-quebra, em 1942, que ocorreram em diversas cidades brasileiras, incluindo Santa Maria – RS, e que tiveram continuidade com a legislação que regulamentava a produção e o comércio de bebidas no Brasil, baseada em interesses internos e externos, identificados pelo governo e pelos grupos que o apoiavam. Esta política culminou com a elaboração do Decreto Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, justamente quando, novamente, o Brasil vivenciou um momento histórico pautado pelo intervencionismo e pelo autoritarismo, pós-Golpe de 1964, e quando leis e decretos envolvendo a produção e comércio de bebidas no Brasil voltaram a ser alvo de discussões. Com base em uma análise qualitativa, a investigação do caso da Fábrica Cyrilla, de Santa Maria, possibilitou-nos uma comprovação de como este tipo de política era praticada, ampliando as fronteiras nacionais e demonstrando como questões locais/regionais refletiram e estavam interligadas a projetos híbridos de governo e a interesses de determinados grupos sociais. Nesse sentido, o pan-americanismo e o internacionalismo produziram impacto e influenciaram nas condutas políticas e nas ações do governo, nos dois momentos, havendo uma continuidade em relação à forma de construção política, principalmente quanto ao desenvolvimento econômico, que se apresentou como um elemento norteador das ações dos governos, seja para justificar a intervenção econômica, como forma de organizar interesses de classe, ou como alternativa para justificar ações repressivas, que ocorreram em ambos os períodos, representados por processos de nacionalização e atos institucionais, respectivamente, aproximando o Brasil dos Estados Unidos. Esta pesquisa foi realizada junto ao Curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”, e contou com bolsa Demanda Social e de Doutorado Sanduíche no exterior, ambas concedidas pela CAPES.

Palavras-chave: Fábrica Cyrilla. Fronteiras nacional e transnacional. Pan-Americanismo, internacionalismo e desenvolvimento.

ABSTRACT

BORDERS BETWEEN THE REGIONAL AND THE TRANSNATIONAL IN THE ECONOMIC DEVELOPMENT POLICY OF BRAZIL AND THE CASE OF THE CYRILLA FACTORY OF SANTA MARIA, RS, BRAZIL

Author: Bruna Lima

Advisor: Maria Medianeira Padoin

Co-advisor: Paulo Gilberto Fagundes Visentini

This thesis deals with the Brazilian economic development policy and the way in which it enabled the entry of transnational beverage companies in Brazil, from restrictions on the national industries, whose owners were mostly immigrants from Axis countries during the World War Two (1939-1945). These restrictions began in the period of authoritarianism, which included the Estado Novo in Brazil (1937-1945), and can be verified through the break-up episodes in 1942, which occurred in several Brazilian cities, including Santa Maria, RS, from the legislation that regulated the production and trade of beverages in Brazil, based on internal and external interests, identified by the government and the groups that supported it. This policy culminated in the drafting of Decree Law No. 5,823, of November 14, 1972, precisely when, once again, Brazil experienced a historical moment, marked by interventionism and authoritarianism, post-Goup of 1964, and when laws and decrees involving the production and trade of beverages in Brazil were again the subject of discussions. Based on a qualitative analysis, the investigation of the case of Cyrilla Factory, Santa Maria, enabled us to prove how this type of policy was practiced, expanding national boundaries and demonstrating how local / regional issues reflect and are interconnected to projects hybrids of government and the interests of certain social groups. In this sense, pan-americanism and internationalism had an impact and influenced the political conduct and actions of the government, in both moments, having a continuity in relation to the form of political construction, mainly in relation to the economic development that presented itself as an element as a way of organizing class interests, or as an alternative to justify repressive actions that occurred in both periods, represented by processes of nationalization and institutional acts, respectively, bringing Brazil closer to United States. This research was carried out with the Doctoral Degree in History of the Post-Graduate Program in History, Federal University of Santa Maria (PPGH / UFSM), in the Research Line "Frontier, Politics and Society" and counted on Social Demand scholarship and Doctoral Sandwich abroad, both granted by CAPES..

Keywords: Cyrilla Factory. National and transnational borders. Pan-americanism, internationalism and development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modal ferroviário no Brasil	77
Figura 2 – Modal ferroviário no Rio Grande do Sul	78
Figura 3 – Vista aérea do Bairro Itararé, em Santa Maria, RS, com destaque para a localização da Fábrica Cyrilla	82
Figura 4 – Fábrica Cyrilla	83
Figura 5 – Sócios fundadores da Fábrica Cyrilla Frederico Diefenthaler e Ernesto Guilherme Geys respectivamente	83
Figura 6 – Farmacêutico-Químico Ernesto Guilherme Geys.....	84
Figura 7 – Diploma de premiação Feira Internacional em Comemoração ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil	85
Figura 8 – Destaque em jornal (sem identificação) pela premiação na Feira Internacional em Comemoração ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil	85
Figura 9 – <i>Stand</i> da Fábrica Cyrilla na II Exposição Estadual de Animais e Derivados de Santa Maria.....	87
Figura 10 – Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e outros, durante reunião por ocasião da introdução da Coca-Cola no Brasil, Esq./dir.: Jefferson Caffery, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e James Farley	106
Figura 11 – Detalhe de página do Diário Oficial, referente à confirmação do registro da marca Cyrillinha, publicado em 22 de junho de 1955.....	126
Figura 12 – Embalagem original da Cyrillinha.....	126
Figura 13 – Propaganda da Cyrillinha em construção de Santa Maria	127
Figura 14 – Rótulo do produto Cyrillinha (refrigerante de laranja com suco natural)	140
Figura 15 – Rótulo do produto Cyrilla (refrigerante de laranja com suco).....	140
Figura 16 – Rótulo do produto Gasosa Cyrilla (refrigerante de limão com suco).....	141
Figura 17 – Fragmento de edição especial do Jornal Diário de Santa Maria.....	144
Figura 18 – Detalhe de matéria de jornal ressaltando a conformidade dos produtos da Fábrica Cyrilla com a Lei dos Sucos	157
Figura 19 – Fragmento do Jornal A Razão indicando a construção da fábrica da Coca-Cola em Santa Maria	160
Figura 20 – Máquina para a fábrica da Coca-Cola em Santa Maria.....	162

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS E O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	23
2.1	A TERCEIRA REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS (RIO DE JANEIRO – 1942): APONTAMENTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS	25
2.2	O DEBATE DESENVOLVIMENTISTA PRESENTE NA TERCEIRA REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS	42
2.3	NACIONALISMO ALÉM DA FRONTEIRA NACIONAL	54
3	INTERESSES INTERNOS NA MOBILIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DURANTE O ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945).....	61
3.1	OS MOVIMENTOS DE QUEBRA-QUEBRA ESPALHADOS PELO BRASIL: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO	62
3.2	A FÁBRICA CYRILLA DE SANTA MARIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA ..	75
3.3	O QUEBRA-QUEBRA NA FÁBRICA CYRILLA E OS IMPASSES LEGAIS SOBRE A PRODUÇÃO DO “GUARANÁ”	89
3.4	A PRODUÇÃO DE BEBIDAS E A COCA-COLA NO BRASIL DURANTE O ESTADO NOVO.....	100
4	INTERVENCIONISMO E DESENVOLVIMENTISMO DURANTE O GOVERNO CIVIL-MILITAR (1964-1985): UMA ANÁLISE VOLTADA À REGULAMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BEBIDAS NO BRASIL	112
4.1	OS ANTECEDENTES: O INTERNACIONALISMO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL.....	115
4.2	QUESTÕES INTERNAS E EXTERNAS ENVOLVENDO O DESENVOLVIMENTISMO DURANTE O GOVERNO CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985).....	130
4.3	A “LEI DOS SUCOS” E A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE CARÁTER INTERVENCIONISTA DO BRASIL	137

4.4	DIAGNÓSTICO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS NO BRASIL APÓS A LEI DOS SUCOS E A AFIRMAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS DESTA CATEGORIA.....	156
5	CONCLUSÃO	166
	REFERÊNCIAS	175
	FONTES CONSULTADAS.....	183

1 INTRODUÇÃO

A presente tese traz como tema de pesquisa o estudo das fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda. de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Esta mesma foi realizada junto ao Curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”, contando com bolsa Demanda Social da CAPES e com bolsa de Doutorado Sanduíche no exterior, também concedida pela CAPES, realizado junto à Universidad de Buenos Aires (Argentina), entre o período de agosto a novembro de 2017.

A Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda. de Santa Maria foi fundada, oficialmente, em 20 de agosto de 1910, pelo caixeiro viajante Frederico Adolfo Diefenthaler, em sociedade com o químico Ernesto Guilherme Geys, com a finalidade de produzir e comercializar águas minerais, gasosas, licores, aperitivos, entre outros produtos. Todavia, desde 1906, antes de funcionar adotando o nome Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda., teve como sua marca registrada o nome “Destilaria Urso”, porém mantendo a sua razão social como “F. Diefenthaler & Cia”, quando, inclusive, já produzia o Guaraná Cyrilla.

Enquanto se manteve em funcionamento, a Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda. de Santa Maria acompanhou períodos de flutuações políticas e econômicas do país, vivenciando momentos de apogeu, obtendo, inclusive, reconhecimento nacional e internacional, com alguns de seus produtos premiados em feiras e exposições; mas, também, acompanhou momentos de crises internas e outras impulsionadas por fatores externos, como veremos no decorrer do trabalho, chegando a fechar as portas, no ano de 2008.

Com o falecimento de um dos proprietários, Frederico Adolfo Diefenthaler, em 24 de julho de 1947¹, a fábrica alterou sua razão social para “V.v. Diefenthaler e Cia”, porém, utilizaremos, durante o decorrer do trabalho, a nomenclatura Fábrica Cyrilla, que foi o nome fantasia adotado pela empresa e, também, pelo qual ficou conhecida.

Desde sua fundação até a atualidade, a Fábrica Cyrilla está localizada no mesmo endereço, na Rua Marechal Deodoro, nº 1000, no bairro Itararé, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Destacamos que a Fábrica Cyrilla deve ser reaberta no mesmo endereço, neste ano de 2019, voltando a produzir, inclusive, alguns de seus produtos clássicos, com as suas formulações originais. No planejamento da sua reabertura, consta também o projeto de

¹ Data de falecimento foi obtida em: <<http://heuser.pro.br/getperson.php?personID=11625&tree=Diefenthaelers>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

construção de um museu, contando com um acervo que retrata parte da história da fábrica, que se entrelaça ao da cidade de Santa Maria, desde o final do século XIX.

Em relação à documentação que tivemos acesso para a pesquisa, a fábrica possui um acervo parcialmente organizado, que conta com fotografias diversas (em maior número a partir dos anos 1980), documentos fiscais e contábeis, algumas correspondências enviadas e recebidas de fornecedores de materiais, advogados e clientes, registro de produtos, recortes de jornais, composições dos produtos, premiações, entre outros. Todavia, sabemos que uma parte da documentação da fábrica não se encontra disponível no acervo, pois foi destruída, em 1942, quando ocorreu movimento que ficou conhecido como quebra-quebra, na cidade de Santa Maria, em aparente protesto as casas comerciais e industriais de proprietários de origem germânica, italiana ou japonesa, tema que explicitaremos com mais clareza no decorrer dos capítulos.

Podemos dizer que o interesse por este tema de pesquisa teve origem a partir de trabalhos e estudos anteriores (graduação e mestrado), que abordaram questões relacionadas às políticas econômicas e aos processos de industrialização, crescimento e desenvolvimento econômico, vinculados, principalmente, ao contexto da cidade de Santa Maria, município do sul do Brasil, que apresenta uma característica peculiar por estar geograficamente localizada no centro do estado Rio Grande do Sul, apresentando-se como um importante “entrepasto natural e obrigatório, pois está ligada a diversos pontos do estado por rodovias e linhas férreas, o que facilita a circulação de mercadorias” (PADOIN, 1992, p. 11).

Além do aprofundamento destas temáticas, pretendemos, na construção da tese, abarcar uma outra perspectiva, considerando não somente questões relacionadas às políticas de desenvolvimento local, mas percebê-las enquanto variáveis nas relações entre o Brasil e outros países, dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e na disputa político-ideológica e de caráter econômico que envolveu a América Latina neste período e, também, no período de governo Civil-Militar, entre 1964 e 1985.

Nesse intuito, dividimos o estudo em dois grandes focos de investigação, o primeiro deles durante o período de Estado Novo no Brasil (1937-1945) e o segundo compreendido dentro do período de governo Civil-Militar (1964-1985). Tal seleção se justifica, por considerarmos que, em ambos marcos cronológicos, percebemos a incidência de decretos que regulamentavam a produção de bebidas no Brasil, que influenciaram diretamente na história da fábrica Cyrilla. Somado a isso, ambos são períodos em que prevaleceu um discurso que congregava a defesa do desenvolvimentismo, do progresso e do nacionalismo, como forma de justificar e normalizar o viés autoritário assumido pelos governos em ambos os períodos. Estes

dois momentos foram marcados por um caráter intervencionista por parte dos governos brasileiros, fenômeno característico de políticas autoritárias presentes não só do Brasil, mas também em alguns países latino-americanos, que ao longo da história, oscilaram entre períodos de ditaduras e democracias².

O autoritarismo, neste caso, pode ser definido essencialmente como o pensamento oposto as liberdades individuais, centralizado em um grupo que exerce o poder através da autoridade, da necessidade de manutenção da ordem, que somente apresenta conformidade com aquilo que é definido por quem, ou pelo grupo que está no poder. Além disso, podemos dizer que, em determinados momentos históricos, o autoritarismo também está relacionado ao pensamento que “apoia a utilização do aparato repressivo do Estado para excluir os setores populares da participação política e visa impedir a implementação de políticas sociais para proteger esses mesmos setores populares” (WASSERMAN, 2013, p. 183).

Foi, portanto, nestes dois momentos específicos do contexto histórico e político brasileiro, marcados pelo autoritarismo e da construção da história da Fábrica Cyrilla que esta tese foi centrada. Isso ocorreu porque, analisando uma parte da trajetória desta fábrica, percebemos sua inserção como um elemento para compreendermos os efeitos no jogo das relações de poder na fronteira da política, que tentava se definir como nacionalista e desenvolvimentista em um mundo globalizado, restrito não apenas aos sistemas de produção e troca, mas incluindo também a política e a cultura.

Nesta perspectiva de análise, a escolha pela Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”, do PPGH/UFSM, se deu principalmente em função da abrangência que a temática apresenta e da perspectiva do olhar que pretendemos evidenciar. Neste caso, as políticas do governo brasileiro, as relações internacionais, a expansão do capitalismo internacional, o conceito de fronteira dentro do contexto de globalização e a história regional/local apresentam-se como elementos centrais da pesquisa, sem deixar de destacar a forma simbólica de como o poder é pensado e utilizado dentro de um contexto de guerra e de expansão capitalista, seja através das ideias, ou mesmo da cultura política.

Neste caso, a presente pesquisa se propõe a elaborar um estudo histórico que envolveu processos políticos, econômicos e sociais que relacionam o objeto de estudo com a política

² Wasserman (2013) ao discorrer sobre a presença e a origem do autoritarismo na América Latina apontou o pensamento autoritário e conservador como sendo responsáveis por justificar o poder das classes dominantes e, ao mesmo tempo, limitar a participação de setores populares. Neste trabalho, a autora identificou a origem deste pensamento na América Latina, como imediatamente após os movimentos de independência e como este pensamento foi se reafirmando e se reinventando ao longo dos séculos XIX e XX e como ainda permanece na atualidade.

institucionalizada, pautada principalmente pela ideia de desenvolvimento, em ambos os períodos delimitados e, tendo como foco a experiência da Fábrica Cyrilla. A partir desta política, também foi possível percebermos que as alianças refletem não só no campo econômico, mas que agem diretamente em questões políticas e sociais, rompendo com a noção de fronteira enquanto limite existente entre o nacional e o transnacional. A fronteira, neste caso, refere-se a um espaço de contato e a uma percepção, que envolvem relações econômicas, intercâmbio de ideias e tensões nas relações entre estados, expressas principalmente através das alianças, acordos e desacordos. Somado a isso, a ideia de fronteira apresentada neste trabalho relaciona-se com termo transnacional, no sentido de compreendermos empresas transnacionais como aquelas que atuam através das fronteiras estatais e, também, como agentes de integração econômica entre Estados.

Cabe mencionarmos que esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa (UFSM/CNPq) “História Platina: sociedade, política e instituições”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, que, além disso, desenvolve ações junto ao Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras, da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), as quais possibilitaram as aproximações para a pesquisa realizada com a Bolsa Sanduíche da CAPES. Além disso, as experiências obtidas com a participação em eventos científicos, que propiciaram a discussão e aprofundamento das questões que envolvem o objeto de estudo.

Neste caso, é mister destacarmos que foi fundamental para o desenvolvimento desta tese a aprovação e concessão da bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no exterior (PDSE – CAPES). O trabalho foi realizado entre os meses de agosto e novembro de 2017, na Universidade de Buenos Aires (UBA-Argentina), especialmente junto à Faculdade de Filosofia e Letras, e na Faculdade de Ciências Econômicas, em que tivemos como tutor o Prof. Dr. Claudio Fabian Belini, que atua como pesquisador no Instituto de História da América Dr. Emílio Ravignani, onde coordena o *Programa de Estudios de Historia Económica y Social Americana (PEHESA)*.

Destacamos que pesquisas relacionadas às temáticas “desenvolvimento”, “políticas industriais” e “empresas”, no século XX, são numerosas em universidades argentinas, de modo que, apesar de “ser notória a falta de interesse pela problemática industrial, a partir de meados dos anos setenta, até praticamente a mudança de século”, podemos considerar que “a historiografia sobre o setor industrial na Argentina possui uma longa tradição” (ROUGIER,

2008, p. 7, tradução nossa)³. Além disso, a tradição em relação aos estudos vinculados à política externa, tal como foi observado e assinalado por Amado Cervo (2008), ao destacar que, “em termos comparativos, o Brasil é um país que acumulou sólido pensamento, mas não evoluiu, contudo, para teorização das relações internacionais. Perde para seu vizinho do sul, a Argentina, onde uma literatura mais abundante a tal respeito está disponível” (CERVO, 2008, p. 13).

Assim, este período na Argentina contribuiu para compreendermos que as formas e as bases de um “projeto” desenvolvimentista que vinham sendo construídas possuem uma relação direta com os rumos que a política externa se direcionava, em um mundo cada vez mais globalizado. Neste sentido, percebemos que as políticas voltadas ao Brasil não estavam relacionadas somente a ele, mas sim, à boa parte dos países latino-americanos, seja através de ideias vinculadas ao pan-americanismo, que eram ativadas, desativadas e reativadas, conforme os interesses internos dos países na América Latina e de suas possibilidades e vínculos, especialmente com os Estados Unidos (EUA), principalmente quando pensamos na primeira delimitação temporal estabelecida, ou através da ideia de internacionalismo, já pensando na segunda delimitação temporal.

Destacamos, além disso, que esta pesquisa foi construída de forma qualitativa, desde a busca, seleção e análise da documentação encontrada. Salientamos, no entanto, que nos associamos a uma concepção crítica em relação aos documentos oficiais, reforçada pelos *Annales*. Isso porque acreditamos, primeiramente, que nem tudo se pode conhecer sobre o passado e que, ao mesmo tempo, nem tudo que é produzido através de documentos oficiais, deve ser tomado como um fato concreto. Pelo contrário, na análise documental procuramos tentar compreender em qual contexto e o motivo pelo qual determinado documento estava sendo produzido, atendendo a quais interesses, a quem, ou a qual público estava sendo direcionado, entre outras questões. Além disso, a falta, ou a não existência de documentação, também foi interpretada como um elemento importante neste trabalho, tendo em vista que ambos os períodos estudados são caracterizados pelo autoritarismo, em que a regulação dos meios de informação e comunicação era uma prática vigente, assim como a censura.

A partir destes registros preliminares, explicitamos que alguns trabalhos desenvolvidos na área de História⁴ sinalizam uma proximidade com a temática estudada. Nesse caso,

³ Fragmento original: “*notoria la falta de interés por la problemática industrial a partir de mediados de los años setenta y hasta prácticamente el cambio del siglo*” / “*la historiografía sobre el sector industrial en la Argentina tiene ya una larga tradición*” (ROUGIER, 2008, p. 7).

⁴ O intuito neste primeiro momento foi delimitar apenas trabalhos na área de História que abordam questões fundamentais referentes ao tema de pesquisa ou então que se aproximam na forma de interpretação. Esta escolha se deu em função deste estudo ser uma pesquisa que estende sua análise também para outros campos de estudo, o que resultaria em um estado da arte bastante longo. Neste caso, optamos por fragmentar a apresentação do

destacamos o trabalho de Moreno (2003), que, apesar de estudar um contexto espaço-temporal parcialmente diferenciado, voltado ao México, entre as décadas de 1920 e 1950, o mesmo levantou algumas questões importantes para a nossa reflexão, principalmente em relação à mudança de postura do país, sinalizando a abertura do mercado mexicano para empresas estadunidenses, na década de 1940. Entre as suas indagações, encontram-se as motivações para a incidência de tal mudança, quando passou a voltar o seu estudo para questões envolvendo política, diplomacia de empresas multinacionais estadunidenses que estavam buscando mercado no México. Além disso, o autor também se dedicou a compreender quais foram os principais motivos pelos quais o México aceitava a presença dos Estados Unidos em seu território e, ao mesmo tempo, não permitia que empresas estrangeiras, oriundas de outros países se instalassem em seu território. Estas questões, além da existência de uma “cultura do consumo” e a reconstrução do México, na década de 1940, contribuíram para a elaboração da interpretação do autor.

Moreno (2003) também percebeu diferentes vertentes da política externa estadunidense, detalhando, sobretudo, como os episódios em torno da Segunda Guerra Mundial foram favoráveis para os Estados Unidos, no sentido de ter colaborado com a disseminação de valores capitalistas para o México e para o restante da América Latina, a partir do final da década de 1930. Isso ocorreu, tendo em vista “as preocupações com a influência nazista ou comunista, assim como a expansão econômica americana, que deram aos partidários de uma forma progressiva de diplomacia a vantagem nas relações EUA-México durante a maior parte dos anos 1940” (MORENO, 2003, p. 8, tradução nossa)⁵.

Para o autor, a logística em torno do capitalismo industrial moderno, propagado entre as décadas de 1920 a 1950, tornou-se sinônimo da crença de que o crescimento industrial e comercial traria benefícios aos mexicanos. Porém, a busca pelo desenvolvimento capitalista industrial serviu a certas finalidades, contribuindo para que líderes políticos consolidassem e legitimassem a autoridade do Estado sob a bandeira da Revolução Mexicana de 1910 e da Constituição de 1917, de modo que lideranças políticas e instituições governamentais sustentaram a ideia de que a intervenção governamental, em questões políticas e comerciais, que apoiavam o desenvolvimento capitalista, foram esforços para implementar ideais revolucionários. Da mesma forma, publicitários também foram beneficiados, retratando a

estado da arte, sendo que na introdução trouxemos apenas os trabalhos desenvolvidos especificamente no campo da História, abarcando pesquisas de outros campos do conhecimento distribuídas ao longo do trabalho.

⁵ “*how concerns about Nazi or communist influence as well as American economic expansion gave supporters of a progressive form of diplomacy the upper hand in U.S.-Mexican relations throughout most of the 1940s*” (MORENO, 2003, p. 8).

publicidade como um dos motores principais do capitalismo industrial moderno, por ser um mecanismo destinado à mobilidade e ao consumo ascendente, associado diretamente à prosperidade e à democracia.

As campanhas publicitárias, na visão de Moreno (2003), também foram essenciais na introdução de campanhas antinazistas e anticomunistas que representavam os Estados Unidos como parceiros na busca pelo desenvolvimento capitalista do México. Isso porque, tais campanhas recorreram ao nacionalismo mexicano e ao legado revolucionário para aumentar a influência diplomática sobre o país, entre outros fatores (sincretismo entre a cultura americana e mexicana). Neste caso, o capitalismo industrial moderno apresentou-se como um dever patriótico e um produto da revolução que traria prosperidade nacional, mobilidade ascendente e uma nova forma de democracia que os mexicanos poderiam experimentar através do consumo. Atualmente, Julio Moreno vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à expansão da Coca-Cola para a América Latina, porém seus resultados ainda não foram publicados, mas pudemos manter um diálogo com o autor durante o período do Doutorado Sanduíche na Argentina, e a continuidade deste no decorrer de nossa pesquisa.

No tocante às questões mais gerais, relacionadas à inversão externa direta, as pesquisadoras Andrea Lluch e Norma Silvana Lanciotti apresentam considerações importantes, ao elaborarem um mapeamento das cem multinacionais atuantes na Argentina no período [...]. Ao elaborar este estudo, as pesquisadoras discutiram sobre marcos conceituais importantes que envolvem os fatores determinantes à inversão externa por empresas, destacando uma porção de teorias econômicas e administrativas que abordam questões relacionadas à gestão, principalmente. Porém, as autoras detectaram que tais teorias, muitas vezes, apresentavam-se como insuficientes, assinalando que

la historia económica y la historia de empresas ha señalado la dificultad de explicar las decisiones de internacionalización de las empresas basándose en una única teoría, enfatizando en cambio, la dimensión histórica de los negocios internacionales, y particularmente, los aspectos políticos y culturales que inciden en las formas de inversión directa en el largo plazo tanto como los factores económicos (LLUCH; LANCIOTTI, 2015, p. 3-4).

Neste caso, as autoras buscaram complexificar os fatores pelos quais se deram os investimentos externos diretos na Argentina, com a finalidade de demonstrar que eles foram múltiplos e dinâmicos. Tal perspectiva de análise ajudou-nos a perceber algumas possibilidades de interpretação para o contexto brasileiro.

No que se refere às produções que envolvem de forma mais específica a Fábrica Cyrilla, temos, mais recentemente, a monografia de Graduação em História, de Antunes (2014),

orientado pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, que assinalou a Fábrica Cyrilla como patrimônio histórico de Santa Maria, pela mesma ter atuado na cidade por quase cem anos, contribuindo não somente com o desenvolvimento econômico da região, mas constituindo-se como um elemento identitário de Santa Maria. Além disso, com este trabalho a autora forneceu elementos para promover uma reflexão envolvendo temas de memória, identidade e preservação do Patrimônio Cultural a partir do estudo da Fábrica Cyrilla, o que foi de singular relevância, pois contribuiu com dados e subsídios para a elaboração deste trabalho. Porém, trabalhos específicos que abordem o viés que estamos propondo neste trabalho não foram identificados, o que caracteriza a nossa interpretação como inédita.

Nesse sentido, construímos a tese em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão, onde, no segundo deles, “Negociações Internacionais e o Brasil na Segunda Guerra Mundial”, trabalhamos com as ideias de pan-americanismo, desenvolvimento e nacionalismo, principalmente através dos debates que aconteceram durante a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942, que, por sua vez, ocorreram dentro do contexto do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945) e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Estes elementos são importantes, na medida em que buscamos uma compreensão de como negociações em um plano internacional estavam influenciando, de forma direta e indireta, nas ações do governo brasileiro durante o período mencionado.

As disputas pelo apoio dos países latino-americanos, sob a influência do pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos, e a forma como os discursos em torno do desenvolvimento e de ideias vinculadas ao nacionalismo serviam a este fim, também se apresentam como temas deste capítulo, juntamente com a tentativa de compreensão e investigação de como uma ideia específica de nacionalismo foi construída neste período. Neste capítulo, portanto, buscamos complexificar as questões já mencionadas para, enfim, compreendermos, nos capítulos seguintes, a política brasileira de desenvolvimento econômico e a forma como ela criou mecanismos que privilegiaram a entrada de empresas transacionais de bebidas no Brasil, a partir de restrições às indústrias nacionais.

Estas restrições iniciaram no período que compreendeu o Estado Novo no Brasil (1937-1945), com os episódios de quebra-quebra de 1942, e culminaram com o Decreto nº 5.823, de 14 de novembro de 1972. A investigação do caso da Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda. de Santa Maria, serve para demonstrar com mais clareza como este tipo de política, que ampliou as fronteiras nacionais, foi executada, ganhando a devida atenção a partir do terceiro capítulo, o que também ocorre com a Coca-Cola, que foi a empresa transnacional que selecionamos para

a construção desta análise, por estabelecer uma filial em Santa Maria e, também, por simplificar alguns dos valores intrínsecos ao pan-americanismo e ao internacionalismo.

Neste capítulo, as questões envolvendo uma discussão mais teórica sobre desenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo está presente. Todavia, restringe-se mais ao campo historiográfico, o que não inviabiliza a sistematização trazida por Bielschowsky (2004), no tocante à sua elaboração teórica, que envolveu a ideia de desenvolvimentismo no Brasil. Tratando-se de maneira mais específica em relação aos conceitos, a parte em que se aborda o desenvolvimentismo, propriamente dito, utilizamos como fundamentação os trabalhos de Fonseca (1999). Quando voltamos nossa análise para a parte que envolve o nacional-desenvolvimentismo, o embasamento teve como referência a análise feita por Bastos (2012).

Destacamos que, neste capítulo, priorizamos por demonstrar a abrangência que a ideia de desenvolvimentismo tinha na legitimação política do governo, de modo a demonstrar toda sua complexidade, quando associado a temas como nacionalismo e pan-americanismo, por exemplo, mas sem deixar este debate que envolve o termo se sobrepor ao objeto principal da pesquisa. Estas mesmas ideias (desenvolvimentismo, nacionalismo e pan-americanismo) servem também para conectar este capítulo aos demais, tendo em vista que a política desenvolvimentista vem permeando a história do Brasil, em especial nos dois períodos trabalhados, pois apresentam a marca do intervencionismo, que também pode ser definido através da interpretação dada por Fonseca (1999). Somado a isso, assinalamos que, além das questões mais voltadas ao campo econômico que foram trabalhadas, um aprofundamento de um debate relacionado à política internacional foi privilegiado, seguindo a perspectiva de Cervo (2008) em relação aos paradigmas.

O terceiro capítulo, intitulado “Interesses internos na mobilização de uma política desenvolvimentista durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945)”, é composto por uma parte de caráter mais empírico, mas que se entrelaça com o capítulo anterior. Ao focar o estudo nas questões relacionadas à Fábrica Cyrilla, durante o período compreendido pelo Estado Novo, um leque de questões começou a se oferecer. Uma destas questões apresentou-se como decorrência do capítulo anterior, pois refere-se aos atos de quebra-quebra no Brasil, ocorridos em 1942, e a forma como eles ajudam a compreender como empresas transnacionais de bebidas podem ter se utilizado deste contexto para se instalarem, de fato, no Brasil, através de uma propaganda anti-eixo e de uma política que visava a defesa do continente americano.

Além destes episódios, uma análise precisa da legislação que envolveu a produção e a regulação de bebidas no Brasil durante este período foi efetuada, no sentido de identificarmos as formas e mecanismos de intervenção estatal, voltadas a interesses específicos. Ainda,

tentamos identificar também quais foram os grupos que poderiam ter se beneficiado com as restrições legais em relação à produção e comercialização de bebidas no Brasil.

Neste terceiro capítulo, também, versaremos da especificidade de escolhermos Santa Maria, cidade localizada em uma região geográfica estratégica, no centro do estado do Rio Grande do Sul, configurando-se como destacado entroncamento ferroviário na época, fator interessante no tocante à logística, elemento devidamente explorado neste trabalho. Além disso, a cidade localiza-se também nas proximidades com a fronteira do Brasil com o Uruguai e com a Argentina, o que também se apresenta como um elemento interessante de ser considerado.

Este capítulo apresenta questões mais empíricas diretamente relacionadas ao objeto de estudo em si, mas o debate relacionado ao desenvolvimentismo continua presente, tendo por base os estudos de Fonseca (1999). Porém, neste capítulo, ao tentarmos compreender algumas questões envolvendo grupos empresariais e políticas governamentais, recorreremos ao trabalho de Schumpeter (1985), principalmente ao que ele denominou como “destruição criadora”, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, como sendo uma parte essencial do processo de desenvolvimento econômico, dentro dos movimentos cíclicos, característicos do capitalismo.

Somado a isso, a questão relacionada aos agentes envolvidos no processo, sejam eles empresários, governo, entre outros, pode ser compreendida através da perspectiva trazida por Diniz (2004; 2010), principalmente no tocante às organizações da classe empresarial. Neste ponto, cabe ainda a inclusão da questão da inovação, trazida também por Schumpeter (1985). Em relação a estas organizações e estes agentes, principalmente no tocante às elites, ainda podemos ressaltar o trabalho realizado por Jáuregui (2003).

No quarto capítulo, intitulado “Intervencionismo e desenvolvimentismo durante o governo Civil-Militar (1964-1985): uma análise voltada à regulamentação da produção de bebidas no Brasil”, o foco de análise incide sobre uma parte do período de governo Civil-Militar no Brasil, pós-Golpe de 1964, quando novamente temos questões importantes relacionadas à legislação sobre produção e regulamentação de bebidas, no Brasil. No entanto, destacamos que optamos pela utilização do termo Civil-Militar quando referenciamos o período entre 1964-1985, seguindo a perspectiva de que o Golpe de 1964 não partiu apenas das forças militares, conforme trabalhou Dreifuss (1987). Nele, o autor identificou quais foram as principais forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de internacionalização, de forma a acompanhar sua intervenção no Estado e na sociedade. Utilizando-se de um grande número de documentos, este mesmo autor também destacou as formas como teriam ocorrido as articulações entre os principais grupos que apoiaram e que se engajaram nas estratégias em

favor do Golpe de 1964. Com isso, Dreifuss (1987) destacou que este não foi apenas um simples Golpe das Forças Armadas contra o governo de João Goulart, mas sim, a culminância de um movimento Civil-Militar estrategicamente bem organizado, tal como já foi assinalado em Lima (2014).

Além disso, questões relacionadas a um contexto mais ampliado, considerando a ideia de internacionalismo também estão presentes neste capítulo. Isso porque, assim como acreditamos na forte influência do pan-americanismo durante o Estado Novo, cremos na continuidade desta influência, porém, em uma perspectiva mais ampliada e sob a terminologia de internacionalismo.

Neste caso, uma análise minuciosa do Decreto nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, desde as discussões que envolveram a sua elaboração foram elucidadas neste capítulo, na tentativa de identificarmos quais seriam os interesses que estavam em disputa no momento de sua elaboração. Um diálogo com o Ministro da Agricultura na época em que este decreto foi instituído, o Senhor Luís Fernando Cirne Lima, também colaborou com a interpretação dada no decorrer do texto, tendo em vista que, através deste diálogo, questões não antes percebidas, vinculadas principalmente às questões de desenvolvimento, passaram a ser levadas em consideração. Além disso, o impacto que esta legislação referente à produção de bebidas causou, também foi tema desta investigação.

Uma análise referente a instalação da Coca-Cola em Santa Maria também se faz presente no capítulo, somada a questões relacionadas a sua instalação junto ao Distrito Industrial de Santa Maria. Tal análise se faz presente com o intuito de compreendermos como a indústria santa-mariense de bebidas criou mecanismos para se reorganizar frente a ao processo de afirmação das empresas transnacionais e qual o impacto destas no cenário local.

Neste capítulo, questões relacionadas ao desenvolvimentismo voltam a aparecer, porém, as mudanças na forma como este conceito passou a ser estudado também recebeu destaque. Isso porque, apesar da ideia de desenvolvimentismo servir de elo entre os dois períodos, principalmente através de questões relacionadas ao intervencionismo e ao autoritarismo, este mesmo passa a considerar, além das teses da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma preocupação mais humanitária, voltada ao bem-estar social, não enfatizando mais, de uma forma tão prioritária, somente a industrialização e o crescimento da economia. Neste caso, autores como Prado e Earp (2003), ganharam destaque no trabalho.

Outra questão relacionada também ao campo econômico que este capítulo aborda, está relacionada à discussão sobre a ocorrência do “milagre econômico”. Esta, no caso, também se apresenta como uma questão problemática no tocante à discussão historiográfica. Porém,

diferentemente do terceiro capítulo, no qual apenas a discussão historiográfica fazia-se necessária, neste a própria escolha em trabalhar com uma perspectiva de desenvolvimento que tem uma preocupação mais social, acaba por questionar a utilização do termo “milagre econômico” como sinônimo de desenvolvimento. Com isso, o termo crescimento passa a ser o termo mais adequado, apesar da recorrente utilização do termo desenvolvimento, novamente como estratégia de legitimação. Além dos autores anteriormente mencionados, Pereira (1985) também aparece como uma referência para fazer a diferenciação entre estes dois conceitos. No tocante à parte mais empírica do capítulo, quando questões envolvendo a Fábrica Cyrilla ganham um destaque maior, retornamos novamente à questão envolvendo a “destruição criadora”, trazida por Schumpeter (1985).

Esta tese, através dos capítulos previamente esboçados, visa trazer novas interpretações para fatos já elucidados pela historiografia, com o respaldo de distintas fontes históricas e embasada pela perspectiva de que as ideias se configuram como formas de poder na sociedade e no Estado. Por meio desta perspectiva, percebemos o modo como essas ideias de poder interferem na formulação e na prática de condutas individuais e sociais, em diferentes âmbitos e níveis de poder, e que acabam se relacionando e exercendo influência sobre a sociedade, tal como veremos a partir deste momento.

2 NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS E O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Este capítulo tem por objetivo principal abordar a tríade: desenvolvimento, pan-americanismo e nacionalismo, tendo como base os debates ocorridos em torno da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que aconteceram dentro do contexto do Estado Novo no Brasil (1937-1945) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Estes três elementos são essenciais na elaboração desta tese, na medida em que buscamos uma compreensão de como negociações em um plano internacional estavam influenciando de forma direta e indireta as ações do governo brasileiro durante o período delimitado e vice-versa, bem como tais ações estavam presentes em nível local/regional.

Além disso, tais questões também são fundamentais para revermos interpretações relacionadas à política internacional e como pensamos a fronteira do nacional neste âmbito, para, enfim, compreendermos como algumas políticas de governo estavam sendo elaboradas e delimitadas, principalmente aquelas vinculadas às indústrias, à produção e comercialização de bebidas no Brasil, já direcionando nossa análise para a Fábrica Cyrilla, que constitui o centro desta análise e interpretação.

Com base nestas questões, este capítulo foi subdividido em três partes. Na primeira delas, buscamos identificar e apontar algumas das principais características do cenário político e ideológico que envolveu o governo de Getúlio Vargas durante o período e contexto já mencionados anteriormente, considerando a disputa travada entre as grandes potências mundiais, pelo apoio dos países latino-americanos na Segunda Guerra Mundial. Inclui-se nesta disputa, a tentativa de ascensão de uma política pan-americanista, abordada através dos desdobramentos da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942.

Na segunda parte deste capítulo, elencamos questões envolvendo ideias de desenvolvimento e de políticas desenvolvimentistas, que também não deixaram de ser discutidas na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Apesar deste debate não ser o tema central da reunião, o mesmo não deixou de estar presente, aparecendo como uma questão estratégica na tentativa de garantir um maior apoio dos países latino-americanos aos Estados Unidos, tendo como um de seus suportes principais, a ideia de união dos países americanos e de solidariedade continental. Além disso, avaliamos que as discussões em torno destas temáticas também foram utilizadas em benefício

do governo de Getúlio Vargas, seja pragmaticamente, ou apenas através do discurso, servindo para justificar ações em diversos âmbitos. Nesta parte do texto, além da documentação utilizada como fonte, esboçamos um estudo sobre a configuração de ideias envolvendo o pensamento desenvolvimentista no Brasil e seus desdobramentos no âmbito historiográfico, objetivando uma melhor compreensão da sua abrangência. Tal análise visa uma melhor atenção ao objeto de estudo, na tentativa de percebermos o cenário o qual estava vinculado, partindo do pressuposto que compreendermos como o pensamento desenvolvimentista estava sendo configurado, é fundamental para nossa interpretação.

Na terceira e última parte deste capítulo, procuramos verificar como uma ideia diferenciada de nacionalismo foi elaborada neste período. Esta construção, que considera a tríade esboçada anteriormente, nos serve de base para pensar como a ideia de um “nacionalismo flexível” foi sendo construída. Através deste pensamento, foi possível unir “nações amigas”, alinhadas ao pan-americanismo, e controlar o relacionamento destas com as “nações estrangeiras”, que seriam as nações externas ao continente americano, no caso, os países europeus vinculados ao Eixo. Nesse sentido, para a construção desta elaboração, utilizamos a ideia de “fronteira”, tomada como um conceito amplo, não somente relacionado aos limites geográficos ou territoriais, mas também vinculado às questões ideológicas. Isto, tendo em vista que o pan-americanismo servia como uma forma de subtrair as relações americanas com as estrangeiras, no tocante ao alinhamento ideológico a tal proposta, aproximando as nações que possuíam a mesma orientação, através de uma redução da heterogeneidade entre elas e fomentando valores comuns, incluindo a necessidade de união, contra os inimigos externos.

Assim, conforme apontamos até então, compreender o significado amplo do pan-americanismo serve, essencialmente, para estudarmos e verificarmos como ocorriam os movimentos de aproximação e afastamento entre Brasil e Estados Unidos, bem como as relações deste último com os demais países da América Latina. Além disso, a vinculação do pan-americanismo às ideias desenvolvimentistas também pode servir como uma importante contribuição para a ampliação dos estudos sobre o nacionalismo no governo varguista, especialmente durante o Estado Novo, e as suas possibilidades de interpretação, percebendo tal ideia dentro de sua temporalidade e especificidade.

2.1 A TERCEIRA REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS (RIO DE JANEIRO – 1942): APONTAMENTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS

A política pan-americanista, que iniciou a ser praticada no final do século XIX, teve origem em um conjunto de Conferências Pan-Americanas, que ocorreram entre os anos de 1889 e 1954. No decorrer deste período, foram realizadas as seguintes Conferências Pan-Americanas: Washington (1889-1890), Cidade do México (1901-1902), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910); Santiago do Chile (1923), Havana (1928), Montevideu (1933), Lima (1938), Bogotá (1948) e Caracas (1954).

Estas conferências podem ser consideradas “a origem das grandes assembleias diplomáticas do continente e seu maior objetivo era a união das nações americanas, por meio do fortalecimento político e do comércio na América” (DULCI, 2008, p. 20). Dessa forma, o termo pan-americanismo passou a ser difundido, de modo a denominar um conjunto de políticas que visavam o incentivo e a aproximação entre os países americanos, tendo os Estados Unidos como a principal liderança. Ré (2010, p. 18) explicou que, desde quando o pan-americanismo surgiu, no século XIX, “o seu significado na história do continente sempre esteve atrelado às formas de estabelecer as relações que orientaram as decisões e ações entre os países da América Latina e desta com os Estados Unidos”.

Em relação à origem do termo pan-americanismo, Ré (2010, p. 33) também destacou que o mesmo foi utilizado inicialmente por um periódico norte-americano, o *New York Evening Post*, “por ocasião do convite feito pelo governo dos Estados Unidos aos países americanos para participarem de uma conferência internacional em Washington, a [...] Conferência Internacional Americana”, que inaugurou uma nova etapa nas relações interamericanas, tendo em vista que anteriormente, os Estados Unidos tinham um posicionamento de caráter mais isolacionista no tocante ao estabelecimento de relações com outros países. Na sequência, o termo pan-americanismo passou a adquirir uma difusão mais ampla, de modo que, “em 30 de setembro, o termo já havia cruzado o oceano, acolhido pelo *Times*, de Londres”.

Quanto à abrangência e o que representava esta terminologia, a mesma autora destacou que:

A conferência era, deste modo, uma resposta à crescente percepção pela comunidade de negócios norte-americana da importância do continente, que recém havia sido descoberto como um campo aberto de oportunidades, de comércio e investimentos. Nesse sentido, o pan-americanismo, na época, se propõe como um movimento ideológico e político orientado para criar um sistema fechado de relacionamento interestadual, tendo como centro os Estados Unidos (RÉ, 2010, p. 33).

Todavia, a orientação em prol da aceitação das ideias vinculadas ao pan-americanismo não foi unânime entre os países que participavam das Conferências e, tampouco, se constituiu como a única forma de pensamento que previa a união entre países do continente americano. Podemos, neste caso, citar, como exemplo, o discurso em torno do latino-americanismo, elaborado como forma de oposição às ideias defendidas e difundidas pelos Estados Unidos e que, por sua vez, também foi fomentado durante estas mesmas conferências.

Para Dulce (2008), o pan-americanismo configurou-se como “o discurso oficial das Conferências Pan-Americanas e foi construído, especialmente, pelos delegados norte-americanos que participaram dessas assembleias”. Já o latino-americanismo, “foi forjado a partir das disputas que tiveram lugar durante as Conferências Pan-Americanas”, sendo que “esse discurso foi elaborado principalmente pelos delegados argentinos, com o intuito de frear os avanços norte-americanos e de alçar a Argentina à posição de líder dos países latino-americanos, destacando-se a disputa pela hegemonia na América do Sul” (DULCE, 2008, p. 34).

O Brasil nem sempre esteve incluído dentro de um discurso identitário englobado pela terminologia “América Latina”. Para Dulce (2008), a identidade latino-americana apresentou dois vieses, um de caráter mais amplo, abrangendo todos os países latino-americanos que participaram das Conferências Pan-Americanas e outro de caráter mais restrito, sem incluir o Brasil ou outros países de origem não hispânica. Nesse sentido, consideramos pertinente destacar que a inclusão ou não do Brasil como um membro da América Latina, vincula-se às questões relacionadas ao campo histórico-cultural⁶. Bethell (2009) salientou, inclusive, que a expressão “América Latina” foi utilizada, inicialmente, por políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos, franceses e espanhóis como um sinônimo para América Espanhola, não incluindo nela o Brasil. O mesmo ocorria no Brasil:

Por parte dos escritores e intelectuais brasileiros, apesar de reconhecerem a herança ibérica e católica que o Brasil e a América Espanhola têm em comum, também estavam cientes das diferenças que os separavam: a geografia, a história (a luta de Portugal para se manter independente da Espanha e as formas distintas de colonização da América Portuguesa e da América Espanhola), a economia e sociedade brasileiras baseadas na agricultura e escravidão e, acima de tudo, a língua, a cultura e as instituições políticas. Diferentemente da América Espanhola, a Independência do Brasil ocorreu de forma pacífica e o país se manteve unido sob a coroa. Após a instabilidade dos anos 1830, o Brasil se encontrava politicamente estável e ‘civilizado’, ao contrário das repúblicas hispano-americanas, que os brasileiros

⁶ Sobre a origem do termo América Latina, consultar Bethell (2009), que destacou sua origem francesa e elaborou uma espécie de genealogia para esta terminologia, deste a sua origem e seu emprego por intelectuais franceses até a as alterações que este termo foi tendo ao longo do tempo, passando a ser utilizado, muitas vezes, como sinônimo de América Hispânica e, posteriormente, chegando a discussão sobre a inclusão do Brasil no que seria a América Latina, ainda no século XIX.

consideravam violentas, extremamente instáveis e ‘bárbaras’ (BETHEL, 2009, p. 293).

Apesar das discussões envolvendo a identificação do Brasil como pertencente ou não ao laço identitário latino-americano, procederemos a nossa análise enquadrando-o neste termo, tendo em vista a sua participação e posição nas Conferências Pan-Americanas.

A ideia de união e solidariedade entre as nações americanas não iniciou efetivamente com as conferências Pan-Americanas, que foram apontadas até então, mas sim, ainda no primeiro quartel do século XIX, com as lutas pela independência dos países hispano-americanos. Além de tentativas de união e aproximação entre os países americanos, acrescentamos a Doutrina Monroe, por exemplo, que foi elaborada em 1823, pelo então presidente norte-americano James Monroe e, que tinha, supostamente, como um de seus objetivos principais garantir a independência das novas repúblicas, impedindo a retomada das mesmas pelas antigas metrópoles europeias, o que, por vezes, teria suscitado debates sobre uma confederação nas “Américas”⁷.

Ré (2010) destacou que “em termos da conjuntura, a Doutrina se inseriu em um contexto no qual os impérios coloniais da Espanha e de Portugal estavam em plena decadência, ficando as ex-colônias a mercê de possíveis tentativas de recolonização lideradas pela Santa Aliança”. Diante disso, “os Estados Unidos não desejavam arriscar-se a enfrentar uma nova presença europeia no continente e esboçaram a primeira manifestação de sua influência, tentando se afirmar como uma das grandes potências no hemisfério ocidental”, de forma que os mesmos não “aceitariam a recolonização de nenhum país americano por país europeu” (RÉ, 2010, p. 23).

Em relação à Doutrina Monroe, assinalamos que a mesma passou a funcionar, desde o final do século XIX como uma espécie de

cobertura ideológica para o objetivo estratégico dos Estados Unidos, que consistia em manter sua hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistar e assegurar as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, alijando do subcontinente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa (BANDEIRA, 2010, p. 47).

Somado a isso, Bandeira (2010) destacou que, por estas prerrogativas, havia uma tentativa defendida pelos Estados Unidos de se criar uma comunidade comercial, uma união

⁷ Para uma compreensão mais aprofundada sobre definições para confederação, ver Padoin (1999), que, no primeiro capítulo de sua tese, trabalhou, entre outras questões, com uma discussão teórica sobre federalismo que inclui também a ideia de confederação, a fim de diferenciar ambas as ideias, tendo em vista a complexidade de ambos os conceitos apresentam.

aduaneira, mas que não foi aceita, principalmente, devido à oposição da Argentina e do Chile. Em contraposição a esta proposta, destacamos a Doutrina Drago, apresentada pela delegação Argentina, ainda durante a Primeira Conferência Pan-Americana, em 1889. Além de propor uma união, esta outra doutrina visava estabelecer uma espécie de resistência ao pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos. Assim como outros países, a Argentina não concordava com alguns dos postulados previstos pelos Estados Unidos, principalmente no tocante a uma união alfandegária, sendo, inclusive, que um dos membros da delegação argentina “opôs à fórmula norte-americana ‘a América para os americanos’, àquela de ‘a América para a humanidade’, que refletia a decisão de alguns países latino-americanos de manter ligações diversas com países europeus e outros, no sentido do avanço da hegemonia norte-americana” (RÉ, 2010, p. 35-36).

Apesar de resistências, a postura de defesa do continente americano, assumida pelos Estados Unidos, se sobressaiu e traduziu-se em um sentimento de superioridade em relação à colonização espanhola e portuguesa, de forma que a Doutrina Monroe pode ser compreendida como a transformação desse sentimento de superioridade em uma ideia política. A Doutrina Monroe, neste caso, apresentou-se como uma das expressões utilizadas pelos Estados Unidos para impor-se no continente, de modo a sinalizar internacionalmente o poder que exercia sobre sua zona de influência. Tal perspectiva pode ser reforçada se considerarmos o Destino Manifesto, ao postular que os Estados Unidos estavam determinados a controlar o continente nas fronteiras de um a outro oceano e que, além disso, possuíam uma “missão civilizadora”.

Estes exemplos foram trazidos com o intuito de identificarmos algumas das ideias que teriam influenciado na configuração do pan-americanismo e/ou que foram contemporâneas à mesma. Com isso, percebemos que a ideia de união entre os países americanos não seria absolutamente uma novidade quando proposta pelos Estados Unidos, pelo menos no que se referia aos interesses deste país, mas que apresentou especificidades relacionadas ao contexto histórico em que foi formulada, tendo em vista a reorganização de alianças de poder, característicos de um momento de aprofundamento e complexificação do processo de globalização e do próprio sistema capitalista. A tentativa de recuperarmos algumas das linhas de pensamento que fazem referência à ocorrência de uma união entre os países americanos, tem importância no sentido de percebermos como as ideias, os apoios e as resistências estavam sendo (re)construídos.

Todavia, registramos a opção por não nos determos a uma análise mais específica e precisa de cada um destes termos de forma isolada, tendo em vista que tal tarefa exigiria um detalhamento muito grande, devido não só as especificidades de cada proposta/projeto, mas

também os distintos contextos, nos quais estavam inseridos, o que alargaria e ultrapassaria os limites definidos neste trabalho⁸.

Com base no que foi exposto, podemos perceber que as principais ideias vinculadas ao termo pan-americanismo podem e devem ser consideradas anteriores ao período que está sendo estudado. No entanto, como este termo apresentou significados distintos em diferentes momentos, de acordo com o contexto e, também, com os interesses que lhe eram atribuídos, a ideia de pan-americanismo, a qual fazemos referência, deve ser compreendida estritamente dentro do momento histórico delimitado por este trabalho.

A América Latina, apresentada como zona de interesse e pensada, por vezes de forma homogênea durante a Segunda Guerra Mundial, foi alvo de acirradas disputas entre os Estados Unidos e a Alemanha. Esta ideia de homogeneidade foi percebida através da análise elaborada por Dulce (2008), ao fazer referência aos recortes de jornais que mencionam a expressão “os países ao Sul de nós”, de modo que “ao Sul, segundo a perspectiva de alguns desses jornais, estariam os países que compunham o ‘resto’ da América”, o que, de acordo com ela, poderia ser atribuído a dois fatores: “um desinteresse dos estadunidenses em diferenciar os países abaixo da fronteira, em buscar as especificidades de cada nação” e também a um “interesse em formar um bloco, entendendo que ‘os países ao sul de nós’ eram essencialmente agrários, incivilizados, com um passado colonial muito aproximado, países perfeitos para escoar a produção industrial norte-americana através dos tratados de reciprocidade comercial” (DULCE, 2008, p. 37-38).

Apesar desta perspectiva, o pan-americanismo, tanto em seu ideário, como em sua prática, foi se adaptando às circunstâncias demandadas com a Segunda Guerra Mundial e às mudanças de paradigma da política exterior (CERVO, 2008) e, apesar da relativa autonomia decisória, resultado desta mudança de paradigma, inclinava a maioria dos países latino-americanos a declarar apoio aos Estados Unidos, em função de uma ideia de cooperação, proteção e reciprocidade que se firmaria entre os países do continente.

A ideia de autonomia decisória faz referência à mudança de paradigma nas relações internacionais, trazida por Amado Luiz Cervo em seus diferentes trabalhos. Para ele, a partir de 1930, ocorreu uma “mudança do modelo de inserção internacional”, pautada, principalmente, por quatro elementos principais:

- a) a “inconveniência de prolongar o modelo anterior da agroexportação”;

⁸ Mais informações a respeito destas propostas podem ser consultadas em Valdés (2000), Dulci (2008) e Ré (2010).

- b) a “consciência de que a crise do capitalismo despertou de se estar vivenciando uma fase de transição que permitia que o desenvolvimento fosse convertido em objetivo-síntese da política exterior”;
- c) a “convicção de se poder utilizar a diplomacia para alcançar resultados”; e, por fim,
- d) as “condições de eficiência de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento”, sendo que este último elemento incluía a “autonomia decisória, ação cooperativa, comércio exterior flexível sem amarras doutrinárias, subordinação da segurança aos fins econômicos e a concomitância de boas relações com os grandes vizinhos” (CERVO, 2008, p. 44-45).

Consideramos pertinente e corroboramos com os elementos apresentados pelo autor, principalmente ao enfatizar alguns destes como sendo característicos de uma mudança do paradigma liberal-conservador para o desenvolvimentista. Todavia, uma consideração precisa ser elencada, em relação à composição do último elemento. Isso se faz necessário, pois acreditamos que, mesmo ocorrendo a mudança acentuada pelo autor, é necessário nos questionarmos em que medida, ou até em que ponto, o Brasil conseguia manter sua autonomia decisória neste momento, tendo em vista a existência de uma propaganda ideológica, produzida de ambos os lados, Estados Unidos e Alemanha, no caso. Com base nesta ressalva, optamos pela utilização do termo “relativa autonomia”. Isso, considerando o sentido etimológico de autonomia, como “o poder de fazer a sua própria lei, no sentido mais amplo da expressão”, trazido por Padoin (1999, p. 111).

Corsi (2000) também fez referência a esta questão, envolvendo a autonomia. Para ele, o financiamento do desenvolvimento durante o Estado Novo foi um elemento essencial no tocante à definição dos caminhos da economia brasileira, pois, mesmo que Vargas pudesse contar com o “apoio das classes dominantes, o avanço da industrialização não dependia somente de uma maior participação do Estado na economia e de recursos internos para financiá-la: dependia crucialmente de recursos em moedas fortes, então escassos por causa da crise internacional”, pois o “setor industrial brasileiro não tinha condições de sozinho, em virtude de seu acanhado desenvolvimento, garantir o avanço do processo de industrialização”. Dessa forma, “o problema do financiamento do desenvolvimento era, ao mesmo tempo, interno e externo”, sendo que entre o final da década de 1930 e início da de 1940 era difícil conseguir financiamentos externos, em função do contexto mundial que estava sendo vivenciando, de tal modo que “empréstimos de monta só eram possíveis no bojo de processos mais amplos de alinhamento político e ideológico com as potências em conflito” (CORSI, 2000, p. 18). A

eclosão da Segunda Guerra Mundial, por sua vez, teria fechado as possibilidades de adoção de uma política externa mais independente⁹.

Apesar das tentativas produzidas pelo Brasil em se manter neutro no conflito mundial, dadas as circunstâncias e conveniências, que logo explicitaremos com mais ênfase, o mesmo, assim como a maioria dos demais países latino-americanos, declarou o seu posicionamento oficial e o alinhamento em prol dos Estados Unidos, durante a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que ocorreu entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, convocada a pedido do ministro chileno, devido ao ataque das forças japonesas contra os Estados Unidos, em 07 de dezembro de 1941¹⁰.

Conforme consta na ata final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, compareceram neste encontro os representantes da Costa Rica, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Honduras, El Salvador, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Panamá, Venezuela, Equador, Guatemala, México, Estados Unidos da América, Peru, Haiti, Nicarágua e Brasil. A presidência da reunião ficou sob a responsabilidade do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, e o secretário-geral da mesma foi o embaixador brasileiro, José de Paula Rodrigues Alves (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1942).

Esta reunião foi a terceira de um conjunto delas, pensadas em 1938, durante a Oitava Conferência Pan-Americana, realizada em Lima, quando ficou estabelecido que “em caso de guerra, para discutir a posição do continente, seria posto em marcha um mecanismo de consulta mútua, com a convocação de reuniões dos chanceleres americanos, capaz de imprimir mais celeridade nas tomadas de decisões frente ao conflito” (SILVA, 2012, p. 6)¹¹.

⁹ A esta questão relacionada ao financiamento externo somam-se alguns elementos trabalhados por Bastos (2012), que devem ser explorados com mais precisão ao longo do texto.

¹⁰ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Códice 30.12.9.

¹¹ Destacamos que as bases para a realização das reuniões de consultas entre ministros já haviam sido lançadas em 1936: “o procedimento de consulta entre os governos das Repúblicas Americanas teve sua origem na Convenção sobre Manutenção, Consolidação e Restauração da Paz e na Convenção para Coordenar, Ampliar e Assegurar o Cumprimento dos Tratados existentes entre os Estados Americanos, assumidos na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, celebrada em Buenos Aires, em 1936”. Esses dois instrumentos obrigam as partes a se consultarem em caso de guerra ou ameaça de guerra, seja no continente americano ou em qualquer parte do mundo, que pudesse afetar os interesses das repúblicas americanas. A Declaração de Princípios sobre Solidariedade e Cooperação Interamericana, assinada em Buenos Aires, também estipula que “qualquer ato suscetível de perturbar a paz da América afeta todos e cada um deles e justifica o início de procedimentos de consulta” (tradução nossa).

“El procedimiento de consulta entre los gobiernos de las Repúblicas Americanas tuvo su origen en la Convención sobre Mantenimiento, Afianzamiento y Restablecimiento de la Paz y en la Convención para Coordinar, Ampliar y Asegurar o Cumplimiento de los Tratados Existentes entre los Estados Americanos, suscritas en la Conferencia Interamericana de Consolidación de la Paz, celebrada en Buenos Aires en 1936. Estos dos instrumentos obligan a las partes a consultarse entre si en caso de guerra o de amenaza de guerra, ya en el continente americano o en cualquier parte del mundo, que pueda afectar los intereses de las repúblicas americanas. La declaración de Principios sobre Solidariedad y Cooperación Interamericanas, firmada em

Como desdobramento das Conferências Pan-Americanas, a finalidade destas reuniões era, além de reafirmar a solidariedade continental, combater uma possível penetração do Eixo na América Latina (SEITENFUS, 2003).

Podemos considerar que esta questão envolvendo a penetração do Eixo na América Latina, figurava como uma preocupação latente, tendo em vista não somente a influência, comercial que a Alemanha exercia entre alguns países latino-americanos, mas também a possibilidade de apoio que este país poderia receber, devido, entre outros fatores, à quantidade de imigrantes que viviam em alguns pontos da região. No Brasil, inclusive, a demonstração de preocupação com um possível apoio pode ser percebida através do trabalho do Tenente Coronel Aurélio da Silva Py, publicado em 1942 e que, apesar de cometer e fomentar alguns exageros, a fim de manter seu destaque político, influência e poder, monitorou a existência de uma possível conspiração nazista no Rio Grande do Sul¹².

Foi, então, a partir das deliberações resultantes desta Terceira Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas que “ocorreu a formalização da hegemonia norte-americana, com o controle de diversas atividades econômicas, comerciais e de atividades subversivas” (FACHEL, 2002, p. 65). Neste momento, portanto, foi quando se rompeu, de forma definitiva, ou pelo menos em caráter oficial, as relações que o Brasil vinha mantendo com os países do Eixo até então e, em especial, com a Alemanha. Podemos dizer, nesse caso, que, no tocante às questões econômicas, estas relações eram efetivadas, até então, principalmente, através de acordos comerciais pautados por marcos compensatórios, que eram, basicamente, um “sistema em que importações e exportações que eram feitas à base de troca de mercadorias, cujos valores eram contabilizados nas ‘caixas de compensação’ de cada país” (BUENO, 2014, p. 273-274).

Este sistema baseado pelos marcos compensatórios também pode ser caracterizado como uma estratégia alemã para garantir um mercado protegido e, ao mesmo tempo, assegurar o desenvolvimento, logo após a crise de 1929. Para o Brasil, esta estratégia apresentava-se como viável, pois o país possuía carência de divisas de moedas estrangeiras, ao mesmo tempo em que

Buenos Aires, dispone también que ‘todo acto susceptible de perturbar la paz de América la afecta a todas y cada una de ellas y justifica la iniciación de los procedimientos de consulta’. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty Códice 30.129.

¹² Em relação à discussão que envolve a ocorrência de exageros por parte do governo e, sobretudo, de Aurélio da Silva Py, no que se refere à tentativa de demonstrar a existência de uma sólida organização nazista no Sul do Brasil, extremamente bem articulada, foi trabalhado na historiografia por Fachel (2002), ao constatar que “a percepção de que os temores sobre o nazismo, articulado militarmente na América Latina, era um exagero norte-americano, coincide com outros autores, como Gertz. Mesmo não sendo real, o ‘perigo alemão’, do ponto de vista militar foi importante promover este temor para o sucesso das atividades econômicas dos Estados Unidos. A reversão do fluxo comercial, tecnológico e financeiro, que até 1939 apresentava um crescimento favorável a Alemanha, é, também explicada por essa conjuntura bélica” (FACHEL, 2002, p. 53).

contribuía para a ampliação de mercados para a exportação de produtos primários (RAHMEIER, 2009). Com isso, podemos considerar que a “Alemanha imprimiu uma agressiva política comercial e de propaganda ideológica na região, que chegou a ameaçar a posição dos EUA e sobrepujou, em vários países, a posição comercial da Grã-Bretanha”, sendo que, “os acordos de comércio bilateral, baseados em marcos de compensação, foram a fórmula encontrada pelos alemães para intensificar o comércio exterior em uma situação de carência de moedas fortes” (CORSI, 2000, p. 51-52).

Diante deste contexto,

ao declarar a guerra contra o Eixo, a pretexto do ataque do Japão a Pearl Harbor, o presidente Franklin D. Roosevelt pressionou os Estados latino-americanos para que rompessem as relações com a Alemanha, que mais e mais penetrava na região, sobretudo na América do Sul, a fim de eliminar o principal concorrente comercial dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2010, p. 48).

Esta pressão por parte dos Estados Unidos ocorreu, como destacou Bandeira (2002), por conta do ataque a Pearl Harbor, de modo que, utilizando-se desta situação, os Estados Unidos aproveitaram para intensificar ações na América Latina, ao mesmo tempo em que procuravam eliminar a presença dos países do Eixo nas relações econômicas e comerciais com países da América Latina¹³. Esta medida era necessária, juntamente com a vigilância em relação aos imigrantes dos países do Eixo, tendo em vista que, em relação ao Brasil, por exemplo, foi justamente em função da incidência dos marcos de compensação que, em 1935, a Alemanha superou os Estados Unidos, atingindo o primeiro lugar como fornecedora de produtos para o Brasil. Isso, devido a diversos fatores, sendo que

um deles foi o fato de contar com importantes conexões no Brasil, onde 100 mil alemães de primeira geração [*Reichsdeutsche*] e 800 mil alemães-brasileiros [*Volksdeutsche*], a representarem cerca de 3% da população (pouco mais de 30 milhões de habitantes na primeira metade dos anos 1930), formavam próspero mercado de consumo, e muitos deles possuíam tradicionais e sólidas empresas que

¹³ Na ata final da Terceira Reunião, consta, inclusive, no disposto no item V, referente à ruptura de relações comerciais e financeiras que, desde a Segunda Reunião de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, celebrada em Havana, em julho de 1940 que: “toda tentativa de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado americano será considerada um ato de agressão contra todos os Estados americanos” (tradução nossa). Fragmento original: “*Todo atentado de parte de un Estado no americano contra la integridad o la inviolabilidad del territorio, la soberanía o la independencia política de un Estado americano, deberá considerarse como un acto de agresión contra todos los Estados americanos*”. Neste mesmo documento, ficou determinado que os governos das repúblicas americanas adotassem, de acordo com a prática usual e a legislação de cada país “as medidas adicionais necessárias para interromper, durante a atual emergência continental, todas as trocas comerciais e financeiras, diretas ou indiretas, entre o Hemisfério Ocidental e as nações signatárias do Pacto Tripartite e os territórios por eles dominados” (tradução nossa). Fragmento original: “*las medidas adicionales que sean necesarias para interrumpir, durante la actual emergencia continental, todo intercambio comercial y financiero, directo o indirecto, entre el Hemisferio Occidental y las naciones signatárias del Pacto Tripartito y los territorios dominados por ellas*” (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1942, p. 14-17).

participavam ativamente da economia e do comércio exterior brasileiros. Os alemães tinham ainda controle quase absoluto sobre os meios de transporte aéreo no Brasil (BANDEIRA, 2011, p. 64).

Cabe destacarmos que a vigilância em relação aos imigrantes do Eixo, estava relacionada também as operações comerciais e financeiras estabelecidas por eles. Esta informação consta na ata final da Terceira Reunião, tal como podemos observar no seguinte fragmento:

As medidas para suspender outras atividades comerciais e financeiras prejudiciais ao bem-estar e segurança das Repúblicas Americanas, possuem, entre outros objetivos, os seguintes:

I - Impedir dentro das Repúblicas Americanas, as operações comerciais e financeiras contrárias a segurança do Hemisfério Ocidental, celebradas diretamente pelos Estados-membros do Pacto Tripartite pelos territórios dominados por eles ou por seus nacionais, sejam pessoas físicas ou jurídicas; e evitar também aquelas celebradas indiretamente por esses Estados ou por nacionais de eles, e as que revertam em benefícios desses Estados ou territórios e de seus nacionais, ficando entendido que os indivíduos naturais podem ser isentos de tais medidas, se residirem em uma República Americana, e, desde que sejam controladas conforme previsto na subseção abaixo.

II - Monitorar e controlar todas as transações comerciais e financeiras que executem, dentro das Repúblicas Americanas, nacionais dos Estados signatários do Pacto Tripartite ou de territórios dominados por eles, que residem nessas repúblicas, e proibir todas as operações de qualquer natureza, contrárias a segurança do Hemisfério Ocidental (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1942, p. 17, tradução nossa)¹⁴.

Já em relação ao posicionamento brasileiro nesta reunião, sugerimos que não só o alinhamento, mas também a defesa em prol dos Estados Unidos, efetuada pelo Brasil, já demonstravam uma clareza em relação ao posicionamento adotado pelo país. Isso nos sugere, inclusive, que esta decisão já havia sido tomada, de forma antecipada, em relação à própria reunião, de modo que o posicionamento brasileiro apenas teria sido oficializado durante o desenrolar da mesma. Esta é uma hipótese que apresenta indícios, tanto na historiografia, quanto na documentação que investigamos, e pode ser reforçada no momento em que o Brasil não

¹⁴ “Las medidas para suspender las demás actividades comerciales y financieras perjudiciales al bienestar y la seguridad de las Repúblicas Americanas, medidas que tendrán, entre otros objetos, los siguientes:

I - Impedir, dentro de las Repúblicas Americanas, las operaciones comerciales y financieras contrarias a la seguridad del Hemisferio Occidental, celebradas directamente por los Estados miembros del Pacto Tripartito por los territorios dominados por ellos, o por sus nacionales, sean personas naturales o jurídicas; y evitar también las celebradas indirectamente por dichos Estados o por los nacionales de ellos, y las redunden en beneficio de dichos Estados o territorios y de sus nacionales, quedando entendido que las personas naturales podrán ser exceptuadas de tales medidas, si son residentes en una República Americana, y, a condición de que queden controladas conforme lo prevé al inciso siguiente.

II - Vigilar y controlar todas las operaciones comerciales y financieras que celebren, dentro de las Repúblicas Americanas, los nacionales de los Estados signatários del Pacto Trpartito o de los territorios dominados por ellos, que residan en dichas Repúblicas, y prohibir todas las operaciones de cualquier naturaleza contrarias a la seguridad del Hemisferio Occidental” (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1942, p. 17).

tratou apenas de definir seu posicionamento, mas, além disso, efetuou uma defesa muito bem elaborada do porque os países latino-americanos deveriam apoiar os Estados Unidos.

Exemplo disso, na historiografia, pode ser observado, em uma passagem de Pereira (2015), na qual o autor mencionou que, após uma tentativa de golpe integralista, ocorrida em 1938, o embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, teria enviado um relatório político para Berlim, que, de certo modo, viria a questionar a dicotomia política presente no Estado Novo, que antagonizava lideranças políticas que apoiavam os Aliados ou o Eixo. Para isso, utilizaremos o fragmento deste relatório publicitado pelo autor, o qual já sinaliza para uma certa definição em relação ao apoio brasileiro, com a finalidade de melhor explicitar tal perspectiva:

De qualquer forma, é certo que, apesar de alguma simpatia pessoal para com o elemento germânico por parte do presidente e de alguns militantes influentes e ministros, politicamente eles se opõem a tudo que seja alemão e a todas as atividades alemãs. Eu também acredito que esta atitude não seja apenas temporária, mas devemos contar com ela como permanente. Estou, portanto, muito cético quanto ao êxito de meus atuais esforços para solucionar a controvérsia seguida com a proibição das atividades do NSDAP nos estados do Sul (PEREIRA, 2015, p. 44).

Corsi (2000) corroborou com esta perspectiva ao apontar que, mesmo havendo muitas incertezas em relação ao apoio do Brasil, até pelo menos o primeiro semestre de 1939, tendo em vista que a Missão Aranha não havia dado o retorno esperado, em relação ao enquadramento do governo Vargas nos parâmetros da política externa norte-americana, “o desencadeamento da guerra na Europa, em setembro de 1939, mudou a situação, reduzindo o leque de opções de Vargas ao tornar a opção alemã ainda mais remota”, de forma que “persistir em uma política externa mais independente aumentou sobremaneira o risco de isolamento do país”. Diante desta situação, podemos dizer que “a evolução da situação internacional, tendo em vista um confronto aberto entre os blocos imperialistas, parece ter sido um dos fatores decisivos para o governo brasileiro estreitar os laços com os EUA” (CORSI, 2000, p. 138-139).

Destacamos que a Missão Aranha, a qual se referiu o autor, foi uma missão organizada pelo governo norte-americano, entre os meses de fevereiro e março de 1939, na qual, atendendo o convite pessoal do presidente Roosevelt, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, juntamente com uma comitiva brasileira, foram a Washington, para tentar estreitar os laços de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, através de acordos, devido, entre outros fatores, a ameaça que a Alemanha representava neste período. Esta missão, portanto, visava a regulação das relações entre Brasil e Estados Unidos, sendo que nela “constavam itens relativos às relações políticas, comerciais e financeiras. A finalidade era, por meio da assistência econômica, atrelar o Brasil ao sistema de poder dos Estados Unidos. Tal objetivo não se

limitava ao Brasil; fazia parte da política de boa vizinhança” (BUENO, 2014, p. 270), que se estendia também a outros países latino-americanos¹⁵.

O investimento na siderurgia foi sem dúvida uma das prioridades do governo Vargas, pois uma obra desta envergadura estava relacionada à emancipação econômica e, também, política do Brasil. Neste caso, “desenvolver economicamente a nação se confundia, cada vez mais, com a redução de sua dependência de insumos industriais e energéticos importados, avançando na industrialização pesada, inclusive para poder mudar posteriormente a pauta de exportações” (BASTOS, 2012, p. 256). Seria por este motivo que o presidente Getúlio Vargas apontava a questão do aço como sendo um dos, se não o principal desafio para a emancipação e desenvolvimento econômico nacional neste período. Esta questão, envolvendo a construção da siderúrgica, teria sido um dos elementos determinantes na tomada de decisão de Vargas em relação à vinculação pró-Estados Unidos, para alguns autores, entre eles Corsi (2000), como podemos observar no fragmento abaixo:

Tudo indica que Vargas preferia a colaboração norte-americana à alemã, não por desconfiar da capacidade alemã em investir na siderurgia a curto prazo, mas por causa dos fortes laços com os EUA e, provavelmente por avaliar ser difícil fugir de sua esfera de influência, a não ser em caso de uma fulminante e avassaladora vitória alemã na guerra então em curso na Europa (CORSI, 2000, p. 155).

É razoável mensurarmos que este posicionamento do Brasil não foi exatamente uma novidade, se considerarmos a sua postura nas Conferências Pan-Americanas anteriores. Apesar da existência de acirradas disputas entre os intelectuais e diplomatas (Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, por exemplo)¹⁶, em relação a demonstrar apoio ou não aos Estados Unidos, Dulce (2008) evidenciou que o discurso oficial brasileiro nas conferências quase sempre acabava demonstrando-se ao lado dos Estados Unidos, tal como podemos exemplificar com a seguinte passagem:

Joaquim Nabuco foi um dos intelectuais mais importantes de seu tempo, mais bem conhecido por ter sido patrono da abolição. Constituiu-se no maior advogado do pan-americanismo que o Brasil já teve. Embora sua admiração pelos Estados Unidos viesse de longa data, [...] suas relações com os EUA incrementaram-se quando Nabuco se tornou o primeiro Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em 1905. O intelectual pernambucano tinha confiança em que os Estados Unidos eram o melhor exemplo de uma república presidencialista e, por isso, via a liderança desse país na América como natural (DULCE, 2008, p. 41).

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre a Missão Aranha, sugerimos consulta a Bandeira (2007) e Corsi (2000).

¹⁶ Para mais informações ao posicionamento destes intelectuais, sugerimos consulta a Dulci (2008).

Antes de adentrarmos especificamente na definição do posicionamento adotado pelo Brasil, retomarmos novamente a ideia de que neste período era intenso o interesse e a tentativa de os Estados Unidos manter a América Latina como sendo sua grande área de influência, ao passo que a região era sua principal fornecedora de produtos primários, além de consumidora de seus produtos manufaturados. Com base nisso, o governo Roosevelt procurou incrementar de forma mais eficaz a política de “Boa Vizinhança”, anunciada e incrementada desde 1933, visando não somente garantir, mas também “intensificar o relacionamento político, militar e econômico tendo em vista assegurar a influência e liderança junto aos países latino-americanos” (CORSI, 2000, p. 53).

Ou seja, através desta Política da Boa Vizinhança, a imprensa, o rádio, o cinema e a música disseminaram o estilo *American way of life* pela América Latina, e vice-versa, como forma de conquistar a opinião pública de cada país, aproximando-as econômica e politicamente. De acordo com Paulo Fagundes Visentini (2009), “o intercâmbio cultural brasileiro-norte-americano visava estreitar os vínculos ideológicos entre os dois países para contrabalancear a influência nazista” (VISENTINI, 2009, p. 31)¹⁷.

Ainda em relação à política de “Boa Vizinhança”, destacamos que a partir de 1938 ela foi intensificada, sendo que uma vigilância maior em relação ao Brasil foi estabelecida. Podemos dizer que havia uma certa “desconfiança” em relação à política Varguista, adotada durante o Estado Novo, por parte dos Estados Unidos. Porém, o governo Roosevelt procurou evitar uma radicalização, aceitando, no caso, “a ditadura Vargas como um fato ‘normal’ da vida política da região”, de modo que a política de boa vizinhança acabou sendo uma prioridade, pois “era preferível recuar em alguns interesses particulares a comprometer os interesses estratégicos. Além disso, o governo norte-americano talvez avaliasse que uma ação radical contra o Brasil poderia jogar Vargas nos braços da Alemanha” (CORSI, 2000, p. 94).

A geopolítica foi um dos elementos essenciais, que contribuiu para justificar o interesse dos Estados Unidos nos países latino-americanos e, de forma ainda mais específica, seu interesse pelo Brasil. Para Bandeira (2010, p. 48-49), “a Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, que necessitavam não apenas assegurar as fontes de matéria-prima [...], como também, manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul”.

Como já foi destacado, a América Latina, historicamente, se constituiu e caracterizou como um tradicional mercado para os produtos norte-americanos, como uma excelente

¹⁷ Mais detalhes a respeito da política de “Boa Vizinhança”, podem ser obtidos em Tota (2000).

provedora de matérias-primas e, também, como um espaço de acumulação de capital. Porém, “o que ganhava importância nesse contexto de acirramento dos conflitos internacionais, era sua posição estratégica, particularmente a do nordeste brasileiro” (CORSI, 2000, p. 52), reforçando a importância geopolítica da região. Somado a isso, a “necessidade de apoio do Brasil para a política pan-americana também era reforçada pela instabilidade mundial”, tendo em vista a existência de “um grande confronto no horizonte, que tornava as matérias-primas estratégicas brasileiras fundamentais para os Estados Unidos, o que serviria para alavancar as exportações do Brasil, melhorando as condições econômicas do governo” (MINELLA, 2013, p. 172).

Neste universo de instabilidade e/ou oportunidades, ressaltamos novamente o desejo brasileiro de construir uma usina siderúrgica, capaz de ser uma mola propulsora para o desenvolvimento nacional¹⁸. Esse desejo caracterizou-se como um dos fatores determinantes para que negociações fossem efetuadas durante o período compreendido pela Segunda Guerra Mundial, tal como já havíamos ressaltado anteriormente e também como apontou Bueno (2014, p. 278-279):

Os norte-americanos, cientes da eventualidade de participarem da guerra europeia, ao mesmo tempo que se preparavam, procuravam, por meio da retórica pan-americanista e de medidas concretas, ganhar a América Latina no sentido de incluí-la no seu sistema de poder. O Brasil, por causa do saliente nordestino, ocupa posição geográfica importante no sistema defensivo hemisférico. Getúlio Vargas sentiu o momento e procurou, como contrapartida da cooperação, obter vantagens concretas para o desenvolvimento econômico nacional, como recursos e tecnologia norte-americanos para a construção de uma usina siderúrgica situada em Volta Redonda.

Por um determinado período, a postura de “neutralidade” adotada pelo governo brasileiro gerou uma posição favorável ao país¹⁹. Isso ocorria porque o governo conseguia extrair desta posição, benefícios de ambos os lados (Estados Unidos e Alemanha), seja através de negociações, da importância que o Brasil assumia, ou mesmo da ameaça que uma das potências exercia sobre a outra. Esta ideia foi explicitada ao longo de anos nos trabalhos de diversos autores, entre eles, Cervo (2011, p. 243-244), ao defender que:

O governo Vargas permanecia aberto ao jogo das pressões externas, porquanto abrigava lideranças militares favoráveis à manutenção de relações normais com o Eixo, como Góis Monteiro e Gaspar Dutra, preocupados em evitar uma decisão que

¹⁸ Detalhes envolvendo negociações para o financiamento das siderúrgicas sugerimos consulta a Bandeira (2007) e Corsi (2000).

¹⁹ A postura de neutralidade, inclusive, foi destaque em um relatório da Embaixada Brasileira em Berlin, referente ao ano de 1940, no qual Ciro de Freitas Vale remeteu correspondência a Getúlio Vargas, sobre a guerra europeia, relatando seus esforços para um relacionamento amistoso entre o Brasil e o Eixo. Neste documento, Ciro de Freitas Vale fez referência que a atitude de neutralidade do Brasil foi vista com bons olhos pelos alemães e, inclusive, sendo apontada como um modelo. Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Arquivo: Getúlio Vargas; Classificação: GV c 1941.02.05. Microfilmagem: rolo 6 fot. 0772, p. 2. Rio de Janeiro, Brasil.

colocasse em risco a precária segurança do país, e lideranças políticas, como a de Osvaldo Aranha, partidário da vinculação exclusiva com os Estados Unidos. Vargas julgava a neutralidade conveniente aos interesses que perseguia no exterior, o comércio, o aparelhamento das forças armadas e a colaboração para a implantação da indústria pesada. Manobrou politicamente enquanto foi necessário para atingir resultados e depois cedeu às ideias de Aranha, quando os Estados Unidos garantiram a satisfação daquelas necessidades do país.

Apesar de verificarmos que o Brasil, na maioria das vezes, acabava sempre apoiando os Estados Unidos nas Conferências, cabe acrescentarmos que a sua posição de neutralidade também se deu, muitas vezes, no âmbito dessas Conferências Pan-Americanas, inclusive no tocante à própria aproximação, ora de um discurso pan-americanista, ora de um latino-americanista. Ou seja, apesar de o Brasil nutrir uma “simpatia” maior pelos Estados Unidos, o governo procurava se manter em uma posição na qual pudesse garantir benefícios, fazendo um jogo semelhante ao que fazia com a Alemanha:

Com relação à diplomacia brasileira, vemos que no nosso país, na maior parte da das contendas, tentava manter uma posição neutra, no limiar entre esses dois discursos identitários. Assim, quando convinha, a chancelaria brasileira se aproximava dos Estados Unidos e, conseqüentemente, se valia do discurso pan-americano, principalmente se isso aumentasse seu poder de influência nas Conferências Pan-americanas [...]. Noutras vezes, a diplomacia brasileira se aproximava dos demais países latino-americanos, especialmente quando estavam em jogo, na perspectiva do Itamaraty, acordos que prejudicassem os interesses nacionais brasileiros [...] (DULCE, 2008, p. 34)

Ressaltamos que, apesar do posicionamento estratégico de neutralidade do Brasil, principalmente em relação à Alemanha e aos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial, já ser consideravelmente trabalhado e relativamente aceito na historiografia, como bem destacou Corsi (2000, p. 15), ao afirmar que “parece existir um certo consenso segundo o qual o Brasil, a partir de meados da década de 1930, teria adotado uma política externa independente, procurando obter vantagens e ocupar espaços decorrentes do acirramento dos conflitos internacionais”, é importante não esquecermos que os sujeitos estavam agindo dentro de um contexto de incerteza. Ou seja, estavam agindo em um contexto no qual existiam diferentes possibilidades de escolhas e de ações, sendo que nada, neste momento, estava tão definido como, muitas vezes, se costuma aparentar.

Dessa forma, devemos ter um certo cuidado para não efetuarmos uma análise pensando que os agentes possuíam plena clareza e certeza dos resultados de suas ações; ao contrário, devemos procurar compreender e mensurar o universo de possibilidades disponíveis durante o período estudado e como os agentes administravam todas estas possibilidades e faziam suas escolhas. Assim, neste caso, a própria posição de neutralidade, que, muitas vezes, parece tão

planejada e estrategicamente articulada pode e deve ser repensada a partir, justamente, da existência deste universo de possibilidades e incertezas, que não permitia uma garantia de que as escolhas seriam as mais acertadas.

Quando de fato se definiu o apoio brasileiro aos Estados Unidos, Minella (2013) destacou que “o envolvimento do Brasil na guerra aparece, no discurso, como um evento substancialmente ligado ao continente americano”, sendo que, “não há referência alguma ao esforço dos *Aliados*, e sim, à situação *continental*, aos Estados Unidos e ao continente dos ‘homens livres’”, que, por sua vez, foi compreendido pelo autor como sendo uma parte do “discurso pan-americanista do período da Segunda Guerra Mundial” (MINELLA, 2013, p. 18). Para este mesmo autor, o caráter do discurso pan-americanista estava diretamente relacionado a um “projeto de poder”, durante o Estado Novo no Brasil, “intimamente ligado a uma prática de política internacional que visava projetar o Brasil como potência militar e econômica sul-americana associada aos Estados Unidos”, mas que nem sempre ele assumiu este caráter, podendo, inclusive, em alguns períodos, ser compreendido como um projeto de nação (MINELLA, 2013, p. 24).

Neste caso, é importante ressaltarmos, tal como efetuou este autor, que um dos princípios fundamentais do pan-americanismo era a democracia. Porém, como uma doutrina, que tem a democracia como um dos seus princípios pode fornecer respaldo para um governo de caráter autoritário e ditatorial?

Na tentativa de respondermos esta questão, precisamos efetuar algumas considerações e distinções. Para os principais idealizadores do Estado Novo, este era considerado como uma democracia. Nesse sentido, Capelato (2009) destacou que, “para os ideólogos do Estado Novo, a meta do novo governo era a reforma política, com introdução de uma democracia autoritária, capaz de promover o progresso econômico e a ordem da sociedade” (CAPELATO, 2009, p. 164), sendo inclusive que muitos deles, como o próprio Francisco Campos, explicava a ocorrência de uma inversão no conceito de democracia em relação ao século XIX, “que definia o poder do Estado como negativo, e transformá-lo em positivo, pois só o Estado forte poderia exercer a arbitragem justa, assegurando a todos o gozo da herança comum da civilização e da cultura” (CAPELATO, 2009, p. 162). Dessa forma, Capelato (2009, p. 169) destacou que, durante o Estado Novo, “o Estado autoritário impôs novas regras ao jogo político: as noções de democracia e de cidadania foram redimensionadas, restringindo [...] as possibilidades de participação política”. Somado a isso, destacou também que o:

caráter de ‘outorga’ da nova Constituição, elaborada pelos ideólogos da reforma do Estado, implantada por meio de um golpe apoiado pelos militares. O povo foi

participando do acontecimento *post-festum*, cabendo apenas manifestar contentamento em retribuição ao benefício outorgado em seu nome (CAPELATO, 2009, p. 169).

Estas ideias, que contribuíram para legitimar o Estado Novo, em tese, não estavam coerentes com a proposta pan-americanista, pautada, essencialmente, por ideias democráticas e liberais. Pelo contrário, as práticas autoritárias, como o fechamento do Congresso Nacional, a criação de leis de censura e o intervencionismo econômico, por exemplo, eram exercidas pelo governo. Além disso, as ideias liberais em circulação no Brasil tornaram-se alvos de críticas por Getúlio Vargas, sendo que o “novo” do Estado, configurou-se como uma tentativa de ruptura com as práticas liberais, supostamente causadoras dos principais problemas da nação, para a enfim, consolidação e adoção de práticas intervencionistas por parte do Estado.

Observamos, nesse sentido, a pretensão de substituir o caráter agroexportador do país pelo “novo”, ou seja, por um modelo de viés desenvolvimentista. Assim, verificamos a coexistência de ambas concepções no país, ou seja, das práticas liberais e de uma política centralizadora, em um contexto de um Estado intervencionista que se propunha a implementar elementos de ruptura com a tradição anterior, no intuito de expandir e consolidar o capitalismo no Brasil. Ou seja, a ideia de um Estado intervencionista apresentava-se, na época como uma possibilidade mais viável para responder a realidade política, econômica e social que estava se configurando, devido, entre outros fatores, a complexidade que a ideia de desenvolvimento industrial apresentava, ao mesmo tempo em que visava um afastamento das ideias liberais, que, em tese, já não davam mais conta de atender as prerrogativas da nova configuração política em construção no Brasil, caracterizando, por sua vez, um modelo híbrido de política econômica.

Algumas destas percepções, principalmente no tocante à existência de um pensamento autoritário, idealizado e defendido por intelectuais na época, tais como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, foram trazidos por Diniz (1978, p. 90):

Preservar a integração social, promover o bem público, disciplinar e canalizar as ações individuais para a realização dos objetivos superiores da Nação, subordinar os interesses individuais aos interesses coletivos são, segundo esta perspectiva, tarefas fundamentais e intransferíveis do Estado, na qualidade de intérprete do interesse maior da coletividade, detém os recursos necessários para estabelecer e impor diretrizes de alcance geral.

Apesar das discrepâncias entre um governo autoritário e intervencionista e as ideias liberais propaladas pelos Estados Unidos, as discussões sobre as propostas pan-americanas foram intensas desde pelo menos as primeiras décadas da República brasileira e envolveram boa parte da intelectualidade do período, que discutia sobre as possibilidades de aproximação

entre os países do continente Americano, como também sobre as vantagens e desvantagens, da adesão ao projeto americanista liderado pelos Estados Unidos; ou, por outro lado, sobre as vantagens e desvantagens da aproximação com os países hispano-americanos²⁰. Neste ponto, destacamos que, apesar das discrepâncias, não havia uma oposição no Brasil entre o modelo autoritário/intervencionista e o liberal neste momento, justamente porque se permitia a livre iniciativa, mas de modo que o Estado aparecia como o agente regulador. Ou seja, defendia-se a livre iniciativa como fundamento do progresso econômico e a mola do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se defendia a intervenção do Estado na economia, como regulador, mas não como produtor (DINIZ, 1978).

As questões e elementos apontados até então foram importantes para compreendermos como, e em que contexto, estavam sendo formuladas as ideias, de um modo geral, e como as formulações em torno de políticas desenvolvimentistas estavam sendo articuladas no Brasil, em um mundo em guerra e com constantes redefinições. O objetivo até então, foi de ampliarmos o olhar no que toca ao desenvolvimentismo, dada a sua complexidade na prática política, tanto para fomentar alianças, quanto para definir projetos e políticas internas, que estavam presentes nos discursos dos governos.

Procuramos, portanto, efetuar uma análise com base nos resultados que temos no presente, mas sem deixar de considerar o universo de possibilidades existentes durante o período estudado e como os agentes lidavam com todas estas possibilidades. Isso, por sua vez, colocou o desenvolvimento e a política desenvolvimentista em evidência, remetendo-nos a uma reflexão de como questões locais/regionais possuíam vinculações com este cenário de relações globalizadas e, como o governo fazia esta mediação entre os interesses internos e os conflitos externos, questões estas que pretendemos elucidar na sequência.

2.2 O DEBATE DESENVOLVIMENTISTA PRESENTE NA TERCEIRA REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

No que se refere aos aspectos que abrangem a historiografia e a história do pensamento econômico brasileiro, relacionados às ideias desenvolvimentistas do século XX, podemos efetuar uma subdivisão e categorização, seguindo a proposição de Ricardo Bielschowsky (2004). Para ele, além de distintas correntes ideológicas, o que seria por ele denominado como

²⁰ Para informações mais aprofundadas referentes ao posicionamento de intelectuais e diplomatas, sugerimos consulta a Svartman (1999).

ciclo ideológico do desenvolvimento, compreendido entre os anos 1930 e 1964, possui as seguintes fases:

- a) 1930-44: origem do desenvolvimentismo;
- b) 1945-55: amadurecimento do desenvolvimentismo;
- c) 1956-64: auge e crise do desenvolvimentismo (respectivamente os períodos 1956-60 e 1961-64) (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 247-248).

O debate que permeou ideias desenvolvimentistas no Brasil foi latente desde pelo menos o início da década de 1930. No entanto, este mesmo ganhou fluidez e contornos mais bem definidos a partir de 1935, quando se aprofundaram as disputas entre os blocos imperialistas e as transformações econômicas e sociais em curso na sociedade brasileira se fizeram mais visíveis. Porém, foi a partir de 1937, com o Golpe que culminou no Estado Novo, que as questões envolvendo este tema ganharam mais nitidez, sendo inclusive neste período, “que a política externa passou a pautar-se por um projeto de desenvolvimento” (CORSI, 2000, p. 16).

Ao mencionarmos o termo desenvolvimentismo, precisamos primeiramente definir a compreensão sobre o mesmo para o período específico que nos propomos a estudar. Nesse sentido, novamente buscamos a definição trazida por Bielschowsky (2004) que, essencialmente, caracterizou o desenvolvimentismo como uma ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que tem a industrialização como via principal de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro, por meio de planejamento e apoio do Estado.

A partir deste conceito, buscamos compreender como se configurou o pensamento em torno da corrente ideológica desenvolvimentista no Brasil, que, por sua vez, apresenta significativa expressão e alcance no período estudado. Cabe destacarmos que o desenvolvimentismo pode ser encarado como um fenômeno complexo na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, dinâmico, pois, além de englobar distintas correntes ideológicas, possui diferentes fases, o que torna sua análise restrita a limites temporais para que anacronismos sejam evitados nestas interpretações.

Ressaltamos, que Bielschowsky (2004) não foi o único pesquisador a organizar e sistematizar uma estrutura interpretativa sobre o pensamento econômico brasileiro, de modo que elaborações deste tipo podem ser encontradas, por diferentes autores, com proposições teóricas e metodológicas diferentes, o que dificultaria a tarefa de enumerá-los e analisá-los de forma específica. Para este trabalho, no entanto, nos detemos a explorar algumas das demarcações elucidadas por Bielschowsky (2004) para compreendermos com mais clareza

como as ideias desenvolvimentistas estavam presentes no pensamento econômico durante o Estado Novo no Brasil.

Segundo este autor, no período entre os anos 1930 e 1945, caracterizado como fase de origem do desenvolvimentismo, foi quando se tomou consciência, ainda de forma limitada sobre a problemática que envolvia a industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930. Além disso, Bielschowsky (2004) definiu ainda o surgimento de quatro elementos, que, para ele, seriam fundamentais ao projeto desenvolvimentista:

- a) a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bases de capital necessários à produção de bens finais;
- b) a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida;
- c) a ideia de intervenção governamental em apoio a iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país, sendo que a ideia de planejamento começa a se impor como um imperativo, diante do quadro de desordem imposto pela crise internacional, e da debilidade da estrutura econômica do país e do próprio empresariado nacional;
- d) o nacionalismo econômico, até então pouco expressivo no país ganha uma nova dimensão, ao mesmo tempo em que surge também a ideia de um ‘novo nacionalismo econômico’ (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 250-252).

Estes elementos, por sua vez, estariam diretamente relacionados e associados ao surgimento de um pensamento desenvolvimentista de forma mais sistematizada no Brasil, porém não desconsiderando os fatores históricos que também contribuíram para isso. Entre eles, podemos destacar o movimento de “surto industrial”, provocado, entre outros fatores, pela crise do setor exportador e, também, a criação de novas instituições de regulação e controle das atividades econômicas, como resultado da crise então mencionada, além da falência do estado oligárquico. Somado a isso, não podemos deixar de destacar as alterações à nível mundial, provocadas pela Segunda Guerra Mundial (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 253). Acrescentamos ainda, que foi neste período, entre os anos trinta e quarenta que se registrou uma “contraposição mais aberta e sistemática de visões liberais e intervencionistas sobre a industrialização brasileira”, tendo em vista que neste período “a produção industrial passou a crescer mais rapidamente para atender a demanda antes satisfeita por importações” (SUZIGAN, 2007, p. 72).

Apesar de divergências e controvérsias na historiografia que trata sobre o tema, acreditamos que parte deste pensamento estava presente no discurso do governo durante o Estado Novo e, que, ao mesmo tempo, servia tanto para legitimá-lo, quanto para justificar ações

repressivas. Além destas questões, a ideia de desenvolvimento também esteve presente na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, de 1942, na qual as questões que envolviam a proteção continental inseriam-se também na pauta econômica.

Bastos (2012), por exemplo, chegou a fazer referência às interpretações a respeito da política econômica de Vargas e a forma como o nacionalismo econômico foi interpretado pela historiografia, de modo geral, apresentando inúmeras controvérsias, tanto no campo político, quanto no acadêmico. Para ele, um dos problemas que provocam estas confusões interpretativas seria a definição em relação aos interesses do Brasil no sistema internacional e as formas como estes objetivos poderiam ser alcançados:

Embora poucos duvidem que Vargas associava o interesse nacional ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, sobretudo industriais, que superavam a dependência primário-exportadora do mercado externo, vários intérpretes se dividem ao afirmar que Vargas era ‘mais ou menos’ nacionalista em razão da maior ou menor disposição em aceitar a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico. Em um extremo, alguns autores enxergaram em Vargas o defensor radical da autonomia nacional, chegando às raízes da xenofobia contra o capital estrangeiro. Outros viram no ex-presidente o ‘entreguista’ capaz de ludibriar o povo brasileiro com uma retórica do desenvolvimento econômico nacional, enquanto pretendia deixar aberta a porta aos ‘trustes’ internacionais do petróleo ou aos monopólios estrangeiros em serviços públicos que, presumidamente, impediriam que esse desenvolvimento ocorresse. Curiosamente, alguns intérpretes chegaram a mudar de percepção de um extremo ao outro (BASTOS, 2012, p. 253-254).

Além deste, outro motivo para estas confusões interpretativas foi definido pelo mesmo autor. Tais confusões estariam relacionadas à “bibliografia [que] nem sempre separa, para fins analíticos, a questão do nacionalismo econômico e a do trabalho” (BASTOS, 2012, p. 254). Este ponto é interessante justamente para reforçarmos a complexidade imbuída na ideia de desenvolvimento e o quanto torna-se complicado analisa-lo de forma isolada, mas que, ao mesmo tempo, necessita que certas questões sejam vistas de forma separada. Ou seja, estudar as definições de desenvolvimento, em determinado período, é uma tarefa complexa, pois a este termo estão vinculados aspectos políticos, sociais, culturais, entre outros, fundamentais e essenciais para a sua compreensão, que, ao mesmo tempo em que exigem uma análise mais específica do pesquisador, exigem que o mesmo não perca de vista a relação que eles possuem com os demais aspectos, fator que acentua ainda mais o grau de complexidade da análise.

Apesar de distintas interpretações, acreditamos que a ideia de desenvolvimento elaborada pelo governo carregava um apelo ao nacionalismo de uma forma um tanto híbrida. Estes dois elementos – desenvolvimento e nacionalismo – podem ser considerados como fundamentais na construção dos discursos e podem, além disso, serem considerados como as

duas das questões mais evidentes e marcantes deste período. Isso, tendo em vista que “a transformação de uma sociedade agrária e rural em nação industrializada e unificada era a meta primeira do governo”, sendo que, para isso, “remodelar o Brasil por meio da industrialização implicava a organização de uma força de trabalho disciplinada e de mecanismos de controle social para assegurar a ordem” (CAPELATO, 2009, p. 147). Para Corsi (2000, p. 56), inclusive, o desenvolvimento industrial começava a aparecer como uma necessidade para o fortalecimento do país e, portanto, tenderia a identificar-se com o chamado interesse nacional.

Sobre este aspecto do nacionalismo e o envolvimento da participação do capital estrangeiro na política econômica do governo, destacamos o que Diniz (1978) salientou, em relação ao pensamento autoritário que embasava e fundamentava também o setor econômico durante o Estado Novo:

a posição nacionalista típica desta corrente não envolve oposição à participação do capital estrangeiro na expansão econômica dos países em processo de industrialização. Ao contrário, a contribuição da técnica e do capital dos países mais desenvolvidos é considerada um importante fator para a superação do atraso econômico das nações agroexportadoras (DINIZ, 1978, p. 94).

Para Fonseca (1999), que se dedicou a estudar o processo de construção do capitalismo no Brasil, partindo de uma análise dos discursos de Getúlio Vargas, desde o período de 1906, quando atuava politicamente no Rio Grande do Sul, até 1954, foi durante o Estado Novo que a ideia de “construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação”, de forma que justamente neste período teria iniciado “a crença de que, com o desenvolvimento econômico, os grandes problemas do país desapareceriam”. Assim como constatou o mesmo autor:

o desenvolvimento econômico deixava de ser, portanto, apenas um ponto pragmático para tornar-se uma ideologia, presente praticamente em todos os discursos presidenciais depois do Estado Novo, inclusive dos governos militares após 1964. O desenvolvimento apresentou-se não só como ideia norteadora da ação governamental, mas principalmente como sua fonte de legitimidade (FONSECA, 1999, p. 257).

Esta ideia também foi apontada e trabalhada por Capelato (2009, p. 147):

Os ideólogos estadonovistas justificaram as reformas realizadas no Estado como necessárias à solução dos problemas que impediam a realização do progresso. O papel tutelar do Estado em relação à sociedade, a defesa da direção do Estado por uma elite política/intelectual capaz de analisar a sociedade e apresentar projetos de reforma por meio de um instrumental científico, de base sociológica/antropológica, foram os aspectos apontados como necessários à inserção do Brasil numa nova era.

No tocante ao nacionalismo, também podemos destacar entre outros elementos, o seu caráter identificador, assumido desde o início dos anos 1930, não somente no Brasil, mas nos países latino-americanos. Nesse sentido, para Valdés (2000),

O caráter identitário do pensamento latino-americano nas primeiras décadas do século foi mudando de objetivo: em uma primeira etapa realizou-se melhor como latinismo, em uma segunda como mestizofilia, indigenista ou afroamericana, e na terceira melhor como nacionalismo e anti-imperialismo. Sem prejuízo de que as três dimensões coexistiam, a primeira é mais cultural, a segunda mais social e a terceira apresenta uma ênfase no econômico, sem desligar-se totalmente do social e do cultural. Neste nacionalismo econômico, fundem-se uma perspectiva de esquerda com uma de direita, que denuncia e rejeita a intervenção das grandes potências. Isso se acentuou com o profundo impacto causado pela Crise de 1929-1930. Se expandiu a ideia de defender o interesse nacional, questão fundamental ao surgimento do pensamento modernizador industrialista característico do período posterior (VALDÉS, 2000, p. 203, tradução nossa)²¹.

Porém, é importante destacarmos que, para este autor, o nacionalismo dos anos 1930 e 1940 “não chegou a constituir-se em teoria do desenvolvimento. Contribuiu para a elaboração de uma série de categorias que apontavam nessa direção, mas não alcançou tal *status*. Foi mais uma proposta defensiva que de construção econômica” (tradução nossa). Desta forma, segundo ele, “se pode inclusive assinalar que o nacionalismo foi mais construtivo no cultural que no econômico” (tradução nossa)²².

A ideia de desenvolvimento também serviu como uma justificativa para o apoio do Brasil aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que entre as principais pautas que envolviam a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações exteriores das Repúblicas Americanas, estavam a “defesa continental (ruptura e cooperação militar) e a cooperação econômica frente ao conflito” (SVARTMAN, 1999, p. 105). Este apoio vinha também a concretizar as expectativas do governo e de parte da diplomacia brasileira, representada principalmente por Oswaldo Aranha, no que tange a uma suposta concretização

²¹ “*El carácter identitario del pensamiento latinoamericano de las primeras décadas del siglo fue cambiando de objetivo: en una primera etapa se realizó más bien como latinismo, en una segunda como mestizofilia, indigenista o afroamericana, y en la tercera más bien como nacionalismo y antiimperialismo. Sin menoscabo de que las tres dimensiones coexistían, la primera es más cultural, la segunda más social, y la tercera presenta un énfasis en lo económico, sin desligarse totalmente de lo social y lo cultural. En este nacionalismo económico funden una perspectiva de izquierda con una de derecha, que denuncia y rechaza la intervención de las grande potencias. Esto se agudizó con el profundo impacto causado por la crisis de 1929-1930. Se expandió la idea de defender el interés nacional, cuestión funcional al surgimiento del pensamiento modernizador industrialista característico del período posterior*” (VALDÉS, 2000, p. 203).

²² “*No llegó a constituirse en teoría del desarrollo. Contribuyó a la elaboración de una serie de categorías que apuntaban en esa dirección, pero no alcanzó tal status. Fue más una propuesta defensiva que de construcción económica*”/ “*se puede incluso señalar que el nacionalismo fue más constructivo en lo cultural que en lo económico*” (VALDÉS, 2000, p. 233).

do que era apresentado no âmbito do discurso, em relação ao desenvolvimento, muito relacionado, por sua vez, à indústria.

Em relação à figura de Osvaldo Aranha, neste contexto, Bueno (2014, p. 265) destacou que o mesmo até 1937 era o embaixador do Brasil em Washington, porém, “por discordar dos rumos que ia tomando o Estado Novo [...], pediu demissão do posto e mostrou disposição em abandonar a política”. Todavia, apesar disso,

aderiu ao novo regime, o que significou sua nomeação, em março de 1938, para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceu até agosto de 1944. Aranha entrou prestigiado no governo, em razão do que pôde conduzir os negócios exteriores com mais liberdade do que poderia supor. Foi uma espécie de contrapeso em face daqueles que, o governo, eram simpatizantes das potências do Eixo. Não nutria simpatias pela Itália ou Alemanha e era a favor do incremento das relações com os Estados Unidos (BUENO, 2014, p. 265).

O Brasil, durante este período, vivenciou um momento histórico de centralização, tanto política, quanto econômica, fundamentais para sustentar as ideias de Getúlio Vargas em relação ao “Estado Novo”, ao conciliar e administrar diferentes interesses. Neste caso, a consolidação de uma ideia de nação, envolvida pela terminologia “Estado Novo”, justificava “a existência do regime ditatorial e a necessidade de uma política econômica capaz de desenvolver o país de forma harmônica” (CORSI, 2000, p. 76), almejando, ao mesmo tempo, uma diferenciação na forma como ações políticas e econômicas eram praticadas.

Além disso, de acordo com Margalho (2015, p. 158), “o golpe de 10 de novembro de 1937 contou com o apoio do empresariado que o considerava como consolidação do que já se havia iniciado com a ‘revolução’ de 1930”. Este mesmo autor destacou que, justamente a “instável conjuntura derivada da crise do liberalismo, propiciou que a burguesia industrial participasse mais ativamente do bloco histórico consolidado a partir de 1937”, de modo que seria “equivocado supor que o Estado Novo tenha excluído a burguesia industrial dessa participação. Ao contrário, ela adquiriu papel decisivo na manutenção da estabilidade nuclear do bloco de poder” (MARGALHO, 2015, p. 159).

Konrad (2006), ao estudar ideias relacionadas aos trabalhadores e ao regime ditatorial do Estado Novo no Rio Grande do Sul, destacou aspectos referentes ao nacionalismo e também ao regionalismo. A autora salientou que a ideia de “centralização das instâncias do poder nas mãos do Estado nacional requeria a diminuição do poder das oligarquias da influência dos estados no âmbito regional”, sendo que, para isso, ocorreu uma tentativa de culpar “o excesso de federalismo pelos males da República, o que proporcionava aos ‘politiqueiros’ e às oligarquias, demasiado poder de ação”. Dentro desta perspectiva, de acordo com a autora, “os

regionalismos eram vistos com preocupação, tanto que, ao ser implantado, o Estado Novo decidiu abolir os símbolos estaduais e municipais (bandeiras, hinos, escudos e armas), mantendo apenas o uso dos símbolos nacionais” (KONRAD, 2006, p. 55).

Pereira (2015), de certo modo, corroborou com esta perspectiva de Konrad (2006), ao relacionar, por exemplo, o emprego da língua alemã nas escolas das colônias do sul do Brasil a uma ausência do Estado na região. Segundo ele, com o objetivo de contornar esta situação “foram criados incentivos especiais para as professoras que concordassem em se deslocar para as regiões mais distantes, sob maior influência alemã. Foram oferecidos a elas residência, serviço de saúde e proteção policial, além do salário normal a que tinham direito”, destacando, todavia, que “algumas professoras que lecionavam em locais recalcitrantes ao governo informavam os nomes das famílias que resistiam em aceitar os novos padrões educacionais, por meio da Secretaria da Educação” (PEREIRA, 2015, p. 39).

As ideias trazidas por Konrad (2006) e Pereira (2015) colaboram para demonstrar a importância assumida pelo Estado no período, em relação à tentativa de centralização de poder e a diminuição de influências políticas e culturais que pudessem comprometer o estabelecimento do nacionalismo. Esta apresentou-se como uma forma de justificar e legitimar o poder por parte do Estado, “conformando o modo de pensar de seus cidadãos por intermédio dos sistemas de educação e de comunicação de massa” (MARTINS, 2007, p. 47).

Para Fonseca (1999), a intervenção do Estado na economia foi algo muito presente em toda a trajetória política de Getúlio Vargas, ainda na República Velha, quando atuava politicamente no Rio Grande do Sul e defendia, assim como outros membros do PRR, que a intervenção deveria ser aceita e defendida, “inclusive como norma e dever do Estado” (FONSECA, 1999, p. 59). Destacamos que este pensamento autoritário de Vargas foi influenciado por pensadores da época, como Francisco Campos, Almir de Andrade, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, os quais faziam uma crítica ao liberalismo, defendendo o intervencionismo e a organização corporativa da sociedade.

Bastos e Fonseca (2012, p. 12) sintetizaram este pensamento de Vargas, que apresentava uma crítica ao liberalismo, ao mesmo tempo em que expressava e defendia o intervencionismo na seguinte passagem:

Vargas acreditava, como muitos homens de sua época, que o mercado livre e autorregulado não garantia o desenvolvimento econômico, nem reduzia a desigualdade social, mas tendia a aprofundá-la em meio a crises econômicas e sociais graves e recorrentes. Por isso, em sua opinião expressa inúmeras vezes desde a época de estudante, que o Estado deveria intervir para corrigir os defeitos do mercado, contribuindo para melhorar a posição do país na Divisão Internacional do Trabalho e assegurar maior coesão social, defendendo trabalhadores e empregados da anarquia

capitalista e, assim, preservando o próprio capitalismo da ameaça comunista. Para tanto, o Estado deveria executar uma espécie de regulação pública do individualismo econômico, promover novos direitos trabalhistas e políticas sociais e orientar decisões privadas de investimento consideradas de interesse público. Mas deveria também concentrar recursos diretamente, por meio de empresas estatais e bancos públicos, para realizar investimentos requeridos pela modernização econômica do país, mas evitados por empresas privadas temerosas dos riscos envolvidos.

O período de 1937 a 1945, por sua vez, foi denominado de Estado Novo porque foi durante este período em que se almejou romper, de forma mais sistemática, com a tradição colonialista, de um Brasil apenas exportador de matérias-primas, para um Brasil mais independente e com um desenvolvimento econômico pautado pela indústria. Esta ideia ganhou destaque no início da década de 1930, principalmente a partir da Crise de 1929, que fez com que o Brasil buscasse alternativas para se recuperar diante da falta de mercados para o café. Tal situação teria aberto caminho para um “novo tipo de desenvolvimento capitalista”, tendo por objetivo a superação do “capitalismo agrário e comercial assentado nas atividades exportadoras de produtos primários, rumando para outro, cuja dinâmica iria gradualmente depender da indústria e do mercado interno” (FONSECA, 1999, p. 182).

Esta perspectiva também foi apresentada por Pesavento (1997), a partir da ideia de que, após 1930, passou a ocorrer uma “reordenação do sistema produtivo” no Brasil (PESAVENTO, 1997, p. 104), através de um processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um urbano-industrial, mesmo que ainda de forma insipiente e dependente. Diniz (2004) também ressaltou esta passagem de uma sociedade de base agroexportadora para uma sociedade de base industrial, destacando que, mesmo que a consolidação de uma ordem industrial no Brasil tenha ocorrido posteriormente, mais precisamente a partir dos anos 1950, já com Juscelino Kubitschek, as bases e os fundamentos para o desenvolvimento desta nova ordem econômico-social, teriam surgido neste período, de modo que os anos 1930 pode ser considerado como uma espécie de marco, justamente por ser neste momento que “ocorreu a passagem de uma sociedade com um perfil nitidamente vinculado à clássica divisão internacional do trabalho [...] para uma sociedade mais complexa e diferenciada” (DINIZ, 2004, p. 41).

Corsi (2000), ao discorrer sobre a grande depressão dos anos 1930 e as novas possibilidades de desenvolvimento ocasionadas por ela, destacou que a tendência à desarticulação da economia mundial²³ teria sido um dos fatores responsáveis por abrir espaço

²³ Para Corsi (2000, p. 27), a tendência a uma desarticulação da economia mundial teria sido causada pela Grande Depressão. Para o autor, “a queda do comércio internacional, o desmoronamento do padrão-ouro, a quase cessação dos investimentos de longo prazo e dos empréstimos, a onda generalizada de moratórias das dívidas

para saídas nacionais da depressão. Para ele, a difícil situação econômica enfrentada por um grande número de países incentivou ao longo da década de 1930, as desvalorizações competitivas de moedas, os controles de câmbio e de importações, as restrições à livre circulação de capitais e de mão de obra, o comércio bilateral e um forte protecionismo, em detrimento do livre comércio. Cada país queria proteger-se da crise mundial exportando mais, importando menos e expandindo seu mercado interno. Esse foi o caminho encontrado para contornar a crise interna e a falta de moedas fortes, o que acarretou um acirramento da concorrência entre as economias nacionais (CORSI, 2000, p. 28).

Com isso, “o protecionismo, as políticas objetivando a recuperação econômica a partir dos mercados internos, os acordos bilaterais de comércio, os controles cambiais e a formação de blocos econômicos pareciam processos irreversíveis e generalizados” (CORSI, 2000, p. 31), já apontando para uma mudança em relação ao papel assumido pelo Estado na economia, principalmente no tocante a uma maior intervenção estatal na vida econômica. Nesse sentido, destacamos, como tendência oriunda de diferentes experiências de combate à depressão, que, além de regular, o Estado passou a assumir o papel de “regulamentar, direcionar, planejar, atuar diretamente em setores considerados vitais, além de imprimir políticas que visassem à manutenção da atividade interna”, de forma que “deixou de existir uma doutrina ‘aceita por todos’ – o liberalismo – a orientar os governos”, o que era comum no século XIX, deixando “evidente também a inexistência de um vínculo indissolúvel entre capitalismo e liberalismo econômico” (CORSI, 2000, p. 33).

Ao avançarmos neste parâmetro de análise, para o mesmo autor, a Grande Depressão teria estimulado “o surgimento de governos autoritários e nacionalistas de vários matizes”, de forma que a própria “ascensão do nazismo foi, em boa medida, uma consequência do desemprego, da ruína econômica da pequena burguesia, do desalento e da falta de perspectiva de amplos setores sociais” (CORSI, 2000, p. 33). Com base nas prerrogativas apontadas por este autor, podemos assinalar que a crise ocasionada pela Grande Depressão contribuiu para a abertura de “novos caminhos de desenvolvimento, calcados no mercado interno e na industrialização, a partir da desorganização da velha divisão internacional do trabalho”, que de certa maneira “colocava em questão o papel de exportadores de produtos primários dos países latino-americanos”, justamente porque, diante de tantas transformações, “as economias da região eram impelidas a se fechar de maneira crescente sobre si mesmas e buscar saídas próprias para a situação” (CORSI, 2000, p. 35). Todavia, devemos destacar a ressalva feita pelo autor,

externas, a interrupção dos fluxos migratórios, as crises financeiras e cambiais, o desemprego generalizado e a drástica redução da atividade econômica foram elementos que contribuíram com essa tendência”.

de que “o processo de industrialização em alguns países da América Latina não pode ser explicado apenas pela influência de acontecimentos externos, mas também, em boa medida, pelo estágio de desenvolvimento industrial atingido por esses países” (CORSI, 2000, p. 36)²⁴.

No tocante a este contexto, é importante lembrarmos ainda que, a partir de 1930, ocorreu a já mencionada “mudança do modelo de inserção internacional”, trazida por Cervo (2008) e que iremos assinalar de forma mais precisa no decorrer deste trabalho. Em sequência, nesta mesma linha de pensamento, Seitenfus (2003) destacou que, com os efeitos da crise de 1929, apesar de o governo não desenvolver na prática uma política econômica muito diferente da que desenvolvia antes de 1930, a Aliança Liberal havia sinalizado que seria necessário a instalação de uma indústria de base no Brasil. O autor destacou que não chegou a se ter neste período uma política industrial especificamente, mas que, no entanto, a ideia de desenvolvimento industrial começou a aparecer, inclusive, relacionado à segurança nacional, pois seria “impossível alcançá-la de maneira autárquica, este elemento fundamental do programa da AL incidirá sobre a política externa brasileira após 1930. Destaca-se aqui a preocupação de modernizar os equipamentos militares dos quais dispunha o país” (SEITENFUS, 2003, p. 4).

Em relação a este ponto, a industrialização também se apresentou como uma alternativa de progresso para os países periféricos. Esta foi umas das ideias de Raúl Prebisch, trazidas por Valdés (2000, p. 291):

A industrialização seria o único meio de que dispunham os países periféricos para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando o nível de vida das massas. A industrialização deveria cumprir uma série de funções, pois se realizava com clarividência, oferecia a possibilidade de aumentar sensivelmente o ingresso nacional, ao dar emprego mais produtivo as massas, empregadas então em ocupações de produtividade escassa (tradução nossa)²⁵.

No entanto, conforme mencionamos anteriormente, as ideias de cunho mais desenvolvimentista somente começaram a ser concretizadas de forma mais efetiva, durante o Estado Novo, sendo que, “no caso da economia, a tendência centralizadora iniciada no limiar da década de 1930 aprofundou-se – e, juntamente com ela, a ideologia oficial incorporou

²⁴ Sobre este processo de transição ocorrido não só no Brasil, mas em toda a América Latina, sugerimos consulta a Puyana (2008).

²⁵ Fragmento original: “*La industrialización sería el único medio del que disponen los países periféricos para ir captando una parte del fruto del progreso técnico y elevando el nivel de vida de las masas. La industrialización debía cumplir una serie de funciones pues, si se realizaba con clarividencia, ofrecía la posibilidad de aumentar sensiblemente el ingreso nacional, ao dar empleo más productivo a las masas empleadas entonces en ocupaciones de escasa productividad*”

verdadeira apologia ao Estado”, com a finalidade e a justificativa de se “alcançar o desenvolvimento econômico” (FONSECA, 1999, p. 256).

Com a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que recomendou o definitivo rompimento com o Eixo, e, também, sob o espectro do pan-americanismo, que teve algumas de suas ideias apresentadas na primeira parte do texto, as questões relacionadas ao desenvolvimento passaram a ser compreendidas sob a égide de uma suposta “solidariedade entre as economias americanas”, que, por sua vez, “colocava o desenvolvimento econômico nacional, dentro de certos moldes, em função da soberania continental e coordenado pelo continente” (MINELLA, 2013, p. 38). Ou seja, defendemos a ideia de que as questões relacionadas ao desenvolvimento ganharam contornos ainda mais ampliados e, no caso brasileiro, de forma mais específica, um objetivo ainda maior a ser atingido.

Dessa forma, corroboramos com a ideia de que esta Terceira Reunião representou um marco não somente no que se referiu ao “final da equidistância pragmática em face dos blocos em conflito, mas a materialização progressiva das concessões norte-americanas, já negociadas, nas áreas de armamento e indústria básica” (SVARTMAN, 1999, p. 106), além de fornecer base para sustentar a utilização da ideia de desenvolvimento, justificando a intervenção dos Estados Unidos no Brasil, em diferentes campos de atuação e de distintas formas.

Depois do que expomos, destacamos que a existência de um projeto desenvolvimentista, com raiz no Estado Novo, é inconcebível para alguns autores, sendo que uma política desenvolvimentista somente teria sido estabelecida, de fato, a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1947. Um destes autores, que defendeu este posicionamento, foi Valdés (2000), ao apontar uma mudança de paradigma no pensamento latino-americano, de identitário para um modernizador, o mesmo sinalizou que, somente “no final dos anos 1940, a CEPAL representa a hegemonia deste novo paradigma, cujo conceito-chave é a industrialização” (tradução nossa)²⁶.

Porém, acreditamos que dentro do contexto, das possibilidades e limitações existentes no período, Getúlio Vargas conduziu, durante o Estado Novo, uma política de caráter desenvolvimentista, mesmo que não muito bem sistematizada, se comparado a outros momentos históricos. Esta constatação encontra respaldo no trabalho de Corsi (2000, p. 16):

Foi com o Estado Novo que a política externa passou a pautar-se por um projeto de desenvolvimento. Esse enfoque remete a discussão da controversa existência e

²⁶ Fragmento original: “*A fines de los 40 la CEPAL representa la hegemonia de este nuevo paradigma, cuyo concepto clave es industrialización*” (VALDÉS, 2000, p. 290).

natureza de um projeto nacional. O projeto de desenvolvimento de Vargas não pode ser concebido como um plano acabado, com metas, mecanismos de financiamento e órgãos de controle e coordenação de programas formalmente definidos, pois não existia à época algo nesses moldes. O projeto de Vargas, que compreendia uma série de programas formulados à medida que os problemas se iam colocando, consiste em um processo redefinido constantemente pela injunção de fatores políticos, sociais e econômicos internos e externos; projeto que, no entanto, não chegou a adquirir feições definitivas mesmo ao final do Estado Novo. Ainda assim, pode-se denominá-lo ‘projeto’ tendo em vista que os programas que o compunham apontavam na direção de um desenvolvimento baseado no mercado interno e na indústria, expressando assim uma estratégia política norteadora da ação governamental.

Acentuamos ainda que, além do Estado Novo, a ideia desenvolvimentista continuou permeando a política brasileira de formas distintas ao longo da história, tanto em períodos democráticos, como em tempos de autoritarismo, como ocorreu durante o Estado Novo e após o Golpe de 1964, quando a ideia de desenvolvimento tomou uma forma semelhante, em determinados aspectos, com a que analisamos até o momento. Ou seja, uma forma caracterizada essencialmente pela centralização política, pelo autoritarismo e intervencionismo do Estado na economia e, ainda, como forma de justificar ações repressivas para diferentes grupos sociais que discordavam ou representavam uma ameaça ao governo.

Este último período, pós 1964, trabalharemos de forma mais detalhada no quarto capítulo desta tese, pois foi, justamente durante a década de 1970, em que se tornou vigente o Decreto nº 5.823, de 14 de novembro de 1972. Este decreto foi o responsável por estabelecer uma nova regulamentação para as indústrias produtoras de bebidas no Brasil, apontando indícios de uma intervenção de Estado que aparenta ter objetivos de beneficiar alguns setores empresariais em detrimento de outros.

2.3 NACIONALISMO ALÉM DA FRONTEIRA NACIONAL

Para entendermos a ideia de nacionalismo durante o Estado Novo no Brasil, é necessário reafirmarmos o papel assumido pela ideologia do pan-americanismo, bem como a importância que a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas assumiu neste contexto, influenciando na construção de uma ideia de nacionalismo, embasado pela perspectiva de cooperação e solidariedade continental. Isso aplicando-se, também, as ideias de cunho desenvolvimentista, assumidas pelo governo de Getúlio Vargas.

É importante destacarmos que estas ideias, apesar de suas especificidades, eram próprias de um contexto específico e seguiam parâmetros regidos por uma retórica pan-americanista. Dessa forma, após as decisões tomadas, ou pelo menos oficializadas, na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o próprio sentido

do termo nacionalismo passou a abranger todos os países que seguiam e estavam de acordo com as cláusulas de uma “união” americana. Este ponto, assume total importância dentro do contexto do Estado Novo no Brasil, principalmente como forma de repúdio ao que seria estrangeiro à América e a estes Estados que estavam unidos por objetivos e ideias comuns.

Tal perspectiva, apesar de pouco explorada, apresenta respaldo em diversas fontes. Neste caso, apontaremos um despacho da Embaixada Brasileira para Berlim, datado em 10 de novembro de 1941, no qual há referência a um fragmento do discurso do Presidente da República, evidenciando tal perspectiva:

Nas comemorações de hoje, o Presidente da República proferiu importante discurso no Ministério da Guerra, no qual, depois de dizer que as atividades das forças armadas visam neste momento, a defesa da integridade do país, o estudo das condições de mobilização e potencial bélico e a segurança da ordem interna, declarou: ‘nenhum invasor tocará o solo brasileiro sem receber o justo castigo. Internamente serão tratados com rigor aqueles que, pela intriga, pela calúnia, pretendem enfraquecer-nos ou dividir-nos. A fase histórica que atravessamos não permite dissídias e debates inócuos’. Depois de mostrar as atividades do país em várias esferas da vida nacional, afirmou que a nossa posição em face dos problemas internos e dos acontecimentos mundiais está claramente definida. E juntou: ‘A nossa política de franca solidariedade continental continuará uniforme e invariável. Permaneceremos leais aos compromissos assumidos. Já não pode restar dúvida quanto à unidade de ação das Américas, que passou do domínio das convenções para o da realidade. Onde estiver qualquer nação americana deverão estar as nações irmãs do hemisfério, e nós estaremos entre elas, prontos a empenhar-nos na defesa comum²⁷.

Outro exemplo que pode ilustrar esta ideia encontramos em uma publicação do Jornal Correio do Povo, de 1942, contendo o fragmento de uma entrevista do General Cordeiro Farias, interventor do Rio Grande do Sul na época, ao jornalista L. Josefson, de O Globo, em relação ao posicionamento do Brasil no que diz respeito ao tratamento dispensado aos apoiadores do Eixo no estado²⁸, demonstrando a sua perspectiva em relação à situação do Brasil na guerra e as impressões que o mesmo teve quanto à ocorrência de uma missão militar chilena, realizada em Porto Alegre. Observamos, no seguinte fragmento do jornal, como a ideia de ampliação do nacional, através do pan-americanismo exercia sua influência:

O jornalista procurou obter do General Cordeiro de Farias as impressões aqui deixadas pela missão militar chilena que, sob a chefia do General Escudero, recentemente esteve em Porto Alegre. Também pede a opinião de S. Exa. sobre a posição da Argentina, país com que fizemos fronteira e em torno do qual fervilham boatos, muitas vezes, de certa maneira alarmantes.

O General Escudero e os demais oficiais chilenos – diz o interventor gaúcho – mostraram-se grandemente devotados a causa pan-americanista e, especialmente, muito amigos do Brasil. Conforme, aliás, já foi divulgado afirmaram-nos que o Brasil

²⁷ Fonte: Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama 183, às embaixadas de Berlim, Vichy e Roma, 10 de novembro de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty. Códice 4.4.12.

²⁸ Questões envolvendo esta temática serão analisadas com mais precisão no capítulo seguinte.

e a causa das Américas sempre poderiam contar com o apoio e simpatia do povo, exército e governos chilenos.

Quanto à Argentina, – prossegue S. Exa. – somente posso declarar que são absolutamente insubsistentes todos os rumores alarmantes a que o senhor se refere. Acolhendo e divulgando tais boatos apenas serviremos à política de inquietação subterrânea e confusão tão do agrado dos agitadores internacionais. Nossas relações com a Argentina são as melhores possíveis. Vivemos em um ambiente de inteiro entendimento e, em face à época difícil que atravessa o mundo, nossas nações tem procurado, cada vez mais, se auxiliar mutuamente²⁹.

O mesmo jornal, além disso, noticiou a solicitação de criação de um chamado Exército Pan-Americano. Esta seria uma proposta oriunda de um grupo de antigos chefes militares, enviada ao presidente Getúlio Vargas e, também, a Oswaldo Aranha. Segundo a publicação do jornal, para os idealizadores deste projeto:

Esse organismo [Exército Pan-Americano], que se formaria através de um voluntariado aberto em todas as nações continentais, se empregaria em combater decisivamente as forças totalitárias em todas as suas formas. A luta contra a quinta coluna seria uma das principais tarefas do novo exército, que ficaria também à disposição para combater fora de nossas fronteiras, caso as circunstâncias o exigissem³⁰.

Em documentação encontrada no acervo do Arquivo Nacional, referente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, localizamos entre outros documentos, um Memorando com data de 18 de junho de 1942, no qual foram mencionados aspectos que fornecem indícios para embasar esta conclusão. Tais indícios são provenientes de um recorte de um discurso proferido por Oswaldo Aranha, contido neste memorando, no qual ele fez uma referência a quanto o Brasil estava disposto a cooperar com os Estados Unidos:

Sei que o coração do Brasil está todo ele voltado para os Estados Unidos. Os nossos interesses sempre foram comuns, a nossa afeição recíproca sempre foi profunda. Hoje quando a própria história inicia uma nova fase, os nossos objetivos estão identificados a tal ponto que eu me sinto no direito de falar agora em nome dos povos de ambos os nossos países, em nome do seu povo tanto quanto do meu, ao dizer que dessa família de nações a que acaba de referir-se – os Estados Unidos e o Brasil – estamos mais próximos um do outro e temos uma preferência marcada um pelo outro. Que mais é possível dizer? Que mais é preciso dizer nesse momento? Já não falamos mais: agimos. Os produtos da nossa indústria, a grande riqueza dos nossos recursos naturais são vossos – são todos vossos, para a luta contra os inimigos comuns. Os navios brasileiros dão preferência absoluta às vossas necessidades de guerra. O nosso esforço é mais do que suplementar ao vosso. Preciso de uma palavra ainda mais forte do que ‘cooperação’. O nosso esforço é o vosso esforço³¹.

²⁹ Fonte: Desmantelada a máquina totalitária em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Correio do Povo, 02 de julho de 1942, p. 8. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

³⁰ Fonte: Sugerida a criação de um exército pan-americano. Correio do Povo, 17 de julho de 1942, p. 3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

³¹ Fonte: Arquivo Nacional. Códice: Lata 341, p. 1-2.

Este fragmento do discurso de Oswaldo Aranha, utilizado no referido Memorando nos ajuda a compreender como a questão nacional estava sendo apontada. Evidente que ao declarar apoio aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial já justificaria, por si só, ações de cooperação entre os países. Porém, o que chama a atenção neste fragmento, é como a referência a uma identificação entre Brasil e Estados Unidos apresenta-se enaltecida no discurso político de Oswaldo Aranha, o que indica, sobretudo, sua compreensão em relação às definições da política brasileira.

Esta ideia de união e, sobretudo, de um nacionalismo além do nacional, que incluía a defesa dos interesses não só do Brasil, mas também do continente americano através do pan-americanismo, pode ser reforçado com a ocorrência das Conferências Pan-Americanas e das Reuniões de Consultas realizadas entre chanceleres. Exemplo disso pode ser observado em documentação que antecedeu a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em que chanceleres ou representantes de Estado solicitam para a União Pan-Americana a realização da reunião, tendo em vista os ataques que os Estados Unidos estavam sofrendo, já demonstrando não somente solidariedade continental, mas também a intenção de cooperação.

De acordo com o material, ficou claro que estes ataques, somados às influências pan-americanistas não eram tomados somente como um tipo de agressão restrita aos Estados Unidos, mas sim, a todos os países americanos e, por isso, a necessidade desses países se organizarem para produzir algum tipo de resposta. Nesse sentido, destacamos o documento que antecedeu a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em que foi solicitada à União Pan-Americana a ocorrência da referida reunião, devido aos rumos que a Segunda Guerra Mundial estava tomando. Este documento iniciou com a reivindicação proferida pelo Ministro das Relações Exteriores do Chile, Juan B. Rosseti, em 09 de dezembro de 1941, destinada ao Conselho Diretivo da União Pan-Americana, e seguiu com a reivindicação do governo dos Estados Unidos, efetuada no dia seguinte. Nos fragmentos seguintes, constam, respectivamente, parte das duas reivindicações:

Em decorrência da injustificada agressão que foram vítimas os Estados Unidos por parte de uma potência não americana e, tendo em vista o disposto nas resoluções XV e XVII aprovadas na Reunião Consultiva de Havana, no mês de julho de 1940, venho a Vossa Excelência consultar aos demais governos americanos sobre a conveniência de convocar com toda urgência uma terceira reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, para considerar a situação produzida e adotar as medidas mais adequadas que reivindicam a solidariedade de nossos povos e a defesa do hemisfério.

As repúblicas deste continente, nas conferências internacionais que foram celebradas em Buenos Aires, Lima, Panamá e Havana reconheceram, dentro de um espírito de

solidariedade, que uma ameaça à paz, a seguridade e a integridade territorial de qualquer destas repúblicas é incumbência de todas. Na Resolução XV, aprovada pelos representantes das Repúblicas Americanas na Reunião de Consulta que ocorreu em Havana em julho de 1940, intitulada de ‘Assistência Recíproca e Cooperação Defensiva das Nações Americanas’, as Repúblicas da América declararam que todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como um ato de agressão contra um Estado americano, será considerado como um ato de agressão contra os Estados que firmam esta declaração’ e agregaram também que, em caso de cometer-se um ato de agressão por parte de um Estado não americano, contra um Estado americano, ‘os Estados signatários da presente declaração consultarão entre si para definir as medidas convenientes (tradução nossa)³².

Estes dois fragmentos nos permitem observar que a política pan-americanista liderada pelos Estados Unidos, em relação à América Latina estava, pelo menos em parte, sendo concretizadas. Na primeira reivindicação, por exemplo, a solidariedade e a defesa do continente são enfatizadas, demonstrando um sentimento de união. Porém, em se tratando do Chile, é interessante considerarmos a sua posição geográfica, pois, por estar localizado em uma extrema faixa, ocupando uma boa parte litorânea do continente, este posicionamento apresenta-se como estratégico. Já na segunda reivindicação, o espírito de solidariedade, que uma ameaça à paz, a seguridade e a integridade territorial das repúblicas americanas é tratado como um problema de todos esses países, que devem pensar em estratégias coletivas e não de forma isolada.

Destacamos que esta questão é estritamente relevante no tocante às temáticas que abrangem este trabalho. Isso porque a forma de um nacionalismo mais ampliado, não restrito às fronteiras fechadas, mas com fronteiras que extrapolam os limites da concepção de um estado nacional fechado dentro de seu território. Ou seja, uma identidade de pertencer ao continente americano, com uma perspectiva de território também ampliado, como um “bloco” de estados. De acordo com esta perspectiva, defendemos a ideia de que uma união através do pan-

³² “*En presencia de la injustificada agresión de que han sido víctimas los Estados Unidos por parte de una potencia no americana y, teniendo en vista lo dispuesto en las resoluciones XV y XVII aprobadas en la Reunión Consultiva de La Habana en el mes de julio de 1940, ruego a Vuestra Excelencia consultar a los demás gobiernos americanos sobre la conveniencia de convocar con toda urgencia una tercera reunión de consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas, para considerar la situación producida y adoptar las medidas más adecuadas que reclaman la solidaridad de nuestros pueblos y la defensa de lo hemisfério/Las repúblicas de este Continente, en las Conferencias Internacionales que se han celebrado en Buenos Aires, Lima, Panamá y la Habana, han reconocido, dentro de un espíritu de solidaridad, que una amenaza a la paz, la seguridade o la integridade territorial de cualquiera de estas repúblicas es de la incumbencia de todas. Em la Resolución XV, aprobada por los representantes de las Repúblicas Americanas en la Reunión de Consulta que se verificó en La Habana en julio de 1940, titulada “Asistencia Recíproca y Cooperación Defensiva de las Naciones Americanas”, las Repúblicas de América declararon que todo atentado de un Estado no americano contra la integridad o la inviolabilidad del territorio, contra la soberania o independencia política de un Estado americano, será considerado como un acto de agresión contra un Estado americano, será considerado como “un acto de agresión contra los Estados que firman esta declaración” y agregaron también que en caso de cometerse un acto de agresión por parte de un Estado no americano, contra un Estado americano “los Estados signatarios de la presente declaración consultarán entre sí para concertar las medidas que convega tomar”.* Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Códice 30.12.9, p. 7-8.

americanismo, abriu passagem para que mobilidades entre estes Estados fossem facilitadas. Esta união também seria uma forma de expulsar tudo aquilo que seria estrangeiro, considerando uma ameaça a todo o continente. Estas ideias que indicam a noção de um nacionalismo mais ampliado e a ruptura com relações diplomáticas que de alguma forma ameaçassem os Estados Americanos também podem ser reforçadas através dos seguintes fragmentos contidos na ata da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas:

- I. As Repúblicas Americanas se reafirmam em sua declaração, considerar todo ato de agressão de um Estado extracontinental contra uma delas como ato de agressão contra todas, por constituir uma ameaça imediata a liberdade e independência da América.
- II. As Repúblicas Americanas reafirmam sua completa solidariedade e sua determinação de cooperar todas juntas para sua proteção recíproca até que os efeitos da presente agressão ao continente sejam desaparecidos.
- III. As Repúblicas Americanas se reafirmam em sua declaração de considerar toda ato de agressão de um Estado extracontinental contra uma delas como ato de agressão contra todas, por constituir uma ameaça imediata a liberdade e independência da América.
- IV. As Repúblicas Americanas declaram, por último, que, antes de reestabelecer as relações referidas no parágrafo anterior, se consultem entre si a fim de que sua resolução tenha caráter solidário (tradução nossa)³³.

Na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, por exemplo, quando se definiu o apoio aos Estados Unidos, esta ideia, que pode estar relacionada a um nacionalismo além do nacional também pode ser observada com mais clareza.

Esta questão que envolveu ideias de nacionalismo durante o Estado Novo no Brasil, merece destaque justamente porque, a ideia de nacionalismo que se tinha não era de um nacionalismo restrito a uma nação em si, como algo isolado, mas sim, um nacionalismo que incluía os países americanos que participavam das Conferências Pan-Americanas. Dessa forma, quando indústrias norte-americanas se instalaram no Brasil neste período, reforça a não contradição das ações da política econômica do governo, tendo em vista que não estava

³³ I. *Las Repúblicas Americanas se reafirman en su declaración de considerar todo acto de agresión de un Estado extracontinental contra una de ellas como acto de agresión contra todas, por constituir una amenaza inmediata a la libertad e independencia de América.*
 II. *Las Repúblicas Americanas reafirman su completa solidaridad y su determinación de cooperar todas juntas para su protección recíproca hasta que los efectos de la presente agresión al Continente hayan desaparecido.*
 III. *Las Repúblicas Americanas, siguiendo los procedimientos establecidos por su propias leyes y dentro de la posición y circunstancias de cada país em el actual conflicto continental recomienda la ruptura de sus relaciones diplomáticas com el Japón, Alemania e Italia, por haber el primero de esos Estados agredidos y los otros dos declarado la guerra a un país americano.*
 IV. *Las Repúblicas Americanas declaman, por último, que, antes de restablecer las relaciones a que se refiere el párrafo anterior, se consultan entre sí, a fin de que su resolución tenga carácter solidário (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1942, p. 4-5).*

propriamente ferindo um discurso nacionalista, pois o nacional incluía também os Estados Unidos.

Este tipo de abordagem nos fornece subsídios para a compreensão de parte do processo histórico que ocorreu com a Fábrica Cyrilla, de Santa Maria, RS, tanto no tocante ao episódio de quebra-quebra, ocorrido em 18 de agosto de 1942, por tratar-se de uma fábrica de imigrantes alemães, como da política adotada no Brasil quanto às indústrias de refrigerantes, tema que será tratado com mais detalhamento no próximo capítulo.

3 INTERESSES INTERNOS NA MOBILIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DURANTE O ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945)

A partir da discussão apresentada no capítulo anterior sobre desenvolvimentismo, nacionalismo e a política pan-americanista no contexto do Estado Novo brasileiro, pretendemos apontar e questionar algumas das interpretações e análises elaboradas pela historiografia brasileira no que tange aos movimentos que provocaram a perseguição e a destruição patrimonial de imigrantes ou descendentes de alemães e italianos. Tais movimentos ficaram conhecidos como quebra-quebra e ocorreram em agosto de 1942, em várias regiões do Brasil. Apesar de sua abrangência, procuramos elucidar tais episódios ocorridos em Santa Maria, Rio Grande do Sul/Brasil.

Além disso, procuramos analisar, no presente capítulo, a relação de um caso específico ocorrido em Santa Maria, o quebra-quebra na Fábrica Cyrilla, com a legislação que regulamentou a produção de bebidas no Brasil, durante a década de 1940. Ou seja, a partir deste estudo de caso, objetivamos compreender quais eram os principais interesses internos na mobilização de uma política de caráter desenvolvimentista no Brasil e como estes interesses estavam relacionados com o governo e sua política no período. Para isso, o estudo de alguns elementos vinculados a história da Fábrica Cyrilla, juntamente com a análise elaborada no capítulo anterior nos ajudam demonstrar a complexidade no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tomando, como referência, aspectos mais estruturais.

De acordo com tais objetivos, passamos a estudar, primeiramente, o que foram os mencionados movimentos de quebra-quebra, de 1942, através do que já foi publicado pela historiografia brasileira. Em seguida, passamos a compreender, com mais detalhes, o quebra-quebra que ocorreu na Fábrica Cyrilla e, juntamente a isso, aspectos relacionados à produção e comercialização de bebidas no Brasil, incluindo os impasses sobre a produção e a regulamentação do refrigerante sabor guaraná.

Em seguida, questões relacionadas aos interesses que o governo brasileiro nutria em relação à regulação da produção de bebidas mereceram nossa atenção. Isso porque, tais medidas envolviam também interesses de empresas transnacionais, que utilizavam dos ideais pan-americanistas e das disputas por apoio durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), para expandir seus mercados para os países latino-americanos que estavam envolvidos pela ideia de cooperação e solidariedade continental.

No final deste capítulo, elaboramos algumas questões referentes às lideranças da classe industrial e as alianças desta com o governo, o que também pode contribuir com as

interpretações dos temas levantados neste trabalho. Nesta última parte do texto, coube ainda uma reflexão a partir de uma literatura trabalhada e amadurecida durante o período de Doutorado Sanduíche no exterior.

3.1 OS MOVIMENTOS DE QUEBRA-QUEBRA ESPALHADOS PELO BRASIL: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Os episódios de quebra-quebra no Brasil foram movimentos que destruíram estabelecimentos comerciais e industriais, bem como residências privadas, cujos proprietários tinham origem em países do Eixo, Alemanha, Itália e Japão, sejam eles como imigrantes ou como descendentes nascidos no Brasil. Tais episódios ocorreram em 1942, durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, em diversas regiões do Brasil. Porém, apesar do impacto de tais acontecimentos, observamos que os mesmos ainda são pouco estudados, se pensarmos em questões que vão além do registro e do vínculo exclusivo com uma perseguição étnica-política.

Podemos afirmar que a quantidade de referências bibliográficas que abordam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sob os mais variados aspectos aparecem em grande número, seja na História, nas Relações Internacionais, ou mesmo na Literatura. Porém, produções bibliográficas que trabalham de forma específica com os movimentos de quebra-quebra e sua relação com o contexto da época são um pouco mais esparsas, sendo que, em muitos casos, não aparecem como tema principal das pesquisas, mas sim, como desdobramentos das mesmas.

A partir deste diagnóstico, nos propomos a elaborar uma interpretação mais problematizadora em relação aos interesses que poderiam estar vinculados aos diversos acontecimentos ocorridos em 1942. Para isso, efetuamos um levantamento do “estado da arte” sobre trabalhos que pesquisaram esta temática, entre eles: publicações em periódicos, livros e capítulos de livros, teses e dissertações, publicações em anais de eventos na área da História, além de trabalhos com um viés mais memorialista. A finalidade de efetuar este levantamento foi de percebermos como a historiografia brasileira vem abordando esta discussão e, também, quais poderiam ser as novas possibilidades de abordagem sobre estes acontecimentos.

O primeiro trabalho que selecionamos para esta análise trata-se de uma pesquisa realizada no acervo de propriedade de Tomaz Pompeu Gomes de Matos, um jornalista cearense que fotografou o movimento de quebra-quebra ocorrido em Fortaleza. Esta pesquisa foi publicada pelo Núcleo de Pesquisa Cultura e Memória, vinculado ao Memorial da Cultura Cearense e ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, com apoio de outras instituições e do

Governo do Estado do Ceará. O resultado deste trabalho foi dividido e publicado em duas partes, ou melhor, dois tomos: Tomo I, que contém os registros fotográficos do quebra-quebra de 18 de agosto de 1942 ocorrido em Fortaleza, realizados pelo próprio Tomaz Pompeu Gomes de Matos, além de alguns documentos de seu acervo pessoal, também produzidos por ele; já o Tomo II aborda parte de uma pesquisa realizada neste acervo, por integrantes do referido Núcleo de Pesquisa, juntamente com uma discussão referente à utilização de acervos pessoais em pesquisas acadêmicas, trabalhos que utilizaram o acervo mencionado como fonte de investigação. Destacamos, que este material conta também com alguns depoimentos orais que retrataram um pouco deste episódio ocorrido em Fortaleza, sob diversas perspectivas, distribuídas entre os trabalhos.

No Tomo I, além de inúmeras fotografias, tal como já mencionamos, há um relato documentado de Tomaz Pompeu Gomes de Matos, no qual ele apresentou alguns pontos importantes acerca do desenrolar deste acontecimento em Fortaleza, tais como: os afundamentos de navios brasileiros ocorridos entre os dias 16 e 17 de agosto de 1942 e, com isso, a morte de 629 brasileiros, causando, segundo ele, um “clima de ódio e revolta popular”³⁴. Além disso, houve um destaque para as mobilizações estudantis que estavam ocorrendo desde o dia 16 de agosto do mesmo ano, com a finalidade de apoiar uma declaração de guerra do governo brasileiro em relação ao Eixo. Neste mesmo documento, o autor relatou ainda, de forma precisa, o momento em que se eclodiu os referidos episódios, por parte da população, destacando inclusive quais os estabelecimentos e casas de famílias que foram destruídos, entre eles, as “Lojas Pernambucanas, Casa Veneza, Consulado Alemão, Padaria do Espanhol, Camisaria do Álvaro, Jardim Japonês da Família Fugita”³⁵. Além disso, o autor destacou ainda os procedimentos utilizados por ele para fotografar e registrar estes acontecimentos, assim como a descrição das missas que ocorreram após a ocorrência das mortes dos tripulantes dos navios.

No Tomo II desta produção, que trata da pesquisa, propriamente dita, e da forma como o trabalho foi sendo construído, questões de cunho mais teórico, envolvendo memória, história e arquivos pessoais, foram trabalhadas. Destacamos, dentro deste mesmo tomo, o trabalho de Daniel da Costa Gonçalves (2009), “Memória dividida e acontecimento plural: o quebra-quebra de 1942 em Fortaleza”, no qual o autor constatou a existência de poucas produções acadêmicas envolvendo estes acontecimentos e o quanto é complicado para o pesquisador abordá-los,

³⁴ Fonte: “O dia 18 de agosto de 1942”, documento que contém o relato de Thomaz Pompeu Gomes de Matos sobre o quebra-quebra em Fortaleza (ROLIM, 2009).

³⁵ Ibid.

devido, entre outros fatores, à pluralidade de memórias existente. No texto, ele fez referência às tramas existentes entre a memória e a história, demonstrando a complexidade e as diferentes versões construídas por quem testemunhou os acontecimentos em Fortaleza. Somado a isso, o autor também levantou várias hipóteses sobre os motivos e quem foram os responsáveis pelo episódio de quebra-quebra, demonstrando novamente a complexidade em aliar a memória com a história, no processo de construção do conhecimento histórico.

Talvez um dos fatores que contribui para a pouca quantidade de trabalhos referentes aos episódios de quebra-quebra, fato também constatado por Gonçalves (2009), pode estar relacionado à existência de uma memória sensível em relação a esses episódios, de um modo geral. Isso porque, não podemos negligenciar a significativa quantidade de mortos e, juntamente com isso, todo o cenário de tensão que se formou em torno de tais acontecimentos, seja por aqueles que estavam sofrendo, ou mesmo por aqueles que estavam provocando os ataques, pois remexem em feridas, em assuntos complexos e dolorosos de um passado que, para muitos, deveria ser esquecido.

Outro trabalho que fez referência a esta temática e, também, relacionado aos episódios ocorridos em Fortaleza, foi o de Carlos Renato Araújo Freire (2013), “De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942”, publicado nos anais do X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos, em 2013, quando o autor abordou uma série de episódios de quebra-quebra ocorridos na capital cearense, em 1942, destacando a ação de diversos grupos sociais que teriam protagonizado os episódios que aclamavam a defesa da Pátria. Neste trabalho, assim como no anterior, há um destaque especial para as fontes orais e para matérias publicadas em jornais, nas quais os editores salientam a necessidade de se aguardar uma posição “oficial” do governo, que, de certa forma, orientasse a população em relação a qual atitude deveria ser tomada para com aquelas pessoas que possuíam origem étnica de países vinculados ao Eixo. Além disso, assim como no trabalho anterior, Freire (2013) destacou os acontecimentos de 1942 como resultado de manifestações populares, evidenciando, inclusive a participação dos estudantes e destacou ainda que, mesmo que estes episódios se apresentem como importantes, pouco se há documentado sobre eles.

Além destas publicações, destacamos o trabalho de Márcio José Pereira, que publicou o artigo “Manifestações Populares contra Imigrantes ‘Eixistas’ durante a Segunda Guerra Mundial no Paraná”, nos Anais do IV Congresso Internacional de História, ocorrido em Maringá, em 2009. Neste trabalho, o autor abordou, entre outras questões, os episódios de quebra-quebra ocorridos em Curitiba, Paraná, em 1942, ressaltando que os mesmos seriam

ações populares que muito provavelmente não teriam um vínculo direto com o Estado, mas que os mesmos estariam articulados a um propósito mais amplo que, de acordo com sua interpretação, seria a “manutenção da nacionalidade” (PEREIRA, 2009, p. 374). Apesar de em um determinado momento do texto o autor destacar a existência de um “discurso da grande imprensa contra os imigrantes” (PEREIRA, 2009, p. 371), o mesmo não chegou a explorar de forma mais precisa esta atitude de apoio.

Da mesma forma, na Bahia, episódios desse tipo também foram registrados a partir do momento em que ocorreu o torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães e da declaração de apoio brasileiro aos Aliados. Neste caso, através da publicação no periódico “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”, em 1995, Consuelo Novais Sampaio destacou a ação de grupos comunistas na depredação de estabelecimentos de descendentes alemães, destacando, inclusive, a partir de alguns depoimentos, que a Bahia teria sido o primeiro estado a se mobilizar contra o nazismo, sendo os comunistas, que teriam levado a população para as ruas. Além de comunistas, também teriam se somado a este movimento de apoio aos Aliados, estudantes, professores, operários e demais categorias da sociedade, incluindo os militares.

Além disso, a autora destacou que a população baiana recebia constantemente informações sobre a Segunda Guerra Mundial, através da imprensa, mas que, *a priori*, não tomavam partido em relação a qual dos dois grupos apoiavam, muito em função de grande parte da população ser analfabeta. Porém, com o desenrolar dos acontecimentos, este posicionamento foi dando lugar a defesa pela neutralidade, que logo mudou “a partir do número crescente de navios mercantes brasileiros bombardeados pelos nazistas, e da contínua pressão dos Estados Unidos para que o Brasil entrasse na guerra passou a ser favorável ao apoio aos Aliados” (SAMPAIO, 1995, p. 1).

Sampaio (1995) destacou ainda as comemorações ao dia do pan-americanismo, celebrado em 14 de abril, com grande cerimônia de estímulo às mobilizações dos baianos. Neste artigo, ganhou destaque a amplitude que os movimentos ganharam, alastrando-se, inclusive para outras cidades e a violência com que eram tratados qualquer suspeito de relação com o Eixo, destacando, inclusive que a xenofobia havia se espalhado pela sociedade, de modo que “a caça aos ‘eixistas’ continuou até o fim da guerra. Muitos foram presos, pelo simples fato de terem nascido na Alemanha ou na Itália. Outros, por terem livros, retratos ou qualquer outro material que pudesse ser considerado propaganda nazista” (SAMPAIO, 1995, p. 8).

Destacamos, além dos até então mencionados, o trabalho “A Justiça do Trabalho e a Memória: o relato de experiência sobre a utilização de Processos Trabalhistas e História Oral como fontes de pesquisa”, de Tamires Xavier Soares, publicado em 2014, nos Anais do II

Seminário Internacional Imagens da Justiça, currículo e educação jurídica. Ao pesquisar processos trabalhistas e fontes orais, para analisar as violências étnicas praticadas no ambiente fabril, em Pelotas, durante a Segunda Guerra Mundial, também fez algumas considerações, tendo em vista que, com o fim da política de neutralidade brasileira, em 1942, os imigrantes que tinham origens nos países que compunham o Eixo passaram a ser vistos como uma ameaça para a sociedade. A autora destacou o impacto e o sentimento de revolta que os naufrágios dos navios brasileiros causaram entre a população pelotense, quando a mesma tomou conhecimento a partir do que era noticiado nos jornais locais e os ataques aos imigrantes alemães que se intensificaram com o advento da Segunda Guerra Mundial. Somado a isso, Soares (2014) também ressaltou a ocorrência de um grande número de demissões de trabalhadores imigrantes em Pelotas, por conta da origem étnica, o que também pode ser caracterizado, segundo ela, como um tipo de violência.

Em “As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul”, José Plínio Guimarães Fachel (2002) analisou os episódios de destruição ocorridos em Pelotas, em agosto de 1942, trazendo questões importantes, entre elas, a tentativa de identificar como o Estado Novo de Vargas interagiu com os atos de violência e, também, se os prejuízos causados pelas destruições podem ter favorecido algum setor socioeconômico. Estas proposições do autor sinalizaram, desde o princípio, a uma preocupação de não somente relacionar as violências aos episódios ocorridos com os navios, mas justamente compreendê-los dentro de uma conjuntura e de um momento histórico que pode sinalizar para interpretações um pouco mais complexas. A intenção do autor, neste caso, foi tentar demonstrar que os casos de violência não eram simples casos isolados, atribuindo os mesmos ao que seria um processo de hegemonia dos luso-brasileiros.

A ideia trazida por este autor, referente a demonstrar como os episódios de quebra-quebra precisam ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo, corrobora com a nossa perspectiva de análise. Nesse sentido, nossas perspectivas se aproximaram ainda mais quando o autor acrescentou a estes episódios a influência do pan-americanismo, destacando inclusive que “o possível ataque de submarinos alemães aos navios brasileiros foi uma justificativa para a explosão de uma guerra interna aos teuto-brasileiros, que já estava latente desde a ocupação norte-americana no Nordeste brasileiro”, de modo que “a máquina publicitária formada pelo cinema, rádios e jornais, em favor do pan-americanismo, foi reforçada por ações pragmáticas de vingança contra os ‘quinta-coluna’” (FACHEL, 2002, p. 236).

Deste modo, Fachel (2002) foi um dos poucos autores que teria sinalizado para que os acontecimentos ocorridos com os navios brasileiros seriam uma espécie de justificativa para a

eclosão dos movimentos de quebra-quebra, não somente movidos por um sentimento de vingança, mas nutridos de elementos construídos para tentar apontar que ser alemão era sinônimo de ser nazista, justificando as destruições. Em uma passagem, inclusive, o autor chegou a mencionar que “em agosto de 1942 muitos se uniram para destruir os bens dos ‘súditos do Eixo’, sob o comando de Cordeiro de Farias (Interventor do Estado) em Porto Alegre. Os súditos foram identificados como todos que fossem de origem germânica, italiana ou japonês”, ressaltando que o vandalismo, neste caso específico, possuiu uma “conotação patriótica” (FACHEL, 2002, p. 141).

A ideia de reação popular a imigrantes e descendentes de países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu principalmente devido aos acontecimentos com navios brasileiros também esteve presente nas análises feitas por Cátia Dalmolin (2005; 2006), que, diante dos acontecimentos, em especial o afundamento do navio Tamandaré, ressaltou que “em todo o país sucederam-se fortes protestos, inclusive em Santa Maria”, sendo que “a partir desse momento criou-se um estado real de beligerância entre o Brasil e o Eixo” (DALMOLIN, 2006, p. 107), mesmo antes da ocorrência da declaração oficial de guerra contra o Eixo, em 22 de agosto de 1942.

Neste caso, a referida autora descreveu a ocorrência de um comício no largo da Viação Férrea e, em seguida, eventos de saques e depredações do patrimônio da população ítalo-brasileira e teuto-brasileira puderam ser observadas na cidade de Santa Maria, RS:

Em Santa Maria, o comício de brasilidade, que estava marcado para o dia 22 de agosto, foi antecipado para o dia 18. Às 16 h daquele dia, mais de quinhentas pessoas tomaram o Largo da Viação Férrea. Em passeata, subiram a av. Rio Branco, rumando para a Praça Saldanha Marinho. A partir desse momento, ondas de depredações foram vistas até à tarde do dia seguinte nas principais ruas e bairros da cidade. Objetos retirados das casas de descendentes dos países do Eixo foram mergulhados no chafariz da Praça Saldanha Marinho. Armazéns, fábricas de bebidas, fábricas de balas e doces, hotéis e restaurantes foram invadidos, saqueados e destruídos pela população (DALMOLIN, 2006, p. 159).

Além deste episódio, a autora examinou questões relacionadas à etnicidade, também nos municípios que compreendem a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul³⁶, destacando que os acontecimentos referentes à Segunda Guerra Mundial foram perceptíveis na região central do Rio Grande do Sul, sendo que “o afundamento dos navios brasileiros e a consequente declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, os

³⁶ A região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS fica localizada próxima a cidade de Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul, em que, naquela época, os territórios dos atuais municípios (Silveira Martins, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Dona Francisca) ficavam divididos entres os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul.

descendentes [foram] fortemente perseguidos e punidos, principalmente no ano de 1942” (DALMOLIN, 2005, p. 104). Inclusive, segundo a autora, “durante os anos de guerra, algumas localidades que possuíam nomes em línguas dos países do Eixo tiveram que abasileirá-los” (DALMOLIN, 2006, p. 108) fazendo parte de uma política de nacionalização.

Gertz (2005) destacou que, mesmo antes de a Segunda Guerra Mundial começar na Europa, no sul do Brasil muitas pessoas já teriam sentido seus efeitos, através do processo de “nacionalização”. Esta perspectiva também foi apontada em vários momentos por Fachel (2002), quando o mesmo assinalou questões relacionadas ao controle e à coerção policial que encontrava respaldo para a violência. Para ele, “a questão da violência contra a etnia alemã no sul do Brasil, durante o Estado Novo, está diretamente associada à ação policial, seja pela perseguição, controle, propaganda antigermânica, furtos, torturas e mortes, seja pela negligência” (FACHEL, 2002, p. 93). Do mesmo modo, Pereira (2015, p. 39) também assinalou tal questão, mencionado que “a política do Estado Novo empenhou-se em eliminar os quistos étnicos no Brasil, num momento histórico em que a presença maciça de imigrantes alemães em outros países era vista como estímulo para sua anexação pelo Reich”.

Mesmo crendo na dificuldade de mensurar e/ou dimensionar níveis de violência, destacamos que, para Gertz (2005), a intensidade deste processo de nacionalização era muito variado e dependia de distintos fatores, tal como pode ser observado no seguinte fragmento:

É evidente que a ‘nacionalização’ – sejam os atos ‘oficiais’, promovidos por instâncias governamentais, sejam aqueles atos promovidos por uma parcela da população por conta própria, à revelia das instâncias estatais, muitas vezes decorrentes de instigações ‘patrióticas’ partidas de pessoas ou de instituições como a Liga de Defesa Nacional – transcorreu de forma e com intensidade variada de lugar para lugar. Isso dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores (GERTZ, 2005, p. 153).

Para exemplificar esta ideia, o autor comparou os casos ocorridos cerca de Porto Alegre e na região de Caxias do Sul com aqueles ocorridos na região de Santa Maria e da Quarta Colônia, destacando que, por diferentes fatores, esta última região teria sofrido mais violência.

Dalmolin (2005; 2006) também fez referência aos grupos de apoio ao governo brasileiro e de combate ao mencionado fascismo, na cidade de Santa Maria. Sobre estes, salientou que foram organizadas diversas mobilizações, em 1942, destacando-se entre estes grupos, a “Ala Democrática da Mocidade” e o “Movimento dos Italianos Livres”, além do Jornal A Razão, que registrava sucessivos ataques contra os chamados “quinta-coluna”, muitos deles efetuados por Paulo Mendes, pseudônimo utilizado por Clarimundo Flôres, proprietário do jornal A Razão.

Destacamos, neste caso, duas passagens publicadas no Jornal A Razão, que demonstram de forma clara o posicionamento dos editores do jornal, bem como a forma como o mesmo podia intervir, de forma a mobilizar a população santa-mariense contra o Eixo. A primeira passagem refere-se a um artigo, intitulado “Dente por dente, olho por olho”:

Não pode haver mais dúvida, nesta altura, a respeito da orientação que vai guiando aqueles que provocaram esta guerra tremenda. Os países do Eixo, no delírio da maldade, já não encontram qualquer empecilho à sua ação destruidora. Até ontem, na história de todos os povos, havia um código de guerra e o respeito não fugira da orientação dos governos em luta. Hoje, o espírito de respeito foi substituído pelo desejo de levar a destruição e a morte a todos os recantos da terra. Animados pela intenção selvagem da destruição, os países do Eixo já não escondem seus objetivos. E sua ação traiçoeira se vem fazendo sentir contra as próprias atividades pacíficas dos homens.

O afundamento dos navios brasileiros na linha de navegação interna do país, é um fato que revolta e alerta, ao mesmo tempo, que já não é mais possível contemporizar com os agressores e seus adeptos. Nas tradições brasileiras, na nossa história de povo consciente, não há exemplos de lamentações nacionais, quando os interesses morais e maiores do país estiverem sob o jugo e a ameaça do estrangeiro.

Deste momento em diante, só há um caminho a seguir: dente por dente, olho por olho. Já não é mais possível tratar com um sorriso aqueles que nos apunhalaram pelas costas, na ação covarde e delirante dos que não encontram meios indignos aos seus objetivos.

A situação internacional e o nosso apego ao respeito essencial à justiça, levaram o Brasil a uma atitude de dignidade. O país e a unanimidade de seu povo, ficaram com aqueles que se opuseram ao domínio dos bárbaros modernos.

Estamos, agora, arcando com as consequências de uma atitude de dignidade. Por isso, precisamos corporificar essa atitude em atos de represália e justiça contra os que menosprezam os interesses e a vida dos brasileiros.

Cumprindo seu dever, o governo do país vem tomando todas as medidas aconselháveis. Cabe ao povo, cabe a todos os brasileiros, levantar o espírito à altura dos acontecimentos e continuar vigilante em torno dos inimigos do país, denunciando-os à justiça e esmagando-os na primeira oportunidade.

Os acontecimentos indicam que não é mais possível continuar agasalhando em liberdade os elementos que não merecem e não podem merecer confiança à segurança nacional e aos ideais de humanidade no Brasil³⁷.

Já na segunda passagem do Jornal A Razão, destacamos a matéria intitulada “Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário! O grande comício promovido pelos ferroviários faz vibrar a cidade – horas de extraordinária exaltação patriótica – os oradores”, em referência à manifestação do dia anterior:

Com o sentimento e o coração no mesmo ritmo que assinala a vida da coletividade brasileira, nestes momentos, de exaltação patriótica e de revolta pelo covarde golpe que a pirataria nazista desfechou contra o Brasil e a população de Santa Maria levou a efeito ontem, à tarde, a maior manifestação de civismo que a história da cidade registra. O comício, que fez vibrar a alma santa-mariense, foi promovido pela classe ferroviária. Toda a população se associou à iniciativa que, no seu desdobramento, refletiu a estigmatização popular do feito sinistro dos subversivos totalitários, em que

³⁷ Fonte: Dente por dente, olho por olho. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

o banditismo nazista, noutra arremetida traiçoeira, ofendeu a soberania da nossa pátria e enlutou os corações brasileiros³⁸.

Nesta mesma matéria, foram destacados os detalhes do chamado comício, como estava sendo organizado, por quais ruas passariam, quem eram os oradores, entre outras informações. Porém, o que não foi mencionado, foi a destruição dos estabelecimentos comerciais e industriais, além das casas de imigrantes. Talvez uma das explicações para tal ocorrência tenha sido o apoio que o jornal local concedeu às manifestações, de modo que a sua sede, inclusive, foi cedida como palco para o pronunciamento de discursos:

Com a devida autorização da direção da Viação Férrea e das autoridades locais, a classe ferroviária de Santa Maria marcou o grande comício para as 16 horas. A essa hora soaram a sirena das oficinas e os funcionários de todos os departamentos que a Viação Férrea mantém em Santa Maria, tanto na cidade, como nas zonas adjacentes, se concentraram, subindo, momentos após, com a Bandeira Nacional à frente e numerosas legendas estigmatizando o banditismo totalitário, para o centro da cidade. A cada momento uniam-se aos manifestantes elementos de todas as classes, engrossando a massa popular que, ao atingir a Praça Saldanha Marinho, se estendia por diversas quadras. Erguendo vivas aos vultos máximos da democracia e condenando os crimes totalitários a enorme mole humana contornou a Praça Saldanha Marinho para se dirigir ao largo fronteiro ao edifício de A RAZÃO. O nosso principal logradouro público como as ruas adjacentes se achavam completamente tomados pelo povo³⁹.

Além do local e da proporção da manifestação, também foi destaque nesta matéria, quem foram os principais oradores e seus respectivos discursos, realizados desde a sacada da sede do jornal A Razão e da sede da União dos Funcionários Municipais. Entre tais oradores, destacaram-se: Valter Jobim, como presidente do Núcleo local da Liga de Defesa Nacional; Dr. Augusto Mena Barreto, membro da Viação Férrea; e Clarimundo Flores, proprietário do Jornal A Razão. Além dos oradores, destacaram também a presença da Ala Democrática da Mocidade, do Dr. Eli Nascimento Machado, o então Delegado de Polícia, além de outras autoridades. A frente da residência do então prefeito da cidade, na época, Dr. Miguel Meireles, também foi utilizada como sede para pronunciamento de oradores, incluindo o do próprio Prefeito, de um pároco, de membros da Ala Democrática da Mocidade, entre outros, todos, segundo o jornal, exaltando a democracia e condenando o barbarismo das potências totalitárias⁴⁰.

Na mesma edição e na mesma página, inclusive, os editores do Jornal A Razão também publicaram uma nota de esclarecimento, fornecida pela Ala Democrática da Mocidade, na qual

³⁸ Fonte: Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário! O grande comício promovido pelos ferroviários faz vibrar a cidade – Horas de extraordinária exaltação patriótica – os oradores. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

dizem não se responsabilizar pelos danos ocorridos em 18 de agosto: “Tendo diversos prédios da cidade amanhecidos marcados com dizeres alusivos ao momento internacional, a ‘Ala Democrática da Mocidade’ adverte que não se responsabiliza por esses fatos, ou qualquer outros”, alegando não apoiar atos violentos, mas sim, o espírito de ordem⁴¹.

Em data anterior a eclosão destes acontecimentos, em julho de 1942, o Jornal Correio do Povo publicou parte de uma entrevista do interventor estadual General Cordeiro Farias, concedida ao jornalista L. Josefson, redator de O Globo (uma parte da matéria foi apresentada no capítulo anterior), intitulada “Desmantelada a máquina totalitária em todo o Estado do Rio Grande do Sul”, na qual abordou não somente o cenário regional, como também a situação internacional, afirmando que, em relação ao Brasil, “devemos servir de celeiro às nações amigas”, tal como podemos observar no seguinte fragmento:

No Rio Grande do Sul, a máquina totalitária está desarticulada. Todos seus elementos ativos estão sob o controle do Governo. Nossas autoridades estão aparelhadas para neutralizar no instante preciso qualquer manifestação desses elementos. Entretanto, paralelamente a essa ação policial preventiva, de constante vigilância em torno dos eventuais inimigos do Brasil, de há muito que nos vimos empenhando numa política suasória de aproximação, criando um ambiente de confiança e segurança a todos aqueles que queiram sinceramente trabalhar pelo Brasil. Nossa missão, segundo a clara orientação traçada pelo Presidente Getúlio Vargas, é ade servirnos como celeiro às nações amigas em luta armada com as potências totalitárias. Abastecendo-as, num ritmo crescente, lhes prestaremos mais auxílio do que pegando, também, em armas. Esta é a situação que melhor atende os aliados. Essa orientação, é evidente, não exclui a necessidade imperiosa de cuidarmos da nossa preparação, também, para qualquer outro rumo que a marcha dos acontecimentos nos indicar. Se a nação se vir na contingência de participar efetivamente na luta cruenta que já se avizinha da América do Sul – creia que o Rio Grande saberá, como em ocasiões anteriores, lutar bravamente pela honra do Brasil⁴².

Importante destacarmos que pela Constituição de 1937 foi legalizada a censura previa aos meios de comunicação e a imprensa assumiu um papel de caráter público, comprometendo-se em defesa da nação e da política varguista, sendo contra qualquer ameaça provinda de imigrantes eixistas, inclusive incitando organizações de nacionais em defesa da nação. Dalmolin (2005; 2006) inclusive, trouxe passagens exemplificando tal posicionamento, que, por sua vez, estavam sob influência da Constituição, sendo reguladas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este órgão era vinculado diretamente à Presidência da República, criado em 1939, e responsável pelo “controle sobre os meios de comunicação e

⁴¹ Fonte: Uma nota fornecida à imprensa pela Ala Democrática da Mocidade. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

⁴² Fonte: Desmantelada a máquina totalitária em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Correio do Povo, 02 de julho de 1942, p. 8. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

cultura, sendo também responsável pela produção e divulgação da propaganda estadonovista” (CAPELATO, 2009, p. 77)⁴³.

Nesse sentido, de forma a exemplificarmos o posicionamento da imprensa local/regional, Dalmolin (2006) trouxe, em seu trabalho, uma passagem de Maria Catarina Zanini, que corroborou com este posicionamento:

Um verdadeiro estado de guerra se processava nas páginas do Jornal local A Razão, em especial a coluna de Paulo Mendes, inimigo declarado do Quinta-colunismo. Toda a construção retórica do jornal e de seus redatores conduzia a um estado de animosidade contra italianos e alemães e descendentes desses. Era estabelecido um clima de vigília e tensão como se cada cidadão fosse uma espécie de detetive do Estado Novo e devesse, por patriotismo, suspeitar de tudo e de todos. O que, em termos de vivência coletiva, permitiu que muitos interesses e sentimentos diversos, alguns anteriores à guerra, entrassem em cena (ZANINI, 2002, p. 206 apud DALMOLIN, 2006, p. 108).

Neste trabalho, Dalmolin (2006) também destacou que as pessoas oriundas do Eixo ou seus descendentes tiveram parte de seus bens confiscados pelo governo como uma forma de indenização pela ocorrência do afundamento dos navios. Tiveram ainda “seus telefones cortados, canceladas as inscrições de associados ao Conselho da Ordem dos Advogados, bloqueadas as suas contas bancárias, confiscados seus bens” (DALMOLIN, 2006, p. 123), tudo isso a título de indenização pelo ocorrido.

Da mesma forma, também sobre os episódios ocorridos em Santa Maria, Augusto Russini e Lenir Cassel Agostini, no artigo “Santa Maria e a Política Estadonovista (1937-1945)”, publicado na Revista *Disciplinarum Scientia*, em 2004, mencionaram os episódios de quebra-quebra, atribuindo a autoria deles a chamada Ala Democrática da Mocidade de Santa Maria. Neste trabalho, no entanto, os autores não se dedicaram exclusivamente ao estudo desses episódios, não chegando a discorrer efetivamente sobre o que teria de fato levado a eles e não detalhando de forma muito específica tais acontecimentos.

⁴³ Este órgão “foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura” (CAPELATO, 1999, p. 172), revelando-se de extrema importância durante o Estado Novo, principalmente no tocante à conquista do apoio popular, visando a legitimação do Golpe que o originou. De acordo com Capelato (2009), ao discorrer sobre o controle do Estado sobre os meios de comunicação, tal importância ocorre “em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela é uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação de passado, presente e futuros coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva” (CAPELATO, 2009, p. 76). Capelato (1999) destacou ainda, a amplitude e a centralização (ao vincular-se diretamente a Presidência da República) deste órgão salientando que o mesmo “estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares” (CAPELATO, 1999, p. 172).

Como podemos observar, até o momento não existem demasiadas discordâncias no tocante às causas que levaram aos episódios de quebra-quebra ocorridos em 1942, até porque esta questão nem sempre se apresenta como o objetivo principal de cada autor. Às vezes, a preocupação deles coloca-se em torno de outros elementos que, de certa forma, acabam tangenciando tal temática, sendo que esta, por não ser a raiz da questão, acaba não sendo, muitas vezes, trabalhada com tanta precisão. Além disso, todos relataram a dificuldade de se acessar fontes que registrem tais acontecimentos, restando quase que em totalidade jornais e fontes orais.

A maior parte dos casos que foram até então apresentados neste trabalho, estes episódios de quebra-quebra apareceram relacionados ao repúdio da população brasileira frente ao torpedeamento de navios civis brasileiros por submarinos alemães nas proximidades do litoral nordestino. Este repúdio, somado a um sentimento de consternação e revolta entre a população brasileira, teriam provocado a destruição do patrimônio de pessoas de origem alemã e italiana, assim como teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, acusadas de manter algum tipo de relação com o Eixo, apareceu como uma forma de vingança pelas perdas das pessoas que estavam nos navios e um combate ao “inimigo” de guerra. Também se apresentou como justificativa para os episódios de quebra-quebra, a declaração de apoio brasileiro aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Talvez, entre os trabalhos apontados, talvez Fachel (2002) tenha sido quem mais tentou elaborar uma interpretação para a ocorrência dos movimentos de quebra-quebra, que também considerasse outros fatores, como a influência das ideias pan-americanistas, por exemplo.

Sander (2011), neste caso, destacou a ideia de que foram os ataques às embarcações brasileiras que teriam levado o governo brasileiro a uma aproximação em relação aos Estados Unidos e não o contrário. Somadas as justificativas em relação aos torpedeamentos, destacam-se também que os processos de nacionalização e movimentos antifascistas, promovidos principalmente por estudantes, também aparecem na historiografia que trabalha com o tema, como possíveis fatores que teriam contribuído para a eclosão dos episódios de quebra-quebra. São exemplos destes estudos, os trabalhos de Cátia Dalmolin (2005; 2006) e, também, passagens do Jornal A Razão, de Santa Maria. Porém, o que se sobrepõe é a ideia de que estes movimentos teriam ocorrido como uma forma de vingança pelo do torpedeamento dos navios brasileiros, o que teria motivado, ou talvez definido, a entrada do Brasil na guerra.

No entanto, ao observarmos a própria bibliografia que dista sobre esta temática, percebemos que ainda existem muitas questões que precisam ser estudadas e reanalisadas, tal como foi destacado por Seitenfus (2003, p. 15) ao mencionar que ainda existem muitas “zonas

nebulosas quanto às circunstâncias que conduziram a entrada do Brasil” na Segunda Guerra Mundial. Diante desta perspectiva, reforçamos esta ideia com o trabalho de Gertz (2005), o qual, em certa medida, corroborou com este pensamento, principalmente ao destacar que os episódios referentes aos processos de nacionalização que ocorreram não somente durante o período de Estado Novo, mas sim, de forma mais intensa neste.

Gertz (2005) apresentou-nos pontos interessantes no tocante aos quebra-quebras no estado do Rio Grande do Sul. Porém, tal como ocorreu na maioria dos outros trabalhos, este não foi o foco principal do autor, mas está presente em seu estudo e se faz tão indispensável sua análise, pois Gertz (2005) trouxe alguns indícios que justificariam uma possível intencionalidade do governo em apoiar e/ou fomentar os quebra-quebras.

Isso teria ocorrido, segundo ele, devido à postura do interventor do estado, Cordeiro de Farias, tendo em vista que “a política de ‘nacionalização’ e de combate aos ‘quistos étnicos’ constituíra o foco central de suas preocupações político-administrativas desde o início do seu governo”. Somado a isso, Cordeiro também teria fomentado a excitação da população contra aqueles que seriam súditos do Eixo, sendo inclusive que, “no dia do início dos quebra-quebras, Cordeiro se misturara à massa, para simbolizar seu apoio total às manifestações”. Nesse sentido, apesar de considerar que ainda existem poucos estudos referentes à ação do exército contra os ataques de violência ocorridos no 19 de agosto, Gertz (2005) considera que, aparentemente, eles teriam ocorrido “à revelia do interventor, por ordem do governo federal”, fato que, para ele, explicaria o pedido de demissão do interventor, que somente foi atendido por Vargas um ano depois (GERTZ, 2005, p. 34).

Neste caso, é fato, para o autor, que o maior número de violência física simultânea teria ocorrido entre os dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento de mais navios brasileiros por submarinos alemães e que, boa parte destas práticas teriam sido efetuadas por pessoas não ligadas diretamente às instâncias estatais, tal como já fora apontado por outros investigadores. Todavia, Gertz (2005) não se descuidou em considerar a possibilidade de associar estes acontecimentos aos interesses destas instâncias estatais, pois, além da postura do interventor, “as forças policiais gaúchas não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim aos atos de destruição – aparentemente à revelia do interventor”, porém ensaiados no dia 25 de julho de 1942, quando “o governo promovera um grande comício ‘contra o Eixo’, que teria reunido dez mil pessoas em Porto Alegre” (GERTZ, 2005, p. 175).

Somado a isso, outra questão que reforçou a hipótese deste autor foi uma publicação do Jornal Correio do Povo, datada de 23 de julho de 1942, citada por ele, na qual o periódico teria

informado que “estudantes das escolas superiores de Porto Alegre, liderados por Germano Bonow Filho, haviam ido ao Palácio do governo para convidar o interventor para uma manifestação contra o nazi-nipo-fascismo”, sendo que “Cordeiro de Farias deu a maior força aos jovens: ‘já era tempo de que os moços se manifestassem nessa luta em que o governo há longo tempo se vem empenhando’” (GERTZ, 2005, p. 175).

Ainda em relação a esta questão, vale ressaltarmos a passagem de um depoimento de Nelson Borin, um descendente de imigrante italiano, que vivia em Santa Maria, ao lembrar o quebra-quebra e do saque no estabelecimento de seu pai: “Eu só sei que naquela noite estava chovendo e o pessoal cortava com uma faca os sacos de feijão e arroz e saiam esparramando pela rua. E o Exército estava ali, olhando, mas deixando o pessoal quebrar”⁴⁴. Este depoimento coletado e utilizado por Dalmolin (2005) reforça a ideia de Gertz (2005). Em relação a este ponto, Fachel (2002) também foi bastante enfático, demonstrando que não havia somente apatia policial, mas que, no Rio Grande do Sul, sua ação não incluía conter estes acontecimentos, demonstrando que a negligência também se configurava como um ato de violência. Além disso, demonstrou como a polícia agia de forma arbitrária, em inúmeras situações, sob a justificativa do patriotismo.

Estas apatias do poder público em conter tais violências demonstram o quão complexo foram estes movimentos e, ainda, o quanto eles precisam ser investigados e correlacionados com os interesses do governo na época. Por este motivo, na sequência deste trabalho, buscamos alcançar tal objetivo.

3.2 A FÁBRICA CYRILLA DE SANTA MARIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Ao estudarmos a indústria ou a produção industrial santa-mariense, é importante ressaltarmos a influência da inserção da ferrovia e, também, a contribuição dos imigrantes alemães e italianos, como demonstraram Maria Medianeira Padoin (1992) e Cirilo Costa Beber (1998). Neste caso, cabe, antes de iniciarmos um estudo mais aprofundado sobre a Fábrica Cyrilla, tecermos algumas considerações a respeito destes dois temas, destacando que algumas destas informações podem ser encontradas em Lima (2014).

Historicamente, esta cidade de Santa Maria, RS, teve a maior parte de seu capital econômico oriundo da agropecuária e do setor de serviços, com destaque para o comércio. Estes teriam sido possibilitados, principalmente, porque Santa Maria foi um dos principais centros da

⁴⁴ Depoimento disponível em Dalmolin (2005, p. 16).

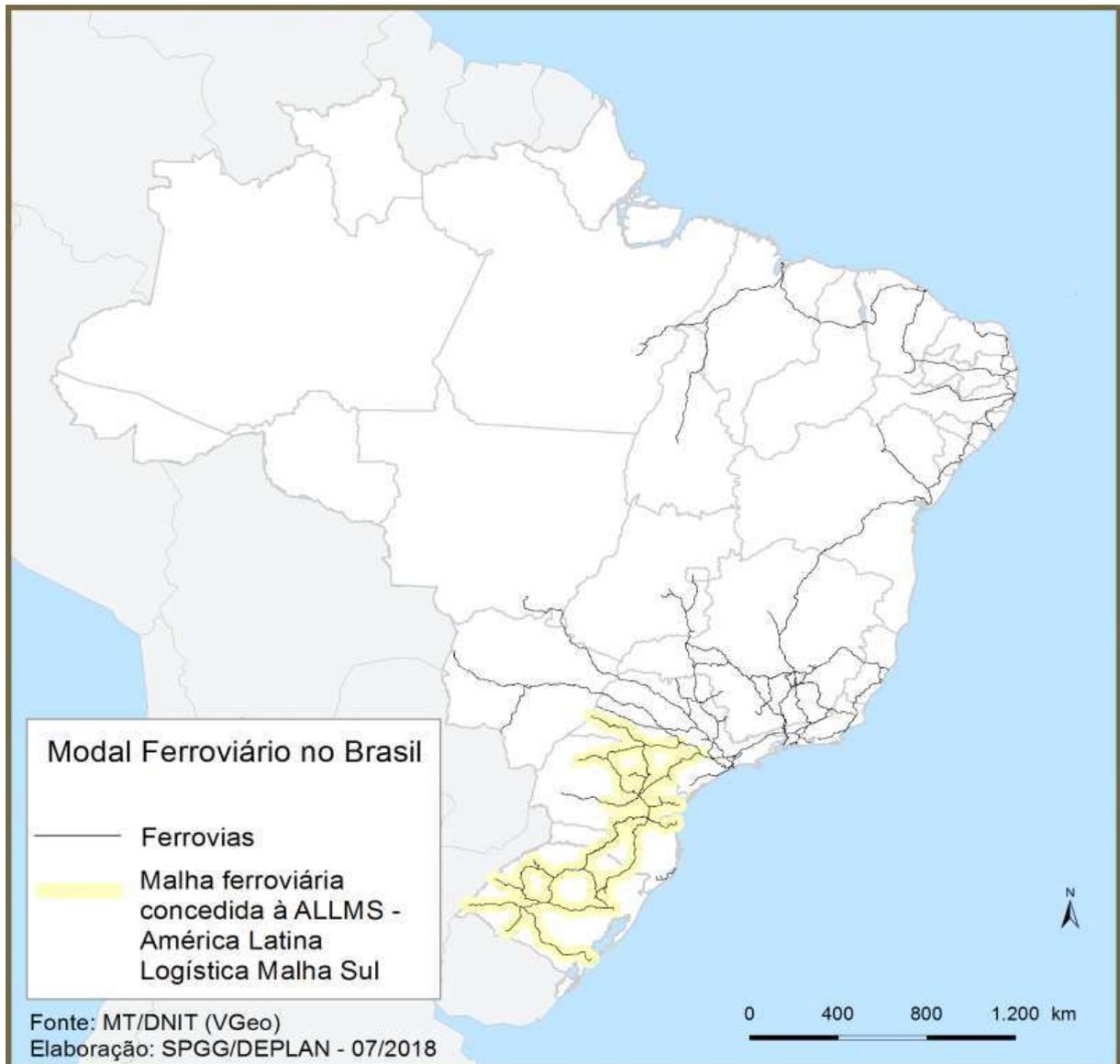
Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS)⁴⁵, sendo que possuía e, ainda mantém, um grande contingente militar (segunda cidade com maior contingente de militares do Brasil, apenas atrás do município do Rio de Janeiro), além de estar posicionada geograficamente no centro do estado do extremo sul do Brasil e, assim, próximo da Argentina e do Uruguai.

A posição geográfica estratégica de Santa Maria fez com que a cidade se tornasse o principal entroncamento das linhas férreas no sul do Brasil, conforme detalhou Silvana Grunewaldt (2010), principalmente a partir da construção da linha Porto Alegre-Uruaiana, a qual teve o seu primeiro trecho entregue em 1884. Isto fez de Santa Maria um importante e dinâmico entreposto comercial, no qual passava boa parte do tráfego férreo do estado. A partir de então, “a imagem de vilarejo foi sendo deixada para trás e, com a chegada dos escritórios da Cia. Belga, em 20 de julho de 1905, com a construção das oficinas na cidade e no Km 3, Santa Maria chega ao século XX, como importante centro ferroviário” (GRUNEWALDT, 2010, p. 336).

Na sequência, destacamos alguns mapas (Figuras 1 e 2), publicados em 2017, pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que ilustram este entroncamento ferroviário em Santa Maria, demonstrando a sua importância na ligação com outras regiões do estado e do Brasil.

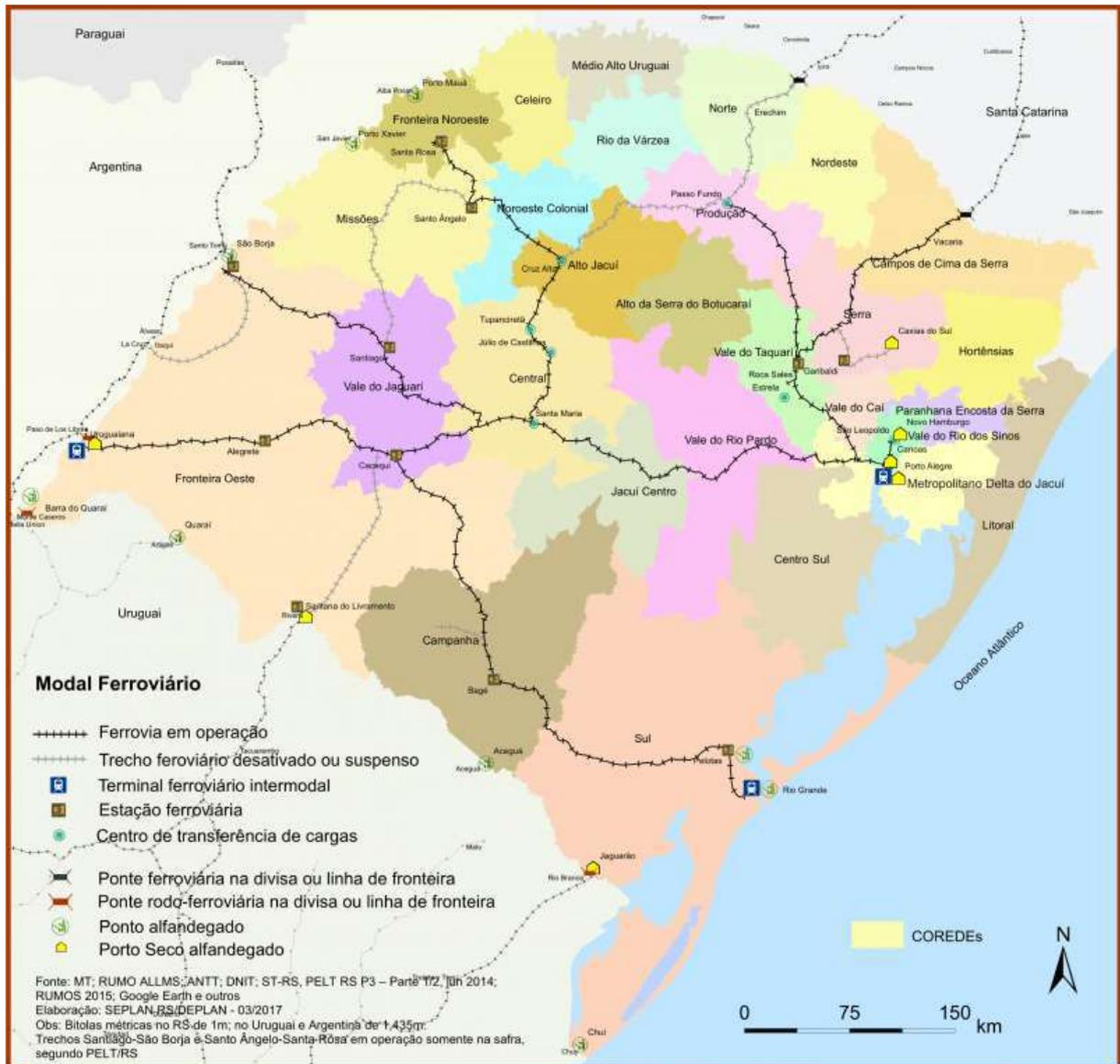
⁴⁵ De acordo com Padoin (1992), a cidade de Santa Maria recebeu os trilhos da ferrovia em 1885, juntamente com a inauguração da linha Porto Alegre-Cachoeira-Santa Maria, na sequência, “em 1898, a diretoria do ‘Compagnie Auxiliare des Chemis de Fér du Brèsil’ da Bélgica, encampa a Rede Ferroviária Riograndense até 1920”. A partir de 1920, “devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela ‘Compagnie’ é encampada pelo Governo Federal e logo arrendada ao Governo Estadual (Viação Férrea Riograndense). Em 1959, passou a ser Rede Ferroviária Federal S.A.” (PADOIN, 1992, p. 26).

Figura 1 – Modal ferroviário no Brasil



Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Figura 2 – Modal ferroviário no Rio Grande do Sul



Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

A pesquisadora Márcia Kaipers Machado (2012) também destacou essa importância que a localização geográfica teve para a constituição da cidade de Santa Maria, pois a mesma estava inserida no contexto das disputas em torno do Prata, surgindo “como uma importante referência geográfica para a conquista portuguesa no Sul e na guarnição das fronteiras” (2012, p. 31). Ela também destacou a influência e a importância militar de Santa Maria, iniciada mesmo “antes de sua fundação com o acampamento da Comissão Demarcadora de Limites” (MACHADO, 2012, p. 44). Nesse sentido, a autora correlacionou o fato de a cidade ser atualmente o segundo maior contingente militar do país, justamente a esse histórico-geográfico que a originou:

O município de Santa Maria, localizado na região central do Rio Grande do Sul, se constitui, hoje, no segundo maior contingente militar do país, em termos operacionais

(poder bélico), conferindo a cidade uma importância estratégico-militar. Essa presença militar no território de Santa Maria pode ser analisada de acordo com o processo histórico-geográfico que determinou a sua origem. As unidades militares federais hoje aqui instaladas reportam-se a história colonial, imperial e republicana do Brasil, através da materialização de algumas delas que no passado desempenharam importante papel na conquista e defesa das fronteiras no sul do país (MACHADO, 2012, p. 31).

Padoin (1992) já havia relacionado o início da atividade comercial em Santa Maria ao Acampamento Militar demarcador dos limites, que, por sua vez, acabava atraindo um grande número de comerciantes para a Região. Nesse caso, “o grande número de funcionários públicos ligados a Viação Férrea, acrescido dos militares, gerou uma demanda considerável, ou seja, eram consumidores em potencial (setor alimentício, vestuário, habitação)”, além de contribuírem também para “a criação da rede hoteleira, armazéns, escolas técnicas para preparar a mão de obra especializada para a Viação Férrea e pequenas indústrias que se estabeleceram devido à facilidade do transporte” (PADOIN, 1992, p. 10).

Posteriormente, mesmo com a crise do sistema ferroviário, o setor de serviços conseguiu se sustentar, pois a cidade foi se delineando como um importante centro universitário, inclusive, possuindo a primeira Universidade Federal do interior do Brasil, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada em 1960, uma referência não somente na Região, mas também nacionalmente. Ou seja, “com a criação da Universidade Federal de Santa Maria, o número de estudantes (população flutuante), de professores e funcionários ligados a esta, contribuíram para que a tradição de centro comercial se mantivesse” (PADOIN, 1992, p. 10-11). Além disso, o contingente militar da cidade também permaneceu em constante ascendência. Como exemplo desta ascensão, registramos a inauguração da Base Aérea de Santa Maria, em 1971.

As atividades em torno da agropecuária também tiveram origem na formação histórica do município. Segundo Machado (2012, p. 32), “em torno do gado *vacum* fez surgir o tropeirismo, que abriu caminho pelos quais conduziam-se as tropas de gado *vacum*, muar e cavalar para serem comercializados nas feiras em Laguna, Sorocaba, São Paulo e Minas Gerais”. Assim, a Região Central, Santa Maria, teria servido de passagem para os tropeiros. Até o final do século XIX, no caso, a pecuária se configurou como a principal atividade econômica agrícola de Santa Maria.

Depois disso, por conta, principalmente, dos fluxos imigratórios da Europa para o Brasil, a agricultura passou a ser fortalecida em Santa Maria. Essas afirmativas encontram correspondência no trabalho de Cirilo Costa Beber:

Até fins do século XIX, assim como ocorria em toda a campanha gaúcha, a mais importante atividade econômica de Santa Maria foi a pecuária. A partir da década de

1880, dada a forte participação de sucessivas levas de imigrantes alemães e italianos, estes em maior número, a agricultura, paulatinamente, foi superando a pecuária em valor produzido [...]. No fim do século passado e nas três primeiras décadas do século XX, a produção agrícola era tanta que se tornou necessária exportação em grande escala de alfafa, milho, banha, fumo, arroz, feijão e batatinha. Nas estações da Viação Férrea de Estação Colônia (atual Camobi), Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria, embarcavam-se produtos para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Uruguai e Argentina. Santa Maria tornou-se a maior exportadora de alfafa da América Latina. Favorecida pela nova fonte de riqueza, mais dinheiro passou a circular na cidade, sobretudo no comércio. Para cá vinham os colonos a cavalo ou de carroça, portando suas malas de garupa para realizarem compras de mercadorias, não existentes nos bodegões de seus redutos coloniais (BEBER, 1998, p. 151-152).

Da mesma forma, Padoin (1992) também já havia relacionado a produção agrícola de Santa Maria à presença de imigrantes. Segundo a autora, a considerável produção agrícola de Santa Maria foi possibilitada muito em função do “elemento imigrante alemão e italiano, que se dedicavam a esta atividade, principalmente no terceiro e quarto distritos rurais, São Pedro do Sul e Silveira Martins, respectivamente” (PADOIN, 1992, p. 29).

No que tange aos aspectos relacionados à cidade, durante o período compreendido pelo Estado Novo, podemos destacar o trabalho de Russini e Agostini (2004), no qual, entre outras questões, apresentam um panorama da cidade neste contexto, destacando que a mesma

encontrava-se dividida em sete distritos administrativos, sendo estes dirigidos por subprefeitos, com a presença de um juiz distrital (que representa a autoridade judiciária). O subprefeito era cargo de confiança do prefeito municipal e, além das funções administrativas, acumulava também as funções de inspetor escolar e subdelegado de polícia (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 8).

Assim como Beber (1998), os autores destacaram aspectos gerais da cidade, que se caracterizava “por ser uma cidade interiorana, desenvolvendo agricultura, produzindo, sobretudo, feijão, milho, arroz, tomate, fumo, mandioca, cana-de-açúcar, uma forte pecuária e a atuação de duas importantes charqueadas” (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 8), que mantiveram-se em funcionamento até 1940. Além da agricultura, Santa Maria também mantinha destaque pelo “transporte ferroviário, que, ao lado de uma agropecuária forte e um significativo contingente de militares, construía um cenário comercial” (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 9)⁴⁶.

A este cenário próspero de desenvolvimento urbano que envolvia Santa Maria, soma-se também a “instalação de sistema telefônico e a ligação rodoviária com outras cidades do interior do estado” (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 11). No entanto, este cenário de prosperidade não se refletia em outros setores sociais:

⁴⁶ Detalhes sobre tipo e nome de empresas que estavam presentes na cidade neste período podem ser verificados em Beber (1998) e Padoin (1992).

O clima político municipal era tenso, existindo perseguições e infiltrações de agentes secretos do governo de Getúlio Vargas em amplos setores, como quartéis, escolas, sindicatos, na Cooperativa dos Ferroviários, agremiações literárias e sociedades esportivas. O objetivo destes agentes de Vargas era reconhecer e prender comunistas que poderiam rebelar-se contra o governo (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 11).

A Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda. de Santa Maria (Figura 4), apesar de estar em funcionamento desde 1906 e já produzir diversos produtos neste período, inclusive o guaraná, somente foi inaugurada oficialmente em 20 de setembro de 1910, pelo caixeiro viajante Frederico Adolfo Diefenthaler, em sociedade com o químico Ernesto Guilherme Geys (Figura 5), com a finalidade de produzir e comercializar águas minerais, águas gasosas (refrigerantes), licores e aperitivos (ARBAGE; SOUZA, 2001), sendo a pioneira na cidade de Santa Maria, no tocante à industrialização de bebidas, e uma das mais importantes e representativas da região central do Rio Grande do Sul. Destacamos que sua localização, no Bairro Itararé, ficava próxima aos trilhos da Viação Férrea.

O início da ocupação e o desenvolvimento do bairro Itararé se deram em virtude da ferrovia instalada na cidade, tal como ocorreu com a Fábrica Cyrilla. Em função da ferrovia, o bairro concentrava uma parcela significativa da população de Santa Maria, que possuía alto poder aquisitivo, dados os elevados níveis de renda oriundos da empresa ferroviária local e do comércio que se desenvolvia nas proximidades da Estação Férrea. Em seguida, destacamos uma imagem aérea que nos permite ter uma ideia desta localização e como, na época ela era privilegiada, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Vista aérea do Bairro Itararé, em Santa Maria, RS, com destaque para a localização da Fábrica Cyrilla



Fonte: foto de Leo Pinto Guerreiro (1963) em Velada (2007, p. 95).

Segundo consta em material de divulgação da empresa, entre os sócios-fundadores da mesma, o químico Ernesto Guilherme Geys teria sido o responsável pela criação das fórmulas dos produtos produzidos e comercializados pela empresa, enquanto Frederico Adolfo Diefenthaler teria assumido as funções burocráticas, relacionadas à administração e direção da empresa. Em seguida, destacamos uma imagem da fachada da Fábrica Cyrilla (Figura 4), a imagem de seus sócios-fundadores (Figura 5) e uma imagem de Ernesto Guilherme Geys em um dos laboratórios (Figura 6), respectivamente.

Figura 4 – Fábrica Cyrilla



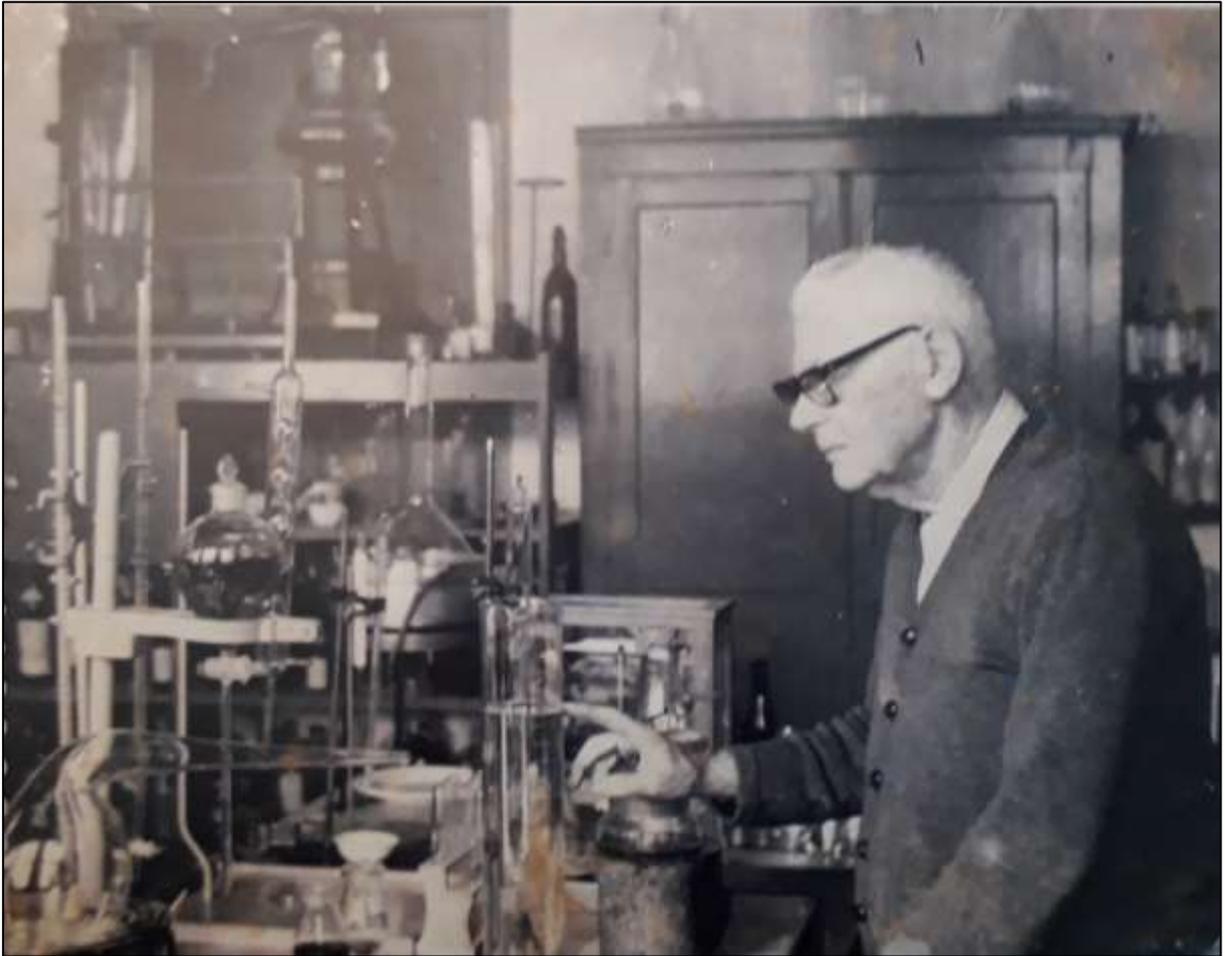
Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla (sem data).

Figura 5 – Sócios fundadores da Fábrica Cyrilla Frederico Diefenthaler e Ernesto Guilherme Geys respectivamente



Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla (sem data).

Figura 6 – Farmacêutico-Químico Ernesto Guilherme Geys



Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla (sem data).

Imediatamente um ano após a sua fundação oficial, a Fábrica Cyrilla já apresentava indicativos de que teria potencial para prosperar. Isso porque a mesma “destacou-se enquanto indústria sul-rio-grandense, sendo convidada a participar de uma feira internacional [...], a *Esposizione Internazionale Dell’Industria del Lavoro*, que aconteceu na cidade italiana de Turim, no ano de 1911” (ANTUNES, 2014, p. 24-25). Destacamos que a mesma recebeu a premiação pela qualidade do licor “Ouro Potável”, já demonstrando que a Fábrica Cyrilla, além de estar em funcionamento desde antes de sua data oficial, conforme destacamos, já estava produzindo bebidas de qualidade, possuindo reconhecimento internacional.

Somado a isso, Antunes (2014) destacou a ocorrência de um período de consolidação da fábrica, enquanto indústria local, passando a expandir a comercialização de seus produtos para a todo o Rio Grande do Sul. Isso, segundo ela, teria ocorrido por diversos fatores, entre eles o fim da Primeira Guerra Mundial, que teria estimulado a produção de bens de consumo, e a própria posição geográfica de Santa Maria, no centro do estado do estado do Rio Grande do

Sul, sendo que, além disso, a mesma estava instalada onde seria o bairro industrial na época de funcionamento da ferrovia, de forma a aproveitar os “benefícios que a mesma [ferrovia] proporcionava a cidade, tendo na década de 1930 suas bebidas vendidas nos restaurantes localizados dentro dos vagões e nos postos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul” (ANTUNES, 2014, p. 34).

Podemos dizer que esta consolidação também veio através de uma segunda premiação internacional conquistada pela Fábrica Cyrilla, na Feira Internacional em Comemoração ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro, nos anos de 1922 e 1923, na qual “foi conferida à ‘Fábrica Cyrilla’ o ‘Voto de Louvor’ e ‘O Grande Prêmio’, como melhor marca produtora de licores” (ANTUNES, 2014, p. 31), conforme apresentado nas Figuras 7 e 8.

Figura 7 – Diploma de premiação Feira Internacional em Comemoração ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil



Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla (sem data).

Figura 8 – Destaque em jornal (sem identificação) pela premiação na Feira Internacional em Comemoração ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil



Fonte: acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Além destas duas premiações internacionais, sabemos que a Fábrica Cyrilla também foi premiada na “Primeira Feira Regional de Amostras de Cruz Alta, em 1933”, na “20ª Grande Exposição Pastoril Agrícola e Industrial de Bagé, em 1933” e na “Exposição Estadual de Animais e Produtos derivados de Santa Maria, em 1941” (BEBER, 1998, p. 244). Ressaltamos, que, além destas premiações, também encontramos no acervo da Fábrica Cyrilla, a publicação de uma revista, resultado da II Exposição Estadual de Animais e Derivados de Santa Maria, que

ocorreu na cidade entre os dias 10 e 15 de novembro de 1938 e, que, conforme podemos observar na Figura 9, recebeu premiações em diferentes categorias.

Figura 9 – *Stand* da Fábrica Cyrilla na II Exposição Estadual de Animais e Derivados de Santa Maria



Fonte: Cardoso (1938), disponível no Acervo da Fábrica Cyrilla.

Em relação ao *status* que a fábrica alcançou, a mesma ganhou destaque no “Álbum Ilustrado Comemorativo do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Município de Santa Maria”. Tal destaque se deu, principalmente pela premiação na Exposição no Rio de Janeiro, sendo que alguns de seus produtos foram evidenciados, tal como podemos observar na seguinte passagem:

Fabricantes dos insuperáveis produtos que conquistaram um voto de louvor e o grande prêmio na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, no ano de 1922.
 Água Tônica Cyrilla – Laranjada Cyrilla – Guaraná Cyrilla – Água da Fonte <Diamantina>, Gazona Cyrilla – Cyrillinha e vários licores de elevada classe, esmeradamente preparados pelo químico Srn. Ernesto G. Geys, que se acha devidamente registrado sob nº 866 na Secretaria de Agricultura e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul⁴⁷.

Depois deste período, a fábrica sobreviveu à destruição de sua infraestrutura, em 1942, pelo movimento de quebra-quebra, temática que nos dedicaremos no próximo subitem. Também sobreviveu a crise do sistema ferroviário brasileiro, durante os anos 1950, em que a Fábrica Cyrilla passou por um processo de recuperação. Esta recuperação e momento de maior

⁴⁷ Fonte: Álbum ilustrado comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Município de Santa Maria (17 de maio de 1858 – 17 de maio 1958), p. 108. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

auge e visibilidade da empresa foi ocasionado, principalmente, pela produção da Cyrillinha, um refrigerante produzido a partir dos óleos essenciais extraídos da casca da laranja.

Porém, esta recuperação foi frenada pela instalação do Decreto nº 5.823, de 1972, o qual estabelecia que qualquer bebida que fosse produzida e comercializada como provinda originalmente de frutas, deveria possuir, obrigatoriamente, uma determinada porcentagem de suco natural. Apesar dos esforços em produzir um produto similar à Cyrillinha, dentro dos parâmetros exigidos pela nova legislação, o mesmo não teve a mesma aceitação, provocando uma crise na empresa, que se estendeu pelo menos até 1988, quando o decreto foi revogado e a empresa pode voltar a produzir a Cyrillinha.

Apesar deste esforço em retornar a produzir tal produto, o contexto não era mais o mesmo, passados dezesseis anos da promulgação do decreto, o mercado consumidor já estava aderindo a outros produtos, principalmente a base de cola, sendo que a tão famosa e consumida Cyrillinha não teve mais o grande sucesso. Apesar de diversificar sua gama de produção, a empresa fechou as portas em 2008. Porém, em 2012, a fábrica foi comprada por um grupo de empresários da cidade de Santa Maria, com o intuito de voltar a produzir as bebidas da marca, além de construir um museu sobre a mesma no local. A previsão que sua reabertura aconteça ainda em 2019.

Esta empresa vivenciou distintos momentos históricos, de auge, com premiações internacionais, assim como momentos de restrições, porém a trajetória da Fábrica Cyrilla sempre demonstrou “uma preocupação de se impor enquanto indústria santa-mariense e formar laços com a população do município” (ANTUNES, 2014, p. 47), constatação que Antunes (2014) chegou a partir de materiais de divulgação publicados em jornais, que referenciavam a marca Cyrilla a Santa Maria. Segundo a autora, por exemplo, era recorrente o consumo de bebidas produzidas pela Fábrica Cyrilla em Santa Maria, “fosse em confeitarias, festas ou em residências, a Cyrilla, muito mais que uma marca vinculada à indústria de bebidas, tornou-se uma ‘marca registrada’ da identidade santa-mariense” (ANTUNES, 2014, p. 13).

Neste ponto, a relação entre o local e internacional, tal como apontado no capítulo anterior, também pode ser percebido a partir da trajetória vivenciada pela Fábrica Cyrilla. Isso porque seus momentos de flutuações estão diretamente relacionados às políticas de governos, seja através de um incentivo à industrialização e um planejamento em prol do desenvolvimento econômico, ou através de medidas que restringem que tendem a restringir ações, como aprofundaremos do decorrer do trabalho.

3.3 O QUEBRA-QUEBRA NA FÁBRICA CYRILLA E OS IMPASSES LEGAIS SOBRE A PRODUÇÃO DO “GUARANÁ”

O movimento de quebra-quebra que atingiu a Fábrica Cyrilla não foi tão aprofundado pelos estudos, conforme foi possível percebermos através da análise que realizamos na historiografia produzida até então. Isso pode ter ocorrido devido a diversos fatores, entre eles, a pouca quantidade ou inexistência de documentos que registraram o ocorrido ou, até mesmo, o não interesse em “mexer” com este fato, assim como ocorreu em alguns dos outros casos que foram descritos anteriormente.

O Jornal A Razão, por exemplo, registrou o ocorrido, mas não de forma muito enfática, sendo que a principal fonte de estudo produzida acabaram sendo depoimentos orais, tal como pode ser observado nos escassos trabalhos que distam sobre esta temática. Uma justificativa para este pouco arsenal documental, ou pouco acesso/divulgação dos mesmos também pode ser pensada a partir das relações entre governo e seus interventores estaduais e, conseqüentemente, a forma como a imprensa relacionava-se com ambos neste período, tendo em vista a existência e atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que regulava e censurava as informações que não estivessem de acordo com os propósitos ou que fizessem algum tipo de crítica ao governo. De acordo com Sander (2011), inclusive, “esse talvez fosse o departamento mais importante na estrutura do Estado Novo. Além de exercer o controle sobre todos os veículos de comunicação, tinha a função de trabalhar na construção da imagem do Presidente da República, associando-a às realizações do governo” (SANDER, 2011, p. 19).

Somado às publicações encontradas em jornais locais e regionais, que abordam os episódios de quebra-quebra, e aos depoimentos orais, encontram-se, no acervo da fábrica, alguns documentos que remetem a este episódio, que podem contribuir para precisar um pouco mais os fatos que envolveram este movimento, de forma a contribuir com a construção desta elaboração. Entre estes documentos, destacamos a existência de um laudo pericial, que identificou e avaliou os estragos causados pelo quebra-quebra e que nos ajuda a dimensionar o tamanho dos estragos e o quão violentas se configuraram todas estas manifestações. Assim, de acordo com o que foi registrado no laudo, foi constatado que na Fábrica Cyrilla o quebra-quebra:

- II. Consistiu em destruição e avaria de portas, janelas, vidros, material de laboratório, bebidas, vasilhames, rótulos, rolhas, mobiliário, arquivo, livros fiscais (federais e estaduais) Diário e Razão já encerrados, machina de escrever, telefone, etc.
- III. Com pedras, paus, vigas de madeira, à guisa de ariete e à mão.
- IV. Houve arrombamento de diversas aberturas internas e externas e duas tentativas de incêndio, sendo uma no escritório e outra na sala de Licôres.

V. Portas arrancadas e inutilizadas, janelas e portas avariadas, vidros quebrado e estragos nas pinturas das paredes⁴⁸.

Após este diagnóstico geral e inicial, o perito procedeu com uma parte mais específica, fazendo uma análise de cada setor da fábrica, de modo a ir identificando quais foram os danos, ao mesmo tempo em que estimava a proporção do prejuízo, inclusive, considerando o tempo que a fábrica ficou fechada, reconstruindo o seu patrimônio, destruído em 1942. De acordo com o perito responsável, “os prejuízos ocasionados montam a 37:500\$000 (trinta e sete contos e quinhentos mil réis)”⁴⁹.

Na documentação que encontramos disponível no acervo da Fábrica Cyrilla, localizamos também a existência de uma solicitação de indenização pelos atos ocorridos em agosto de 1942. Com registro em 15 de setembro de 1949, uma correspondência recebida pelo advogado Sr. Dr. José Urbano Feyh foi identificada, tendo como remetente o “colega Dr. Regis”. Não sabemos ao certo quem teria sido o Dr. Regis, mas pelo que as circunstâncias e o conteúdo da correspondência indicam, estas nos levam a crer que o Dr. Regis seria um advogado amigo particular dos sócios e proprietários da empresa, que teria indicado o Sr. R. José Urbano Feyh para cuidar dos interesses da fábrica, no tocante a esta questão indenizatória.

Nesta correspondência, o Sr. Dr. José Urbano Feyh indicou estar trabalhando em processos indenizatórios de um grupo de empresas que também sofreram com as destruições de agosto de 1942, mais precisamente, “27 firmas em idênticas condições”. Em seguida, no mesmo documento, o advogado definiu quais seriam os seus honorários e qual a forma de pagamento. Todavia, a informação que mais nos interessou e que consta neste documento foi a indicação da existência de uma confissão do Estado, que estaria abrindo precedente para que as empresas que foram destruídas cobrassem estas indenizações. Novamente, segundo o que foi informado pelo Sr. Dr. José Urbano Feyh, algumas destas empresas que teriam entrado com ações através dele, quatro delas já estariam no Tribunal, aguardando julgamento, e algumas outras o mesmo já pretendia encerrar o processo no mesmo ano⁵⁰.

Em resposta à correspondência remetida pelo Sr. Dr. José Urbano Feyh, em 18 de novembro de 1949, tivemos acesso a uma cópia do documento enviado a ele pela Fábrica Cyrilla. Neste documento, consta a aceitação dos seus serviços e a indicação de como e por

⁴⁸ Fonte: Laudo técnico produzido pelo perito Luiz Bollich, em 31 de agosto de 1942. Acervo da Fábrica Cyrilla

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Fonte: Correspondência remetida pelo Sr. Dr. José Urbano Feyh a Dr. Regis, em 15 de setembro de 1949. Acervo da Fábrica Cyrilla.

quem os documentos foram encaminhados⁵¹. No então, não foram encontradas mais informações sobre como este processo se desenrolou.

Este episódio ocorrido na Fábrica Cyrilla estava relacionado a um conjunto de outros que expressaram como o governo, durante Estado Novo, conseguiu provocar uma certa identificação com parte da população brasileira. Identificação, esta, capaz de mobilizar esta parcela a se organizar e incitar os atentados. Não estamos afirmando que o governo, neste período, ordenou para que a população se manifestasse e atacasse o que o Eixo mantinha de representação no Brasil, através de diferentes motivos. Pelo contrário, foram sendo, ao longo do período, gestadas pelo governo, diversas propagandas contrárias, de repúdio ao estrangeiro através dos processos de nacionalização, nos mais diversos campos. Tais questões, somadas a falta ou demora para conter a violência ou amenizar os episódios de quebra-quebra, nos levam a crer que a população brasileira foi influenciada a pensar e agir de tal forma. Mesmo os movimentos de quebra-quebra terem sido considerados como “espontâneos” não é difícil de imaginarmos, a partir da confluência de fatores e elementos apontados até então, de que o governo nutria interesses por tais episódios, fossem eles políticos, simbólicos, ou mesmo econômicos.

Além do quebra-quebra que ocorreu na Fábrica Cyrilla, em dezembro de 1942, registramos a ocorrência de outro episódio que deixa mais evidente o intervencionismo econômico do governo na indústria produtora de bebidas no Brasil. Este, ocorreu com a promulgação do Decreto Lei nº 6425, de 14 de abril de 1944 (BRASIL, 1944).

Por meio deste decreto, o governo passou a regulamentar a produção do refrigerante produzido à base do guaraná, tornando obrigatório o uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseasse no nome daquela planta, sendo que impôs que, para a produção desta bebida, seria obrigatório que as empresas se adequassem. Entre os principais artigos dispostos por este decreto, destacam-se:

Art. 1º Fica estabelecida, em todo o território nacional, a obrigatoriedade do uso de uma percentagem de sementes de guaraná (Paulinia Cupana H. B. Kvar Sorbilis, Mart. Ducke), nos produtos duma propaganda comercial se baseie no nome da referida planta.

Parágrafo único. A medida estende-se a todos os produtos em cujos rótulos, bulas e publicidade se usem a palavra ‘guaraná’ e seus derivados.

Art. 2º Os refrescos, gaseificados ou não, vendidos sob a denominação genérica de ‘guaraná’ só poderão continuar a trazer tal denominação uma vez que, no seu fabrico, se use a proporção mínima de 0,5 de grama de guaraná em sementes, pães ou pó, para 100 centímetros cúbicos de bebida.

⁵¹ Fonte: Correspondência remetida pela Fábrica Cyrilla ao Sr. Dr. José Urbano Feyh, em 18 de novembro de 1949. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Parágrafo único. Os fabricantes deverão comprovar, perante a fiscalização competente, a aquisição e aplicação de quantidade de guaraná proporcional ao volume da sua produção.

Art. 3º Os xaropes, concentrados e semelhantes, bem como os medicamentos e outros produtos farmacêuticos deverão trazer no rótulo, em caracteres legíveis, a indicação da percentagem de guaraná empregado na sua elaboração.

Art. 4º Para os efeitos do presente Decreto-lei, considera-se ‘guaraná’ o produto resultante do tratamento das sementes de Paulinia Cupana – variedade Sorbilis, podendo apresentar-se sob a forma de sementes secas, pós, bastões ou objetos de fantasia.

§ 1º O guaraná não deverá perder por aquecimento em estufa a 100-110º C, durante duas horas, mais de 12% do seu peso (umidade).

§ 2º O pó, as sementes, os bastões ou os objetos de fantasia, para serem entregues ao comércio sob a denominação de guaraná, deverão conter, no mínimo, 3% de trimetil xantilina, apresentando, além disso, todas as reações características dos componentes secundários do guaraná.

Art. 5º Ficam encarregados de zelar pela execução do disposto no presente decreto-lei o Instituto de Fermentação, criado pelo Decreto-lei número 6.155, de 30 de dezembro de 1943, no que se refere a bebidas, xaropes e concentrados, e o Instituto Bromatológico e Serviços Correspondentes nos Estados, na parte concernente a produtos destinados à alimentação.

Art. 6º Aos infratores das disposições deste Decreto-lei serão impostas pelos órgãos fiscalizadores, na forma do regulamento a ser expedido, multas de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 10.000,00 (quinhentos a dez mil cruzeiros), cobrados em dobro na reincidência. No caso de reiteradas infrações, os órgãos fiscalizadores promoverão a cassação da marca de fábrica do produto destinado ao consumo do público.

Art. 7º O presente Decreto-lei entrará em vigor decorridos 180 dias da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1944).

Importante ressaltarmos, que a Fábrica Cyrilla foi a primeira empresa brasileira a registrar a marca de um refrigerante produzido com base no fruto guaraná, sendo que o Guaraná Cyrilla estava sendo produzido e comercializado antes mesmo do produzido pela empresa Companhia Antartica Paulista, que apresentou o registro da marca em 1921. Algumas controvérsias em relação a qual indústria teria elaborado e comercializado o primeiro refrigerante utilizando o guaraná como base estão presentes nas elaborações sobre o tema. Segundo o que apuramos, “o processamento do xarope do fruto do guaraná iniciou-se no Brasil em 1905, por Luiz Pereira Barreto, um médico da cidade de Resende, Rio de Janeiro. Em 1906, foi lançado, pela F. Diefenthaler (primeira razão social da Cyrilla), o Guaraná Cyrilla” (BLOG SANTA MARIA DESIGN, 2012). Tal fato demonstra a importância que esta bebida e a fábrica representavam, de modo que, em documentação encontrada na empresa, há referência ao impacto que a nova legislação que operava sobre o refrigerante à base de guaraná causaria às indústrias locais:

E, é contra essas indústrias, orgulho da capacidade e tino da indústria brasileira, e capaz de libertar nos vantajosamente da concorrência de similares alienígenas, que os poderes públicos, capciosamente orientados, num delírio legisferante regulamentador,

tem tentado desferir golpes sobre golpes, dificilmente aparados pela tenacidade e patriotismo dos que acreditam e lutam pela nossa gradativa emancipação econômica⁵².

Nesta passagem, verificamos a comprovação do que defendemos no capítulo anterior, quanto a uma política, além do nacional, em relação às empresas transnacionais de bebidas. Todavia, esta ideia mais ampla de nacionalismo não era compreendida com os parâmetros explicitados no capítulo anterior pelos produtores de bebidas “nacionais”. A forma mais ampla do nacionalismo era mais explícita no campo político e diplomático, principalmente no tocante à forma como o governo podia se beneficiar a partir de tal perspectiva.

Na sequência, neste mesmo documento, há referência à postura da imprensa no Estado Novo e, também, às limitações que este onerava, para as indústrias nacionais de refrigerantes e derivados:

O regime de silêncio em que se passou a viver no Estado Novo, com a imprensa impedida de ventilar os problemas que interessavam a nacionalidade e os poderes públicos revestidos de impenetrável muralha, tornou propícias as reiteradas tentativas de estrangulamento e morte da indústria de refrigerantes nacionais, nomeadamente a de ‘guaraná’⁵³.

A principal justificativa elaborada pelos produtores de refrigerantes com base no fruto do guaraná, contida neste documento, seria que a referida legislação viria a prejudicar a produção e, conseqüentemente, a venda do “guaraná” brasileiro, pois promoveria uma significativa alteração no sabor destes refrigerantes. Além disso, esta proporção de guaraná proposta pela legislação representava uma concentração excessiva de cafeína e um alto teor de tanino que turvaria a bebida:

O Decreto Lei nº 6.425, de 14 de abril de 1944, exigindo a presença de meia grama de sementes de guaraná em cada 100 centímetros cúbicos da bebida, seria como que o golpe de misericórdia desferido nesse refrigerante pela alteração profunda que viria trazer ao seu paladar o emprego de tão grande quantidade de uma substância amargo-saponácea⁵⁴.

Devido às reivindicações, fundamentadas em análises das propriedades e características do produto, o governo revogou esta regulamentação, porém o que de interessante este documento nos apresenta, é uma observação em relação a esta tentativa de regulamentação ter sido feita “justamente três anos após solene compromisso assumido pelo Governo da República com o Sindicato de Indústria de Bebidas em Geral do Estado de São Paulo”. Este

⁵² Fonte: A indústria nacional do “guaraná” e a guerra contra a (...) que vem se fazendo de um quinquênio a esta parte, p. 1. Recorte de jornal sem identificação. Acervo da Fábrica Cyrilla.

⁵³ Ibid. p. 1.

⁵⁴ Ibid. p. 1.

compromisso, por sua vez, tinha relação direta com a autorização da entrada da Coca-Cola no Brasil, ocorrida em 1941, segundo o que consta neste mesmo documento:

O licenciamento, em 1941 da Coca-Cola, produto da firma norte-americana ‘*The Coca-Cola Company*’, além de ser sido feito à revelia do serviço bromatológico, infringia artigos do Decreto 16300, de 31 de Dezembro de 1923, que proibiam a venda livre de entorpecentes ou de produtos que ostentassem falsa indicação. Era flagrante a ilegalidade desse licenciamento, aliás já negado pelo Laboratório Bromatológico do Serviço Nacional de Saúde Pública, que parece de 27 de abril de 1936⁵⁵.

Esta revogação teria ocorrido em 1945. Porém, nesta passagem há uma referência à Lei de Defesa da Indústria Nacional, institucionalizada pelo governo, ainda durante a década de 1920. Destacamos, inclusive, que neste período, foi criada a Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁵⁶. Neste mesmo documento, há uma reivindicação em relação a isso, embasada por esta lei:

Em cumprimento da Lei e defesa dos interesses da indústria nacional, interpôs o referido Sindicato, recurso administrativo ao Exmo. Snr. Presidente da República, recurso em que deixou de insistir, por lhe ter sido assegurado, de maneira categórica, que nunca seriam criadas medidas que importassem em colocar a indústria nacional em situação de inferioridade à estrangeira, mesmo estabelecida no país.

E foi contrariando, tão solene compromisso e ofendendo justos melindres da indústria, a quem sempre sobejaram sentimentos patrióticos, que o Decreto nº 6425, de 14 de abril de 1944, não se pejou de dispor em seu art. 2: ‘os refrescos, gaseificados, ou não, vendidos sob a denominação genérica de ‘Guaraná’, só poderão continuar a trazer tal denominação, uma vez que, no seu fabrico, se use a proporção mínima de 0,5 gramas de guaraná em sementes, pães ou pó, para 100 c.c. da bebida’.

A revogação desse decreto pelo de número 7669 de 22 de junho de 1945, ainda mais agravou a situação da indústria nacional, pois se restringia a 0,3 grama por 100 centímetro cúbico, a percentagem de sementes, e isso pelo prazo de três anos, exigia a presença na bebida dos elementos histológicos da semente, ao mesmo tempo que vedava ao refrigerante nacional o uso do qualificativo ‘artificial’, já concedido ao estrangeiro.

Negava-se à indústria nacional o que a Lei nº 16300, de 31 de Dezembro de 1923, lhe concedia, e outorgava a produto estrangeiro o que a mesma Lei proibia.

Essa desigualdade de tratamento, infringência do artigo 122, da própria Carta de 10 de Novembro de 1937, que proclamava a igualdade de todos perante a Lei, não podia deixar de chocar, como chocou, não só a indústria, como todos aqueles que tem bem vivo o sentimento de brasilidade.

Não se compreendia que um decreto regulamentador em que deviam ter colaborado técnicos, admitisse a presença de elementos histológicos de um líquido que deve ser convenientemente filtrado, ou a presença de guaraná senão através da reações características de seu alcaloide principal, a cafeína, que tanto pode provir do guaraná,

⁵⁵ Fonte: A indústria nacional do “guaraná” e a guerra contra a (...) que vem se fazendo de um quinquênio a esta parte, p. 1. Recorte de jornal sem identificação. Acervo da Fábrica Cyrilla.

⁵⁶ A Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi reconhecida oficialmente somente em 30 de abril de 1943, apesar desta entidade existir desde 1933, alguns trâmites para sua regulamentação e adequações foram necessários. Seu primeiro presidente foi Eduardo Lodi. Destacamos uma passagem de Eduardo Lodi na qual ele assinalou a importância que a CNI representava para os interesses dos industriais na época: “Com a Confederação Nacional da Indústria, aglutinam-se as vontades industriais dispersas, ganham consciência de sua própria força, de sua origem comum e encontram um instrumento através do qual formulam e exprimem à comunidade e ao poder público uma interpretação autêntica do processo de industrialização” (LODI, 1994, p. 10 apud CAVALCANTE, 2009, p. 43).

como do mate, café ou cacá, parecendo assim, *a priori*, que o desejado era um aumento constante do consumo de cafeína, servindo apenas, o guaraná de pretexto. É caro que contra esse Decreto, novamente representaram os industriais brasileiros. A deficiente produção de sementes de guaraná, absolutamente incapaz de suprir as grandes necessidades da indústria nacional, forçosamente a levaria a prever pela escassez da matéria prima, ou praticar a fraude pela aquisição de cafeína artificial. Submetido o Decreto em apreços estudos do Conselho Federal do Comércio Exterior, este, em sessão de 29 de Setembro de 1945, julgou procedentes as alegações das entidades interessadas na questão, reconhecendo, ‘como de toda a conveniência que a regulamentação do fabrico de bebidas refrigerantes rotuladas com o nome guaraná, seja levada a efeito juntamente com a que deverá regular a fabricação de outras bebidas não alcoólicas, ora em estudos no órgão técnico do Ministério da Agricultura’. Como consequência dessa resolução, foi baixado o Decreto nº 8073, de 11 de outubro de 1945, que textualmente dizia: ‘Art. único O Decreto-Lei nº 7669, de 22 de julho de 1945, entrará em vigor, devidamente regulamentado em 1º de Julho de 1946, revogadas as disposições em contrário’.

CUMPRE NOTAR QUE A REGULAMENTAÇÃO A QUE SE REFERIA O CONSELHO FEDERAL DO COMÉRCIO EXTERIOR JÁ FORA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 19 DE AGOSTO DE 1945, E ABRANGIA TODAS AS BEBIDAS, COM EXCLUSÃO ÚNICA DO REFRIGERANTE ‘GUARANÁ’. Juncada de injustiças, sofismas e protelações, verdadeiros atentados ao direito adquirido e à própria economia nacional, tem sido a *via crucis* traçada a indústria nacional, de algum tempo a esta parte⁵⁷.

Este decreto causou, na época, uma mobilização entre os produtores de refrigerantes, que produziam o guaraná, tal como pode ser observado nos fragmentos que destacamos anteriormente, sendo que os mesmos passaram a reivindicar a revogação de tal decreto. Logo, em nova tentativa de aprovação, este mesmo decreto ganhou uma nova redação, passando a denominar-se Decreto Lei nº 7.669, estabelecido em 22 de junho de 1945. Neste caso, portanto, o Presidente da República modificou a redação do Decreto Lei nº 6.425, de 14 de abril de 1944, que tratava sobre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial estava baseada no nome da referida planta. A nova redação pode ser observada na seguinte passagem:

Art. 1º Fica estabelecida, em todo o território nacional, a obrigatoriedade do uso de uma percentagem de sementes de guaraná (Paulina Cupana Ducke), nos produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome da referida planta.

Art. 2º Os refrescos, gaseificados ou não, vendidos sob a denominação genérica de ‘guaraná’, só poderão continuar a trazer tal denominação uma vez que, no seu fabrico, seja empregada a proporção mínima de 0,3 (três décimos) de grama de guaraná em sementes, pães, pó ou extrato, para 100 centímetros cúbicos de bebida.

§ 1º Decorridos três anos da vigência deste Decreto-lei verificada pelo Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura a possibilidade da produção nacional atender ao consumo interno, a proporção mínima estabelecida neste artigo passará a ser de 0,5 (cinco décimos) de grama, para 100 centímetros cúbicos de bebida.

§ 2º Os fabricantes deverão comprovar, perante a fiscalização competente, a aquisição e aplicação de quantidade de guaraná proporcional ao volume da sua produção.

⁵⁷ Fonte: A indústria nacional do “guaraná” e a guerra contra a (...) que vem se fazendo de um quinquênio a esta parte, p. 2. Recorte de jornal sem identificação. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Art. 3º Os xaropes, concentrados, e semelhantes, bem como os medicamentos e outros produtos farmacêuticos deverão trazer no rótulo, em caracteres legíveis, a indicação da percentagem de guaraná empregada na sua elaboração.

Parágrafo único. Fica proibido o uso de qualquer produto com a denominação de guaraná artificial na fabricação de substâncias alimentícias e Farmacêuticas.

Art. 4º Para os efeitos do presente Decreto-lei, considerar-se-á 'guaraná' o produto resultante do tratamento das sementes secas, pós, bastões, objetos de fantasia ou extrato.

§ 1º O guaraná não deverá perder por aquecimento em estufa a 100-110º C, durante duas horas, mais de 12% (doze por cento) do seu peso (unidade).

§ 2º O pó, as sementes, os bastões, objetos de fantasia ou extrato, para serem entregues ao comércio sob a denominação de guaraná, deverão conter, no mínimo, 3% (três por cento) de cafeína (trimetilxantina) apresentando, além disso, tôdas as reações características dos componentes secundários do guaraná.

§ 3º As características analíticas da bebida serão fixadas em regulamento.

Art. 5º Ficam encarregados de zelar pela execução do disposto no presente Decreto-lei o Instituto de Fermentação, criado pelo Decreto-lei número 6.155, de 30 de dezembro de 1943, no que se refere a bebidas, xaropes e concentrados, e o Instituto Bromatológico e Serviços correspondentes nos Estados, na parte concernente a produtos destinados à alimentação e usos farmacêuticos.

Art. 6º Aos infratores das disposições dêste Decreto-lei serão impostos pelos órgãos fiscalizadores, na forma do regulamento a ser expedido, multas de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 10.000,00 (quinhentos a dez mil cruzeiros), cobradas em dôbro na reincidência. No caso de reiteradas infrações, os órgãos fiscalizadores promoverão a cassação da marca de fábrica do produto destinado ao consumo público.

Art. 7º O presente Decreto-lei, devidamente regulamentado, entrará em vigor em 01 de outubro de 1945.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1945a).

Como podemos observar, existem algumas alterações significativas, se compararmos o Decreto nº 6.455 e o Decreto nº 7.669. O que podemos pontuar, primeiramente, em relação a isso, seria a mudança no artigo 2º, no sentido de estabelecimento de um prazo de três anos para a adição total de 0,5 décimos de grama para cada 100 centímetros cúbicos dos produtos finais, tendo em vista que, antes deste prazo final, os produtos poderiam ser produzidos com a medida de 0,3 décimos de grama para cada 100 centímetros cúbicos. Tal medida teria sido tomada no sentido de comprovar a possibilidade da produção interna de guaraná atender a demanda criada pelo decreto em questão. A proibição da utilização de guaraná artificial também foi referida no novo decreto. Todavia, ressaltamos que este prazo para que o Decreto nº 7.669 entrasse em vigor foi prorrogado pelo Decreto nº 8.073, de 11 de outubro de 1945, no qual o Presidente da República definiu que o mesmo somente deveria entrar em vigor, devidamente regulamentado, em 01 de julho de 1946 (BRASIL, 1945b).

Este cenário que envolvia a tentativa de regulamentação e, principalmente de incorporação de mais guaraná nos produtos que o utilizavam como base, gerou preocupação entre os produtores de refrigerantes. Chegamos a esta conclusão, a partir de informação que foi obtida a partir de um recorte de jornal encontrada junto ao acervo documental da Fábrica

Cyrilla, tal como pode ser conferido na seguinte passagem intitulada: “alterações no Decreto 7669: alarmados os fabricantes de Guaraná”:

Fabricantes de Guaraná deste e de outros Estados se mostram alarmados em face ao ato federal que modifica o decreto n° 7669, que determina o emprego da matéria prima em percentagens certas e pré-estabelecidas no fabrico de inúmeras bebidas refrigerantes.

Segundo cálculo feito, mais de 50 fábricas existentes no Rio Grande do Sul serão obrigadas a fechar suas portas, diante daquela exigência.

Industriais do Rio e de São Paulo enviaram, recentemente, um memorial ao presidente da República, solicitando a revogação do decreto, enquanto os fabricantes gaúchos também se movimentam, devendo seguir para o Rio de Janeiro uma comissão que se avistará com as autoridades federais.

Hoje, realizar-se-á uma reunião entre os membros da classe, os quais falando à reportagem, declararam se julgar acobertados pelo registro regular de suas marcas e fórmulas aprovadas pela Diretoria Nacional de Saúde Pública.

Segundo o referido decreto-lei, a partir de 1° de outubro vindouro, cada 100 cc. da aludida bebida, deverá conter 0,3 (três decigramas) de guaraná.

E, assim, com o propósito de aumentar o consumo do vegetal amazônico, cuja produção, ainda pequena, não se encontra em condições de satisfazer a alta procura que se lhe acena, cria-se involuntariamente nova indústria de açambarcamento, que retendo os estoques, forçará a elevação dos preços. Basta citar-se que o consumo atual do guaraná pouco excede de 100 toneladas anuais, enquanto o consumo previsto para as fábricas do refrigerante que leva seu nome se aproxima de 600 toneladas.

A presença de 0,3 de semente de guaraná em cada 100 cc. de bebida é por demais exagerada, não só atendendo a quantidade de cafeína de que será sobrecarregada como também a sensível modificação que emprestará a seu paladar, graças a seu típico sabor de amargo saponáceo⁵⁸.

Ainda em relação ao tema guaraná, observamos que tal impasse ganhou mais um capítulo, com o Decreto n° 1.970, de 28 de dezembro de 1962, que enfim aprovou e regulamentou o Decreto Lei n.º 7.669, de 22 de junho de 1945 (BRASIL, 1962). Acreditamos, que esta questão que envolveu a produção e comercialização de guaraná e seus derivados também apresentou relação com uma tentativa de modificar a forma como o fruto era cultivada, visando com que o mesmo não fosse apenas cultivado de forma extrativista por indígenas e pequenos agricultores da região amazônica. Nesse sentido, destacamos a existência do “Consórcio do Guaraná”, no qual encontramos junto ao acervo da Fábrica Cyrilla, um contrato entre este Consórcio e o Governo do Estado do Amazonas, com data de 14 de junho de 1934. De acordo com este documento, o Consórcio foi reconhecido pelo Governo do Estado do Amazonas nesta data, como pessoa jurídica de direito privado e considerado como de utilidade pública, o mesmo era constituído exclusivamente por produtores, comerciantes ou

⁵⁸ Fonte: Recorte de jornal disponível no acervo da Fábrica Cyrilla, porém não há identificação de data, página e, tampouco, título do periódico.

manipuladores de guaraná, estabelecidos nas cidades de Maues e Brarreinhas, porém tendo como centro de operações a cidade de Maues⁵⁹.

Entre os principais objetivos deste consórcio, estavam promover o desenvolvimento da produção e a padronização do produto e suas indústrias, uniformizar os preços de aquisição local e de compra e venda no Estado e fora dele, além de controlar o plantio do guaranazeiro, para evitar a superprodução. Neste documento, constam também as taxas que deveriam ser pagas ao governo, as especificações em relação à exportação do produto, além de quais produtores, comerciantes e manipuladores poderiam fazer parte do consórcio, considerando uma quantidade mínima de produção e manipulação. Com isso, comprovamos a nossa hipótese anterior, tendo em vista que a criação deste consórcio viria beneficiar aqueles produtores que produziam em maior quantidade e, ao mesmo tempo, apresentava-se como uma alternativa para garantir a produção e comercialização do guaraná, que passava, cada vez mais, a ser utilizado não somente na indústria alimentícia, mas também na farmacêutica, devido às propriedades e características contidas no fruto do guaraná.

Ressaltamos, que esta tentativa de regular a produção do guaraná também esteve associada à crise da borracha. Isso teria ocorrido porque o cultivo do guaraná era monopólio de determinados grupos indígenas e, a partir do final do século XIX, com o crescimento desta indústria, uma boa parte daquela população passou a trabalhar com a extração desta, sendo que o guaraná, assim como outros produtos amazônicos, só voltaram a receber atenção após o declínio do mercado internacional da borracha amazônica. Neste momento que o guaraná voltou a ganhar destaque, inclusive com o início da produção de refrigerantes. Estas questões são importantes para entendermos os motivos pelos quais foi criado o Consórcio do Guaraná, que estamos abordando, incluindo, entre eles a exclusividade do controle da exportação e das negociações envolvendo o guaraná, conforme consta no artigo XVIII do Ato nº 3.753, do Capitão Nelson de Mello, Interventor Federal no Estado do Amazonas, por nomeação do Governo Provisório da República, em 12 de junho de 1934⁶⁰.

Figueiroa (2016) destacou, inclusive, que neste momento em que se retornou ao cultivo destes outros produtos amazônicos foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1934. Faz-se necessário assinalarmos que a economia do guaraná ao longo do século XX passou a despertar um interesse maior, fazendo com que o cultivo passasse a ser um ponto crucial,

⁵⁹ Fonte: Cópia do contrato lavrado entre o “Consórcio do Guaraná” e o Governo do Estado do Amazonas, em 14 de junho de 1934. Acervo da Fábrica Cyrilla.

⁶⁰ Fonte: Cópia do Ato nº 3.753, do Capitão Nelson de Mello, Interventor Federal no Estado do Amazonas por nomeação do Governo Provisório da República, em 12 de junho de 1934. Acervo da Fábrica Cyrilla.

vinculado inclusive, a construção de um elemento identitário do Brasil. Nesse sentido, destacamos uma passagem de Figueiroa (2016), na qual a autora demonstrou como esta mudança apresentou relevância, reforçando a nossa ideia anterior em relação à tentativa de organizar e regulamentar o cultivo do guaraná, por meio do consórcio, ao passo que “o guaraná só passa a ser considerado como produto agrícola quando são agentes não indígenas que promovem ou efetuam o seu cultivo”, de modo que “a partir da década de 1970, a sua produção extrativa foi superada pela produção oriunda das áreas cultivadas, tendo aquela inclusive sido eliminada das estatísticas oficiais” (FIGUEIROA, 2016, p. 74-75).

Afirmar algo que remeta a intencionalidade dos atos conhecidos como quebra-quebra por parte do governo brasileiro é muito difícil, tendo em vista que, mesmo isso tendo ocorrido de fato, não estaria explícito em qualquer tipo de fonte. Em se tratando de períodos de repressão, muitas vezes o silêncio e o não explícito de forma “oficial” apresentam-se como evidências. Em relação a isso, por exemplo, Dalmolin (2005) nos trouxe inúmeros depoimentos de imigrantes italianos que foram presos durante o Estado Novo na região compreendida como Quarta Colônia de Imigração Italiana, por motivos como: falar em italiano na rua ou em estabelecimentos públicos ou privados, declarar-se como não-brasileiro, injúria a bandeira e ao governo brasileiro, proferir canções folclóricas típicas italianas, entre outros. Muitos destes depoimentos fazem parte do acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Franciscana, em Santa Maria e do acervo pessoal de Catia Dalmolin.

Além disso, em outro trabalho de Dalmolin (2006), encontramos uma passagem de um texto de René Gertz, que ao estudar o período de Estado Novo no Rio Grande do Sul e, neste caso, de forma mais específica, alguns episódios de quebra-quebra, destacou que:

O maior número de violência física simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento do quarto [sic] navio brasileiro por submarinos alemães. As violências desse momento foram praticadas em grande parte por ‘populares’, isto é, por manifestações de rua, não diretamente por instâncias estatais. Mas não se pode esquecer que o interventor, Cordeiro de Farias, se juntou aos manifestantes no início dos protestos [...] como a dar o seu aval [e] as forças policiais não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim os atos de destruição (GERTZ, 2005, p. 174 apud DALMOLIN, 2006, p. 130-131).

Esta passagem do autor encontra referência e pode ser reforçada pelos depoimentos de pessoas que vivenciaram tal momento. Estes depoimentos foram publicados por Cátia Dalmolin (2005) e, também, ressaltam o não envolvimento da polícia para conter as manifestações. Tal atitude do poder público também encontra correspondência em documentação da Fábrica Cyrilla, mais especificamente, quando a mesma solicitou uma vistoria, com a finalidade de

iniciar um processo indenizatório para recuperar parte do prejuízo que onerou com as destruições, que, segundo constam no referido documento, teriam sido provocadas por “um grupo amotinado, que a varejou [fábrica] e saqueou, como igualmente fizera noutras casas comerciais da cidade [...], sem que as autoridades policiais usassem das medidas necessárias para a manutenção da ordem e defesa dos direitos individuais, de toda a natureza”⁶¹.

Porém, podemos dizer que estes acontecimentos beneficiaram algumas empresas transnacionais, como, no caso, a Coca-Cola e a Pepsi-Cola. Isso teria ocorrido por diversos motivos, entre eles, a própria produção do guaraná, que ameaçava a produção dos refrigerantes a base de cola, que ainda neste período não eram da preferência dos consumidores brasileiros. Outro elemento que pode vir a reforçar esta ideia seria a própria questão que envolveu o afundamento dos navios brasileiros pelos submarinos alemães. Esta teria sido uma das causas principais, segundo o que podemos observar, porém, somente em agosto de 1942 ocorreram estes movimentos, sendo que, desde a declaração de apoio brasileiro aos Estados Unidos, pelo menos trinta e quatro navios brasileiros foram afundados (SANDER, 2011).

No intuito de compreendermos a relação existente entre a legislação e o favorecimento empresarial de certos grupos, podemos recorrer à Teoria do Desenvolvimento, proposta por Schumpeter (1985), principalmente em relação ao que ele denominou como “destruição criadora”, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, como sendo uma parte essencial do desenvolvimento econômico. Apesar de não estarmos tratando de um fato puramente econômico, conforme as definições do autor, esta ideia talvez seja interessante para compreender o fato em questão. No caso, a Fábrica Cyrilla sofreu este impacto de forma muito direta, tendo em vista que a mesma detinha o registro do primeiro refrigerante à base de guaraná do Brasil.

3.4 A PRODUÇÃO DE BEBIDAS E A COCA-COLA NO BRASIL DURANTE O ESTADO NOVO

Além do debate produzido no capítulo anterior, referente ao caráter desenvolvimentista do governo durante o Estado Novo, nesta parte do trabalho pretendemos compreender um pouco mais sobre o setor de bebidas no Brasil e a sua abrangência dentro da produção econômica do país no período estudado e na política econômica implementada. Para tratar sobre este tema,

⁶¹ Fonte: Requerimento de nomeação de perito para proceder o exame de avaliação de danos e prejuízos, remetido ao Juiz de Direito pelo escrivão Edmundo Cardoso, em 25 de agosto de 1942, no II Cartório de Santa Maria. Acervo da Fábrica Cyrilla.

faremos referência, inicialmente, a industrialização e políticas em prol desta, considerando o papel e a importância que o setor de bebidas representava, ou podia representar, durante o Estado Novo, no Brasil.

Para o período estudado, apresentamos como recorrente na historiografia brasileira o estudo da industrialização como via fundamental para o desenvolvimento, também como foi mencionado no capítulo anterior. Porém, quando buscamos por trabalhos que abordam esta temática, verificamos um predomínio de referências às indústrias de base, em relação a de bens de consumo. Isso pode ser atribuído, entre outros fatores, em decorrência das disputas e negociações que envolveram a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, que, para muitos autores, apresentou-se como um dos elementos fundamentais utilizados pelo governo Vargas nas negociações diplomáticas envolvendo Estados Unidos e Alemanha. Cremos que, por este motivo, apresentam-se como mais escassas as investigações que visam o estudo das indústrias de bens de consumo.

Neste caso, a respeito destas questões mais gerais que envolvem industrialização neste período, cabe salientarmos e retomarmos o processo de “reordenação do sistema produtivo” (PESAVENTO, 1997, p. 104), com a transição de um modelo econômico agrário-exportador para um urbano-industrial, oportunizado pelo cenário internacional de crise, deflagrada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Nesse momento, o Brasil passou a industrializar parte daquilo que anteriormente importava, de forma a não depender exclusivamente de um mercado externo, rompendo com parte da lógica que lhe fora conferida desde o processo colonizador.

Porém, “com o aprofundamento da guerra mundial e a deterioração das relações políticas entre o Brasil e os países do Eixo – apareceram outros problemas”. Estes problemas estavam relacionados à “obtenção no exterior matérias-primas, combustível e máquinas para a reposição ou expansão no setor industrial. Até a navegação de cabotagem, ao longo do litoral brasileiro, tornou-se perigosa” (GERTZ, 2005, p. 49).

Diante disso, o Governo Brasileiro buscou alternativas que revertessem parte dos efeitos da crise, sendo que uma delas foi a diversificação da economia, através do estímulo à produção de outros produtos agrícolas para a exportação, assim como a industrialização. Esta constatação foi esboçada por Sandra Jatahy Pesavento:

O novo governo teve de enfrentar, em caráter de emergência, os problemas que afetavam a economia brasileira. A crise do café não representava apenas uma conjuntura de superprodução do principal produto do país. Revelava, fundamentalmente, a falência de todo um modelo de desenvolvimento do capitalismo baseado na agroexportação. A crise de 29, atingindo em cheio a economia brasileira, veio demonstrar a necessidade de reordenação do sistema produtivo nacional. Era preciso que se eliminasse a dependência quase que absoluta, de toda a economia do

país, de um só produto de exportação. Isso não queria dizer que o café não merecesse mais atenção, pois continuava a ser o principal produto, sustentáculo do país. Entretanto, ao lado da continuidade de uma política de proteção ao café, o governo pós-30 teve de auxiliar também a produção das economias periféricas, também afetadas pela crise de 29 (PESAVENTO, 1997, p. 104-105).

Apesar do início do processo de reordenação econômica ter ocorrido em 1930, através da política de “substituição de importações”, o mesmo ganhou impulso especial durante os anos 1937 a 1945, apesar de não ter se estendido pelo Brasil de maneira uniforme⁶². Isso ocorreu porque houve uma maior concentração de incentivos para a industrialização na região Sudeste do país, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que, além de naturalmente já serem mais beneficiados, em função de uma maior disponibilidade de capital para o investimento, devido ao que foi acumulado previamente pelo café,

a própria política econômica federal tinha suas atenções voltadas, primordialmente, para esta região; ficando o Rio Grande do Sul com o seu papel tradicional de economia subsidiária e complementar [...], com suas empresas centradas predominantemente na transformação dos produtos agropecuários e produtos químicos simples, além de uma expressiva produção metalúrgica foi perdendo o seu espaço na participação do Produto Industrial do País (PADOIN, 1992, p. 35-36).

Gertz (2005) destacou, de modo geral, uma tendência industrializante no Brasil durante o Estado Novo, porém não confirmada por alguns analistas, no caso específico do Rio Grande do Sul, apesar de confirmadas por algumas estatísticas, ressaltando algumas incompatibilidades entre dados estatísticos e pesquisas. Segundo ele, além dos problemas de acumulação mencionados por Padoin (1992), haviam problemas estruturais no Rio Grande do Sul que dificultavam o processo de avanço industrial, tais como a falta de energia elétrica, a enchente que ocorreu em 1941, problemas envolvendo rodovias, entre outros.

Apesar destas disparidades, ocorreu uma tentativa de integração do centro do país com as áreas periféricas. Esta ideia foi defendida por Vargas, através do nacionalismo. A esta ideia de criar uma identidade nacional estava vinculada também a tentativa de difusão de um projeto de modernização econômica, que poderia inserir o país em uma nova ordem mundial. Também através deste ideário de modernização e de progresso econômico, o governo almejava uma forma de centralizar o poder, de forma a neutralizar o domínio que as “oligarquias” regionais ainda mantinham.

⁶² O processo de substituição de importações foi uma estratégia para aumentar a produção interna do país, ao mesmo tempo em que se promoveu a diminuição de suas importações. Sobre este processo, Eli Diniz (2010) apontou o que seriam os três pilares principais, capazes de sustentar esta política. Estes pilares serão descritos com mais precisão no decorrer do texto.

Embora o governo tenha conseguido “conciliar” os interesses entre industriais e a “oligarquia” agroexportadora, crises contínuas, a partir de 1932, abalaram esta relação. Foi nesse momento que “os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da Sociedade Industrial” (DREIFUSS, 1987, p. 21). A consolidação desse modelo viria, portanto, de uma forma mais acabada, através de uma reorganização, que se deu em 1937, com o Estado Novo, quando a centralização política se acentuou ainda mais, juntamente com a ideia de industrialização englobada em uma perspectiva modernizante, consolidando a intervenção do Estado na economia.

Durante esse período, novamente merece destaque a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Após o conflito, alguns países saíram beneficiados no que se referiu ao processo de crescimento industrial. O Brasil, neste caso, foi um deles. Isso foi possível porque, em função da deflagração do conflito mundial, o preço dos produtos primários subiu, permitindo que Brasil acumulasse reservas para negociar de melhor forma o pagamento da dívida externa que havia contraído com a falta de mercado para a exportação dos produtos primários, durante o período de recessão ocasionada pela crise de 1929. Com uma situação mais estável no que se refere às dívidas, o Governo Brasileiro, diante dos entraves colocados à importação, passou a incentivar a indústria, o que lentamente conduziu à retomada do crescimento.

A indústria metalúrgica do Rio Grande do Sul também foi beneficiada com a Segunda Guerra Mundial. Isso, de acordo com Pesavento (1997, p. 117), ocorreu porque a “necessidade de aparelhamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), por exemplo, levou a que a produção da indústria Eberle passasse a ser considerada de interesse militar-estratégico”. Segundo Dreifuss (1987), foi durante o Estado Novo que o Brasil vivenciou o seu primeiro estágio da nacionalização formal da economia. Isso se deu, basicamente, com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como, por exemplo, a mineração, o aço e o petróleo.

No tocante à indústria santa-mariense, podemos dizer que a sua ampliação esteve diretamente relacionada à expansão do sistema ferroviário brasileiro e estava vinculada essencialmente à produção agropecuária e ao comércio (PADOIN, 1992). Este último configurando-se um dos setores de maior destaque na cidade, inclusive até a atualidade.

Em relação ao setor de bebidas, propriamente dito, passamos, a partir deste momento a compreender um pouco da trajetória oficial da Coca-Cola no Brasil, que iniciou sua atuação no mercado nacional em 1942, quando teve sua marca registrada, passando a ser produzida e

comercializada no país. No entanto, falar sobre este tema é um tanto complicado, devido à proteção que existe em relação à marca. Apesar disso, a partir das fontes que foram possíveis de serem acessadas e dos indícios, que no ato da pesquisa nos foram sendo apresentados, traçamos um pouco da trajetória desta empresa no Brasil, de forma a compreendermos quais as vinculações que a mesma poderia manter com o governo brasileiro. Somado a isso, a história desta empresa também esteve vinculada ao caminho percorrido pelas empresas multinacionais e transnacionais no Brasil.

Porém, antes de adentrarmos de fato no tema, cabe uma reflexão em relação ao que se conhece do passado e o que se pode conhecer deste passado. A respeito disso podemos mencionar, de forma genérica, alguns aspectos teóricos de Koselleck, por exemplo, ao assinalar a ideia de que, além da existência de uma estreita relação entre passado, presente e futuro; além de questões relacionadas a como conhecer e acessar o passado. Isso tendo em vista que muito do que se produziu sobre o passado é perdido, quando uma pessoa morre, ou quando fontes são deterioradas, ou seja, “memórias podem se perder, fontes podem se deteriorar e se tornarem ilegíveis, arquivos podem se incendiar, rituais podem deixar de serem praticados e tradições podem passar a não mais serem cultivadas”, tal como assinalou Barros (2013, p. 5), ao analisar o trabalho de Koselleck. Em contrapartida, destacamos que se configura também como possível o caminho inverso, de modo que algo que parecia estar inacessível, pode-se, a partir do momento em que os historiadores descobrem novas fontes, ou novas técnicas para extrair de fontes já conhecidas elementos que antes não pareciam estar inacessíveis, ou fora do que Koselleck denominou como “espaço de experiência” (BARROS, 2013).

Dessa forma, seria através das fontes passíveis de serem acessadas e de um rigoroso olhar sobre elas que traçamos parte desta trajetória da Coca-Cola no Brasil. Para isso, buscamos informações no próprio *web site* da empresa no Brasil, assim como textos de ex-executivos que trabalharam na empresa e que forneceram algumas informações que parecem interessantes para a construção desta elaboração.

De acordo com a versão oficial da empresa, a entrada da Coca-Cola no Brasil esteve relacionada ao contexto da Segunda Guerra Mundial e a uma promessa feita pelo presidente da empresa. No site da empresa, consta que, em 1941,

durante a Segunda Guerra Mundial, o então presidente da *The Coca-Cola Company*, Robert Woodruff, fez uma promessa às Forças Armadas dos Estados Unidos: os soldados americanos teriam sempre uma Coca-Cola gelada por perto para matar a sede e ao preço de 5 cents — independentemente do custo para a empresa. Assim, em 1941, a Coca-Cola fabricou em Recife o seu primeiro refrigerante em solo brasileiro. A capital de Pernambuco formava, junto com Natal, o chamado ‘Corredor da Vitória’, parada obrigatória das embarcações e outros veículos militares que rumavam para a

Europa em guerra. A Coca-Cola usou as instalações da fábrica de água mineral Santa Clara, que existe até hoje. Depois, foram instaladas mini fábricas (kits com equipamentos básicos para produção de refrigerante) em Recife e Natal (COCA-COLA BRASIL, 2016).

Já em 1942, segundo o mesmo site:

A primeira fábrica constituída no país pela Coca-Cola Brasil foi inaugurada em São Cristóvão, à época um importante polo industrial do Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1942, foram produzidas as primeiras unidades — garrafinhas de 185ml, as únicas disponíveis. O concentrado e o gás vinham dos EUA. No ano seguinte, em 1943, a Coca-Cola Brasil inaugurou sua primeira filial no país, em São Paulo. Os brasileiros ainda se acostumariam com o sabor único da Coca-Cola (COCA-COLA BRASIL, 2016).

E, finalmente, a partir de 1945:

O ano de 1945 foi fundamental para a Coca-Cola no Brasil: foi estabelecido o sistema de franquia, que já era um grande sucesso nos Estados Unidos desde o início do século. A primeira autorização para a fabricação do produto foi concedida à Industrial de Refrescos, do Rio Grande do Sul, seguida pela Spal Indústria Brasileira de Bebidas, de São Paulo. Com o fim da Segunda Guerra no mesmo ano, estava aberto o caminho para a expansão da marca no Brasil. Publicitário da McCann Erickson na época, o escritor Guilherme Figueiredo criou um dos primeiros *slogans* brasileiros da marca: ‘Coca-Cola borbulhante, refrescante, 10 tostões’. Figueiredo também procurava exibir famosos da época bebendo o refrigerante diretamente do gargalo, uma inovação nos hábitos brasileiros (COCA-COLA BRASIL, 2016).

Neste caso, podemos afirmar que a Coca-Cola se beneficiou com o desenrolar de uma política pan-americanista e de um momento histórico crucial para adentrar em países latino-americanos. Isso ocorreu devido à Coca-Cola, dentro deste contexto, que envolveu a destruição e a vigilância de empresas nacionais, que tinham alguma vinculação com o Eixo, através da origem étnica de seus proprietários, aproveitando-se de um discurso que exaltava o nacionalismo continental, ou além do nacional, como expressamos no capítulo anterior, para se estabelecer em países como o Brasil.

Este é um tema complexo, pois, no mesmo período, além do Brasil, esta empresa estava investindo diretamente na entrada em outros países latino-americanos, o que, pelo período e por todas as evidências, nos levam a acreditar que sua história e sua expansão se entrelaçou com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, com os valores pan-americanistas que os Estados Unidos disseminavam neste período.

Em seguida, na Figura 10, a título de ilustração, destacamos um registro fotográfico onde temos Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e outros, durante reunião por ocasião da introdução da Coca-Cola no Brasil.

Figura 10 – Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e outros, durante reunião por ocasião da introdução da Coca-Cola no Brasil, Esq./dir.: Jefferson Caffery, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e James Farley



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Classificação: GV foto 135. Série: fotografias. Tipo: foto (Iconografia). Data de produção: 1942. Quantidade de documentos: 1. Descrição física: 1 reprod.: p&b. 18 x 24cm. Rio de Janeiro, Brasil.

Cabe agora entendermos se essa relação com o pan-americanismo apresentou-se como intencional ou se foi apenas uma estratégia de *marketing* utilizada pela empresa, no sentido de disseminar um produto identificado com valores relacionados à liberdade, como estratégia para aumentar sua lucratividade e expandir seu mercado.

Primeiramente, ao pensarmos em Coca-Cola, certamente uma ideia de liberdade aparece atrelada a ela. Com este valor dentro de cada garrafa, a empresa procurou se beneficiar do contexto político e ideológico que a Segunda Guerra Mundial e o universo criado em torno do pan-americanismo lhe proporcionaram. Esta ideia apresenta relação se observarmos algumas questões. A primeira delas chegou a ser assinada por Fachel (2002, p. 45), que seria “estratégico para os interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos estimular a identificação de tudo

que fosse alemão com o nazismo”. Esta ideia, além de corroborar com o que foi exposto em relação às ações em prol da nacionalização e, também, aos episódios de quebra-quebra.

Somado a isso, a ideia de a Coca-Cola disponibilizar o refrigerante durante o período da Segunda Guerra Mundial para todos os soldados, independente de onde eles estivessem, nos parece também uma estratégia de disseminar o produto, onde, até então, ele não era produzido ou comercializado. Neste caso, podemos dizer que um ambiente favorável para a produção, venda e consumo de Coca-Cola foi se gestando, ao passo que as pequenas fábricas, especialmente aquelas destruídas com os episódios de quebra-quebra passavam por um processo de reconstrução.

Com estas constatações, podemos passar a explorar e dimensionar quem eram os agentes envolvidos neste processo relacionado à entrada da Coca-Cola no Brasil, em 1942, e a quem, ou quais eram os grupos sociais que se beneficiavam com a entrada desta empresa no Brasil.

Quando discutimos a configuração de uma classe empresarial no Brasil, pensamos e corroboramos com a ideia de Eli Diniz (2010), em relação aos empresários, no sentido de que “desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, revelaram uma alta capacidade de mobilização e de participação política na defesa de seus interesses específicos”, destacando a “forma de ação essencialmente pragmática, apoiando diferentes governos e distintos regimes políticos”, que, para ela, apresenta uma continuidade, desde os anos 1930, no tocante a um “pragmatismo doutrinário-ideológico, caracterizado por sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado” (DINIZ, 2010, p. 102). Neste caso, a estas ações empresariais, apontadas por Diniz (2010), podemos refletir acerca da questão do empresário inovador trazido de Schumpeter (1985), no sentido de que o empresário industrial, pós 1930, precisou passar por um processo de readequação, e ação deste novo perfil empresarial, que também pode ser considerado como um “ato empresarial”, porém um ato não somente relacionado à criação de um novo produto e a consequente mudança de hábito de consumo, mas sendo também uma atitude, uma estratégia em relação a um novo momento histórico vivenciado pelo país, quando um novo espaço ou campo de disputa se abriu no poder, fazendo com que os empresários industriais passassem a entrar neste jogo político com um protagonismo maior, em relação ao período anterior.

Diniz (2010) ressaltou, ainda, que durante “a década de 1930, ainda que reticentes num primeiro momento, os empresários acabaram por incorporar-se à coalizão de apoio a Getúlio Vargas. Assim, integraram-se ao pacto que conduziu à transição da economia agroexportadora para a sociedade urbano-industrial”. Além disso, a autora destacou a participação do empresariado na fase de substituição de importações, que, para ela, estava baseada em três

pilares: na “formação de um Estado forte e protecionista, com alta capacidade de intervenção na economia e nas demais esferas da vida social”; na “defesa de uma visão de planejamento econômico, enquanto instrumento essencial para o desenvolvimento do país”; e na “doutrina e prática do corporativismo estatal, como forma de articular as relações entre os principais atores da ordem capitalista e canalizar suas demandas para o Estado”. Além disso, a autora mencionou ainda questões de caráter ideológico que forneciam suporte para a formulação das ideias e ações:

o suporte doutrinário-ideológico desta fase resultou da confluência, em primeiro lugar, do pensamento autoritário e da doutrina corporativa. Em segundo lugar, expressou a ascensão do pensamento industrialista, este último desenvolvido pelas principais lideranças do empresariado industrial em expansão, com destaque para a figura de Roberto Simonsen (DINIZ, 2010, p. 102-103).

Em trabalho anterior, Diniz (2010) já havia sinalizado algumas destas questões, envolvendo, inclusive, a abrangência da atividade industrial, demonstrando que a mesma não estava isolada em relação ao seu campo de atuação, mas que buscavam espaços diretos ou indiretos de atuação política que visavam a garantia de atenção de seus interesses. Tal ideia pode ser verificada no seguinte fragmento:

Embora as questões relacionadas com o dia-a-dia da atividade empresarial aparentemente tenham um caráter restrito, na verdade, envolvem [...] uma série de tomadas de posição a respeito da forma e o curso da industrialização no Brasil. Sobretudo, revelam algo acerca da visão que tinham os industriais de suas relações com os demais grupos privados locais, com os grupos econômicos estrangeiros e com o próprio Estado, bem como permitem distinguir o tipo de alianças que definiram como adequadas para alcançarem uma posição privilegiada face aos outros grupos dominantes (DINIZ, 1978, p. 88).

Jáuregui (2003) também apresentou uma interpretação interessante no tocante a esta temática, que incluiu estudos mais detalhados sobre elites e grupos empresariais, bem como a forma como estes se articulavam para influírem e garantirem seus interesses perante aos governos. O artigo “*Estados y élites empresarias. Argentina y Brasil: 1920-1955*” publicado pela Revista *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad*, apresentou um estudo sobre as elites empresariais no Brasil e na Argentina, durante o período de 1920 e 1955. Este trabalho tratou, basicamente, sobre a existência de dois posicionamentos referentes à influência do empresariado sobre os governos, sendo que o primeiro deles aponta que, em sociedades capitalistas, os empresários não dependeriam de uma ação organizada, tendo em vista que exercem influência por via econômica ou de forma individual, e que, como os governos necessitam que o processo acumulativo prossiga, os empresários acabam dispendo de um controle indireto dos assuntos de interesse público, através da ação privada que exercem.

O outro posicionamento e que foi o defendido pelo autor destacou que as possibilidades que os empresários possuem podem e tendem a funcionar como um instrumento de pressão política, sendo que “o processo de acumulação surgia de uma ação organizada entre Estado e empresários agrupados para assegurar as condições de reprodução social”, ou seja, a necessidade de influenciar sobre as decisões do Estado é, então, de acordo com o nosso ponto de vista, parte das funções próprias da empresa moderna e, normalmente isso remete a ação coletiva (JÁUREGUI, 2003, p. 93, tradução nossa)⁶³.

Com base nesta visão, o autor elaborou uma análise sobre política e as elites empresariais na Argentina e no Brasil, focando principalmente no período de crise dos anos 1930 e durante o período compreendido pela Segunda Guerra Mundial, destacando as tentativas de ações e articulações entre o empresariado e os respectivos governos, sendo que, no caso do Brasil, por exemplo, ele chegou a apontar Simonsen como uma espécie de agenciador da participação empresarial na política governamental. Por fim, ele conclui que a atuação política do empresariado dos países estava, em princípio, direcionada a ampliar o espaço da indústria na economia nacional, sendo que a partir da Grande Depressão, a presença do Estado na economia se tornou crescente, fazendo com que as questões políticas passassem a ser cada vez mais decisivas e determinantes no que toca a rentabilidade empresarial, sendo que “a intervenção estatal na economia foi concebida e aceita na medida em que participaram em sua gestão, os setores proprietários” (JÁUREGUI, 2003, p. 114, tradução nossa)⁶⁴.

No que tange ao protagonismo empresarial na política brasileira, trouxemos o trabalho de Margalho (2015) e sua tese, “Estado, empresários e política: a hegemonia em construção (1930-1945)”. Neste, o autor analisou a economia capitalista brasileira durante o período delimitado, considerando a participação política do empresariado industrial e comercial no Estado capitalista brasileiro, através do mapeamento das relações sociais de lideranças industriais e comerciais em agências do Estado, enfocando de forma especial a ação dos empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças.

Neste caso, o autor salientou que, mesmo durante o Estado Novo, apesar do autoritarismo e do cancelamento do poder legislativo, não houve restrição da ação dos empresários e menos ainda de seus intelectuais na esfera política e social, de forma que “os

⁶³ Fragmento original: “*el proceso de acumulación surgiría de una acción mancomunada del estado y los empresarios agrupados para asegurar las condiciones de la reproducción social*”, ou seja, “*la necesidad de influir sobre las decisiones del estado es, entonces, desde nuestro punto de vista parte de las funciones de propias de la empresa moderna y normalmente esto remite a la acción colectiva*” (JÁUREGUI, 2003, p. 93).

⁶⁴ Fragmento original: “*la intervención estatatal en la economía fue concebida y aceptada en la medida en que participaran en sú gestion los sectores propietarios*” (JÁUREGUI, 2003, p. 114).

empresários industriais brasileiros jamais deixaram de exercer ativa participação político-social”. Isso teria ocorrido, pois “as lideranças orgânicas provenientes das frações de classe industriais organizadas junto aos seus aparelhos privados participaram, como assessores, dos órgãos técnicos e consultivos, dotados de papel estratégico dentre as agências da sociedade política” (MARGALHO, 2015, p. 156).

Através de uma pesquisa documental, Margalho (2015, p. 158) trouxe a ideia da inexistência de um “profundo antagonismo entre as frações burguesas agrárias e industriais”, de modo que, “se as lideranças industriais ressaltavam a complementariedade dos interesses econômicos entre empresários agrários e fabris, o mesmo não se dera no tocante à afirmação de um novo projeto hegemônico”, isso porque “a luta pela hegemonia implicaria no gradativo enfraquecimento do poder das frações da classe dominante agrária junto às agências da sociedade política”. Ao avançar mais neste ponto, concluiu que:

Foi no decurso das décadas de 1930 e 1940, bastante refratárias ao liberalismo político, que o empresariado industrial ascendeu a uma posição de prestígio no complexo superestrutural do Estado restrito. Os intelectuais orgânicos do capital industrial ampliavam suas redes de organização político-empresarial interconectando público e privado. Em outros termos, ampliavam as superestruturas do Estado ao inserirem-se junto às agências da sociedade civil das quais provinham como representantes de frações específicas do capital disputando a legitimação dos seus projetos (MARGALHO, 2015, p. 165).

No que se refere ao Rio Grande do Sul, René Gertz salientou que, no período correspondente ao Estado Novo, as maiores dificuldades no relacionamento entre governo estadual e empresariado industrial se estabeleceram no contexto da Segunda Guerra Mundial, em especial, “quando as medidas contra os ‘estrangeiros’ e as depredações de estabelecimentos industriais e comerciais, principalmente em agosto de 1942, foram atribuídas a instigações contra os ‘alienígenas’ e ‘adventícios’ partidas do Palácio Piratini” (GERTZ, 2005, p. 82). Neste caso, precisamos considerar que o termo estrangeiro faz referência aos países que não pertencem ao continente americano.

Ao abordarmos os beneficiários desta política, destacamos que a questão que envolveu a repulsa ao estrangeiro não afetou a Coca-Cola, retomamos o que foi desenvolvido no capítulo anterior, quando trabalhamos com a ideia de pan-americanismo e como esta ampliou o significado e abrangência das fronteiras do nacional. Ampliou no sentido de que o Brasil não era somente o Brasil, e sim, o continente americano. Com esta perspectiva, movimentos de quebra e saque como estes apresentam correspondência e coerência, pois estavam-se expulsando os inimigos da nação, o que não aconteceria com as transnacionais como Coca-

Cola, pois esta estaria “dentro” da fronteira nacional, visto que a mesma passou a corresponder ao continente americano neste período, como um dos símbolos desta aliança na América.

4 INTERVENCIONISMO E DESENVOLVIMENTISMO DURANTE O GOVERNO CIVIL-MILITAR (1964-1985): UMA ANÁLISE VOLTADA À REGULAMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BEBIDAS NO BRASIL

Neste quarto capítulo, o foco principal de estudo incide sobre a política de caráter desenvolvimentista implementada a partir do Golpe Civil-Militar de 1964 e que se estendeu pelo período de autoritarismo, até 1985. Esta, assemelha-se, em alguns aspectos, com a que foi propagada durante o Estado Novo, trabalhada nos dois capítulos anteriores, apesar da lacuna temporal que as separa (1937-1945 e 1964-1985), das mudanças em relação às políticas desenvolvimentistas, as ideias de desenvolvimento e o contexto que envolveu os dois períodos em questão. Além disso, esta aproximação entre as duas políticas pode ser verificada, principalmente, por conta da evidência dos governos autoritários que as implementaram e da forma como a intervenção econômica se fez presente em ambos os casos, através de um discurso pautado pelo desenvolvimento e progresso e, também, de uma legislação voltada à produção e comercialização de bebidas no Brasil, em especial as não alcoólicas.

Ao longo do século XX, o Brasil, assim como os demais países latino-americanos, experimentou momentos de crise no campo político e econômico. Momentos em que o autoritarismo e o intervencionismo econômico foram mais presentes e outros, em que o liberalismo econômico, pautado essencialmente pela abertura de mercado ao capital externo foi mais latente. Todavia, ao tratarmos de um mundo globalizado, não podemos excluir a coexistência e/ou o hibridismo entre estes modelos, presentes principalmente na prática política, tal como foi apontado nos capítulos anteriores.

Quando mencionamos a palavra desenvolvimento, em relação ao Brasil, é comum encontrarmos associações mais diretas ao período correspondente ao final da Segunda Guerra Mundial, estendendo-se até o início dos anos 1960, com um destaque especial para o período em que o país esteve sob o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), conhecido e marcado não somente por *slogans* desenvolvimentistas, como o famoso “50 anos em 5”, em referência ao Plano de Metas, por exemplo, mas também por projetos deste tipo, que tinham entre seus objetivos a integração do país.

Contudo, não contrariando, mas destoando um pouco do que tradicionalmente foi produzido quando se trata de políticas desenvolvimentistas no Brasil, ao focar principalmente esta fase, ou os anos JK, como sendo uma referência de desenvolvimento, identificamos uma certa continuidade na forma em que a ideia de desenvolvimento e as políticas desenvolvimentistas foram sendo elaboradas e propagadas no período que correspondeu ao

Estado Novo (1937-1945) e, também, no período correspondente ao governo Civil-Militar no Brasil (1964-1985), tendo em vista o objeto de pesquisa que está sendo estudado. Ressaltamos, no entanto, que, apesar desta continuidade e, também, da forma como se tentou construir um discurso positivo e legitimador em torno do desenvolvimentismo, elementos distintos são perceptíveis, no sentido de que a própria configuração dos conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimentismo foram ganhando novos contornos e outras percepções, assim como ocorre com os demais conceitos, de uma forma geral, com o passar do tempo.

Em relação a este aspecto, destacamos que, no período anterior, correspondente ao Estado Novo, podemos afirmar que as construções mais teóricas, referentes ao pensamento econômico brasileiro ainda eram incipientes, ou estavam em processo de construção, devido, entre outros fatores, a pequena quantidade de cursos de pós-graduação na área de economia, por exemplo⁶⁵. Diferentemente deste cenário, no período posterior ao Golpe de 1964, além das interpretações já elaboradas e um pouco mais amadurecidas sobre o desenvolvimentismo.

Destacamos que estas novas formulações e elaborações foram aparecendo e ganhando um maior espaço, influenciadas, principalmente, pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948, pelo Conselho Econômico Social das Nações Unidas, que se desenvolveu como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos e caribenhos (CEPAL, 2018); ou ainda, por meio de organismos internacionais, criados imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial, como a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo⁶⁶.

Nos dois capítulos anteriores, trabalhamos com questões que envolveram não somente uma política, mas a configuração de um discurso desenvolvimentista no Brasil e, também, de um modo mais generalizado, na América Latina, regido por uma confluência de fatores internacionais, que não apresentava total correspondência, se considerarmos o campo da prática política. Neste capítulo, passamos a identificar não somente as aproximações, mas também os afastamentos em relação a este tipo de política, não perdendo de vista, ou melhor, enfocando

⁶⁵ De acordo com Bielschowsky (2004, p. 7), esta incipiência em relação à estruturação do pensamento econômico brasileiro principalmente em círculos acadêmicos ocorreu devido aos fatores, como má qualidade dos cursos de economia no Brasil, falta de orientação teórica, além do primeiro curso de pós-graduação somente ter surgido em meados da década de 1960, na Fundação Getúlio Vargas, de forma que, antes disso, o que se tinha, segundo o autor, eram “cursos de aperfeiçoamento em planejamento econômico, organizados pela CEPAL, em colaboração com o BNDE”.

⁶⁶ Após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação latente com a segurança e a paz mundiais fomentou a colaboração entre os estados, que, no âmbito do direito internacional econômico, resultou na criação das instituições de Bretton Woods: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que, de certa maneira, também influenciaram na configuração de interpretações sobre o desenvolvimentismo.

diretamente os acontecimentos que envolveram a produção de bebidas no Brasil. Isso porque, identificamos que este período foi crucial para a Fábrica Cyrilla e, conseqüentemente essencial para compreendermos as estratégias do governo brasileiro na busca pela inserção internacional.

Esta questão que envolveu a inserção internacional do Brasil, neste período, perpassou, entre outras questões, pela promulgação do Decreto nº 5.823, em 1972, conhecido de forma popular como Lei dos Sucos. Este decreto apresentou-se como um dos principais destaques do capítulo, tendo em vista que sua análise iniciou desde o momento em que o mesmo foi apresentado como Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, em 1970, bem como com as discussões das diversas Comissões envolvidas, responsáveis pela análise e elaboração de diferentes pareceres em relação ao projeto.

Neste caso, a continuidade no modo como esta política foi percebida, perpassa pela legislação que regulamentava a produção de bebidas no Brasil, tendo em vista que este decreto apresentou-se como uma forma de intervenção direta do Estado na economia, tal como ocorreu no período anterior, durante o Estado Novo, com as já estudadas regulamentações que envolveram a produção do refrigerante com base no fruto do guaraná. Somado a isso, pretendemos efetuar uma elaboração de como uma política de viés desenvolvimentista e, sobretudo intervencionista, contribuiu para a legitimação do governo, da mesma forma como teria ocorrido no período estudado anteriormente. Pretendemos ainda neste capítulo, verificar a forma como o governo mediava a relação entre empresas nacionais e transnacionais de bebidas e como o mesmo destinava incentivos para ambas, de acordo com as suas metas de crescimento econômico.

Com as finalidades até então esboçadas, o capítulo ganhou algumas subdivisões, a primeira delas, com o intuito de discutir um pouco do cenário que teria envolvido o momento anterior ao Golpe de 1964 no Brasil, tendo em vista aspectos internacionais, como a ocorrência da divisão mundial, pós-Segunda Guerra Mundial, e a eclosão de ideias vinculadas ao internacionalismo a fim de perceber como o mesmo incidiu influência sobre o objeto de pesquisa. Nesta construção, foram incluídas algumas questões vinculadas à transnacional Coca-Cola, no intuito de demonstrar como a mesma expandiu os seus negócios aproveitando-se deste contexto. Na sequência, de forma a complementar esta primeira parte do capítulo, optamos por focar esta análise de forma mais precisa no Brasil, para identificarmos questões relacionadas à política econômica do período, e compreendermos como as questões nacionais estavam sendo vinculadas a este cenário externo, no intuito de percebermos a forma como as ideias em torno do desenvolvimentismo estavam presentes no pensamento político e econômico no período.

Na sequência, uma análise mais direcionada a produção de bebidas no Brasil passou a ser a preocupação principal, devido, principalmente, a incidência da Lei dos Sucos. Por fim, partimos para a tentativa de elaboração de um diagnóstico das indústrias de bebidas no Brasil, após a aprovação desta lei. Neste caso, destacamos com mais precisão o cenário local de Santa Maria, tendo em vista a construção de um Distrito Industrial e a instalação de uma fábrica da Coca-Cola no local.

4.1 OS ANTECEDENTES: O INTERNACIONALISMO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL

O estudo referente ao processo que ocasionou a promulgação do Decreto nº 5.823, de 1972, e as suas respectivas consequências e relações para com a indústria de bebidas precisa se dar de forma integrada com o contexto no qual ele estava inserido para se poder, de fato, significar o motivo pelo qual nos propomos a este tipo de análise. Nesse sentido, optamos por dar continuidade ao estudo referente ao processo de industrialização do Brasil, considerando aspectos econômicos, políticos e, também, questões relacionadas à política internacional, seguindo os mesmos parâmetros adotados na elaboração dos dois capítulos anteriores.

Isso torna-se não somente importante, mas necessário, no sentido de demonstrarmos que acontecimentos são únicos na história e que, apesar de podermos efetuar determinadas comparações, o impacto de um ato histórico se apresenta e se constitui de forma diferente, em diferentes momentos, pelas diferentes circunstâncias estruturais e culturais envolvidas e até mesmo pelo conhecimento sobre o passado que já foi produzido e acumulado. Ressaltamos novamente que a questão vinculada à industrialização apresenta-se estritamente relacionada aos aspectos da política desenvolvimentista, que novamente ganhou destaque e aparece de modo latente na construção política brasileira, inclusive na atualidade, mesmo que, em algumas circunstâncias, apresentando-se apenas como um elemento acessório em discursos políticos e não com projetos e ações efetivas, que de fato atendam os seus preceitos.

Neste caso, então, temos o contexto imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial e o desencadeamento da Guerra Fria, um evento complexo que dividiu o mundo em capitalismo e socialismo e entre as duas potências que disputavam poder e influência neste período, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS). Destacamos, no entanto, que este período não pode ser compreendido apenas através de uma dimensão militar ou de disputa nuclear, tendo em vista que o mesmo foi marcado por uma hegemonia dos Estados Unidos, não

somente no campo econômico e financeiro, mas também no diplomático, principalmente desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1944, que se tornou “um organismo de grande relevância para os objetivos diplomáticos de Washington no pós-guerra, uma vez que representou o instrumento jurídico, político e ideológico do *internacionalismo* necessário aos seus interesses” (VISENTINI, 2004, p. 69).

Em relação à ideia de internacionalismo, trazida por Visentini (2004), destacamos, em 1947, a existência tanto da Doutrina Truman, que tratava da concessão de ajuda americana para a reconstrução europeia, e de forma específica aos “povos livres” que se encontravam ameaçados pela ação totalitária, quanto do Plano Marshall, no qual os Estados Unidos concediam aos governos europeus empréstimos a juros baixos, para que eles adquirissem mercadorias do seu país. Estas doutrinas teriam sido responsáveis pela disseminação de ideias vinculadas ao internacionalismo, pois ambas, segundo o autor, “materializaram a partilha da Europa e lançaram as bases para a formação dos blocos político-militares [...]. A ‘ameaça soviética’ e a defesa do ‘mundo livre’ constituíram esses mitos mobilizadores da nascente Guerra Fria” (VISENTINI, 2004, p. 74).

No tocante à América Latina, registramos, neste mesmo ano, a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, ocorrida na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Através deste acordo, a aliança dos países latino-americanos com os Estados Unidos tornou-se mais visível, sob a égide do combate ao comunismo. Somado a isso, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano seguinte, veio uma aproximação ainda maior da América Latina com os Estados Unidos. Para Cervo (2013, p. 80), “o continente americano estava, pois, enquadrado estrategicamente na esfera de influência dos Estados Unidos, sem haver, para tanto, tirado vantagem econômica alguma”.

De acordo com Hobsbawm (1995), é importante atentarmos que, apesar de o período da Guerra Fria ser abordado de forma homogênea, pela situação internacional de constante confronto travado entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, os quarenta e cinco anos que envolveram o conflito foram bastante complexos e podem ser divididos em pelo menos duas partes, tendo o início da década de 1970 como o momento divisor de águas. Isso teria ocorrido por conta da situação internacional, que se manteve mais estável até este período, pois até então, ambas superpotências

aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e retórica da Guerra Fria, trabalhavam com

base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo (HOBSBAWM, 1995, p. 225).

Desse modo, segundo o autor, somente a partir de meados da década de 1970 esta situação teria sido alterada. Tal ocorrência se deu, pois “o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica” (HOBSBAWM, 1995, p. 225).

Nesse sentido, podemos dizer que somado a este contexto, algumas questões relacionadas à transnacional Coca-Cola parecem importantes e interessantes de serem abordadas. Isso porque a referida marca parece ter exercido certa influência, não somente no campo diplomático, mas também no que se refere às questões ideológicas que associam a sua imagem a preceitos capitalistas.

No livro de Mark Pendergrast (1993), identificado pelo próprio autor como uma espécie de história não-autorizada da Coca-Cola, ele ressaltou a ocorrência de uma conferência entre cinquenta países, em abril de 1945, ocorrida em São Francisco, nos Estados Unidos, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. De acordo com ele, esta conferência tinha como finalidade a criação da Organização das Nações Unidas. Nesta ocasião, segundo ele, James Farley teria sido enviado para São Francisco, “com uma verba de representação ilimitada para oferecer vinho, Coca-Cola e jantares aos poderosos delegados”, com a finalidade de “criar companhias de engarrafamento de Coca-Cola em todo o mundo” (PENDERGRAST, 1993, p. 217).

Observamos, neste caso, como a empresa Coca-Cola estava atenta em aproveitar este contexto pós-Segunda Guerra Mundial para expandir ainda mais o seu alcance, utilizando, para isso, espaços políticos, como no caso desta conferência, por exemplo. Ressaltamos que a Coca-Cola neste momento, e como sempre, manteve sua imagem totalmente atrelada aos Estados Unidos e associada aos valores democráticos e de liberdade, de modo que, para Pendergrast (1993), abrir caminhos, para a Coca-Cola, era praticamente sinônimo de estabelecer uma boa relação com os Estados Unidos.

Todavia, a imagem que a Coca-Cola representava nem sempre foi bem vista em países sob influência comunista, sendo que um dos fatores para isso constituiu, justamente no que apontamos anteriormente, em relação a como a mesma estava associada aos valores capitalistas. Desse modo, para este autor, “os comunistas, também consideravam a Coca-Cola como uma espécie de símbolo apropriado do ‘capitalismo degenerado’. Em países em todo o mundo, difamavam o refrigerante americano na imprensa, faziam pressão contra ele nos legislativos e em voz baixa em becos falavam de seus vis efeitos” (PENDERGRAST, 1993, p. 217).

O modo como a empresa Coca-Cola se utilizou da política externa praticada pelos Estados Unidos pode expressar a força que a mesma detinha, de modo que os interesses de expansão da empresa estavam entrelaçados ou em conformidade com os interesses de expansão da influência capitalista dos Estados Unidos. Exemplo disso pode ser expresso com o Plano Marshall, quando a “Europa renasceu com infusões maciças de capital americano. A ajuda, contudo, não era inteiramente altruísta, e intencionalmente deu a empresas multinacionais americanas, como a Coca-Cola, um poderoso impulso” (PENDERGRAST, 1993, p. 217).

Com base nestas informações, podemos efetuar uma comparação, desde que respeitadas as devidas proporções e as especificidades de cada contexto, entre os efeitos do pan-americanismo no continente americano durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e os efeitos do internacionalismo, durante a Guerra Fria em um cenário não apenas continental, mas global. Ou seja, do mesmo modo que a ideia de pan-americanismo servia como um aporte ideológico para unir os países latino-americanos na década de 1940, garantindo aliados e mercados em torno de uma ideia de proteção continental, a ideia de internacionalismo também servia para unir os países, contra o que seria uma ameaça externa aos países capitalistas e ao que eles representavam, novamente favorecendo os Estados Unidos, no tocante à expansão de mercado para os seus produtos. Dessa forma,

ao manipular a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos, como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial. A manutenção de um clima de tensão militar conferia aos EUA uma posição privilegiada para consolidar sua expansão econômica e administrar convenientemente o processo de emancipação das colônias que desejava subtrair ao controle de seus próprios aliados europeus. Essa permanente tensão permitiria a hegemonia incontestada da formidável máquina militar americana em pleno tempo de paz. A Guerra Fria constituiu-se, assim, em uma verdadeira Pax Americana (VISENTINI, 2004, p. 79).

Para Visentini (1998), esta Pax Americana constituía-se e pode ser caracterizada como o “monopólio dos Estados Unidos em termos de decisões estratégicas” (VISENTINI, 1998, p. 99), de modo que corroboramos com a ideia da existência de uma “racionalidade cristalina” da Guerra Fria e de que a mesma foi muito mais que um conflito, constituindo-se em um sistema, essencialmente controlado pelos Estados Unidos. Diante deste cenário, podemos afirmar, portanto, que as disputas que envolveram Estados Unidos e União Soviética, permearam, além de grandes tensões no campo ideológico ao longo do século XX, alinhamentos e desalinhamentos.

O Brasil e os demais países latino-americanos, como sempre, não ficaram alheios a estas questões, sendo que “mais que qualquer outra região do planeta, na América Latina ficou claro

que a Guerra Fria, em suas origens, constituía um instrumento de controle da Casa Branca sobre os governos, povos e economias locais” (VISENTINI, 1998, p. 123). Nesse sentido, Puyana (2008) apresentou elementos que demonstram como a intervenção externa dos Estados Unidos foi estimulada e incentivada diante do contexto apresentado:

O IED dos Estados Unidos e suas multinacionais chegaram a cobrir 80% e 35% do total de investimentos estrangeiros no México e no Brasil, respectivamente. Esta proeminência permitiu, em 1972, às empresas norte-americanas controlar mais de 50% do mercado desses países. O poder de mercado das empresas norte-americanas resultou de um mosaico variado de atividades para restringir o acesso dos concorrentes: despesas excessivas de propaganda, diversificação de produtos e gastos com desenvolvimento tecnológico. As ações dos governos que, a fim de assegurar economias mínimas de escala, deram privilégios de monopólio aos investimentos estrangeiros em setores considerados líderes, pelo conteúdo tecnológico e suas perspectivas de crescimento, também contribuíram. Assim, altas taxas de lucratividade nos mercados protegidos serão asseguradas. As indústrias químicas, de borracha, máquinas e equipamentos de transporte foram dominadas pelas quatro maiores empresas, inclusive nacionais e transnacionais, que controlavam 69% no Brasil e 71% no México. Muito menos ainda, a concentração de produção e controle de empresas estrangeiras em filiais produtoras de alimentos: frutas e vegetais enlatados, cereais, doces, licores, refrigerantes, cigarros, remédios ou produtos plásticos, entre outros (tradução nossa)⁶⁷.

Especificamente, em relação à situação do Brasil, dentro do cenário que envolveu as questões relacionadas à Guerra Fria, podemos destacar que o país se alinhou politicamente de diferentes formas, no decorrer dos anos. O que não poderia ter sido muito diferente e difícil de imaginarmos, tendo em vista os diferentes tipos de governos que assumiram o país ao longo deste período, sejam eles democráticos, eleitos ou não, bem como dependendo da forma específica com que cada um deles tratava a política externa.

Na sequência, trouxemos algumas referências em relação ao contexto que se delimitou entre o final do Estado Novo e o Golpe de 1964, ou seja, dentro do período em que o Brasil vivenciou uma experiência democrática. Optamos por esta abordagem, justamente na tentativa de compreendermos como que as relações políticas e econômicas foram sendo traçadas, bem

⁶⁷ Fragmento original: “La IED de Estados Unidos y sus multinacionales llegaron a cubrir 80 y el 35% del total de la inversión extranjera en México y Brasil, respectivamente. Esta proeminencia permitió, en 1972, a las empresas norte-americanas controlar más del 50% del mercado de estos países. El poder de mercado de las empresas noreamericanas resultó de un variado mosaico de actividades para restringir el acceso de competidores: gastos excesivos en propaganda, diversificación de productos y gasto en desarrollo tecnológico. Contribuyeron también las acciones de los gobiernos que, con miras de asegurar las economías de escala mínimas, otorgaban privilegios monopólicos a las inversiones extranjeras en sectores considerados líderes, por el contenido tecnológico y sus perspectivas de crecimiento. Se aseguraron así altísimas tasas de rentabilidad en los mercados protegidos. Las industrias de productos químicos, hule, maquinaria y equipo de transporte, estaban dominadas por las 4 empresas más grandes, incluidas transnacionales y nacionales, las cuales controlaban el 69% en Brasil y el 71% en México. No mucho menores eran la concentración de la producción y el control de las empresas extranjeras en ramas productoras de alimentos: frutas y vegetales enlatados, cereales, dulces, licores, refrescos, cigarrillos, medicinas o productos de plástico, entre otros” (PUYANA, 2008, p. 84).

como as negociadas entre os países foram sendo configuradas, apesar do enfoque principal de análise incidir sobre os anos 1970, principalmente, por ser o período no qual pode ser identificada a incidência da “Lei dos Sucos”, de 1972, que se apresentou como um elemento central para o estudo que estamos propondo, tal como já foi expresso anteriormente, na introdução e nos capítulos anteriores.

Em relação ao cenário nacional, o governo brasileiro, em 1947, no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, rompeu as relações diplomáticas que mantinha com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e cassou o Partido Comunista brasileiro (PCB). Somado a isso, o Brasil também “emprestou ao governo norte-americano incondicional apoio na determinação da nova ordem internacional do pós-guerra, pautada pelo liberalismo ilimitado, sob o aspecto econômico e político e pelas fronteiras ideológicas, sob o aspecto estratégico” (CERVO, 2013, p. 79), amargando, segundo o autor, por não alcançar recompensas satisfatórias em prol de seu apoio.

Ao reassumir a presidência, em 1951, após sua derrota em 1945, Vargas encontrou um Brasil diferente, em alguns aspectos, se comparado aquele que havia governado anteriormente. Apesar da permanência de uma elite agrária exportadora e comercial, novas classes sociais emergiram, como consequência de uma país mais urbanizado e industrializado, e passaram a exigir participação e representação política. Por conta deste novo cenário, Vargas assumiu uma postura política diferenciada, em relação à anterior, aproximando-se de forma mais efetiva do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁶⁸, apesar de ainda manter relações com o Partido Social Democrático (PSD)⁶⁹.

Com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República, passamos a observar uma tendência e um apelo maior para uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiada por uma combinação de empresas industriais, estatais e privadas. Essa política, por sua vez, possuía uma diretriz que tentava combinar o crescimento econômico com a democracia

⁶⁸ “Partido político criado em março de 1945, portanto, ainda antes da queda de Vargas e do fim do Estado Novo, dentro do movimento de organização de partidos nacionais. Sua principal base política eram os trabalhadores urbanos cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2005).

⁶⁹ “Partido político de âmbito nacional fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Participou da maioria das eleições (proporcionais e majoritárias) realizadas no Brasil entre 1945 e 1965. Na política nacional, seu aliado mais constante foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora tenha realizado inúmeras alianças também com a União Democrática Nacional (UDN), considerada sua tradicional ‘adversária’. Majoritário na Câmara dos Deputados durante toda a sua história, o PSD elegeu dois presidentes da República (1945 e 1955), contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas em 1950, conquistou vários governos estaduais e integrou praticamente todos os ministérios do período. Como os demais partidos políticos em funcionamento no país, foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2” (HIPÓLITO, 2010).

social. Destacamos, além disso, que, após o final da Segunda Guerra Mundial, muitos países latino-americanos que apoiaram os Estados Unidos, como no caso o Brasil, esperavam uma retribuição financeira que não ocorreu, sendo que “o ingresso de capitais era inferior à saída, além das relações no plano comercial e tecnológico não deixarem à América Latina muitas chances de lograr um desenvolvimento industrial”, fato que agravou os problemas internos vivenciados pelo país, levando o governo a “tentar implementar projetos nacional-reformistas que aspiravam não a eliminar a dependência, mas a barganhar uma relação menos assimétrica” (VISENTINI, 1998, p. 124).

Já com a eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República, em 1956, o Brasil acentuou uma política de cunho desenvolvimentista, resultando em uma mudança no modelo de acumulação, que estava de acordo com os interesses dos Estados Unidos. O principal compromisso deste governo, conforme Moreira (2003, p. 157-158), foi “acelerar as transformações e o crescimento econômico do ‘gigante adormecido’ para transformá-lo em uma nação próspera em todos os quadrantes de seu território e, sobretudo, para todos os seus habitantes”. Parte desta política estava presente no Plano de Metas, executado entre os anos de 1956 e 1961.

O Plano de Metas pautava-se, essencialmente, por um conjunto de ações que visavam ao desenvolvimento econômico de vários setores, priorizando a dinamização do processo de industrialização do Brasil. Entre as prioridades, nesse período, estavam o investimento nos setores de transporte e de energia, na indústria de base (bens de consumo duráveis e não duráveis) e na substituição de importações. Incluímos neste cenário o investimento e a consequente ascensão da indústria automobilística, em detrimento do transporte ferroviário. Ressaltamos que este plano possuía como base um padrão de desenvolvimento declaradamente associado ao capital internacional. Isso ocorria porque acreditava-se, na época, que

o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse a solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e, também, um tratamento de choque para uma economia essencialmente agroexportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *know how* (DREIFUSS, 1987, p. 34).

Em relação a esta associação ao capital internacional, podemos observar com mais clareza o que apontamos anteriormente em relação ao internacionalismo. Isso porque, a suposta ajuda financeira transnacional, refletida em acesso às técnicas e às tecnologias estrangeiras, possuía vinculação com a política expressa através do próprio termo internacionalismo, tendo em vista que estas “ajudas” se apresentavam como uma forma de exercer poder e controle,

perante aqueles que não produziam ou detinham tais elementos dentro deste cenário de disputas internacionais. Somado a isso, e ressaltando este cenário, temos também, através da CEPAL, a disseminação da teoria da dependência, que contribuiu para que tal situação se formalizasse e normalizasse entre os países latino-americanos⁷⁰.

No tocante à política exterior, Cervo (2013) assinalou três aspectos que eram considerados como essenciais para subsidiar o desenvolvimento pelo Estado e pela sociedade, que seriam a abertura de mercados para produtos de exportação, primeiramente, e, em seguida, para os produtos da indústria e, por fim, aos serviços de engenharia; a obtenção de recursos capazes de complementar o volume interno de investimentos, sustentando o ritmo de crescimento; e, por último, a obtenção de ciência e tecnologia, através de empreendimentos estrangeiros que deveriam se instalar no país. Estas seriam as incumbências, mas que não se efetivaram de fato, segundo o autor, no referido momento histórico, sendo que tal modelo teria sido alavancado apenas nos anos 1990, através de políticas neoliberais que se disseminaram pela América Latina.

Destacamos que neste período houve ainda uma constante preocupação com o avanço de movimentos populares em toda América Latina, impulsionados pela miséria e desigualdades sociais, resultantes desta política de dependência, que depreciava os preços dos produtos latino-americanos em relação ao mercado econômico mundial. Somado a isso, a Revolução Cubana de 1959 representou uma vitória dos movimentos populares/nacionalistas, de inspiração socialista e anti-imperialista, que, ao mesmo tempo, serviu para inspirar outros movimentos pela América, e fazer com que os Estados Unidos redobrassem a atenção em relação aos demais

⁷⁰ Em relação a este ponto, salientamos o que também foi apontando por Dreifuss (1987) quando destacou a relação existente entre o Plano de Metas e as agências tecno-burocráticas: “Sob a cobertura do ‘Plano de Metas’, incorporou-se a tentativa de se introduzir, na formulação de objetivos governamentais, o tipo de racionalidade empresarial exigido pelas operações em grande escala do capital transnacional. Esse plano estabelecia prioridade para se investir os recursos públicos nacionais em cinco setores-chave: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação. Os propósitos das diretrizes políticas dentro desses cinco setores foram traduzidos em trinta objetivos ou ‘metas’, enquanto a fundação de Brasília era concebida como o símbolo de uma nova época. Os interesses multinacionais refratavam-se no processo decisório governamental através do Plano de Metas como necessidades do desenvolvimento nacional. Assim, o poder de classe era internalizado no Estado sob a cobertura de racionalidade técnica, necessidade e perícia (todos eles com uma conotação neutra), e legitimado por grupos executivos e pelos escritórios de consultoria tecno-empresarias. Além disso, sob a égide da ‘racionalidade’ técnica, os empresários justificavam o seu processo de tomada de decisão subjacente, assim como a sua escolha das diretrizes políticas referentes ao desenvolvimento. O *slogan* ‘50 anos em 5’, de Juscelino Kubitschek, usou para exortar o povo brasileiro expressava o senso de urgência dos tecno-empresários. Oficiais militares foram chamados a participar de comissões de planejamento e *think-tanks*, assim como, os recém-criados, corpos administrativos junto à tecno-empresários de proa. As Forças Armadas, imbuídas da ideologia de ordem e progresso, foram agregadas ao esforço de crescimento industrial, num processo de desenvolvimento inspirado por interesses transnacionais e direcionado pelo Estado, onde os militares forneciam a ação orientada por critérios de eficiência e a muito necessária legitimação, ambas exigidas pela ideologia da ‘segurança nacional’” (DREIFUSS, 1987, p. 75-76).

países para que os ideais revolucionários não comprometessem a sua influência no continente. Para Wasserman (2013, p. 181):

A partir da definição da revolução como socialista, os movimentos populares sentiram-se capazes de enfrentar radicalmente seus problemas, e a burguesia nacional, temerosa de uma explosão social sem precedentes, abandonou os discursos reformistas escondendo-se atrás das forças repressivas representadas pelas Forças Armadas. Formaram-se governos militares cujos objetivos eram a segurança nacional através da contra insurgência e da repressão aos inimigos internos determinados pela Guerra Fria.

Em termos econômicos, observamos que, no Brasil, neste período, já não havia uma preocupação maior com a questão siderúrgica, tal como ocorreu no período anteriormente estudado. A preocupação, nesta fase de início dos anos 1950, estava mais relacionada com questões vinculadas ao petróleo, com a energia elétrica e a consequente necessidade de expandir o sistema elétrico brasileiro, assim como ocorreu nas décadas posteriores com as indústrias de bens de capital (BASTOS, 2012).

Neste mesmo período, a aproximação do governo com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁷¹, que ajudou a compor as principais ideias relacionadas à modernização e à industrialização do Brasil. Além disso, uma das principais preocupações desta Instituição teria sido “produzir e divulgar a chamada ‘ideologia do desenvolvimento nacional’” (MOREIRA, 2003, p. 163). No intuito de alcançar os objetivos previstos no Plano de Metas, a intervenção do Estado na economia, priorizando a entrada de capitais estrangeiros foi percebida de forma mais acentuada no país. Apesar disso, novamente a ideia de desenvolvimento nacional se fazia presente e era disseminada com o intuito de garantir apoio político, ou seja, “o eufemismo ‘desenvolvimento nacional’ definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista” (MOREIRA, 2003 p. 165).

A prioridade dada pelo governo ao desenvolvimento econômico do país recebeu apoio de importantes setores da sociedade, incluindo os militares e empresários. O acelerado processo de industrialização registrado no período, porém, não deixou de acarretar uma série de problemas de longo prazo para a economia brasileira. Ou seja, se por um lado o Plano de Metas teria alcançado os resultados esperados, por outro, teria sido um dos responsáveis pela

⁷¹ Conforme podemos observar no trabalho de Moreira, o ISEB era “uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista durante a experiência democrática. O ISEB reunia intelectuais de prestígio como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, entre outros. Era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas polêmicos e, sobretudo, funcionava como um espaço de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes. A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK” (MOREIRA, 2003, p. 162).

consolidação de um capitalismo dependente, tal como destacado anteriormente, e que, por sua vez, foi alvo de críticas⁷².

Acrescentamos que, no final dos anos cinquenta, ocorreu uma latente movimentação, em relação ao interesse de empresas estrangeiras no Brasil, de um modo geral, sendo que as mesmas passaram a utilizar estratégias políticas para se beneficiarem economicamente. Este interesse certamente estava associado, entre outras questões, ao volume potencial do mercado consumidor brasileiro. Tais prerrogativas foram formuladas a partir do que foi apontado no estudo de Dreifuss (1987, p. 65-66):

O mero peso econômico de interesses multinacionais na economia brasileira tornou-se um fator político central no final da década de cinquenta. A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas no Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas a uma intelligentsia política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro. Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais do Brasil.

Somado a isso, destacamos que estava presente a ideia de modernização, na qual “os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek” (DREIFUSS, 1987, p. 71). Tal ideia, associada aos interesses internos e externos, passaram, por exemplo, a promover um incentivo maior a indústria automobilística, em detrimento da ferroviária, tal como já havíamos mencionado anteriormente.

Este fato impactou a economia gaúcha e, em especial, a santa-mariense. Isso ocorreu devido o desenvolvimento da economia santa-mariense estar relacionado diretamente as possibilidades de negócios propiciadas pela presença da Viação Férrea, fazendo com que esta assumisse singular importância para o município, também como já mencionamos em diversas passagens do texto.

Todavia, cabe salientarmos que, ao mesmo tempo em que a Viação Férrea foi um elemento preponderante e essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico e social

⁷² Em relação a estas críticas, destacamos o trabalho de Trevisan (1986), por exemplo, no qual a autora elaborou uma crítica a ideia de um capitalismo dependente. Neste caso, a autora destacou que dentro do sistema capitalista no qual o país esteve inserido, o mesmo cumpriu uma determinada função que a ele foi designada. Este trabalho ela também expôs uma análise diferenciada, que abordou as questões relacionadas à indústria pelo viés do empresariado e que, de certa forma, soou como uma crítica aquilo que se configurou como “estado de compromisso”. Segundo a autora, a utilização deste termo faz parecer que os industriais foram uma classe incapaz de definir um projeto de industrialização e que o Estado teria agido apenas como um árbitro, anulando a complexidade da relação existente entre ambos.

do município, ela também foi limitadora, no sentido que propiciou, segundo Padoin (1992), um crescimento econômico circunstancial, pois “os empreendimentos se limitavam às possibilidades que a Viação Férrea oferecia, ou seja, não necessitavam de mais empreendimentos que fossem além de suas fronteiras, pois a sua empresa se sustentava pela Viação Férrea” (PADOIN, 1992, p. 35).

Em seguida, Padoin (1992) trouxe-nos dados referentes à indústria santa-mariense, que, em 1955, apresentava 202 estabelecimentos, sendo que a maior parte deles estava vinculado aos setores alimentício e de bebidas, com 69,8% e 25,0%, respectivamente. Tais números acabam demonstrando que estes setores eram preponderantes, em relação aos demais setores da indústria de Santa Maria.

Apesar das limitações em nível local, oriundas da mudança de perspectiva em relação ao investimento no sistema de transporte, podemos dizer que a Fábrica Cyrilla andou na contramão neste momento histórico, devido, principalmente a criação do refrigerante Cyrillinha, em 1955. Esta bebida pode ser considerada como uma inovação, pois possuía um sabor peculiar, ao ser produzida a partir de óleos essenciais oriundos da casca da laranja e, também, porque era comercializada em uma embalagem diferenciada, de 120ml que favorecia o consumo entre o público infantil. A inovação também pode ser percebida através do próprio nome, que também era alusiva ao público infantil, apesar de também conquistar o paladar do público adulto, se tornando um dos principais produtos fabricados e comercializados pela empresa, tal como foi assinalado no capítulo anterior.

Podemos dizer, neste caso, que a Cyrillinha foi uma inovação, na época, o resultado de um ato empresarial, se analisarmos através da perspectiva de Schumpeter (1985). Isso porque, através do que seria ato empresarial, um novo produto foi introduzido ao mercado, provocando a mudança de hábito entre os consumidores, em um momento que até então seria de crise, pelos motivos até então explicitados.

Em seguida, nas Figuras 11 e 12, destacamos o registro inicial do produto Cyrillinha no Diário Oficial e sua embalagem original.

Figura 11 – Detalhe de página do Diário Oficial, referente à confirmação do registro da marca Cyrillinha, publicado em 22 de junho de 1955



Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla.

Figura 12 – Embalagem original da Cyrillinha



Fonte: Facebook Cyrillinha (2013)⁷³.

⁷³ Esta página da rede social "Facebook", assim como outros blogs, ganharam destaque no trabalho de Antunes (2014), ao demonstrar a identificação que a população de Santa Maria, de um modo geral tem com a Fábrica Cyrilla e o quanto a mesma está presente na memória da população não somente em veículos oficiais de imprensa.

Aproveitamos para destacar que a mudança de hábito a qual nos referimos também foi propiciada pela propaganda que se fez em relação à Cyrillinha, que acabou ganhando destaque no céu de Santa Maria, conforme pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 – Propaganda da Cyrillinha em construção de Santa Maria



Fonte: Facebook Cyrillinha (2013).

Até o início dos anos 1960, o Brasil passou por um período de crescimento acelerado da economia. Porém, entre 1963 e 1967, o crescimento econômico brasileiro apresentou uma significativa redução⁷⁴. Neste momento, acreditava-se que, através de reformas e de um novo plano econômico que visasse à estabilização econômica, poderiam acarretar um novo modelo de crescimento econômico para o país. Destacamos que o grupo que manteve esta perspectiva de pensamento foi um dos principais apoiadores do Golpe de 1964, na expectativa que uma nova estratégia econômica fosse efetuada. Além dessa nova perspectiva, acrescentamos, ainda, a tensão gerada em função das reformas de base, propostas pelo Governo de João Goulart, que de certa maneira complexificavam ainda mais esse cenário político.

⁷⁴ Em relação a este processo, os economistas Prado e Earp (2003) elaboraram algumas reflexões, principalmente relacionadas às explicações apontadas pela historiografia brasileira ao tentar explicar os motivos pelos quais o país entrou neste momento de crise. Tais questões podem ser observadas em Lima (2014).

Essas reformas foram elaboradas ainda em 1958, mas ganharam uma visibilidade maior quando João Goulart assumiu a presidência, em 1961. Essas mesmas tinham entre os seus principais objetivos a redução das desigualdades sociais do Brasil. Para isso, um conjunto de iniciativas foram propostas, entre elas as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Além disso, sustentava-se, a ideia de uma necessidade de alteração no direito ao voto e uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Além da tensão propiciada pelas reformas de base, ressaltamos, novamente, o impacto da Revolução Cubana, principalmente por servir como motivação, encorajando a luta de movimentos sociais, principalmente aqueles de inspiração socialista. Com isso, a política externa dos Estados Unidos passou a ser “orientada para impedir a ocorrência de conflitos e revoltas sociais (de inspiração socialista) que implicassem qualquer mudança na ordem interna dos países sob sua influência” (NAPOLITANO, 1998, p. 4).

Dentro deste contexto, Stormowski (2011) destacou que dois grandes paradigmas entraram em contraposição no Brasil, um socialista, no qual o ideal de igualdade era defendido como fundamento e, de outro, o capitalismo, que apresentava como uma de suas características principais a exaltação das liberdades individuais. A autora assinalou, também, que não era somente a Europa, os Estados Unidos e a União Soviética que enfrentavam o dilema entre estes dois grandes modelos. Isso porque, surgia e se espalhava rapidamente, dentro deste cenário, o conceito de Terceiro Mundo, constituído essencialmente “pelos países que haviam sido colônias de nações europeias e que alcançaram independência política, mas não a emancipação econômica” (STORMOWSKI, 2011, p. 17).

Nesse caso, seguindo esta perspectiva, percebemos que América Latina, África e Ásia passaram a lutar pela liberdade de formar países independentes, “buscando relações internacionais não mais de colônia para metrópole, mas de nação para nação”. Nesse mesmo momento, a América Latina, em especial, “tomava consciência de que, apesar do desenvolvimento alcançado, ainda era subdesenvolvida” (STORMOWSKI, 2011, p. 17), em comparação aos países desenvolvidos.

Essa tomada de consciência, destacada por Stormowski (2011), partia principalmente do reconhecimento de que os países formados a partir de ex-colônias tinham problemas específicos, que deveriam ser resolvidos partindo da realidade específica de cada um deles. Aos países subdesenvolvidos, coube a construção de uma identidade, fruto desta tomada de consciência, mas que também não deixava de idealizar a entrada destes, no grupo dos países mais desenvolvidos.

Nesse sentido, a ideia relacionada ao desenvolvimentismo ganhou espaço dentro dos principais trabalhos que tentaram dar conta de uma história econômica do Brasil. Foi justamente neste momento que o pensamento disseminado pela CEPAL, ganhou contornos mais definidos, especialmente dentro da produção bibliográfica brasileira da década de 1950 e 1960. A CEPAL, neste caso, foi uma das responsáveis por produzir análises específicas, voltadas a realidade latino-americana, em substituição aos modelos teóricos que tinham como base a realidade de outros países, que não compartilhavam das mesmas características históricas destes países que estavam emergindo.

No entanto, ao mesmo tempo em que mencionamos a importância auferida à CEPAL, principalmente no tocante à organização do pensamento econômico e a identificação das principais problemáticas que assolavam e impediam o crescimento econômico da América Latina, cabe assinalarmos uma pertinente crítica presente em Cervo (2013), com a qual corroborem. Segundo sua análise e interpretação, as teorias da CEPAL contribuíram com a ideia de dependência, causando um certo imobilismo entre os países latino-americanos.

No Rio Grande do Sul, de forma mais específica, a ideia de fortalecimento da indústria, como solução para os principais problemas econômicos enfrentados pelo Estado nos remete ao período que corresponde ao final do Estado Novo. Além da indústria, também estavam entre os principais problemas o êxodo rural, o transporte e a energia. Estas questões relacionavam-se diretamente às diretrizes político-partidárias, que se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Dentro destas diretrizes político-partidárias, podemos destacar o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Libertador (PL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro deles, seja com o santa-mariense Walter Jobim, entre 1947-1951, ou com Ildo Meneghetti, entre os períodos de 1955-1959 e 1963-1964, identificava “o problema da industrialização como a meta necessária a atingir. Porém, considerava que a indústria ao incentivar e proteger deveria ser aquela que beneficiasse os produtos oriundos da agropecuária” (PESAVENTO, 1997, p. 126). Já o segundo, o PL, constituído por representantes ligados ao setor rural, “defendia ser a agropecuária a forma mais correta de conduzir o progresso econômico”. O terceiro, por fim, “identificava a industrialização não apenas como o problema crucial do Estado, como considerava imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional” (PESAVENTO, 1997, p. 126).

Nesse sentido, gostaríamos de assinalar que, para alguns autores, como Fonseca (2004), a defesa da industrialização ocorreu ainda antes do período acima mencionado. Isso porque, as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo no Brasil seriam bem mais antigas, chegando,

inclusive, a datar o período final do Império. Ao citar um fragmento de 1844, de Alves Branco⁷⁵, o economista destacou a sua surpresa, referente ao fato desta declaração:

antecipar em quase um século uma das marcas do desenvolvimentismo brasileiro do século XX: o entendimento de que não há oposição frontal entre os interesses ‘nacionais’ e da indústria, de um lado, e do capital estrangeiro, de outro. O centro da economia deve repousar no mercado interno, o ‘principal’, mas sem o rompimento com outros países, considerados mercados ‘auxiliares’, tanto para a indústria, como para a agricultura nacional. Ficava estabelecido, também, que **embora nem todo nacionalismo fosse industrializante, a defesa da indústria tinha no nacionalismo um de seus melhores argumentos**, com apelo emocional e ideológico inquestionável. Dos mais moderados aos mais radicais, os defensores da indústria recorreriam, de aí em diante, ao nacionalismo como ponto importante de seu discurso (FONSECA, 2004, p. 6, grifo do autor).

Esta constatação, além de rever quando as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo tiveram inserção no Brasil, também apontou para a complexidade deste conceito. Muitas vezes, este acaba sendo utilizado para afirmar políticas de governo, mas nem sempre são efetivamente desenvolvimentistas. Isso ocorre, principalmente, porque o “desenvolvimentismo não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas **o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo**, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita” (FONSECA, 2004 p. 4, grifo do autor).

4.2 QUESTÕES INTERNAS E EXTERNAS ENVOLVENDO O DESENVOLVIMENTISMO DURANTE O GOVERNO CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Nesta parte do texto, passamos a abordar, de forma mais específica, a política econômica do período de governo Civil-Militar no Brasil e a forma como ideias desenvolvimentistas foram sendo disseminadas, com a finalidade principal de legitimação do governo autoritário. Esta legitimação do autoritarismo apresentou-se como um dos principais elos entre o período de Estado Novo no Brasil, trabalhado nos capítulos anteriores, e este, de governo Civil-Militar, diferentemente do que ocorreu durante os anos intermediários a estas duas delimitações temporais, tendo em vista que, apesar de registrarmos também nestes anos a continuidade de políticas de caráter desenvolvimentistas, o mesmo estava associado a governos democráticos.

Este elemento apresenta-se como essencial na análise, pois também nos ajuda a perceber como questões econômicas são fundamentais para governos autoritários, ao passo que os

⁷⁵ Fonseca cita Luz (1975, p. 24), para referendar esta opinião: “A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais” (FONSECA, 2004, p. 6).

mesmos podem se utilizar da intervenção como um método ou como uma estratégia de legitimação e manutenção do poder e não necessariamente para promover a melhoria das condições de vida da população. Somado a isso, questões relacionadas à política exterior e à forma como os direcionamentos a ela estavam sendo construídos também ganham atenção nesta parte do capítulo, justamente por julgarmos fundamentais para compreendermos como algumas problemáticas locais, envolvendo a Fábrica Cyrilla, apresentavam-se como resultado da conduta assumida pelo governo em relação à política exterior, que, conforme já apontamos, estava influenciada por questões relacionadas à ideia de internacionalismo.

Além disso, as questões que estão presentes ao longo deste trabalho, refletem uma das grandes problemáticas do Brasil no século XX. Isso porque, ocorreu uma disputa envolvendo o realinhamento de forças que passaram a estar e/ou exercer maior influência no jogo político e econômico de poder, principalmente a partir do momento em que o café perdeu espaço no mercado internacional.

Este tipo de disputa abriu espaço para que o autoritarismo ganhasse destaque, justamente por aparentar estar mais alinhado aos interesses do Brasil, na época. Prova disso, é que, em ambos os períodos autoritários, as ideias envolvendo a intervenção econômica associada ao desenvolvimento apareceram com maior destaque e, também, como uma alternativa de solução para os principais problemas internos do Brasil, como, por exemplo, a industrialização e a geração de empregos, e, ao mesmo tempo, como forma de criar um ambiente de ordem social, favorável a inserção internacional do país.

Com a incidência do Golpe de 1964, o Brasil acompanhou alterações em sua estrutura política, econômica e social, além de importantes articulações políticas que tinham como objetivo criar uma base institucional, orientada para a consolidação do capitalismo e, ao mesmo tempo, capaz de promover a legitimidade ao novo governo. O grupo que assumiu o poder, alinou-se ideologicamente a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que passou a ser o eixo para fundamentar uma forma de governo, na qual o Estado passou a ampliar cada vez mais a sua atuação no controle da sociedade, colocando-se como aquele que poderia recuperar o país, política e economicamente, dada a situação de crise estabelecida no início dos anos 1960, abusando, para isso, de um discurso de caráter desenvolvimentista.

Nesse sentido, Hermann (2005, p. 73) destacou que este grupo produziu e assumiu um discurso que atribuída ao governo “a missão de ‘salvar’ o país do caos econômico e político em que se encontrava”, reforçando a ideia de que o Estado seria o principal responsável por esta missão. Neste caso, para legitimar o regime de exceção junto à sociedade e, também, ao meio político internacional, foi necessário preservar a renda agregada de uma queda abrupta,

enquanto se implementava o plano de combate à inflação. Já em uma segunda etapa, a partir de 1967, com a inflação sob controle, passaram a ser implementadas políticas diretamente voltadas para o objetivo de crescimento econômico (HERMANN, 2005).

Em relação à política econômica deste período, corroboramos com Hermann (2005), ao considerar que ocorreram pelo menos duas fases diferentes, que acompanharam o que ocorria com a política externa: a primeira delas, entre 1964 a 1967, caracterizada, principalmente, pelo “ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando ao enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e do quadro de estagnação econômica do início do período”, com destaque para a “implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) – e de importantes reformas estruturais, do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho” (HERMANN, 2005, p. 70). Foi também durante esta primeira fase, ampliou-se também o “grau de abertura da economia ao capital externo, de risco (investimentos diretos) e, principalmente, de empréstimo” (HERMANN, 2005, p. 78).

Observamos, além disso, que, no intuito de alcançar uma superação para a crise econômica, vivenciada neste início da década de 1960 e, sobretudo, elaborar uma justificativa para permanecer no comando do Executivo, o governo configurou um projeto que visava favorecer a acumulação capitalista de determinados grupos nacionais e internacionais. Nesse caso, passamos a ter a ocorrência de uma “transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado” em lugar do anterior modelo de substituição de importações, acentuando “a interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina com os Estados Unidos” (DOLHNIKOFF; CAMPOS 2001, p. 272).

Já a segunda fase, compreendida entre os anos de 1968 a 1973, foi caracterizada “por uma política monetária expansiva e por vigoroso crescimento da atividade econômica (média anual de 11,1%), acompanhado de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo. Essas condições justificaram a alcunha de ‘milagre brasileiro’ para esse período” (HERMANN, 2005, p. 70). Esta segunda fase coincidiu com a imposição de uma nova Constituição, em janeiro de 1967, e com a escolha de Artur da Costa e Silva para a presidência.

Estas alterações abriram caminho para que os militares, com um relativo apoio de parte da população brasileira, controlassem o cenário político do país. Além disso, conforme observamos no trabalho de Dolhnikoff e Campos (2001), a formação de um núcleo de poder entre os principais representantes do Partido Social-Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), juntamente com as principais lideranças militares e os diversos setores do empresariado, se tornou necessária para a consolidação do poder.

Este domínio político e econômico não dependia apenas de fatores internos, mas também de fatores externos. Isso ocorria porque o domínio econômico do capital externo no Brasil ainda não contava com uma sustentação política ao alcance do que era almejado, tal como acentuou Dreifuss (1987), ao longo de seu estudo e conforme temos destacado no decorrer deste trabalho. Esta questão, por sua vez, estimulou grupos ligados a este setor a formarem organizações específicas, a fim de expressarem, de forma mais efetiva, seus interesses perante o governo. Foi nesse contexto que podemos registrar o surgimento do chamado complexo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esta compreensão também foi compartilhada por Cervo (2014) e pode ser observada na seguinte passagem:

A contextualização da política externa nos quadros da bipolaridade e do desenvolvimento associado ao capital transnacional contou com apoios que provinham de duas vertentes: o pensamento precursor da Escola Superior de Guerra (ESG), particularmente as formulações geopolíticas de Golbery de Couto e Silva, porque supunham o alinhamento com os Estados Unidos, a defesa da civilização ocidental cristã, o contexto da Guerra Fria e a rivalidade luso-hispânica; e a ação das elites orgânicas brasileiras – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Popular (ADEP) – articuladas com a ESG, com associações congêneres do exterior e com órgãos do próprio governo norte-americano, ação destinada a desestabilizar o governo populista, a breçar as reformas sociais e os projetos nacionalistas e a restabelecer o poder de classe supranacional (CERVO, 2014, p. 399).

A política externa, no início deste período, também estava pautada pelo paradigma desenvolvimentista, porém orientada de modo um pouco distinto ao anterior, em alguns aspectos, e guiada por três pontos principais, logo após 1964: pela bipolaridade, pela abertura ao capital estrangeiro e pela contradição, tal como assinalou Cervo (2014). A bipolaridade foi adotada como estratégia, tanto externamente, quanto internamente, pois teria incorporado “as categorias do orientalismo, da interdependência, da segurança coletiva, da aproximação com os Estados Unidos e da abertura econômica de forma que se articulassem pela ideologia anticomunista e pela geopolítica”; a abertura ao capital estrangeiro foi quando Castello Branco induziu “o desenvolvimento pelo livre jogo do mercado, sem Estado e sem fronteiras”; e, por fim, a contradição que estaria associada às dimensões remanescentes, entrando em contradição com os dois elementos anteriores, que seriam, no caso, “o nacionalismo e o universalismo mitigados, que denotava o descompasso entre as diretrizes ideológicas e o realismo da política internacional” (CERVO, 2014, p. 396). Esta projeção de orientação da política exterior, baseada nestes três principais elementos, não perdurou por muito tempo, pois apresentava limitações,

principalmente por pautarem-se pela ideia de bipolaridade, em relação ao confronto mundial, marcado pela bipolaridade, quando o mesmo já estava apresentando sinais de falência⁷⁶.

Percebemos, nesse sentido, a existência de uma relação entre a opção ideológica do Governo pela Doutrina de Segurança Nacional e o planejamento econômico. Isso ocorreu, pois havia a intenção de se potencializar o modelo de acumulação capitalista, baseado em uma forte interferência do Estado, capaz de garantir a atração de investimentos, através do estabelecimento e da manutenção da ordem. Desse modo, “os investimentos econômicos somente seriam viáveis com uma absoluta paz social, sem agitações ou conflitos” (DOCKHORN, 2002, p. 66).

A ideia de desenvolvimento, neste período, passou por algumas transformações, em relação a como havia sido construída no período anteriormente estudado, principalmente se considerarmos a tentativa que se tinha de apontar crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. De fato, que entre o período de 1968-1974 o Brasil experimentou uma fase de crescimento econômico, no qual a economia registrou um alto índice de recuperação associado a uma alta taxa de crescimento, mundialmente conhecido como “milagre econômico brasileiro”, quando além da queda da inflação,

o PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo de bens de capital. A taxa de investimento que ficou estagnada em torno de 15% do PIB no período de 1964-67, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período de ‘milagre’ em pouco mais de 20% (HERMANN, 2005, p. 82).

Prado e Earp (2003) caracterizaram este período como uma fase em que a economia do país alcançou altos índices de crescimento para parte da população. Destacaram, inclusive, que este movimento de crescimento contribuiu para que o governo organizasse um aparato propagandístico, visando divulgar que o Brasil era um país que não apresentava problemas, sejam eles políticos ou econômicos, e que estava orientado ao progresso. Neste caso, corroboramos com a ideia de que “a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo de ‘boom econômico’, observado desde 1968 – e, também, como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; EARP, 2003, p. 219).

⁷⁶ Para Cervo (2014, p. 399), a política adotada neste período foi um tanto equivocada e anacrônica, pois “mesmo ao pretender recuperar as tradições da política externa brasileira, Castello Branco marchava contra elas. Ao invocar o Barão do Rio Branco, esqueceu-se de que a aproximação com os Estados Unidos, concebida pelo patrono da diplomacia brasileira, tinha por finalidade preservar a soberania e a segurança diante das investidas do imperialismo. Rompeu Castello com o legado de Vargas, incorporando também à tradição, no sentido de tornar a política externa instrumento do poder a serviço prioritário do interesse nacional e, ainda, consentiu em limitar a soberania, agregando-lhe o conceito de segurança coletiva”.

Corroboramos, portanto, com a ideia da não existência de um “milagre econômico” como sinônimo de desenvolvimento, mas sim, como sendo referência a um crescimento econômico experimentado no período. Desse modo, tal terminologia, como sinônimo de desenvolvimento, somente poderia ser utilizada se houvesse uma melhora no campo social, na distribuição de renda, necessários para que maior parte da população fosse beneficiada com todo este crescimento, o que de fato não ocorreu. Porém, mesmo isso não ocorrendo na prática, não impediu que o governo utilizasse um aparato propagandístico em seu favor e em defesa do desenvolvimento, também como uma forma de legitimar-se⁷⁷.

Entre outros fatores, isso ocorreu, pois o processo de aceleração da economia teve como um dos seus eixos principais o crescimento do setor industrial, através de bens de consumo duráveis. Todavia, esta política que estimulou esse tipo de produção deixou de lado outros setores que necessitavam uma maior aplicação de recursos pelo governo, ocasionando um aumento das desigualdades sociais.

Isto ocorreu, sobretudo, porque a produção interna não visava ao atendimento das necessidades básicas da população em geral, mas sim, aos interesses do mercado externo, como também de uma pequena parcela da população interna com maior poder aquisitivo, de modo que “a prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiara do ‘milagre econômico’” (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335). Justamente por este motivo que reforçamos a ideia de que neste período não ocorreu um processo de desenvolvimento, e sim, de crescimento econômico⁷⁸, possibilitado por distintos fatores externos e internos⁷⁹.

⁷⁷ Questões que envolvem uma discussão mais aprofundada sobre o “milagre econômico” foram estudadas em produções anteriores, como Lima (2011; 2014). Nestes dois trabalhos, questões que demonstram porque este “milagre econômico” não correu são explicitadas, assim como o constante número de propagandas que eram utilizadas pelo governo, na tentativa de utilizar o crescimento como forma de legitimar-se e, ainda, orientar a população em relação às formas de contribuir com este processo, na tentativa de afastá-las de ideias que pudessem contrariar a ordem social, que, por sua vez, era considerado um dos principais meios para desenvolver o país.

⁷⁸ Luiz Carlos Bresser Pereira (1985) elaborou uma diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico que nos parece coerente para explicitar melhor o que estamos pontuando: “o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” deve ser tomada como referência. O autor também acrescentou que o conceito de desenvolvimento está relacionado a “um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações”. Assim, “não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social” (PEREIRA, 1985, p. 19). Já o termo crescimento, pode ser distinguido de desenvolvimento, por significar apenas um aumento quantitativo da produção, o que pode ocasionar elevação do nível de vida, porém sem preocupação com a melhoria das condições de vida da sociedade. Diferente disso, como foi mencionado, o desenvolvimento prevê, além do crescimento, uma significativa repercussão no que se refere à qualidade de vida das pessoas e, também, sobre o sistema social em geral, especialmente aliando crescimento econômico com redistribuição de renda

⁷⁹ Parte desta interpretação está presente em Lima (2014).

Nesse sentido, selecionamos uma passagem do Jornal A Razão, na qual podemos observar esta ideia que primava pelo atendimento das demandas externas, que expomos até então, estava presente no discurso do Ministro da Indústria e do Comércio:

O Ministro da Indústria e do Comércio divulgou as diretrizes básicas para o desenvolvimento industrial. As linhas mestras a serem observadas oficialmente em relação ao setor são: fortalecimento da empresa privada, cujo poder de competição deve ser aumentado interna e externamente; aceleração da taxa de crescimento de emprego de mão-de-obra; absorção de tecnologia do exterior de acordo com os fatores de produção do país; implantação de novos setores de produção com tecnologia mais avançada à medida que o mercado interno permitir a expansão; desenvolver novos setores, voltados para o mercado externo⁸⁰.

Em Santa Maria, este período de prosperidade econômica refletiu nas tentativas de criação de um Distrito Industrial, capaz de solucionar os principais problemas históricos relacionados à industrialização. No entanto, antes de sua concretização, quando ainda se discutiam os inúmeros impasses legais, projetos voltados para a industrialização de Santa Maria estavam sendo formulados e discutidos, entre eles a concessão de incentivos fiscais para instalação ou ampliação de indústrias em/de Santa Maria, tal como podemos observar em uma reportagem do Jornal A Razão:

O Secretário Municipal da Fazenda, economista Paulo Harvey Appel, chefia uma comissão de técnicos que está ultimando uma série de projetos sobre medidas de grande envergadura no setor da industrialização.

ORGANISMO

Entre os projetos que estão sendo cuidadosamente elaborados, para encaminhamento à Câmara de Vereadores, figura o que cria um organismo destinado a planejar, promover a execução e coordenar a industrialização. Tal organismo, estruturado na forma de outros em áreas regionais ou estaduais, como as 'Superintendências', aprovaria projetos de expansão ou implantação de indústrias, decidiria sobre aplicação de recursos, etc.

INCENTIVOS

Outro projeto refere-se aos incentivos fiscais. Não se trata de meras isenções, já previstas na legislação municipal, mas de incentivos verdadeiros. Tais incentivos, é a ideia dos técnicos da Prefeitura, incidiriam sobre até 50 por cento dos débitos lançados como Dívida Ativa, os quais poderiam ser aplicados pelos contribuintes em projetos de ampliação de indústrias existentes ou instalação de novas indústrias. Caberia ao organismo a ser criado a aprovação dos projetos e a decisão sobre as indústrias que poderiam receber a aplicação dos incentivos. Um aspecto a ser ressaltado é que a Dívida Ativa da Prefeitura excede a 2 milhões de cruzeiros, o que importa dizer que a aplicação em forma de incentivos, poderia ir até mais de um milhão de cruzeiros. Tais incentivos seriam manejados na forma com que são os federais.

ESTUDOS

Tão logo seja liberado o financiamento pretendido pela Prefeitura, será contratado, com firma especializada, um amplo estudo sobre o problema da industrialização. A Prefeitura quer saber bastante sobre tipos de indústrias, aspectos técnicos do futuro

⁸⁰ Fonte: Notícias econômicas: Indústria brasileira tem política orientada. A Razão, 08 de outubro de 1969, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Distrito Industrial, forma de resolver os principais problemas, para depois dar os passos seguintes na busca da implantação do ‘Distrito’⁸¹.

Apesar de todo o crescimento econômico, das tentativas de industrialização, sejam elas nacionais ou locais, a partir de 1973, em função do cenário externo que envolveu o aumento dos preços do petróleo e dos juros norte-americanos, surgiram os primeiros sinais de que a fase de crescimento econômico estava chegando ao fim. Diante desta situação de “significativa dependência do Brasil à importação de petróleo e bens de capital e do elevado endividamento externo do país, na época, esses choques condicionaram decisivamente a política econômica brasileira no período de 1974 a 1984, exigindo políticas de ajuste externo” (HERMANN, 2005, p. 94). Dentro desta perspectiva de elaboração de políticas de ajustes externos, foram implementadas pelo governo com vistas a superar a crise e retomar o crescimento econômico do país.

As questões trazidas nestas duas primeiras partes deste capítulo servem de embasamento para compreendermos em qual contexto e com quais objetivos a legislação que regulamentava a produção e circulação de bebidas no Brasil, na década de 1970, foi formulada. Nesse sentido, passamos agora para o estudo da Lei dos Sucos e o seu impacto, um dos temas principais de nossa pesquisa.

4.3 A “LEI DOS SUCOS” E A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE CARÁTER INTERVENCIONISTA DO BRASIL

Nesta parte do trabalho, apresentamos a situação das indústrias de bebidas no Brasil durante o governo Civil-Militar, incluindo as transnacionais, com destaque para a Coca-Cola. Neste caso, temos o objetivo de demonstrar que as bebidas produzidas a base de “cola” não estavam tendo a aceitação esperada e que as empresas que produziam refrigerantes utilizando o suco de fruta natural com base possuíam uma maior aceitação entre o mercado consumidor.

Esta ideia apresenta referência em Pendergrast (1993), pois o autor, em seu trabalho, tentou demonstrar que, em muitos países, a Coca-Cola não era vista com muita empatia, pela disputa ideológica latente na época, que, por sua vez, associava a Coca-Cola aos Estados Unidos e aos valores capitalistas, ou pelo próprio mistério que se mantinha em relação aos componentes da fórmula que originava o refrigerante. Esta desconfiança, inclusive, foi utilizada por produtores de bebidas nacionais para contestar o motivo pelo qual o governo brasileiro estaria

⁸¹ Fonte: Industrialização de Santa Maria: projeto “impacto” em estudo. A Razão, 02 de abril de 1971, p. 16. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

dando prioridade para uma empresa que não explicitava quais eram os componentes de sua fórmula, sendo que eles necessitavam fazer isso indistintamente para todos os produtos (PENDERGRAST, 1993).

A desconfiança em relação ao produto era propagada em diversos países, através de mitos que relacionavam fatores prejudiciais ao consumo da Coca-Cola. Isso, por sua vez, contribuiu com a hipótese da aceitação duvidosa da bebida em alguns países, inclusive no Brasil⁸².

Este foi um dos principais fatores que pode ter motivado a criação da Lei dos Sucos, em 1972, já que, conforme mencionamos anteriormente, uma boa relação com os Estados Unidos podia ser avaliada a partir do modo como determinado país apoiava ou não a produção e consumo da Coca-Cola. Somado a isso, além de regulamentar a produção de bebidas no Brasil, a Lei dos Sucos também teria sido elaborada com a proposição de oferecer um produto de melhor qualidade nutricional, em relação específica aos refrigerantes e, também como uma forma de aquecer o mercado interno de produção de cítricos. Mas, será que tais propostas seriam coerentes? Eis que no decorrer do texto aprofundaremos estas questões.

Antunes (2014) destacou que o não imediato domínio de empresas multinacionais de bebidas no Brasil teria colaborado para que indústrias locais mantivessem ou aumentassem a sua produção. Tal constatação foi efetuada a partir de uma notícia veiculada pelo Jornal A Razão:

Verifica-se, atualmente, em face dos crescentes pedidos, um ponderável aumento na produção, em geral dos refrigerantes – o Guaraná, a Gazoza e a Cyrillinha – que vem obtendo, dia a dia, a preferência de um largo número de consumidores, nesta cidade e nas demais praças do Estado⁸³.

A promulgação do Decreto nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, ou “Lei dos Sucos”, como ficou conhecido, ao dispor sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas, entre outras providências, garantiu um novo capítulo na história da Fábrica Cyrilla. No

⁸² Entre estes mitos que envolviam o consumo de Coca-Cola ao redor do mundo destacam-se: na Itália acreditava-se que a Coca-Cola embranquecia o cabelo e causava a doença coca-colite; no Egito, em algum momento associou-se que a bebida era produzida a partir do sangue do porco; no Japão dizia-se que o consumo deste refrigerante tornava as mulheres estéreis e no Brasil a Coca-Cola chegou a ser associada às causas de câncer e, também, a impotência masculina, para citar alguns exemplos trazidos por Pendergrast (1993). Eram tantos os boatos, que “a fim de combater alegações de que a bebida constituía um risco para a saúde, a companhia patrocinou numerosas provas esportivas, identificando a *Coke* com robustos ciclistas, jogadores de futebol e pugilistas. Nos Jogos Olímpicos de Helsinque, a Coca-Cola doou uma geladeira ao pavilhão russo e bateu fotos a valer de atletas soviéticos bebendo a gasosa imperialista americana. Quatro anos mais tarde, nos Jogos Olímpicos de Melbourne, os atletas russos e tchecos beberam 10.776 garrafas de *Coke*” (PENDERGRAST, 1993, p. 226).

⁸³ Fonte: Domínio dos refrigerantes da Fábrica Diefenthaler no mercado santa-mariense. A Razão, 01 de novembro de 1955, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) citado por Antunes (2014, p. 39).

entanto, um capítulo um tanto problemático, tendo em vista a importância que o refrigerante Cyrillinha representava para o faturamento da empresa. Isso ocorreu porque, através deste decreto, ficou estipulado:

Art. 2º. Os refrigerantes que apresentarem características organolépticas próprias de frutas deverão conter, obrigatoriamente suco natural, concentrado ou liofilizado da respectiva fruta, em quantidade mínima a ser estabelecida pelo órgão competente.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplicar-se-á também aos produtos cujo nome se assemelha ao da fruta (BRASIL, 1972).

Este decreto implicou não somente na alteração do processo de produção deste refrigerante, mas também no resultado final do produto, que teve seu sabor alterado. Isso acabou implicando e gerando um novo produto, tendo em vista que a Cyrillinha possuía somente 3% do suco de laranja em sua composição, que era essencialmente produzida a partir de óleos essenciais extraídos da casca da laranja.

Além disso, este decreto estipulou que qualquer bebida produzida e comercializada a partir de frutas deveria possuir obrigatoriamente cerca de 10% de suco natural na composição. Com isso, a Fábrica Cyrilla precisou, além de desenvolver e registrar, buscar estratégias para consolidar um novo produto entre o público consumidor. Nesse caso, a fábrica passou, a partir de 1974, a produzir um refrigerante sabor laranja, com suco natural da fruta. Tal fato, afetou diretamente a empresa, pois a “Cyrillinha” era responsável pela maior parte da produção e faturamento da fábrica, chegando a ser considerada “uma das bebidas mais famosas do estado, tornando-se, assim, um símbolo para a cidade de Santa Maria” (ANTUNES, 2014, p. 38).

Em seguida, nas Figuras 14, 15 e 16, destacamos rótulos de alguns dos produtos que passaram a incluir o termo (com suco) para atender o que estava previsto por este decreto.

Figura 14 – Rótulo do produto Cyrillinha (refrigerante de laranja com suco natural)



Fonte: acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Figura 15 – Rótulo do produto Cyrilla (refrigerante de laranja com suco)



Fonte: acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Figura 16 – Rótulo do produto Gasosa Cyrilla (refrigerante de limão com suco)



Fonte: acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Destacamos, desde o capítulo anterior, que a história desta fábrica se entrelaçou com a história de Santa Maria desde o começo do século XX, chegando a apresentar, inclusive, alguns elementos que ajudaram a compor a própria identidade cultural do município. A identidade, neste caso, estava relacionada a um dos níveis de sua formação cultural, correspondente à identidade pessoal, na qual “o indivíduo, é a síntese subjetiva dos componentes particulares de sua história pessoal com os elementos históricos do grupo e da sociedade a que ele pertence, expressa pela afirmação de pertencimento a tal ou qual comunidade”, de acordo com Martins (2007, p. 54).

Como exemplo desta relação entre a Fábrica Cyrilla e a comunidade santa-mariense, no tocante à questão identitária, podemos citar como exemplo o próprio processo inicial de produção do refrigerante Cyrillinha. Isso porque, como mencionamos, ele era produzido essencialmente de óleos essenciais da casca da laranja. Dessa forma, a fábrica adquiria a matéria-prima, no caso as laranjas, retirava a sua casca e o restante das laranjas eram doadas ou mesmo vendidas a um valor simbólico para a população. Até hoje, inclusive, se conversarmos com moradores do bairro Itararé, onde a fábrica mantém-se instalada, os mesmos recordam desta história com certo saudosismo⁸⁴.

⁸⁴ Formulação elaborada a partir de informações mencionadas entre a população santa-mariense.

Esta ideia de identificação também pode ser verificada, por exemplo, através de correspondências emitidas por empresários santa-marienses, direcionadas aos proprietários da Fábrica Cyrilla, demonstrando apoio para pressionar órgãos competentes, com a finalidade de que a fábrica voltasse a produzir a Cyrillinha, após a “Lei dos Sucos”. Em uma dessas correspondências, emitida pelas Casas Eny, em 1986, os remetentes chegaram a mencionar, inclusive, a organização de um movimento na cidade visando o retorno da produção da Cyrillinha⁸⁵, como pode ser observado no seguinte fragmento:

Sabedores do movimento existente na cidade com o objetivo de retornar à fabricação [...] da antiga ‘Cyrillinha’, fórmula anteriormente existente e que deixou de ser utilizada devido à ‘Lei dos Sucos’, queremos através desta, nos solidarizar junto a essa antiga empresa da cidade, juntamente com a comunidade santa-mariense, com o propósito de pressionar os órgãos competentes para que se possa ter novamente a tradicional e excelente ‘Cyrillinha’⁸⁶.

Os Irmãos Fleck Ltda. Indústria e comércio de calçados, selaria e artigos de couro em geral, também emitiram uma correspondência à Fábrica Cyrilla, solicitando que a mesma voltasse a produzir seus produtos com a fórmula original, também fazendo alusão a Cyrillinha, tal como podemos observado no seguinte fragmento:

Consumidores que somos dos renomados produtos por vós produzidos, há longos anos e, em especial, a linha de refrigerantes por esta razão vimos pelo presente solicitar-lhes que voltem a fabricar os seus produtos em sua fórmula original. Queremos solicitar-lhes principalmente o de sabor laranja, por ser fabricado com matéria prima abundante em nossa região. Cremos ser a nossa, a mesma aspiração de todo Santamariense que ao longo dos anos acostumou-se a saborear um produto natural, sem mistura de corantes químicos tão prejudiciais à saúde humana⁸⁷.

Além de empresários locais, encontramos registros de manifestações da população em geral, que, também, através de correspondências enviaram um apelo para que a Fábrica Cyrilla

⁸⁵ Atualmente existe um perfil nas redes sociais que traz informações sobre a Fábrica Cyrilla, mas tem como objetivo principal informar a população sobre a possível reabertura da mesma. Com isso, traz no perfil a Cyrillinha, como simbologia do sucesso que representou quando era produzida. Nos comentários, é possível observar como as pessoas demonstram um sentimento de saudade e carinho pela marca, em especial a Cyrillinha que parece fazer parte de uma memória afetiva de infância das pessoas que consumiam o produto. O referido perfil está disponível na página do Facebook <<https://www.facebook.com/Cyrillinha>>. Além deste perfil, o trabalho de Conclusão de Curso de Jovanele Raquel Antunes, defendido no Curso de História da UFSM, em 2014 trouxe a Fábrica Cyrilla como patrimônio cultural de Santa Maria também traz informações importantes que demonstram como a esta fábrica contribuiu para a formação da identidade de Santa Maria. Tal trabalho esteve vinculado a um Projeto de Extensão em que alunos de História e Arquivologia trabalharam na organização de parte do acervo da Fábrica.

⁸⁶ Fonte: Fragmento da carta enviada à Fábrica Cyrilla, pelas Casas Eny. 07 de outubro de 1986. Acervo da Fábrica Cyrilla.

⁸⁷ Fonte: Fragmento de correspondência enviada à Fábrica Cyrilla pelos Irmãos Fleck Ltda. Indústria e comércio de calçados, selaria e artigos de couro em geral, em 24 de setembro de 1986.

voltasse a produzir a Cyrillinha. Tal apelo pode ser observado no seguinte fragmento, enviado por Francisco Dilhe:

Como santa-mariense nato, acostumei-me desde criança a tomar os produtos por vós produzidos, por saber que eram fabricados ao natural, sem aditivos químicos como outras marcas.

Lamentavelmente, há muito que não mais encontramos aquele refrigerante com sabor LARANJA.

Por esta razão, vimos pelo presente apelar ao vosso espírito empresarial para que volte a fabricar o referido refrigerante em sua fórmula original, ou seja, da própria laranja, fruta abundante nesta zona.

Desde já, estão vossas senhorias autorizadas a fazer uso desta, para que junto a quem de direito, possamos ver nossa reivindicação atendida no mais curto espaço de tempo⁸⁸.

Estes depoimentos e pedidos vindos através destas correspondências nos ajudam a dimensionar o quanto a Fábrica Cyrilla estava presente no cotidiano da população de Santa Maria e região e o quanto esta população prestigiava e se identificava com o sabor dos produtos da fábrica, em especial a Cyrillinha. Somado a isso, a trajetória da Fábrica Cyrilla também demonstrou “uma preocupação de se impor enquanto indústria santa-mariense e formar laços com a população do município” (ANTUNES, 2014, p. 47), constatação que Antunes (2014) chegou a partir de materiais de divulgação publicados em jornais, que referenciavam a marca Cyrilla a Santa Maria.

Recentemente, quando ocorreu a comemoração do aniversário de 150 anos de Santa Maria, foi elaborada uma homenagem da Prefeitura Municipal e do Jornal Diário de Santa Maria. Nesta ocasião, um destaque especial foi dado à Fábrica Cyrilla, tal como podemos observar na Figura 17.

⁸⁸ Fonte: Fragmento de correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Francisco Dilhe, em 24 de setembro de 1986.

Figura 17 – Fragmento de edição especial do Jornal Diário de Santa Maria



Cyrilla

aranjada, Gazza, Cyrillinha. Os santa-marienses mais antigos lembram bem desses nomes. A fábrica de bebidas Cyrilla é um referencial de Santa Maria desde 20 de setembro de 1910, quando foi fundada pelo químico Ernesto G. Geys e pelo cineiro-viajante Frederico Dieffenhaeler no mesmo local onde hoje ainda funciona, na Rua Marechal Deodoro, no bairro Itararé.

A Gazza (um refrigerante de limão) foi um dos seus mais conhecidos e apreciados produtos. Ao longo das décadas, a população da cidade foi crescendo ao sabor das refrigerantes da marca. Os adultos também apreciavam os licores preparados por Ernesto Geys a partir de ervas de hortela, banana, cacau, laranja e amê. Entre eles, estava o licor Ouro Potável, mistura de 20 ervas que trazia os dizeres "Licor Higiénico". Imigrantes alemães, Geys e Dieffenhaeler tropeçaram na língua portuguesa ao fazer o rótulo. Na verdade, o licor tinha propriedades digestivas – deveria se chamar Licor Digestivo.

Mesmo pequena e diante das dificuldades da época, a Cyrilla ganhou o respeito dos gaúchos por ser a primeira fábrica de refrigerantes do Estado e a terceira no país. Além da gasosa, dos licores, também produzia água tônica, água mineral, guaraná e a famosa laranja Cyrillinha, vendida em garrafas de vidro de 190 ml. No ano do Centenário da Independência, em 1922, a Cyrilla cruzou as divisas do Pampa e foi ao Rio de Janeiro, onde o sabor de seus produtos agradou aos juizes da 2ª Exposição Internacional. A empresa santa-mariense ganhou voto de louvor e o grande prêmio da exposição, promovida para mostrar ao mundo os avanços da indústria brasileira.

Um dos piores momentos no passado da Cyrilla ocorreu em 1943, durante a 2ª Guerra Mundial. Em guerra contra a

Empresa que nasceu em 1910 continua produzindo a tradicional Cyrillinha

Alemanha, os brasileiros passaram a hostilizar os imigrantes e a depredar empresas, lojas e casas germânicas por aqui. A fábrica da Cyrilla foi um dos alvos na cidade: o prédio foi totalmente destruído em um incêndio criminoso.

Mas a Cyrilla se refez. Ganhou ajuda do governo, reconstruiu a fábrica e foi ampliando a produção e a qualidade dos refrigerantes e licores. Em 1983, mudou de dono, mas seguiu com o mesmo nome. Porém, a concorrência com as multinacionais e a falta de incentivos dos governos foram correndo o empoeiramento. Em 1995, a Cyrilla parou com os licores. Mas segue hoje com a produção de refrigerantes, água mineral, água tônica, gasosa e a tradicional Cyrillinha.

Fonte: Diário de Santa Maria (2008).

Ressaltamos que, além destes depoimentos e da reportagem acima referidos, alguns mais foram encontrados junto ao acervo da fábrica e tinham o mesmo intuito. Um deles, por exemplo, foi remetido por uma distribuidora de bebidas de Santa Maria, denominada Sarturi, Cauduro Cia. Ltda., que teria enviado a correspondência na condição de porta-voz dos consumidores dos produtos, em especial a Cyrillinha.

A Firma Sarturi, Cauduro. Cia. Ltda., na condição de distribuidor de seus conceituados produtos, vem através desta solicitar aos Senhores o retorno da fórmula primitiva dos refrigerantes por vos produzidos, especialmente o de sabor laranja que tão boa impressão deixou a seus admiradores. Esta solicitação vem em decorrência de inúmeros pedidos de clientes por nós atendidos⁸⁹.

Acrescentamos que correspondências enviadas por pessoas físicas também foram localizadas no acervo da Fábrica Cyrilla. Uma delas, remetida pelo consumidor identificado como Claudio Roberto Morgental, além de parabenizar a empresa pela passagem de seu aniversário, também ressaltou a admiração pela então Cyrillinha:

⁸⁹ Fonte: Fragmento de correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Sarturi, Cauduro & Cia. Ltda. s/d.

Como santa-mariense e consumidor dos afamados produtos por vocês fabricados, sinto-me orgulhoso por cumprimentar esta indústria que comemora com muita propriedade seu Jubileu de Diamante.

Para mim, não existe nada melhor do refrescar a sede com tão saborosos refrigerantes. Está para existir algo melhor no mundo que nossa Cyrillinha, que sempre esteve presente em nossas festas de criança.

Que possamos ainda sentirmos novamente o gosto inconfundível deste inigualável produto, que foi resguardado pela ânsia das multinacionais em conhecer sua fórmula. A todos vocês que lutam para continuar avante esta indústria genuinamente desta terra, meus parabéns, e que os 75 anos seja um marco para que a Cyrilla imponha-se cada vez mais em nosso mercado e que nossa tão querida Cyrillinha volte como era a ser presença nas festinhas de nossos filhos⁹⁰.

Este último fragmento reúne e ilustra bem estes dois elementos até então mencionados, em relação à identificação do santa-mariense com a fábrica e, também, quanto à importância assumida pela Cyrillinha, seja ela no sentido de faturamento da empresa ou mesmo na memória coletiva e afetiva dos santa-marienses que a consumiam. Ainda em relação à importância que a Cyrillinha representava para a empresa, resgatamos também, mesmo que extrapolando os marcos temporais delimitados neste trabalho, a correspondência remetida por uma empresa do Rio de Janeiro, averiguando, junto à direção da Fábrica Cyrilla, a possibilidade de uma representação comercial no Rio de Janeiro, o que pode sinalizar o potencial que o produto poderia assumir em uma escala mais ampla, além da aceitação do produto pela população consumidora:

Sendo conhecedor do refrigerante Cyrillinha, pelo seu incomparável sabor e cuja matéria-prima, a casca da laranja, pioneira em sua composição, desejo parabenizar a direção desta renomada indústria de refrigerantes pela passagem dos 90 anos de existência.

Aqui, no Rio de Janeiro, não temos refrigerante comparável ao aroma e sabor da Cyrillinha.

Apreciaria se a direção desta fábrica se pronunciasse sobre uma possível representação junto aos supermercados e depósitos de bebidas da cidade⁹¹.

Além da Cyrillinha, a Lei dos Sucos, de 1972, também causou efeitos sobre a produção do guaraná. Isso porque esta lei se estendeu a todos os refrigerantes que levassem o nome do produto natural, que deveriam conter limites, máximo e mínimo, de suco natural do composto que o mesmo levava o nome, supostamente para proteger os consumidores contra produtos artificiais. De acordo com Homma (2014, p. 307), esta lei teria sido elaborada com a finalidade de atender à expansão da nascente indústria de suco de laranja em São Paulo, que apresentava problemas de mercado. A mesma foi implementada pelo então Ministro da Agricultura, Luís

⁹⁰ Fonte: Fragmento de correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Claudio Roberto Morgental, em 21 de outubro de 1985.

⁹¹ Fonte: Fragmento de correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Orlando Bohrer Monteiro, em 05 de abril de 2000.

Fernando Cirne Lima, por meio do Decreto Lei nº 5.823, assinado em 14 de novembro de 1972, de modo que, com a vigência desta legislação, no caso do guaraná, também se criou uma grande demanda por esse produto, ao estabelecer “quantitativos de 0,2 gramas a 2 gramas de guaraná para cada litro de refrigerante. No caso do xarope de guaraná, a quantidade variava de 1 grama a 10 gramas de guaraná para cada litro de xarope” (HOMMA, 2014, p. 307).

No caso específico do guaraná, muito provavelmente, esta política, tinha também a perspectiva de desenvolver a região norte e nordeste do país e, ao mesmo tempo, solucionar parte do problema de uma grande seca que assolou o nordeste brasileiro em 1970, de forma a incentivar a migração para a região norte, a partir do aumento do cultivo do guaraná. Esta mudança na legislação teria provocado também a mudança na forma do cultivo deste produto, gerando uma produção de modo mais extensivo, tendo em vista que

a produção de guaraná até o advento da Lei dos Sucos era decorrente da coleta extrativa e de plantios semidomesticados, concentrados nos municípios de Maués e Manacapuru, no Estado do Amazonas. Essa produção, por várias décadas, permaneceu estacionária entre 200 t a 250 t/ano. Com o advento da Lei dos Sucos, desencadeou-se uma grande febre pelo plantio do guaranzeiro, em que a escassez de conhecimentos tecnológicos sobre a cultura obrigou a tentativa de copiar técnicas de cultivo do cacauzeiro e do cafeeiro e da experiência dos produtores, além dos esforços que a recém-criada Embrapa, nos estados do Amazonas e Pará, procurou efetuar para a sua domesticação (HOMMA, 2014, p. 308).

Esta hipótese relacionada à solução para a seca no nordeste e desenvolvimento da região norte do país a partir do incentivo à produção do guaraná pode também ser reforçada se analisarmos a trajetória do Ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima, que foi o responsável pela promulgação da Lei dos Sucos. De acordo com Malin (2010), Luís Fernando Cirne Lima foi nomeado Ministro da Agricultura em 1969, a partir da posse do General Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, sendo que, em abril de 1970, já começariam a aparecer divergências entre ele e o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, que teriam iniciado, principalmente, em torno das taxações que este último pretendia impor às exportações de carne, com a finalidade de combater a inflação.

Malin (2010) identificou que, nesse mesmo ano, uma grande seca assolou a região nordeste do Brasil, cujos problemas passaram a ser encarados como prioridade pelo Governo Federal. Luís Fernando Cirne Lima, neste caso, teria apontado a necessidade de promover um fluxo migratório das regiões comprometidas pela seca para a região norte, o que acabou se configurando como estratégia oficial governo implementada nessa época, a partir do anúncio da construção da Rodovia Transamazônica. Neste mesmo período, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a função primordial de comandar

o processo de colonização da Amazônia, como uma parte importante da chamada política de integração nacional. Em seguida, também foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), com o objetivo de solucionar o problema do latifúndio nordestino. No entanto, as divergências entre os ministros foram ainda mais acentuadas, principalmente no tocante às questões que envolviam as estratégias de crescimento econômico e distribuição de renda, o que provocou o afastamento do Ministro da Agricultura, em 1973.

Porém, acreditamos que a Lei dos Sucos não foi promulgada apenas para solucionar ou amenizar os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico e social das regiões norte e nordeste. Isso, tendo em vista que, para sanar tal questão, não seria necessária a elaboração de uma legislação que abrangesse outros tipos de frutas, ou seja, para criar melhores condições de vida no norte e nordeste, uma legislação restrita ao guaraná talvez já fosse o suficiente. Além disso, a quantidade de guaraná na formulação do refrigerante é algo que merece atenção, tendo em vista a estabilização da fórmula e, também, a quantidade de cafeína presente no fruto⁹². Aproveitamos para destacar que toda esta questão que envolveu a produção de guaraná e do refrigerante produzido a partir de tal fruto apresenta-se como um bom exemplo de como as questões que envolvem política, economia e sociedade se entrelaçam, de forma que isolar apenas um destes elementos pode prejudicar a análise e a compreensão de um determinado objeto de estudo.

Ao tratarmos a Lei dos Sucos, de modo mais específico, identificamos que, desde 1970, estava tramitando no Congresso Nacional, através do Projeto de Lei nº 2.114, por iniciativa do deputado Cardoso de Almeida (Arena), para a sua criação. Neste caso, de acordo com o texto original, o referido deputado encaminhou um projeto de lei inicial determinando que “os refrigerantes fabricados ou consumidos no país contenham no mínimo, 10% (dez por cento) de suco de frutas naturais” (BRASIL, 1970), além de outras providências, como, por exemplo, a contribuição de 10% sobre o preço de venda ao consumidor de cada unidade de refrigerante, para custeio dos serviços e encargos criados na lei, para apreciação das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Política Rural e de Economia, com a justificativa de que o uso de matéria-prima artificial apresentava-se como um obstáculo ao crescimento do consumo de bebidas similares que utilizavam o suco de fruta natural. O Deputado acrescentou ainda que, como consequência disso, “a produção de frutas brasileiras encontra um mercado

⁹² Informações obtidas junto ao Laboratório de Biogenômica da Universidade Federal de Santa Maria.

limitado, ante a penetração de outras bebidas concorrentes, de pouca, ou mesmo de nenhuma valia, para a economia do país e sem o valor nutritivo do suco natural” (BRASIL, 1970, p. 2).

Com esta justificativa, acreditava-se que a intervenção governamental, efetuada a partir desta legislação poderia vir a corrigir o que seria um obstáculo para o desenvolvimento da economia nacional, de modo a colaborar com a produção de frutas para sua respectiva utilização em refrigerantes, alegando que seria um “dever do Poder Público orientar as tendências da população, dentro das fórmulas que melhor interessem à economia nacional e ao estado sanitário de seus concidadãos” (BRASIL, 1970, p. 2-3). Também entre as justificativas elaboradas pelo Deputado, encontra-se a questão da diversificação da produção no campo, sendo que um dos caminhos para tal finalidade seria o “preparo do mercado amplo para os produtos mais comuns, de mais fácil produção, de melhor aclimatação às condições do nosso meio ambiente”, o que justificaria a “intervenção do Estado não só preparando uma infraestrutura mais sólida para o produtor rural, especialmente o granjeiro, como também oferecendo ao consumidor uma bebida de valor nutritivo mais elevado, aumentando-lhe as resistências orgânicas e reduzindo-lhe a predisposição às doenças” (BRASIL, 1970, p. 4).

No primeiro relatório da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o relator Hamilton Prado teceu elogios a iniciativa do autor do projeto, no sentido da conveniência do mesmo não somente para a economia nacional, mas também para a saúde da população. No entanto, ressaltou que sob um ponto de vista jurídico e constitucional, algumas questões técnicas precisariam, necessariamente, serem observadas e readequadas, tais como, por exemplo, a contribuição de 10% que o projeto previa para custeio dos serviços e encargos, que se apresentava como inconstitucional, tendo em vista que questões financeiras e tributárias caberiam ao Poder Executivo. Somado a isso, ressaltou a liberdade de iniciativa assegurada pela Constituição, garantindo ao empreendimento privado o mais amplo campo para organizar e explorar as atividades econômicas, dentro da estrutura de segurança da Ordem Pública estabelecida. Além disso, o relator também comentou que aspectos técnicos relacionados à produção de refrigerantes também necessitariam ser observados, tendo em vista a especificidade de cada fruta, de modo que exigir um percentual de suco natural poderia inviabilizar certas produções. Somado a isso, fez referência também a durabilidade dos produtos que seria menor e, também, que muitos produtos químicos que a indústria vem desenvolvendo apresentam-se como inofensivos, não causando prejuízos à saúde dos consumidores. Porém, o relator acentuou que o consumidor deveria necessariamente ser informado sobre o produto que está consumindo.

Em relação à necessidade de adequação, a Comissão de Constituição e Justiça indeferiu o projeto inicialmente proposto pelo Deputado Cardoso de Almeida e elaborou um projeto substitutivo, em julho de 1970, ressaltando ainda, a necessidade de apreciação e aprovação do Ministério da Agricultura, através da Equipe Técnica de Padronização de Produtos de Origem Vegetal e, também, do Ministério de Saúde, por meio da Comissão Nacional de Normas e Padrões de Alimentos, devido à complexidade e abrangência do tema. No tocante a este novo projeto, destacam-se:

Art. 1º - Não será permitido em qualquer produto industrializado, exposto ao comércio, à venda ou ao consumo, o uso da figura, ou desenho ou qualquer indicação que possibilite erro ou equívoco sobre a origem, natureza e composição do produto, nem atribuir-lhe finalidade, qualidade ou característica nutritiva que não possua.

§ 1º - O produto referido neste artigo, quando for artificial, deverá mencionar no continente a expressão 'produto artificial' impressa, gravada ou rotulada em caracteres perfeitamente visíveis e legíveis, e de cor contrastante com a do fundo.

§ 2º - Toda bebida não alcoólica, exposta ao comércio ou ao consumo, que tenha aparência ou característica própria do suco natural, deverá conter obrigatoriamente uma porcentagem do suco natural que procura imitar.

§ 3º - O Ministério da Agricultura, pela Equipe Técnica de Padronização de Produtos de Origem Vegetal, estabelecerá a porcentagem de suco a ser empregada.

§ 4º - O produto referido no § 2º, que não contiver suco natural na porcentagem fixada, será considerado produto artificial, aplicando-se o disposto no parágrafo primeiro.

§ 5º - Na propaganda escrita ou falada e na rotulagem dos produtos referidos neste artigo e seus parágrafos, é proibido o uso de figura, desenho ou a adoção de nomes de matérias primas naturais que não estejam contidas na sua composição.

Art. 2º - A fiscalização do estabelecido nesta lei será feita pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço de Padronização e Classificação dos Produtos de Origem Vegetal, hoje Equipe Técnica de Padronização de Produtos de Origem Vegetal (ETEVOP), e dos respectivos setores estaduais podendo delegar poderes aos Estados, mediante acordo.

Parágrafo único - O Ministério da Agricultura deverá notificar os produtores de refrigerantes, concedendo-lhes o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da notificação, para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser regulamentada dentro de 90 (noventa) dias (BRASIL, 1970, p. 8-9).

Este projeto substitutivo seguiu em tramitação, sendo encaminhado para apreciação junto ao Ministério da Agricultura e ao Ministério de Saúde. Ambos os ministérios emitiram pareceres favoráveis a nova versão, porém, efetuaram considerações, entre elas a questão de alguns refrigerantes necessitarem de uma quantidade menor de suco natural, em função da estabilização do produto e da tolerância ao consumidor, o que inviabilizaria a fixação da quantidade mínima de 10% de suco natural indiscriminadamente para qualquer refrigerante, de modo que somente após um estudo cuidadoso de cada tipo de fruta seria possível e coerente a fixação de cotas. Além disso, o parecer da comissão responsável, no Ministério da Saúde destacou também que algumas das questões propostas no projeto já estavam previstas no Decreto Lei nº 986, de 1969, principalmente no tocante à rotulagem, entre outras questões,

como uma possível inviabilidade de sobretaxar o preço dos refrigerantes, que, ao terem um preço aumentado, poderiam causar um efeito contrário ao que estava tentando se estabelecer, em relação ao aumento do consumo de produtos oriundos da fruticultura, além do prazo para que os empresários pudessem se adequar às novas normas (BRASIL, 1970, p. 17-18).

Após estas novas adequações, o projeto substitutivo foi arquivado, mais especificamente, ao final da legislatura de 1970, porém desarquivado no ano seguinte, ganhando um novo relator, o Deputado Diogo Nomura (Arena), além de um pedido de vistas, que foi solicitado à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, pelo Deputado Pacheco Chaves (MDB), em novembro de 1971. Segundo ele, era necessário estar previsto no projeto a “obrigatoriedade do emprego de suco natural nas bebidas não alcoólicas (refrigerantes)”; a “proibição ou redução do uso de aditivos prejudiciais à saúde pública nos refrigerantes” e, por fim, “coexistindo refrigerantes artificiais e bebidas com base em suco de fruta, incentivar-se o consumo dos segundos por intermédio de incentivos fiscais” (BRASIL, 1970, p. 29). Nesse sentido, o Deputado Pacheco Chaves, também propôs um novo projeto substitutivo, especificando de forma mais clara quais seriam os refrigerantes que já teriam que se adequar ao valor mínimo de 10%, devido a já existirem estudos em relação a eles, inclusive em outros países e, além disso, propôs que fosse executada uma punição para as empresas que descumprissem o que estava sendo estabelecido por lei.

Constam anexados a este dossiê dois estudos, um deles relacionado ao uso da cafeína em refrigerantes a base de cola e, outro, quanto às bebidas que contém xantina, consumidas por crianças e adolescentes, demonstrando, em ambos os casos, que o consumo destes produtos, nas doses contidas em refrigerantes, não apresentam riscos à saúde do consumidor. Além disso, encontra-se em anexo a este processo, um manifesto das indústrias de refrigerantes, emitido por Raul Baully Guimarães, presidente da Associação das Indústrias de Bebidas Refrigerantes, direcionadas ao Ministro da Agricultura. Segundo o que consta no material, a associação solicitou maior atenção em relação aos produtores de refrigerantes, pois as medidas contidas no Projeto de Lei em discussão iriam aumentar consideravelmente os custos de produção e, também, os custos com tecnologia, de modo que “levando a crer que muitas das indústrias se veriam forçadas a fechar as suas portas, com o natural prejuízo para o erário nacional” (BRASIL, 1970, p. 46).

Neste manifesto, a Associação das Indústrias de Bebidas Refrigerantes justificou também que a inclusão da quantidade mínima estipulada de suco, além de causar prejuízo às indústrias de refrigerante, pouco beneficiaria os fruticultores, por dois motivos: o primeiro seria que aumentaria pouco as vendas para o mercado interno, dado que a quantidade não seria tão

elevada; em segundo, porque a maior parte da produção vitivinícola do Brasil já estava sendo orientada ao mercado externo. Porém, caso o Projeto de Lei fosse aprovado pelo Congresso, solicitaram alguns incentivos fiscais para haver uma certa compensação, tal como pode ser observado no seguinte fragmento:

Seria lícito esperar, em caso de obrigatoriedade do emprego de sucos naturais, que viessem a ser concedidos benefícios fiscais, como, por exemplo, a redução do IPI, para compensar os gastos adicionais, resultantes do uso de sucos. Ora, se a produção nacional está praticamente toda ela bem colocada no mercado exterior e uma insignificante parcela lucrativa com a adição de suco natural aos refrigerantes, essa obrigatoriedade viria apenas forçar os fabricantes de refrigerantes a despesas maiores, com muito provável fechamento de várias fábricas, sem os consequentes benefícios correlatos que poderiam advir dessa providência, pois também cairia a tributação fiscal (BRASIL, 1970, p. 46-47).

Além destas questões envolvendo custos e tributação, a Associação das Indústrias de Bebidas Refrigerantes também se manifestou em relação às questões de ordem técnica e logística, elucidando que alguns destes pontos não estavam sendo levados em consideração nas discussões do Projeto de Lei:

Do ponto de vista técnico, a inclusão de sucos naturais em percentagem mais elevada criaria problemas sérios. Primeiro, o da disponibilidade da matéria-prima; segundo o da dificuldade do transporte de suco integral, não concentrado, da área de produção até os centros de fabricação, pois, especialmente no caso do suco de uva, por exemplo, esse transporte teria de ser obrigatoriamente congelado ou então adicionado de altas doses de preservativo, invalidando-o em consequência para uso nos refrigerantes. Outro problema de grande importância relacionado com o uso de suco em refrigerantes diz respeito ao valor numérico do mínimo a ser empregado e suas implicações com o paladar e estabilidade da bebida final. Entendemos que seria prudente da parte do Governo, antes de pensar em fixar qualquer teor mínimo de suco para cada fruta a ser adicionado em refrigerantes, organizar um grupo de trabalho para estudar o assunto em profundidade, inclusive encomendando pesquisas a institutos renomados, para cujo grupo tomaríamos a liberdade de sugerir a inclusão de um representante técnico de nossa indústria, que poderia assim contribuir com seu conhecimento para melhor elucidação do problema, evitando qualquer probabilidade de deterioração da bebida em face do alto teor de micronutrientes que poderia surgir. Obviamente, quanto maior o teor de suco no refrigerante maior a dificuldade de se garantir a preservação da bebida. Até um baixo limite, poder-se-ia usar o método clássico de preservativos químicos, adotado universalmente e aceito pela legislação sobre alimentos. Acima desse limite, tornar-se-ia necessário pasteurizar a bebida, processo caríssimo que forçaria a imensa maioria das indústrias a fechar suas portas, tal o investimento em equipamentos, terreno, etc. que se tornaria necessário (BRASIL, 1970, p. 47).

Após as considerações provenientes da Associação das Indústrias de Bebidas Refrigerantes, consta no processo o parecer da Comissão de Economia. Neste parecer, o relator, Deputado Rubem Medina, apontou principalmente dois pontos importantes de serem observados, um deles de viés propriamente econômico e o outro envolvendo questões sanitárias, alegando que o Brasil precisaria de uma legislação mais moderna, mais adequada a produção e

comercialização dos sucos e refrigerantes, tendo em vista que o país produzia mais frutos do que consumia internamente e comercializava externamente. Segundo o relator, a tentativa de industrializar os produtos agrícolas em países mais carentes de capital seria uma orientação dos organismos internacionais orientadores de desenvolvimento econômico, como uma forma de acelerar o crescimento material, no entanto, o relator não chegou a explicitar quais seriam estes organismos.

Considerando o fluxo de produção de sucos em nosso país, podemos depreender o significado da obrigatoriedade pretendida no projeto de lei que ora examinamos, pela transferência de renda à agricultura e o seu consequente efeito multiplicador. Para dimensionar, exemplifiquemos que, desde o ano de 1968, o Brasil é o segundo exportador mundial de suco de laranja concentrado e congelado, vendendo 25 mil toneladas de suco, o que representou uma absorção de 28% da produção de cítricos pela indústria cítrica nacional, estimada em 35,5 milhões de caixas de 40 quilos. Em nosso país, a produção de frutos supera o consumo. Segundo o Relatório de Grupo de Trabalho criado na Secretaria de Agricultura de São Paulo, no Brasil, o mais difícil é vender e não produzir sucos concentrados, a despeito de sua elevada tecnologia. É superior a 12 milhões de dólares e a exportação brasileira de sucos, mas, mesmo assim, para que tenha condições de sobreviver, a indústria nacional tem necessidade de ampliar o mercado interno (BRASIL, 1970, p. 51).

Em relação ao segundo ponto, vinculado à saúde, a justificativa para a aprovação do projeto de lei, pela Comissão de Economia, seria que:

Paradoxalmente, o consumidor brasileiro toma suco artificial. Nos Estados Unidos, na Europa, na Argentina, pode-se, em razão da fiscalização lá existente, tomar refrigerante com suco natural da laranja brasileira. Aqui, tomamos óleo bromado, que muitos especialistas em Bromatologia consideram cancerígeno. Os refrigerantes tidos como à base de suco de uva, usam, apenas, 2% de suco natural. Outros refrigerantes de largo consumo e aceitação, principalmente na faixa estudantil, carregam na cafeína; e os falsos guaranás brasileiros são baseados na guaranina. Esses aditivos são, quimicamente, um tóxico – trimetilaxantina. E, no entanto, esses produtos no Brasil, não precisam dizer nos seus rótulos, nem sequer que são bebidas artificiais (BRASIL, 1970, p. 51).

Estes foram os principais argumentos utilizados na emissão do parecer favorável pela Comissão de Economia. Estas questões nos levam, além de tudo, a uma questão: A quem realmente interessava que este projeto de lei fosse aprovado? Uma possível resposta até então para esta indagação pode estar vinculada a, pelo menos, duas outras questões, a primeira delas em relação à tentativa de acomodar as elites agrárias em troca de apoio político, sustentando novamente a ideia de que o Golpe de 1964 foi civil e militar e retomando, também, a ideia de que, desde 1930, a elite agrária foi sendo desacomodada de sua “zona de conforto”, em relação ao poder político e econômico. Já a outra questão, apresenta-se vinculada à tentativa de demonstrar que o Estado também estava preocupado com demandas mais heterogêneas. Evidente que a regulação em torno dos rótulos e dos componentes dos produtos pode ser

considerada como algo positivo, no tocante às questões de saúde pública e em relação a promover uma melhor compreensão dos componentes dos produtos consumidos.

Porém, é necessário avaliarmos até que ponto havia, de fato, uma preocupação com a saúde pública, para enfim tentarmos identificar se a ideia vinculada à saúde pública não seria somente uma forma encontrada para justificar a aprovação da Lei dos Sucos. Esta última questão é difícil de mensurarmos, mas acreditamos que identificando não só as vinculações políticas, mas as atividades profissionais exercidas pelo deputado, autor da proposta, pode ser um caminho interessante para compreendermos quais foram os motivos que o levaram para a elaboração desta proposta.

O Projeto de Lei seguiu em discussão na Câmara, sendo que emendas a ele foram sendo propostas e reavaliações das Comissões foram sendo efetuadas, até a sua aprovação final pela Câmara dos Deputados, que se deu em 27 de outubro de 1972, seguindo para a tramitação no Senado Federal, que aprovou sem alterações o projeto, sendo na sequência despachado para o Presidente da República, em 08 de novembro de 1972, que sancionou o Projeto de Lei em 21 de novembro de 1972 (BRASIL, 1972, p. 145-146), transformando-se no então Decreto nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, que dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas e outras providências:

Art. 1º - A fabricação, a venda e o consumo de bebidas de qualquer natureza, em todo o território nacional, obedecerão aos padrões de identidade e qualidade fixados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - As bebidas estrangeiras somente poderão ser objeto de comércio ou entregues ao consumo se forem observados os padrões adotados para as bebidas fabricadas no país.

Art. 2º - Os refrigerantes que apresentarem características organolépticas próprias de frutas deverão conter, obrigatoriamente, suco natural, concentrado ou liofilizado da respectiva fruta, em quantidade mínima a ser estabelecida pelo órgão competente.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplicar-se-á também aos produtos cujo nome se assemelhe ao da fruta.

Art. 3º - O registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de bebidas, sob os aspectos sanitários e tecnológicos, serão feitos, observadas as normas e prescrições estabelecidas em regulamento.

§ 1º - O registro será válido em todo o território nacional e deverá ser renovado a cada 10 (dez) anos.

§ 2º - A União poderá celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Territórios para execução de serviços e atribuição de receitas.

Art. 4º - Na execução desta Lei, os serviços prestados pelo Poder Executivo serão remunerados pelo regime de preços públicos, de conformidade com o art. 4º e seu parágrafo único da Lei nº 5.760, de 02 de dezembro de 1971.

Art. 5º - Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração das normas legais acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamentos, as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa, até 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no país;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos;

IV - suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;

V - denegação, cassação ou cancelamento do registro ou licenciamento;

VI - intervenção.

Art. 6º - Na regulamentação desta lei, além de outras providências, constarão disposições específicas sobre:

registro, rotulagem, controle, análise, classificação e inspeção de produtos e estabelecimentos;

fiscalização, infrações, processo administrativo e aplicação de penalidades.

Parágrafo único - A regulamentação a que se refere este artigo deverá ser expedida no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1972, p. 151-153).

Observa-se que o longo período de tramitação sugere, desde já, não somente a complexidade que envolvia o tema, mas também os interesses que estavam em jogo. Mas, afinal, quais seriam estes interesses? Quem poderia estar se beneficiando com este decreto?

Muitas podem ser as respostas para estas questões, neste caso, a primeira delas poderia estar relacionada a uma tentativa de aumentar o consumo de Coca-Cola no Brasil, tendo em vista que as empresas que produziam refrigerantes, com base em frutas precisariam, necessariamente, passar por um processo de readequação dos seus produtos, o que envolvia não somente a alteração no processo de produção e conservação, como também uma mudança na rotulagem, além, é claro, de uma proposição de novas estratégias de mercado, tendo em vista que um novo produto exigiria a aceitação do público consumidor. A hipótese de que a Coca-Cola poderia ter contribuído para a promulgação da Lei dos Sucos estaria justamente em seus produtos praticamente não precisarem se adequar a esta lei e o mercado interno brasileiro ser extremamente promissor, tendo em vista sua proporção. Somado a isso, tem-se o exemplo do que ocorreu quando a Coca-Cola voltava a ser comercializada na França durante os anos 1950, apesar de barreiras que teriam sido criadas, tal como apontou Pendergrast (1993, p. 221-222):

O assunto chegou ao ponto culminante em fins de fevereiro de 1950, quando os comunistas formaram o que Farley chamou de uma 'estranha aliança' com os interesses do vinho e da água mineral, apoiando um projeto de lei apresentado por Paul Boulet, o vice-prefeito de Montpellier e porta-voz de numerosos produtores de vinho. Boulet propôs uma medida geral contra todas as bebidas não alcoólicas que contivessem extratos vegetais – um ataque mal velado a Coca-Cola. No dia 28 de fevereiro, o projeto foi aprovado por uma das casas do legislativo francês. Logo depois, uma ação judicial era intentada, acusando a Coca-Cola de violação de uma lei de 1905, que proibia a venda de produtos farmacêuticos sem indicação de seus ingredientes no rótulo.

Não havia, na realidade, causa imediata para a preocupação, uma vez que o projeto, mesmo que aprovado nas duas casas, apenas tornava possível ao Ministério da Saúde proscrever a Coca-Cola. O projeto, que se arrastaria durante anos nos tribunais, modificaria apenas, na pior das hipóteses, o rotulamento. O governo de coalizção moderado, dirigido pelo Premier Georges Bidault, não estava ansioso para ofender os americanos, que poderiam fechar a torneira financeira. O Secretário de Estado Dean Acheson enviou um memorando a David Bruce, embaixador americano na França, pedindo-lhe que informasse a Bidault que o Departamento de Estado estava 'perturbado' com uma legislação que era 'prejudicial a interesses americanos legítimos', e pedindo a Bruce que 'enfatisasse a reação pública americana desfavorável', que disse que seria o resultado inevitável. Bidault, preocupado e

conciliatório, garantiu ao embaixador americano que não admitiria ‘discriminação contra o produto’ e que impediria que o Ministério da Saúde tomasse qualquer medida danosa. Não podia, no entanto, controlar a propaganda comunista, que descreveu como ampla e eficaz.

Esta passagem ilustra de forma objetiva um fato ocorrido na França, mas que pode ter ocorrido de forma similar no Brasil, tendo em vista a tentativa de propor uma restrição a um produto, e como a multinacional se utilizou de seu poder, econômico e de influência para garantir a sua permanência no mercado. No caso específico da Lei dos Sucos no Brasil, as restrições impostas pela legislação poderiam beneficiar a Coca-Cola, no sentido de que a mesma poderia ter uma maior aceitação enquanto as demais empresas estavam se readequando para atender a nova legislação. Isso também viabilizaria a criação de demanda por um determinado produto, questão já apontada no capítulo anterior através da perspectiva de “destruição criadora” trazida por Schumpeter (1985), ao apontar, no caso, o empreendedor como uma parte importante neste processo de criação de uma demanda e, também, como um agente do processo de desenvolvimento econômico, tendo em vista que É, contudo, o produtor, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, são por ele ‘educados’, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que tem o hábito de consumir (SCHUMPETER, 1985).

Somada a esta questão, temos também a representação ideológica que a Coca-Cola mantinha associada a sua imagem, seja ela relacionada a um sistema capitalista, em um momento no qual o Brasil passava por um período no qual o comunismo apresentava-se como uma ameaça, seja na tentativa de tentar transparecer uma ideia de liberdade, mesmo que vivenciando um momento de autoritarismo.

O outro ponto, quanto a estas questões relacionadas a quem poderia estar se beneficiando ou a que interesses estavam vinculados à Lei dos Sucos, podemos retomar a ideia que já foi esboçada em alguns momentos neste trabalho, referente à tentativa de beneficiar alguns setores que, por exemplo, teriam apoiado a tomada de poder em 1964, onde, no caso, estariam incluídos os fruticultores. Esta ideia foi levantada tendo em vista que o deputado mais atuante, e que elaborou esta proposta, foi Cardoso de Almeida, vinculado a um setor mais conservador da Arena e que representava um dos expoentes do setor rural no Congresso⁹³. Somado a isso, este mesmo deputado também integrou, na legislatura iniciada em 1967, as

⁹³ Chegamos a esta conclusão a partir de alguns posicionamentos e declarações do deputado, ao posicionar-se favorável a prospecção de petróleo por empresas estrangeiras e ao desmatamento da floresta amazônica, utilizando, inclusive, o desfolhante “agente laranja”, por exemplo, entre outras demandas vinculadas às entidades patronais (ABREU et al., 2010).

comissões de Agricultura e Política Rural, de Economia e de Relações Exteriores da Câmara (ABREU et al., 2010).

Acreditamos que esta restrição, materializada através da Lei dos Sucos, se apresentou como um exemplo concreto de intervencionismo, que possibilitava ainda mais a afirmação de empresas multinacionais de bebidas, que já estavam instaladas no Brasil. Dessa forma, assim como “o Brasil de Vargas estava aberto às influências e à penetração externa, conquanto fossem úteis” (CERVO, 2011, p. 230), o Brasil durante o governo Civil-Militar também esteve.

4.4 DIAGNÓSTICO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS NO BRASIL APÓS A LEI DOS SUCOS E A AFIRMAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS DESTA CATEGORIA

Nesta última parte do capítulo, pretendemos identificar o impacto que a Lei dos Sucos provocou para além da Fábrica Cyrilla, ou seja, como ela contribuiu com um processo de afirmação das indústrias transnacionais de bebida no Brasil. Ao mesmo tempo, procuramos ainda fechar a ideia de da intervenção econômica como forma de legitimação política nos dois governos antidemocráticos. Ressaltamos, novamente que a industrialização e o desenvolvimento eram temas exaustivamente propalados pelo governo na época, através da imprensa, seja em âmbito nacional, regional ou local. Tal questão era vista como responsabilidade de todos, de tal maneira que esforços eram canalizados para este fim em diversos campos, como, por exemplo, na educação, com criação de cursos técnicos e cursos de formação de mão de obra, voltados para a atuação nas indústrias que já estavam instaladas no Brasil, ou que viriam a ser uma realidade, tendo em vista o crescimento econômico (numérico) que o Brasil vivenciava.

Após a incidência da Lei dos Sucos, a Fábrica Cyrilla passou a enfrentar problemas, inclusive sendo multada por estar infringindo a referida lei. Na documentação encontrada no acervo da fábrica, verificamos a ocorrência de multa por infração para os refrigerantes Cyrillinha⁹⁴, Cyrilla Limão⁹⁵ e Laranja Cyrilla com suco natural⁹⁶. Todas as multas foram emitidas em 1977, por infração ao artigo 10, do Decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973, que regulamentou a Lei dos Sucos e fazia referência a:

⁹⁴ Fonte: Ministério da Agricultura. Fundo Federal Agropecuário. Guia de Recolhimento nº 189/RS, 18 de fevereiro de 1977. Acervo da Fábrica Cyrilla.

⁹⁵ Fonte: Ministério da Agricultura. Fundo Federal Agropecuário. Guia de Recolhimento nº 175/RS, 18 de fevereiro de 1977. Acervo da Fábrica Cyrilla.

⁹⁶ Fonte: Ministério da Agricultura. Fundo Federal Agropecuário. Guia de Recolhimento nº 188/RS, 18 de fevereiro de 1977. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Art. 10. A bebida destinada ao consumo deverá ser previamente registrada no Ministério da Agricultura.

§ 1º O registro será válido para todo o território nacional e deverá renovado a cada 10 (dez) anos.

§ 2º O pedido de registro deverá ser instruído com os seguintes elementos informativos:

- a) a firma ou razão social do produtor;
- b) o endereço da sede social e locais de industrialização;
- c) o nome, marca, classe, tipo e natureza do produto;
- d) a composição principal do produto, com a indicação de seus aditivos;
- e) o memorial descritivo do processo de elaboração da bebida;
- f) a forma de embalagem e acondicionamento do produto e modelo do rótulo;
- g) número do registro do estabelecimento produtor ou engarrafador;
- h) outros dados previstos em ato administrativo.

§ 3º O pedido de registro será acompanhado de declaração da observância das Disposições sanitárias e tecnológicas.

§ 4º O registro deverá ser concedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da entrega do pedido, ressalvados os casos de desatendimento das exigências deste Regulamento.

§ 5º Para efeito de registro, a bebida será submetida a análise de controle.

§ 6º O produto registrado somente poderá ser alterado na sua composição ou rotulagem após prévio exame e autorização do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1973).

Neste período, inclusive, surgiram boatos em relação a um possível fechamento da fábrica, tendo em vista o impacto negativo causado pela Lei dos Sucos. Tais boatos acabaram sendo desmentidos por um dos sócios e então gerente da fábrica.

Figura 18 – Detalhe de matéria de jornal ressaltando a conformidade dos produtos da Fábrica Cyrilla com a Lei dos Sucos

FÁBRICA CYRILLA, HÁ 65 ANOS PRODUZINDO AS MELHORES BEBIDAS DO ESTADO

“Nossos refrigerantes possuem mais suco natural do que aquilo que é exigido pela lei.”

“Nossos produtos estão perfeitamente de acordo com a “Lei dos Sucos”.

As notícias que foram publicadas pela imprensa do Estado de que não estaríamos dentro desta lei, são totalmente destituídas de fundamento. Nossos produtos têm um percentual de suco natural em alguns casos até superior ao exigido pela “Lei dos Sucos”.

Com estas palavras o senhor Ari Weber, sócio-gerente da fábrica de refrigerantes Cyrilla, se pronunciou sobre as notícias que foram divulgadas na imprensa gaúcha, que dizem que a referida fábrica estava prestes a cerrar suas portas por não estar enquadrada na “Lei dos Sucos”.

“Produzimos toda linha de refrigerantes, licores e também apertivos.

Nossos licores são produzidos com ervas raras e importadas, e estão também os enquadraados dentro das leis que regulamentam estes produtos”.

A fábrica Cyrilla produz conhecidos refrigerantes como: Cyrillina, Gasand, Água Tônica, Gasson, Soda Limonada e outros. Entre os licores e também apertivos.

Ari Weber, sócio-gerente da fábrica.

CONVITE

Você está convidada para visitar e conhecer a soluta primeira-mão as novidades da moda do inverno do

EMPÓRIO DOMÉSTICO

Roupas masculinas e femininas das mais famosas do Brasil. Vestidos preciosos, terninhos, conjuntos de saia, saias chanel, malhas, capas de chuva e os últimos modelos em calçados para homens, senhoras e crianças.

EMPÓRIO DOMÉSTICO É UMA FESTA DE COZ E DE CONDIÇÕES FACILITADAS DE PAGAMENTO.

EMPÓRIO DOMÉSTICO

Rua Floriano Peixoto, 1.497 - Serra Mesa

Fonte: acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Além da Lei dos Sucos, outro fator teria impactado a indústria de bebidas no decorrer dos anos 1970. Segundo uma pesquisa produzida por duas acadêmicas do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria, em 1993, um elemento vinculado à estratégia de gestão e vendas teria contribuído para o enfraquecimento das indústrias de refrigerantes, como a Fábrica Cyrilla, que, até então, ainda produziam seus produtos quase que de forma artesanal. Segundo elas,

até 1979, a CYRILLA possuía uma fatia bastante significativa no mercado da região de Santa Maria. Porém, a partir deste período, as cervejarias iniciaram o sistema de vendas ‘casadas’, onde para um revendedor adquirir determinada marca de cerveja, deveria comprar também refrigerantes do mesmo fabricante, havendo ainda a proibição destes trabalharem com produtos de outros concorrentes. Isto fez com que a venda dos produtos CYRILLA sofresse uma forte redução, perdendo mercado para seus concorrentes, principalmente para a Coca-Cola e para a Pepsi-Cola, que hoje lideram o mercado (SOUZA; POHL, 1993, p. 5).

Outro ponto que também foi diagnosticado por este trabalho foi a falta de preocupação e/ou a falta de investimento em *marketing*. Isso, segundo as autoras, teria contribuído de forma substancial para a redução das vendas dos produtos, em comparação com as grandes marcas, que investiam muito em propaganda e acabavam, com isso, aumentando as vendas e, conseqüentemente, dilatando a margem de lucro.

Todavia, apesar das dificuldades que a Fábrica Cyrilla encontrou nos anos 1970, a mesma permaneceu como sendo uma empresa identificada com o município de Santa Maria e, sobretudo, mantendo a sua característica em relação à qualidade de seus produtos. Isso pode ser verificado a partir das premiações recebidas, sendo uma delas de “Destaque Indústria 1976”, concedida pela Associação Comercial e Industrial de Santa Maria:

Pela Associação Comercial e Industrial, após escolha feita por uma comissão de alto nível, como reconhecimento e homenagem, por ter essa empresa se esforçado e obtido pleno êxito na implantação e desenvolvimento de sua indústria, contribuindo pioneiramente para a industrialização de Santa Maria e para o progresso social e econômico do município e dessa região⁹⁷.

Além desta premiação, a fábrica também foi mencionada em um artigo do Jornal A Razão, ao assinalar que Santa Maria era uma cidade que já teria sido um polo industrial e que poderia voltar a ser, com a instalação do Distrito Industrial. Este artigo foi publicado justamente no momento em que as discussões envolvendo a criação do Distrito Industrial de Santa Maria eram latentes, inclusive na imprensa local. Destacamos um fragmento deste, onde a Cyrilla foi

⁹⁷ Fonte: Prêmio Destaque Indústria 1976, concedido pela Associação Comercial e Industrial de Santa Maria, em 16 de julho de 1976. Acervo da Fábrica Cyrilla.

citada, como uma fábrica conseguia sobreviver, mesmo sem haver um cenário muito promissor para a cidade:

Em outros tempos não mui recuados nossa cidade já desfrutou do renome de centro industrial de certa importância, pois aqui floresceram a grande Fábrica de José Pellegrini, localizada nas imediações do Passo da Areia e que produzia, além de sabões de diversos tipos, sabonetes finíssimos com primorosa embalagem, perfumes, sim senhores, perfumes como água de colônia, extratos, loções que tinham vasta aceitação no Estado; a cervejaria Seyffarth, onde hoje está o depósito da Brahma, fabricava excelente cerveja branca e preta, tendo para tal fim canalizado água de um cêro próximo em extensão de alguns quilômetros; a fábrica de cigarros de P. L. Beno Lang, moderníssima indústria onde todas as operações eram automáticas, localizando-se à rua Bozano, na primeira quadra; algumas xarqueadas no 7º distrito, sendo a primeira de Juvenal Costa nos confins do perímetro urbano, davam trabalho em época de safra a muitos patrícios nossos, a fábrica Sauer à rua Marechal Deodoro que produzia tamancos, sapatos e artefatos de couro em larga escala, a fábrica de cola Neumayer situada a mesma rua era conhecida pela excelência de seus produtos, a fábrica de balas Atlantic da firma Weisheimer à rua Sete de Setembro e consumida ingloriamente por violento incêndio.

Das poucas que ainda existem e que empregam número expressivo de operários, lembro-me da Cyrilla com bebidas muito afamadas, o Moinho do Centro, o Moinho da Cás e mais algumas outras⁹⁸.

Em relação ao cenário local envolvendo a produção de bebidas, destacamos que Santa Maria não destoou do cenário nacional, ao associar o desenvolvimento econômico, propalado durante os anos do milagre, à indústria. Neste sentido, salientamos as políticas de disseminação de áreas e distritos industriais no Rio Grande do Sul, tema trabalhado em Lima (2014). Em Santa Maria, as discussões e as esperanças de solução para o problema industrial vinham através do Distrito Industrial de Santa Maria, que passou por inúmeras problemáticas, desde a sua proposta inicial, incluindo impasses entre a prefeitura e governo do estado, localização do Distrito, entre outras questões.

Identificamos que na edição de 03 de maio de 1977, o jornal *A Razão* noticiou que as obras para a instalação de uma fábrica da Coca-Cola iniciaram na área do Distrito Industrial estavam em andamento e teriam previsão para encerramento no final do mês de junho do mesmo ano, divulgando, inclusive, uma imagem desta obra em fase de construção juntamente com a notícia. De acordo com o que consta na notícia:

O Grupo Empresarial Vontobel está construindo a sua filial em Santa Maria, sendo a primeira indústria a instalar-se no Distrito Industrial. As obras estão sendo feitas pela construtora Olienge que prevê a conclusão para fins de junho próximo. Ocupando uma área construída na primeira etapa de 4.205 metros quadrados, a fábrica da Coca-Cola em Santa Maria constitui-se numa das maiores do sul do país. O montante da obra já ultrapassou 25 milhões de cruzeiros.

⁹⁸ Fonte: Santa Maria industrial. *A Razão*, 08 de março de 1974, p. 15. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Serão produzidas, no primeiro ano de atividades da indústria, 24 milhões de garrafas de Minuano Limão, Coca-Cola e Fanta. A área de atuação da fábrica atingirá 30 municípios da região, num raio de 200 quilômetros⁹⁹.

Na mesma reportagem, a identificação do Grupo Empresarial Vontobel também foi destaque:

Composto exclusivamente por acionistas gaúchos, oriundos de Ijuí, Santo Ângelo e adjacências, o Grupo Empresarial Vontobel iniciou as suas atividades em microempresas a partir de 1950. Os principais acionistas do grupo são: João Jacob Vontobel, Elmer Walter Engleitner, Ottomar Vontobel, Arno Vontobel, Olavo Londero, Omar Vontobel, Henrique Tell Vontobel, Waldir Antonio Bronzatto e José Edienne Rene Schneider. O Grupo Vontobel conta com cinco fábricas de refrigerantes, um hotel turístico, uma fábrica de doces e conservas, três transportadoras, duas fruticulturas uma imobiliária e uma agropecuária¹⁰⁰.

Na sequência, destacamos a Figura 19, a qual nos referimos anteriormente, juntamente com o título da notícia.

Figura 19 – Fragmento do Jornal A Razão indicando a construção da fábrica da Coca-Cola em Santa Maria



Fonte: Fábrica da Coca-Cola será concluída no fim de junho. A Razão, 03 de maio de 1977, p. 6. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

⁹⁹ Fonte: Fábrica da Coca-Cola será concluída no fim de junho. A Razão, 03 de maio de 1977, p. 6. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

¹⁰⁰ Fonte: Fábrica da Coca-Cola será concluída no fim de junho. A Razão, 03 de maio de 1977, p. 6. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Em julho de 1977, a instalação da fábrica da Coca-Cola em Santa Maria voltou a ser notícia no Jornal *A Razão*. Esta, por sua vez, foi uma reportagem bastante extensa, que referenciou, inclusive, a 1ª Conferência da Indústria Brasileira de Coca-Cola, que teria ocorrido no Rio de Janeiro. Além disso, foi destaque a tentativa de demonstrar que a Coca-Cola seria uma empresa nacional, pois, muito provavelmente, conflitos de interesses deveriam existir com as marcas nacionais. No capítulo anterior, chegamos a salientar uma passagem, na qual as marcas estrangeiras eram tratadas como alienígenas, talvez por isso, esta tentativa de associar a Coca-Cola a uma imagem nacional. Em seguida, destacamos uma passagem da referida reportagem, na qual esta ideia pode ser observada:

Durante a 1ª Convenção da Indústria Brasileira de Coca-Cola, realizada no Hotel Nacional do Rio de Janeiro, foram elaborados folhetos sobre os fabricantes brasileiros de Coca-Cola.

‘São 39 fabricantes brasileiros. Ao contrário do que muita gente pensa, não somos os ‘gerentes das filiais’, mas fabricantes nacionais autônomos, que da Coca-Cola só compram o concentrado e têm a licença para fabricação do produto. Somos brasileiros. Não americanos. Operamos com cruzeiros. Em nossas fábricas, onde quer que elas estejam seguimos os mesmos padrões de qualidade de Coca em todo o mundo’.

Os fabricantes de Coca-Cola, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, consomem toneladas de açúcar enormes quantidades de rolhas metálicas, caixas plásticas, gás carbônico e garrafas. Além de estimular indústrias paralelas, gerando empregos indiretos, as fábricas de Coca-Cola criam empregos diretos por todo o Brasil, pagam impostos e movimentam riquezas. Têm grande participação na vida e na economia nas regiões onde atuam¹⁰¹.

Na mesma reportagem, foram descritas algumas informações sobre os proprietários, a fábrica, como a área estava sendo construída, os produtos, qual seria a capacidade inicial de produção e o número aproximado de funcionários. Em seguida, foi destaque a nova previsão de inauguração para o mês de setembro do mesmo ano. Em agosto do mesmo ano, também foi divulgado o recebimento de uma máquina lavadora de garrafas, produzida por uma empresa de Caxias do Sul, conforme demonstramos na Figura 20.

¹⁰¹ Fonte: Fábrica da Coca-Cola inicia suas atividades em setembro. *A Razão*, 06 de julho de 1977, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Figura 20 – Máquina para a fábrica da Coca-Cola em Santa Maria



Fonte: Grupo Vontobel recebe primeira máquina para a indústria de SM. A Razão, 07 de agosto de 1977, p. 6. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Em depoimento para o Jornal A Razão, um dos sócios-proprietários da fábrica da Coca-Cola em Santa Maria destacou que:

A indústria deverá proporcionar ao município um retorno, em termos de ICM, de cerca de 1 milhão de cruzeiros, durante o primeiro ano de atividades. Operando atualmente com 150 funcionários, a unidade industrial já conta com uma área construída de 4.600m², prevendo-se para segunda fase a implantação de mais 3000 mil metros de área construída, para as instalações do setor administrativo. Jacob Vontobel ressalta que toda a mão-de-obra, mesmo a especializada, será recrutada em Santa Maria e depois terão oportunidade de realizarem curso em outras fábricas do grupo. Uma vez que Santa Maria tem uma ociosidade muito grande de mão-de-obra – explica Jacob – nós iremos treinar pessoal técnico nesta unidade e aproveitá-los em outras indústrias que temos no Estado¹⁰².

¹⁰² Fonte: Fábrica da Coca-Cola será inaugurada em dezembro. A Razão, 16 de outubro de 1977, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Com a criação do Distrito Industrial de Santa Maria, a primeira indústria a se instalar no local foi a Coca-Cola, através do Grupo Vontobel¹⁰³, em 03 dezembro de 1977¹⁰⁴. Nesta ocasião, trouxemos uma passagem do Jornal A Razão, na qual os editores do referido jornal, além de destacar alguns aspectos referentes à instalação da fábrica, aproveitaram para parabenizar o grupo pela iniciativa:

Santa Maria, polo regional de desenvolvimento, formadora de mão-de-obra especializada, localizada no coração do Estado, centro de concentração populacional, busca há muito, sua industrialização. Industrialização esta que também há muito, vem sendo a bandeira de entidades de classe empresariais e considerada como a saída para o concreto desenvolvimento.

Hoje, com a inauguração da primeira fábrica em seu Distrito Industrial, a cidade vê nascer mais uma etapa de sua história econômica, quando este Distrito passa, concretamente, a existir. São os primeiros passos dados pela Coca-Cola, através do Grupo Empresarial Vontobel, que acreditou em nossa terra, confiou em nossa gente, proporcionando, inicialmente, mais de uma centena de empregos diretos: proporcionando, também de início, um milhão de cruzeiros em retorno de ICM aos cofres municipais; dando a Santa Maria a projeção nacional, já alcançada em outras áreas, em termos de indústria, incentivando o desenvolvimento econômico local com o exemplo concreto de que aqui também há lugar para as fábricas.

Construída em terreno alheio (pois até hoje os empresários do Grupo não possuem a escritura da área onde edificaram 5 mil metros quadrados), comprando telefones a 38 e 55 mil cruzeiros, puxando rede elétrica para que a fábrica possa funcionar, aplicando 480 mil cruzeiros em cascalho para que fosse possível o acesso até a unidade industrial, dispendendo 750 mil cruzeiros com a terraplanagem da área (dos quais 150 mil pagos pela Prefeitura Municipal, ainda na gestão de Artur Marques Pfeifer), o Grupo Vontobel aplicou 300 milhões de cruzeiros nesta fábrica, a sexta da empresa no Estado.

Depois de vencer todos estes estágios, é inaugurada a fábrica da Coca-Cola, que, para atender toda a demanda da região, utilizará mão-de-obra-capacitada, formada pela Universidade Federal de Santa Maria. Serão os químicos, administradores, advogados, comunicadores, economistas, contadores, médicos, engenheiros mecânicos, elétricos, industriais, além de técnicos de nível médio, que se verão solicitados a atuar na unidade, e anteriormente obrigados a buscar empregos em outras localidades. E mais que isso, no fato de Santa Maria sediar esta fábrica, a possibilidade de utilização desta mão-de-obra no suprimento de outras necessidades do Grupo.

Aos dirigentes do Grupo Vontobel, aos técnicos que edificaram a fábrica, aos homens da comunidade que trabalharam para que o Distrito Industrial se tornasse um fato concreto, os cumprimentos de A Razão, que também vem, há 43 anos, acreditando em nossa terra e em nosso povo¹⁰⁵.

¹⁰³ A família Vontobel iniciou as atividades no ramo de bebidas em Porto Alegre, em 1948. Em seguida, em 1953, foi instalada uma filial na cidade de Santo Ângelo, passando a se denominar Grupo Vontobel. Na década de 1960, o grupo iniciou a parceria com a Coca-Cola, quando passou a atuar como um dos engarrafadores *The Coca-Cola Company*, atuando, inclusive, como engarrafadora regional da companhia em Santa Maria, em 1966 (CVI REFRIGERANTES, 2019).

¹⁰⁴ Em relação à Coca-Cola ser a primeira indústria a instalar-se no Distrito Industrial, existem controvérsias, tendo em vista, primeiramente, que a empresa Agrimec já estava instalada no local e, em segundo lugar, porque o local onde a Coca-Cola se instalou não era exatamente na área do Distrito Industrial, mas sim, um terreno vizinho. Estas questões mais específicas envolvendo a instalação das primeiras indústrias podem ser observadas em Lima (2014).

¹⁰⁵ Fonte: Com a fábrica da Coca-Cola, a concretização do D. I. A Razão, 03 de dezembro de 1977, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A inauguração da fábrica, que contou com presenças ilustres, entre eles, o vice-governador do estado, Augusto Amaral de Souza, que aproveitou para destacar que “embora a Coca-Cola Indústria Limitada não seja nacional, o grupo gaúcho é que na realidade está produzindo algo para nosso estado”, salientando que “devemos respeitar o que vem de fora, quando isto nos traz benefício visto que, ainda, a tecnologia nacional está muito atrás de nossas necessidades”¹⁰⁶. Além dele, também estiveram presentes o Presidente da Assembleia Legislativa, César Augusto Schirmer, o vice-reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Derblay Galvão, o vice-prefeito do município, Cel. Getúlio Mário Zanchi, o vice-presidente dos Refrigerantes Vontobel, João Jacob Vontobel, entre outros.

No tocante a um cenário um pouco mais ampliado em relação à produção de bebidas, destacamos também que, nos anos 1970, ocorreu uma significativa mudança na produção do guaraná no Brasil, quando o mesmo passou a ser cultivado. Somado a isso, destacamos que, em 1962, a Antarctica construiu, em Maués (AM), a unidade fabril para processar as sementes de guaraná, e a Fazenda Santa Helena, voltada para pesquisa e plantio do guaranazeiro. Sendo que, em 1971, passou a plantar o guaraná em grande escala. De acordo com a empresa, hoje, a propriedade é considerada um grande laboratório e o maior banco genético do guaraná no mundo, sendo que algumas variedades só existem no local (GUARANÁ ANTARCTICA, 2018).

Destacamos que as bebidas, de modo geral, são classificadas de diferentes formas no Brasil, de acordo com o órgão responsável por tal classificação. Além das diferentes classificações, registramos a existência de órgãos de classe, responsáveis não só por representar determinados setores, como também por requerer benefícios junto às diferentes instâncias governamentais¹⁰⁷, de acordo com o contexto no qual estavam inseridos, conforme destacou Reis (2015, p. 211):

¹⁰⁶ Fonte: Coca-Cola: inaugurada a primeira indústria do D. I. A Razão, 06 de dezembro de 1977, p. 9. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

¹⁰⁷ Reis (2015) elencou quais foram as entidades atuantes em nível nacional, por ano de fundação, ressaltando a presença de muitas associações que representam algum segmento específico de bebida e atuam em nível estadual ou local. De acordo com a autora, portanto, “as entidades identificadas em 2014 e seus respectivos anos de criação foram as seguintes:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (1947);
- b) Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (1950);
- c) Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (1963);
- d) Associação Brasileira da Indústria de Café (1973);
- e) Associação Brasileira de Bebidas (1974);
- f) Instituto Brasileiro do Vinho (1998);
- g) Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (2005);
- h) Associação Brasileira de Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas (2005);
- i) Instituto Brasileiro da Cachaça (2006);
- j) Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (2012);

as associações visam alcançar representatividade e interação junto ao poder público em suas diferentes esferas, a fim de direcionar o desenvolvimento do segmento, como, por exemplo, a formação de comissões setoriais de conteúdo técnico, jurídico e econômico para discutir temas pertinentes e definir estratégias do setor; ou ainda o reconhecimento das Indicações Geográficas, que se dá por meio da organização dos produtores regionais e suas associações.

Finalmente, gostaríamos de acentuar que as diferentes formas de classificação e as poucas produções acadêmicas que envolvem a produção de bebidas no Brasil foram fatores que dificultaram a elaboração deste trabalho. Porém, ao mesmo tempo, esta dificuldade faz um alerta para a necessidade de estudos que envolvem este campo, que pode ser complexo, podendo envolver distintos elementos e variados aspectos de pesquisa.

k) Associação Brasileira de Microcervejarias (2013)” (REIS, 2015, p. 210-211).

5 CONCLUSÃO

Esta tese, denominada “Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla de Santa Maria-RS”, apresentou uma reflexão sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico brasileiro, em diferentes momentos do século XX, e a forma como estava relacionado às políticas de Estado e de Governo, especialmente aquelas de caráter autoritário. A forma como o desenvolvimento econômico e social do Brasil esteve diretamente relacionado à postura e à política externa adotada em cada período, também foi uma preocupação e esteve presente no decorrer desta análise.

Isso ocorreu porque percebemos e tentamos demonstrar que, em um mundo globalizado ao qual nos referimos, a política interna não estava desvinculada dos interesses que envolveram as relações assumidas com outros países, nos mais variados âmbitos e aspectos. Tais elementos, possuem correspondência e puderam ser observados a partir do estudo da trajetória da Fábrica Cyrilla de Santa Maria-RS, que foi nosso objeto central de estudo e pelo qual conseguimos compreender alguns elementos relacionados à política brasileira em diferentes âmbitos.

Nesse sentido, iniciamos procurando demonstrar o quanto as ideias pan-americanistas impactaram e influenciaram na conduta política e nas ações do governo no primeiro período de autoritarismo, com o Estado Novo (1937-1945) e, em seguida, do mesmo modo, como o internacionalismo serviu para este mesmo fim, durante o segundo período de autoritarismo (1964-1985). Com a análise destes dois momentos, conseguimos perceber uma certa continuidade em relação à forma de construção política, principalmente se observarmos como a busca pelo desenvolvimento econômico apresentou-se como um elemento norteador das ações dos governos e, ao mesmo tempo, como uma estratégia para justificar não somente a intervenção econômica, mas como uma forma de organizar interesses de classe, além de ser utilizado como uma alternativa para justificar ações repressivas, que ocorreram em ambos os períodos, seja através de processos de nacionalização no primeiro momento, ou mesmo de atos institucionais no segundo.

Neste estudo, procuramos promover um novo olhar sobre as produções historiográficas que foram produzidas até então no Brasil, nos temas que nortearam este trabalho. Isso porque nos propomos a abrir espaço para novos tipos de interpretações inéditas e de relevância para a História, principalmente para aquelas relacionadas aos episódios de quebra-quebra, que ocorreram em 1942 e que até hoje constituem-se como um tema delicado, devido não só à dor das famílias envolvidas, mas também em relação às próprias fontes, que, talvez, ainda sejam

imprecisas para detalhar algumas questões. Estas imprecisões podem também ser percebidas devido aos inúmeros interesses que tais acontecimentos despertavam não somente em nível nacional, mas também internacionalmente, tendo em vista o cenário da Segunda Guerra Mundial e as disputas que ocorreram em torno de alianças.

O desafio de estudar estes acontecimentos nos permitiu repensar e ir além de explicações que estavam essencialmente relacionadas à etnicidade e ao revanchismo para explicar a ocorrência destes movimentos. Com isso, passamos a relacioná-los às possibilidades que o governo encontrou para angariar financiamentos externos, com a finalidade de fortalecer e dinamizar o setor industrial brasileiro, que se configurou como o elemento fundamental para o desenvolvimento econômico do país, através de uma relação e associação quase que automática.

Estes financiamentos e investimentos foram percebidos, entre outras formas, com a entrada de empresas transnacionais de bebidas no país, principalmente a partir do momento em que muitas das pequenas indústrias locais estavam fragilizadas, em virtude das destruições ocorridas em 1942. Somado a isso, a entrada de algumas empresas, entre elas, e, em nosso caso específico de análise, a Coca-Cola, representava uma vitória dos Estados Unidos, seja pela dificuldade que encontrou para estabelecer a marca no Brasil, país com grande e próspero mercado consumidor, ou mesmo pela referência que a mesma elucidava em prol de valores capitalistas e pan-americanistas associados aos Estados Unidos, em um determinado momento histórico.

Além disso, esta análise nos permitiu perceber, ainda, que as questões relacionadas às fronteiras nacionais ganharam contornos diferenciados, quando empresas transacionais, oriundas de países americanos, passaram a se estabelecer no território brasileiro. Isso ocorreu em virtude da vigência do pan-americanismo, que passou a orientar as relações estabelecidas entre o Brasil e outros países, servindo também como uma estratégia para garantir o apoio dos países latino-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, além de permitir uma influência maior dos Estados Unidos nestes países.

Em relação aos episódios de quebra-quebra, salientamos que chegamos à conclusão de que eles ocorreram por motivos que vão além da etnicidade e do revanchismo a partir de evidências encontradas na bibliografia e em fontes históricas. Neste caso, destacamos o trabalho de Fachel (2002) que forneceu dados que nos permitiram reforçar nossa hipótese. Além deste autor, destacamos também que estes indícios aparecem nas fontes. Desta forma, assinalamos, como um exemplo, a reivindicação feita por produtores de bebidas nacionais, em relação à diferenciação que se tinha quanto às normas legais, as quais os produtores locais deveriam se adequar, e a forma como o governo executava esta cobrança, em relação às empresas

“alienígenas”, expressão encontrada nas fontes, que fazem referências às empresas transnacionais, como a Coca-Cola, que, segundo tal documento, não estava condicionada à mesma regra, o que soava como certo privilégio em relação às demais. Nesse sentido, podemos apontar como exemplo a própria mística em torno da fórmula secreta da Coca-Cola, que não podia ser explicitada, enquanto que os demais produtores eram reféns de uma normatização bastante rígida, na qual, por exemplo, todos os componentes das formulações precisavam ser descritos.

Além destes documentos, destacamos que uma outra fonte nos permitiu ampliar o olhar sobre os episódios de 1942: as notícias veiculadas a jornais. Através destas, podemos perceber como o governo brasileiro estava de acordo, parecendo, inclusive, incentivador de movimentos que protestavam em prol da nacionalidade, até mesmo não interferindo nos movimentos de quebra-quebra, que, além de qualquer apelo ou defesa de elementos nacionais, se apresentou como um movimento de caráter violento e revanchista. Percebemos esta não reação por parte do governo e da polícia também através de depoimentos que afirmaram que policiais não interferiram quando manifestantes atacaram os estabelecimentos industriais, comerciais e, também, residências de imigrantes, que tinham sua origem étnica vinculada aos países do Eixo.

O protagonismo que concedemos à Fábrica Cyrilla ocorreu por conta da importância assumida por esta empresa em Santa Maria, pela identificação que a população local possui com a mesma, inclusive no período em que permaneceu fechada. Além disso, destacamos a viabilidade de execução da pesquisa, percebida até mesmo além da delimitação deste trabalho, devido à acessibilidade das fontes existentes e à percepção do quanto uma pesquisa científica pode contribuir para compreendermos a relação da Fábrica Cyrilla, em um contexto mais ampliado. Já em relação à Coca-Cola, nos detemos em um caso específico de empresa transnacional, justamente por esta ser um dos casos em que dispomos de algumas fontes e referências para a análise, apesar desta ser uma empresa que não disponibiliza muita informação e dados para a pesquisa. Além disso, um dos motivos pelos quais optamos por fazer referência a esta empresa, foi pela sua instalação na cidade de Santa Maria e, também, pela mesma possuir uma vinculação com ideias e valores associados ao capitalismo e que, por sua vez, apresentam correspondência com o pan-americanismo e o internacionalismo, dois elementos-chave de nossa análise.

Ou seja, a entrada desta empresa transnacional no Brasil, assim como em outros países da América Latina, sintetizou de forma clara os efeitos dos ideais pan-americanistas e internacionalistas, principalmente no tocante à ideia de cooperação econômica entre os países do continente americano. Somado a isso, destacamos que esta empresa já há algum tempo

estava tentando colocar-se no mercado brasileiro, mas estava sofrendo com impasses legais, relacionados, entre outros fatores, ao registro de sua marca, facilitada por acordos entre Brasil e Estados Unidos, a partir da necessidade de proteger o continente americano dos ataques do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial. Outro motivo que nos levou até a Coca-Cola foi a referência a esta empresa em fontes históricas e em referências bibliográficas, tal como demonstramos ao longo da construção deste trabalho.

Apesar destes impasses, final e justamente em 1942, a Coca-Cola passou a atuar no Brasil e, se considerarmos o que trabalhamos no segundo capítulo desta tese, esta mesma pode ser considerada como uma empresa nacional durante o período em que o pan-americanismo influenciava e estava vigente, influenciando de forma direta nas relações estabelecidas entre os estados americanos, diferentemente daquelas empresas que eram foram destruídas e, que, apesar de já se encontrarem estabelecidas em território nacional, passaram a ser consideradas estrangeiras, por manterem algum tipo de referência aos países do Eixo. Como podemos perceber, o caráter nacional, neste caso, aparece de forma dinâmica, pois estava diretamente relacionado aos posicionamentos adotados nas conferências e nas reuniões de ministros e chanceleres americanos e, conseqüentemente, aos rumos que a política externa estava tomando.

Ainda em relação às destruições ocorridas em 1942, a maioria dos autores que pesquisou estes acontecimentos não os vinculou a uma estratégia política, mas sim, com a ideia de defesa de uma identidade nacional e, também, de repulsa e/ou revanche, devido à morte de brasileiros ocorridas com o afundamento dos navios, pelos submarinos alemães, que já vinham ocorrendo, mas que passaram a ser mais elucidadas e, também, a ocorrer em maior número, no momento em que o governo brasileiro optou, de forma oficial, por apoiar os Aliados. Neste trabalho, procuramos não negligenciar o grande número de mortos que foi registrado, pois este foi um fator que certamente causou e motivou as revoltas populares em boa parte do país. Todavia, apesar de compreendermos estes sentimentos como sendo propulsores das revoltas de 1942, tentamos ir além desta compreensão, demonstrado que estes acontecimentos foram não só impulsionados, mas também canalizados para outra finalidade.

Esta, portanto, foi uma das principais contribuições desta pesquisa para o campo da ciência e da produção do conhecimento histórico, ao proporcionar uma abordagem diferenciada sobre um determinado objeto de estudo, colaborando com a historiografia e abrindo possibilidades para novas e futuras investigações. Assim como nos referimos anteriormente, esta perspectiva nos permitiu ampliar o olhar sobre tais acontecimentos, percebendo a complexidade e a pluralidade de sentidos que os mesmos representavam, não olhando somente

a partir de um viés, mas dilatando um pouco o nosso campo de análise e nos permitindo, com isso, identificar a teia de conexões que o nosso objeto de estudo é capaz de abranger.

Neste trabalho, além disso, mapeamos quais foram alguns dos principais grupos sociais estavam interessados ou se beneficiaram com a ocorrência destes atentados, em 1942. Esta ideia foi identificada e conduzida no decorrer do trabalho, pois percebemos, tal como já mencionamos, que havia, inclusive, uma certa conviência do governo, tanto em nível local/estadual, quanto nacional, em relação à ocorrência de tais episódios. Além disso, reforçamos, novamente, que, em alguns discursos, testemunhas contam que a polícia, na época, percebeu e assistiu a destruição patrimonial, mas que a mesma não tomava atitude alguma para restabelecer a ordem pública.

Esses fatos nos aguçaram ainda mais em tentar compreender porque isso ocorria, justamente por percebermos que os episódios de quebra-quebra não estavam ocorrendo em quase todo o Brasil, única e exclusivamente por grupos sociais que se organizaram a partir da revolta pela morte dos brasileiros nos navios. Mas, ao contrário, que tais movimentos teriam ocorrido com propósitos específicos e, também, teriam sido incitados pelo próprio governo, que, por sua vez, teria se aproveitado deste sentimento de revolta da população e canalizado para os seus interesses e para os dos grupos que recebia apoio.

Trouxemos novamente estas questões, justamente porque as mesmas apresentam relação com capítulos da história da fábrica Cyrilla, pois foi neste momento em que a fábrica passou pela primeira tentativa de fechamento, quando foi destruída. Em seguida, começamos a perceber uma insistente política de regulamentação de bebidas no Brasil, devido à quantidade de decretos que eram lançados pelo governo. Nesse caso, associamos a ocorrência destes decretos a uma tentativa de restringir a atuação de fábricas de bebidas regionais, que dominavam ou possuíam tradição no mercado local, com identificação com esse mercado/sociedade local/regional, e que ditavam um padrão de consumo diferente das transnacionais instaladas no Brasil. Por este motivo, associamos não somente a entrada de transnacionais a uma política de caráter desenvolvimentista, mas também o enfraquecimento de indústrias locais como parte desta política, apesar de isso parecer uma contradição.

Em relação ao que podemos definir como o estopim desta política desenvolvimentista e, sobretudo, de cunho intervencionista, destacamos que a mesma se deu com a promulgação do Decreto nº 5.823, em 14 de novembro de 1972, que proibiu a fabricação e comercialização de refrigerantes que não possuíssem em sua composição uma determinada porcentagem de suco das frutas. Isso impactou diretamente as indústrias, que utilizavam este processo de fabricação, pois obrigou as mesmas a investirem em adequações. A Fábrica Cyrilla, no caso, também

passou por esta adequação, porém de uma forma bastante dolorosa, visto que um de seus principais produtos, produzido a partir de óleos essenciais da casca da laranja, não pode mais ser produzido e comercializado.

De acordo com a nossa investigação, esta determinação ocorreu não somente como uma forma de regulamentar a venda e circulação destes produtos, no que se refere à segurança e à qualidade alimentar. Além destes interesses, percebemos que a inclusão de determinada quantidade de suco natural em refrigerantes acarretava uma mudança no processo de produção, além de um aumento do custo de produção, tendo em vista que o suco natural seria a parte com o custo mais elevado do produto, além da necessidade de utilização de outros tipos de conservantes e estabilizantes, que esta medida passava a exigir.

Esta medida, além de causar um impacto direto nas indústrias que produziam refrigerantes de fruta, na Fábrica Cyrilla, em especial, provocou um efeito devastador. Isso ocorreu tendo em vista que o seu produto de maior comercialização no período foi afetado. Ou seja, quando a “Lei dos Sucos” entrou em vigor, a Cyrillinha, produzida a partir de óleos essenciais extraídos da casca da laranja, possuindo um percentual muito baixo de suco natural, foi impedida de ser produzida. Com isso, ao alterar a legislação, o processo de produção e o resultado final de muitos produtos que circulavam até então foram modificados, influenciando no consumo final, que, de acordo com nossa análise, podemos concluir que foi algo planejado.

Chegamos a esta conclusão a partir de vários indícios. O primeiro deles seria em relação ao interesse econômico que o governo brasileiro teria em incluir uma determinada quantidade de suco nos refrigerantes se a maior parte da produção de cítricos, por exemplo, era, e ainda é, destinada ao consumo externo? Se os refrigerantes com base no fruto de guaraná não podem ser estabilizados a partir de uma determinada quantidade deste fruto? Observamos, nesses casos, que o interesse não estava girando em torno de direcionar a produção para atender ao mercado interno. Passamos então a pensar em questões vinculadas a uma alimentação mais saudável. Neste caso, percebemos que, para proceder com a utilização de quantidade de suco natural nos refrigerantes, as empresas teriam que, necessariamente, aumentar a porcentagem de estabilizantes e conservantes, o que inviabilizaria a teoria de que o refrigerante ficaria mais saudável com a utilização destas medidas.

Depois destes questionamentos, passamos a outro: para quem estava servindo este decreto? Como conclusão, percebemos que eles poderiam estar beneficiando justamente as empresas que estavam produzindo refrigerantes à base de “cola”. Isso porque, havia uma certa desconfiança em relação a estes produtos, na época. Com a publicação do decreto, alguns produtos, no caso a Cyrillinha, por exemplo, perderam espaço, permitindo ou pelo menos

induzindo o consumo de novos produtos, o que, por sua vez, teria beneficiado as empresas transnacionais que produziam este tipo de produto e investiam maciçamente em publicidade.

Nos dois períodos delimitados e estudados neste trabalho percebemos como o Estado autoritário foi se configurando e legitimando, inicialmente, a partir de uma lacuna de poder aberta em 1930 e de uma tentativa de conciliação de interesses. No entanto, não podemos afirmar que este Estado autoritário conseguia inibir por completo os posicionamentos contrários, sejam eles populares, ou mesmo ações de grupos empresariais, por exemplo. Somado a isso, percebemos também que este Estado autoritário negociava a todo o momento, pois acreditamos que as lacunas e os espaços de poder não são totalmente fechados em tempos autoritários, justamente pelo fato destes mesmos governos necessitarem garantir apoio de diferentes grupos para se manterem no poder.

Por esses motivos, defendemos a ideia de sistemas políticos e econômicos híbridos, que se adaptam para atender as demandas de grupos sociais que recebem mais apoio, ou ainda, daqueles que necessitam garantir apoio. Esta é uma fórmula explicativa que serve para compreender aspectos políticos e econômicos do Brasil, no século XX, apesar de rupturas e permanências em determinados momentos. Esta fórmula serve também para questionar determinadas interpretações que organizam a política e a economia como elementos isolados, seja no âmbito do pensamento ou da prática política em si.

Percebemos também, durante a elaboração desta tese, que ao longo da história as questões que envolveram, principalmente a ideia de desenvolvimento econômico foram muito mais utilizadas como um adjetivo em troca de legitimação e apoio político para os governos autoritários e seus apoiadores, do que, propriamente, um elemento norteador de políticas públicas. Somado a isso, acrescentamos que, em ambos os períodos, podemos perceber que a política esteve muito mais a serviço de determinados grupos sociais do que voltada para atender demandas sociais mais amplas.

Ao finalizar este trabalho, esperamos ter apresentado um estudo que tenha conseguido comprovar as potencialidades de estudos que extrapolam os limites locais/regionais, demonstrando como o local e o internacional possuem estreitas ligações, nos mais diversos campos de estudo, mesmo que nos detendo mais em aspectos políticos e econômicos. Tal perspectiva de análise, aponta para a necessidade de reflexões que valorizam a internacionalização e globalização dos objetos e dos métodos históricos, no sentido de descentrar a análise histórica de nações ou regiões particulares, identificando antes fluxos e diálogos que cruzaram e ultrapassam barreiras políticas.

Acreditamos que a investigação aqui trazida possa contribuir para destacar o papel que as universidades e os programas de pós-graduação têm neste processo de desenvolvimento, através do incentivo à pesquisa, em diferentes áreas do conhecimento, abrindo novas possibilidades de reflexões, alternativas e soluções de problemas históricos que interferem diretamente no desenvolvimento e, também, em questões e problemáticas atuais. Dessa forma, cremos que estudos multidisciplinares e internacionalizados tendem a contribuir com a elaboração de políticas coerentes e efetivas em prol do desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Somado a isso, gostaríamos de destacar que estudos específicos sobre indústrias de bebidas no Brasil ainda se apresentam como incipientes, carecendo de estudos mais aprofundados em diferentes campos do conhecimento. Nesse caso, acreditamos que esta tese venha a contribuir, no sentido de demonstrar as potencialidades que um estudo envolvendo tal setor pode apresentar, considerando, inclusive, a abrangência que este setor representa para o Brasil, que apresenta um grande potencial enquanto mercado consumidor. Acreditamos que a demonstração destas potencialidades no campo científico possa vir a impulsionar e possibilitar uma melhor organização e sistematização de dados e informações em relação ao setor e bebidas no Brasil, facilitando e permitindo um número maior de pesquisas envolvendo este mesmo setor.

Acreditamos que a pesquisa se propôs a promover um novo olhar sobre produções historiográficas nos temas que cercam o trabalho. Isso porque, buscamos abrir passagem para novos tipos de interpretações, a partir do caso da Fábrica Cyrilla de Santa Maria e que envolveu episódios de quebra-quebra, ocorridos em 1942, e a promulgação do Decreto nº 5.823, em 14 de novembro de 1972. Além disso, outra contribuição que este trabalho pretendeu elucidar foram questões mais teóricas um pouco mais abrangentes, envolvendo o que seria a fronteira entre o global e o local/regional, não somente em um plano ideológico no tocante aos aspectos que envolveram o pan-americanismo e o internacionalismo, mas, também, nas práticas políticas dos governos brasileiros, nas décadas de 1940 e 1970, de modo mais específico. Tais questões evidenciam e corroboram com os objetivos da Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”, na qual estamos vinculadas.

É possível assinalarmos ainda que esta tese tende a ser uma importante contribuição local, tendo em vista que ainda este ano a Fábrica Cyrilla deve ser reaberta, juntamente com seu museu que deve contar a história da fábrica, tão significativa também para a história de Santa Maria. Desse modo, o trabalho final pode ser importante para fornecer subsídios para se

conhecer parte de uma história, até então pouco explorada, demonstrando que a mesma possui vínculos nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, instigar a produção de novas pesquisas.

Por fim, destacamos que a trajetória de construção de uma tese não foi uma tarefa simples, ao contrário, foi um trabalho diário, no qual encontramos limitações, dificuldades e incertezas, mas que, contribuíram não somente para uma qualificação pessoal, porém, sobretudo, para demonstrar que, no campo da educação, não existe limites. Somente a partir de uma educação de qualidade poderemos avançar e construir um país cada vez mais plural, onde prevaleça o respeito e o amor em todos, em detrimento de sentimentos que visem apenas ao favorecimento pessoal. Esta tese, além de debater diversos temas de interesse e relevância para a atualidade e procurar demonstrar o quão complexas podem ser as relações, foi escrita com muito amor, na expectativa que aqueles que a leiam possam agir em prol de uma sociedade e um futuro cada vez mais justo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca>>. Acesso em: 03 set. 2018.
- ANTUNES, Jovanele Raquel. **A “antiga Fábrica Cyrilla”**: patrimônio cultural de Santa Maria. 2014. 70 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ‘Milagre Alemão’ e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)**. São Paulo: UNESP, 2011.
- _____. **Geopolítica e política exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- _____. A Era Vargas. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-426.
- BARROS, José D’Assunção. Futuro, presente e passado: leituras sobre as concepções de Koselleck e Hannah Arendt acerca das temporalidades. **Revista História e Diversidade**, v. 2, n. 1, p. 27-47, 2013.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 253-294.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Apresentação: desenvolvimentismo, economia e sociedade na Era Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 7-19.
- BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria, RS: Pallotti, 1998.
- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul./dez. 2009.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLOG SANTA MARIA DESIGN. **Santa Maria-RS por seu design e arquitetura, paisagens e urban style da cidade**. Santa Maria, RS, 12 nov. 2012. Disponível em: <<https://santamariadesign.blogspot.com/2012/11/fabrica-cyrilla-de-bebidas-ltda.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- BUENO, Clodoaldo. Transição do período Vargas (1930-1945): nova percepção do interesse nacional. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2014. p. 251-288.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 167-178.

CARDOSO, Edmundo. **Parque Industrial da II Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados em Santa Maria**. 1938. Acervo da Fábrica Cyrilla.

CAVALCANTE, Neusa. **40 anos do IEL na trajetória da indústria no Brasil**. Brasília: Instituto Euvaldo Lodi, 2009.

CERVO, Amado Luiz. A frustrada correção de rumos e o projeto desenvolvimentista. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2014. p. 393-424.

_____. **Relações internacionais da América Latina**: de 1930 aos nossos dias. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Os ventos da guerra. In: CERVO, Amado Luiz. **As relações entre o Brasil e a Itália**: a formação da italianidade brasileira. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 223-250.

_____. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COCA-COLA BRASIL. **Linha do tempo**: conheça a história da Coca-Cola Brasil. São Paulo, 24 maio 2016. Disponível em: <<https://www.cocacolabrasil.com.br/sobre-a-coca-cola-brasil/a-historia-da-coca-cola-brasil>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **História da Cepal**. Santiago do Chile, 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2000.

CVI REFRIGERANTES. **A CVI Refrigerantes**. Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: <<http://www.cvi.com.br/a-cvi/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DALMOLIN, Cátia. **Em nome da Pátria**: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942. 2006. 184 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2006. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/126>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Mordaça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e região. In: DALMOLIN, Cátia (Org.). **Mordaça verde e amarela**: imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e região. Santa Maria, RS: Pallotti, 2005. p. 81-112.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política e Sociedade**, v. 9, n. 17, out. 2010.

_____. A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; GRANZIERA, Rui G. (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOLHNIKOFF, Mirian; CAMPOS, Flávio de. **Manual do candidato: história do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. 134 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. O pan-americanismo em Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, VII, 2006. **Anais Eletrônicos...** Campinas, SP, 2006. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/vii-encontro>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

FACEBOOK. **Cyrellinha**. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Cyrellinha/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2002.

FIGUEROA, Alba Lucy Giraldo. Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 1, p. 55-85, jan./abr. 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção: 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL. Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos, X, Universidade Estadual de Campinas, 2013. **Anais...** Campinas, SP, 2013. Disponível em: <http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374314196_ARQUIVO_Deal_g_umasmembrancasumaconstrucaodamemoriadoquebra.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A era Vargas: direitos sociais trabalhistas**. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/DireitosSociaisTrabalhistas/P_TB>. Acesso em: 19 fev. 2019.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERRERA, Marieta de Moraes. **Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro**: novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

GONÇALVES, Daniel da Costa. Memória dividida e acontecimento plural: o Quebra-Quebra de 1942 em Fortaleza. In: ROLIM, Valéria Laena Bezerra (Org.). **Memórias de um dia**: o quebra-quebra de 1942 em Fortaleza. Fortaleza: IACC, 2009.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do Século XIX e início do século XX. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria, RS: [s. n.], 2010. p. 335-350.

GUARANÁ ANTARCTICA. **Nossa história**. 2018. Disponível em: <<https://www.guaranaantarctica.com.br/blog/site/historia>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-115.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 69-92.

HIPÓLITO, Lúcia. Partido Social Democrático (PSD-1945-1965). In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca>>. Acesso em: 03 set. 2018.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Guaraná: passado, presente e futuro. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extratativismo vegetal na Amazônia**: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília: Emprapa, 2014. p. 307-319.

JÁUREGUI, Aníbal Pablo. Estados y élites empresarias. Argentina y Brasil: 1920-1955. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**, Buenos Aires, Instituto de Estudios Históricos, Económicos, Sociales e Internacionales, n. 25-26, 2003.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). 2006. 354 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

LIMA, Bruna. **O Distrito Industrial de Santa Maria-RS**: instalação e novas perspectivas. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

_____. **Entrando sem bater: o “milagre” econômico brasileiro em A Razão de Santa Maria-RS (1969-1974)**. 54 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

LIMA, Bruna; MACIEL, Renata Baldin; PADOIN, Maria Medianeira. Considerações acerca do Pan-americanismo e do Estado Novo no Brasil (1937-1945). In: Maria Medianeira Padoin; Ana Frega Novales. (Org.). **História: Poder, cultura e fronteiras**. 1ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017, v. 1, p. 173-193.

LLUCH, Andrea; LANCIOTTI, Norma. **Empresas extranjeras en la Argentina: perfiles y transformaciones de las cien mayores firmas en el período 1913-1960**. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/andrea-lluch_norma-lanciotti.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MACHADO, Márcia Kaipers. A atuação histórica e geopolítica das Forças Armadas em Santa Maria. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria, RS: [s. n.], 2012.

MALIN, Mauro. Luiz Fernando Cirne Lima. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca>>. Acesso em: 03 set. 2018.

MARGALHO, Maurício. **Estado, empresários e política: a hegemonia em construção (1930-1945)**. 2015. 257 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MINELLA, Jorge Lucas Simões. **Pan-americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo**. 2013. 241 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

MORENO, Julio. **Yankee don't go home!: mexican nationalism, american business culture, and the shaping of modern Mexico, 1920-1950**. California: UNC Press, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino: a Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 1999. 337 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **O empresário comercial em Santa Maria/RS: uma análise histórica sobre a CACISM**. 1992. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1992.

PENDERGRAST, Mark. **Por Deus, pela pátria e pela Coca-Cola**: a história não-autorizada do maior dos refrigerantes e da companhia que o produz. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil**: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: 1930-1983. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Márcio José. Manifestações populares contra imigrantes "eixistas" durante a 2ª Guerra Mundial no Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, IV, Universidade Estadual de Maringá, 2009. **Anais...** Maringá, PR, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/218.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano 4**: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PUYANA, Alicia. La industrialización de América Latina y el Caribe. In: PALACIOS, Marco; WEINBERG, Gregorio. **Historia general de América Latina**: América Latina desde 1930, vol. VIII. Paris: UNESCO, 2008.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª Coluna no Brasil**: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil**: da proximidade ao rompimento (1937-1942). 2009. 390 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RÉ, Flávia Maria. **A distância entre as Américas**: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). 2010. 237 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010.

REIS, Juliana Trombeta. Setor de bebidas no Brasil: abrangência e configuração preliminar. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 2, p. 205-222, abr./jun. 2015.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Procergs, 2019. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/ferrovias>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ROLIM, Valéria Laena Bezerra (Org.). **Memórias de um dia**: o quebra-quebra de 1942 em Fortaleza. Tomo I e II. Fortaleza: IACC, 2009.

RUSSINI, Augusto; AGOSTINI, Lenir Cassel. Santa Maria e a Política Estadonovista (1937-1945). Série Ciências Humanas. **Disciplinarum Scientia**, v. 5, n. 1, p. 27-44, 2004.

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. **O Olho da História**, v. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/01bahia.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Coleção Os Economistas. Tradução de Maria Sílvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri, SP: Manole, 2003.

SILVA, Micael Alvino da. As relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos a partir das Conferências Pan-Americanas (1929-1945). ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, X, Universidade de São Paulo, 2012. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/x-encontro>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SOARES, Tamires Xavier. A Justiça do Trabalho e a memória: O relato de experiência sobre a utilização de processos trabalhistas e história oral como fontes de pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA, II, Universidade Federal de Pelotas, 2014. **Anais...** Pelotas, RS, 2014. Disponível em: <http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/?page_id=560>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SOUZA, Ana Paula Borges de; POHL, Tânia Maria. **A imagem e o reconhecimento dos produtos Cyrilla**. Trabalho do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria, 1993.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo**: análise dos discursos de Vargas e JK. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SUZIGAN, Wilson. Debates sobre a industrialização no Brasil Contemporâneo. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; COELHO, Francisco da Silva (Orgs.). **Ensaio de História do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares**: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5**: a FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

VALDÉS, Eduardo Devés. Identitarismo económico: nacionalismo, ensayos sobre el carácter y cambio de paradigma (1930-1950). In: VALDÉS, Eduardo Devés. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. entre la modernización y la identidad**. Tomo I. Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). Buenos Aires: Biblos; Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000. p. 197-304.

VELADA, Neiza Leite. **Sob o céu de Santa Maria**. Santa Maria, RS: Palotti, 2007.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à política externa independente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. **História do século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

WASSERMAN, Claudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. p. 179-208.

FONTES

Correspondências:

Correspondência enviada à Fábrica Cyrilla pelos Irmãos Fleck Ltda. Indústria e comércio de calçados, selaria e artigos de couro em geral, em 24 de setembro de 1986. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Claudio Roberto Morgental, em 21 de outubro de 1985. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Francisco Dilhe, em 24 de setembro de 1986. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Orlando Bohrer Monteiro, em 05 de abril de 2000. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência enviada à Fábrica Cyrilla por Sarturi, Cauduro & Cia. Ltda, s/d. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência enviada à Fábrica Cyrilla, pelas Casas Eny, em 07 de outubro de 1986. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência remetida pela Fábrica Cyrilla ao Sr. Dr. José Urbano Feyh, em 18 de novembro de 1949. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Correspondência remetida pelo Sr. Dr. José Urbano Feyh a Dr. Regis, em 15 de setembro de 1949. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Decretos:

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto do Conselho de Ministros nº 1.970, de 28 de dezembro de 1962**. Brasília: Diário Oficial da União, 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1970-28-dezembro-1962-352380-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Lei nº 6.425, de 14 de abril de 1944**. Brasília: Diário Oficial da União, 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6425-14-abril-1944-416250-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Lei nº 7.669, de 22 de junho de 1945**. Brasília: Diário Oficial da União, 1945a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7669-22-junho-1945-416503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Lei nº 8.073, de 11 de outubro de 1945**. Brasília: Diário Oficial da União, 1945b. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8073-11-outubro-1945-378711-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973**. Brasília: Diário Oficial da União, 1973. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73267-6-dezembro-1973-422072-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dossiê Projeto de Lei nº 2.114, de 1970**. Câmara dos Deputados. Brasília: Diário Oficial da União, 1970. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5823-14-novembro-1972-357968-norma-pl.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972**.

Brasília: Diário Oficial da União, 1972. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5823.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Jornais:

A indústria nacional do “guaraná” e a guerra contra a (...) que vem se fazendo de um quinquênio a esta parte. Recorte de jornal sem identificação. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Coca-Cola: inaugurada a primeira indústria do D. I. A Razão, 06 de dezembro de 1977, p. 9. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Com a fábrica da Coca-Cola, a concretização do D. I. A Razão, 03 de dezembro de 1977, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Dente por dente, olho por olho. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Desmantelada a máquina totalitária em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Correio do Povo, 02 de julho de 1942, p. 8. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Domínio dos refrigerantes da Fábrica Diefenthaler no mercado santa-mariense. A Razão, 01 de novembro de 1955, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Fábrica da Coca-Cola inicia suas atividades em setembro. A Razão, 06 de julho de 1977, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Fábrica da Coca-Cola será concluída no fim de junho. A Razão, 03 de maio de 1977, p. 6. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Fábrica da Coca-Cola será inaugurada e, dezembro. A Razão, 16 de outubro de 1977, p. 5. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Grupo Vontobel recebe primeira máquina para a indústria de Santa Maria. A Razão, 07 de agosto de 1977, p. 6. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Industrialização de S. Maria: projeto “impacto” em estudo. A Razão, 02 de abril de 1971, p. 16. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Notícias econômicas: indústria brasileira tem política orientada. A Razão, 08 de outubro de 1969, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Santa Maria: 150 anos 150 orgulhos. Edição especial publicada em parceria com a Prefeitura municipal de Santa Maria em comemoração aos 150 anos do município. Diário de Santa Maria, 17 de maio de 2008. Disponível em: <https://issuu.com/diariosm/docs/santa_maria_150_orgulhos>. Acesso em: 02 mar. 2019, p. 57.

Santa Maria industrial. A Razão, 08 de março de 1974, p. 15. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Sugerida a criação de um exército pan-americano. Correio do Povo, 17 de julho de 1942, p. 3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Uma nota fornecida à imprensa pela Ala Democrática da Mocidade. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário! O grande comício promovido pelos ferroviários faz vibrar a cidade – Horas de extraordinária exaltação patriótica – os oradores. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Outras fontes:

Álbum ilustrado comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Município de Santa Maria (17 de maio de 1858 – 17 de maio 1958), p. 108. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Arquivo Histórico do Itamaraty.

Código 4.4.12.

Código 30.12.9.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Arquivo: Getúlio Vargas; Classificação: GV c 1941.02.05. Microfilmagem: rolo 6 fot. 0772, p. 2. Rio de Janeiro, Brasil.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Classificação: GV foto 135. Série: fotografias. Tipo: foto (Iconografia). Data de produção: 1942. Quantidade de documentos: 1. Descrição física: 1 reprodu.: p&b. 18 x 24cm. Rio de Janeiro, Brasil.

Cópia do Ato nº 3.753, do Capitão Nelson de Mello, Interventor Federal no Estado do Amazonas por nomeação do Governo Provisório da República, em 12 de junho de 1934. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Cópia do contrato lavrado entre o “Consórcio do Guaraná” e o Governo do Estado do Amazonas, em 14 de junho de 1934. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Laudo técnico produzido pelo perito Luiz Bollich, em 31 de agosto de 1942. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Organization of American States (OAS). Acta Final da Tercera Reunion de Consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro, 15-28 jan. 1942. Disponível em: <<https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%203.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Ministério da Agricultura. Fundo Federal Agropecuário. Guia de Recolhimento nº 175/RS, 18 de fevereiro de 1977. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Ministério da Agricultura. Fundo Federal Agropecuário. Guia de Recolhimento nº 188/RS, 18 de fevereiro de 1977. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Ministério da Agricultura. Fundo Federal Agropecuário. Guia de Recolhimento nº 189/RS, 18 de fevereiro de 1977. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Prêmio Destaque Indústria 1976, concedido pela Associação Comercial e Industrial de Santa Maria, em 16 de julho de 1976. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Requerimento de nomeação de perito para proceder o exame de avaliação de danos e prejuízos, remetido ao Juiz de Direito pelo escrivão Edmundo Cardoso, em 25 de agosto de 1942, no II Cartório de Santa Maria. Acervo da Fábrica Cyrilla.